

5. Desta feita, tendo em vista não haver crédito liquidado em sede de Justiça Laboral, a Administradora Judicial entende que o momento processual em que se encontra a Reclamação Trabalhista, não possibilita o acolhimento da presente divergência de crédito, visto que o valor devido, primeiramente, deverá ser líquido e certo para que, posteriormente, seja habilitado, conforme inteligência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que firmou o seguinte entendimento acerca do assunto, veja-se:

*APELAÇÃO. Sentença que julgou extinta a execução, com fundamento no artigo 924, III, do CPC. Crédito da parte exequente é anterior à decretação da recuperação judicial, todavia, ilíquido. Recorrida reconheceu a quantia de R\$ 29.835,15 como devida e elencada na Lista de Credores da Recuperanda. Recorrente que, por sua vez, aduz que o crédito perseguido é de R\$ 97.818,78. **Hipótese de incidência do artigo 6º, § 1º, da Lei 11.101/2005, segundo o qual "terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida". Em havendo controvérsia entre as partes em relação ao "quantum" devido, deverá, primeiramente, o crédito ser liquidado para correta apuração do valor a ser habilitado no processo de soerguimento. Sentença anulada. Recurso a que se dá parcial provimento.<sup>1</sup> (original sem grifos)***

\*\*\*

*Recuperação judicial. Impugnação ao crédito. Rejeição. Prestação de serviços advocatícios - **Necessidade de apuração - Valor ilíquido** **Decisão mantida. Recurso desprovido.** [...] Antes de obtida a certeza e liquidez de um crédito, não pode ter*

<sup>1</sup> AP nº 10307171820138260100, TJSP, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. José Rubens Queiroz Gomes, j. 20.09.2019.

*admitida sua habilitação e inclusão num procedimento concursal<sup>2</sup> [...] (original sem grifos)*

6. Portanto, conforme a documentação examinada, a Credora não demonstrou, de forma segura, a certeza inequívoca dos valores pretendidos, haja vista que ainda não houve a devida liquidação dos valores devidos pela Recuperanda em face da Credora na reclamação trabalhista em análise.

7. Por seu turno, a Administradora Judicial realizou, de forma prévia, verificação dos créditos com fundamento nas folhas de pagamento apresentadas, de modo que se viabilizou a constatação de créditos relativos ao décimo terceiro salário e aos salários vencidos.

8. Assim, a *Expert* apurou a existência do montante de R\$ 10.804,86, já integralmente atualizado até a data da recuperação judicial.

9. Dessa forma, em razão da ausência de crédito líquido e certo, é de rigor a rejeição do pleito, retificando-se, contudo, para os valores já apurados pela Administradora Judicial na verificação administrativa com base nos documentos fornecidos pela Recuperanda.

## DA CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado pela Credora Nathalia Perez Cobo Koyama, contudo, **retificando-se para o montante de R\$ 10.804,86** na classe trabalhista, conforme metodologia do relatório explicativo.

11. Sem prejuízo, tão logo o crédito seja liquidado na justiça especializada, deverá o credor apresentar os documentos comprobatórios para requerer a retificação no valor do crédito.

**Titular do Crédito:** Nathalia Perez Cobo Koyama

**Valor do Crédito:** R\$ 10.804,86

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

<sup>2</sup> AI nº 2002363-33.2017.8.26.0000, TJSP, 1ª Câmara de Direito Empresarial, Rel. Fortes Barbosa, j. 12.04.2017

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Raissa Tatiely Bispo Lima
<b>CPF/CNPJ</b>	114.284.376-90
<b>Tipo do Requerimento</b>	Divergência de Crédito

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pela Recuperanda</b>	<b>Classificação do crédito declarado pela Recuperanda</b>
R\$ 48.412,99	Trabalhista

<b>Valor do crédito pretendido pela Credora</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pela Credora</b>
R\$ 103.720,56	Trabalhista

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Divergência de Crédito e IC nº 1099807-93.2025.8.26.0100

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

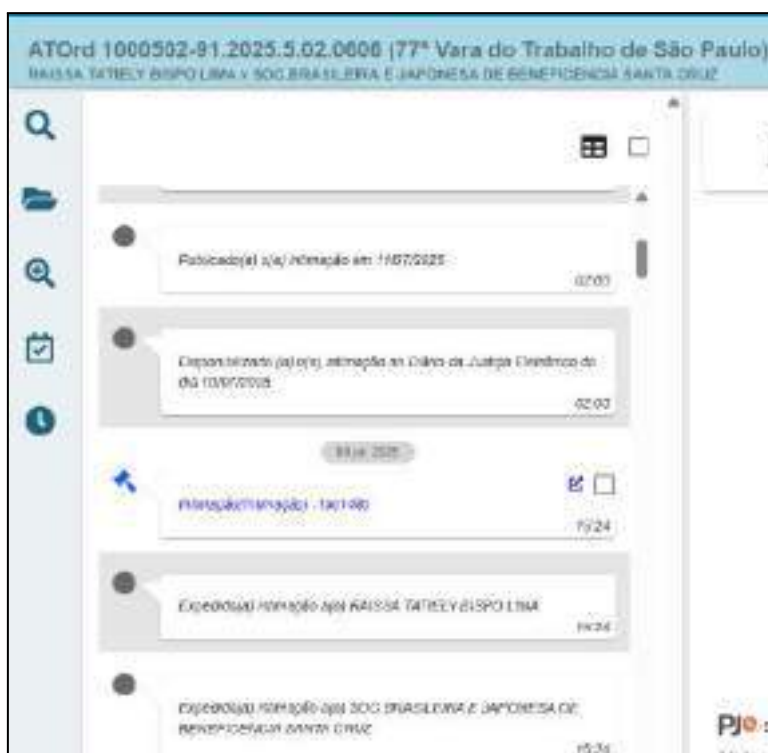
1. Trata-se de divergência de crédito apresentada via *e-mail* e incidente de crédito sob o n.º 1099807-93.2025.8.26.0100, pela credora Raissa Tatiely Bispo Lima, por meio do qual requer a inclusão do seu crédito pela importância de R\$ 103.720,56 (cento e três mil,



setecentos e vinte reais e cinquenta e seis centavos) na classe trabalhista.

2. Aduz a Credora que há demanda em trâmite perante ao Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região na 77ª Vara do Trabalho de São Paulo - SP, sob o número de processo n.º 1000502-91.2025.5.02.0606, que discute os pedidos e valores incontroversos/controversos.

3. Nesse passo, a Administradora Judicial diligenciou administrativamente junto ao sítio do Tribunal Eletrônico da 2ª Região, tendo constatado que ainda não houve a liquidação do crédito pleiteado. Veja-se:



*(trecho extraído da RT n.º 1000502-91.2025.5.02.0606)*

4. Nesta senda, urge destacar que a Administradora Judicial analisou detalhadamente os autos da Reclamação Trabalhista em questão e constatou que **a demanda não contempla ainda qualquer sentença de liquidação de eventuais valores devidos a Credora, tampouco, Certidão de Habilitação de Crédito, o que obsta, por ora, a retificação de crédito pretendido.**

5. Desta feita, tendo em vista não haver crédito liquidado em sede de Justiça Laboral, a Administradora Judicial entende que o momento processual em que se encontra a

Reclamação Trabalhista, não possibilita o acolhimento da presente divergência de crédito, visto que o valor devido, primeiramente, deverá ser líquido e certo para que, posteriormente, seja habilitado, conforme inteligência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que firmou o seguinte entendimento acerca do assunto, veja-se:

*APELAÇÃO. Sentença que julgou extinta a execução, com fundamento no artigo 924, III, do CPC. Crédito da parte exequente é anterior à decretação da recuperação judicial, todavia, ilíquido. Recorrida reconheceu a quantia de R\$ 29.835,15 como devida e elencada na Lista de Credores da Recuperanda. Recorrente que, por sua vez, aduz que o crédito perseguido é de R\$ 97.818,78. Hipótese de incidência do artigo 6º, § 1º, da Lei 11.101/2005, segundo o qual "terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida". Em havendo controvérsia entre as partes em relação ao "quantum" devido, deverá, primeiramente, o crédito ser liquidado para correta apuração do valor a ser habilitado no processo de soerguimento. Sentença anulada. Recurso a que se dá parcial provimento.<sup>1</sup> (original sem grifos)*

\*\*\*

*Recuperação judicial. Impugnação ao crédito. Rejeição. Prestação de serviços advocatícios - Necessidade de apuração - Valor ilíquido Decisão mantida. Recurso desprovido. [...] Antes de obtida a certeza e liquidez de um crédito, não pode ter admitida sua habilitação e inclusão num procedimento concursal<sup>2</sup> [...] (original sem grifos)*

6. Portanto, conforme a documentação examinada, a Credora não demonstrou, de forma

<sup>1</sup> AP nº 10307171820138260100, TJSP, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. José Rubens Queiroz Gomes, j. 20.09.2019.

<sup>2</sup> AI nº 2002363-33.2017.8.26.0000, TJSP, 1ª Câmara de Direito Empresarial, Rel. Fortes Barbosa, j. 12.04.2017

segura, a certeza inequívoca dos valores pretendidos, haja vista que ainda não houve a devida liquidação dos valores devidos pela Recuperanda em face da Credora na reclamação trabalhista em análise.

7. Por seu turno, a Administradora Judicial realizou, de forma prévia, verificação dos créditos com fundamento nas folhas de pagamento apresentadas, de modo que se viabilizou a constatação de créditos relativos ao décimo terceiro salário e aos salários vencidos.

8. Assim, a *Expert* apurou a existência do montante de R\$ 49.741,82, já integralmente atualizado até a data da recuperação judicial.

9. Dessa forma, em razão da ausência de crédito líquido e certo, é de rigor a rejeição do pleito, retificando-se, contudo, para os valores já apurados pela Administradora Judicial na verificação administrativa com base nos documentos fornecidos pela Recuperanda.

#### DA CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado pela Credora Raissa Tatiely Bispo Lima, contudo, **retificando-se para o montante de R\$ 49.741,82** na classe trabalhista, conforme metodologia do relatório explicativo.

11. Sem prejuízo, tão logo o crédito seja liquidado na justiça especializada, deverá o credor apresentar os documentos comprobatórios para requerer a retificação no valor do crédito.

**Titular do Crédito:** Raissa Tatiely Bispo Lima

**Valor do Crédito:** R\$ 49.741,82

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Telma Correa Matias
<b>CPF/CNPJ</b>	078.028.218-35
<b>Tipo do Requerimento</b>	Divergência de Crédito

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pela Recuperanda</b>	<b>Classificação do crédito declarado pela Recuperanda</b>
R\$ 273.894,60	Trabalhista

<b>Valor do crédito pretendido pela Credora</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pela Credora</b>
R\$ 519.010,61	Trabalhista

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Divergência de Crédito e IC nº 1099894-49.2025.8.26.0100

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de divergência de crédito apresentada via *e-mail* e incidente de crédito sob o n.º 1099894-49.2025.8.26.0100, pela credora Telma Correa Matias, por meio do qual requer a retificação do seu crédito pela importância de R\$ 519.010,61 (quinhentos e dezenove mil, dez

reais e sessenta e um centavos) na classe trabalhista.

2. Aduz a Credora que há demanda em trâmite perante ao Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região na 20ª Vara do Trabalho de São Paulo - SP, sob o número de processo n.º 1000335-86.2025.5.02.0020, que discute os pedidos e valores incontroversos/controversos.
3. Nesse passo, a Administradora Judicial diligenciou administrativamente junto ao sítio do Tribunal Eletrônico da 2ª Região, tendo constatado que ainda não houve liquidação do crédito pleiteado. Veja-se:



*(trecho extraído da RT n.º 1000335-86.2025.5.02.0020)*

4. Nesta senda, urge destacar que a Administradora Judicial analisou detalhadamente os autos da Reclamação Trabalhista em questão e constatou que **a demanda não contempla ainda qualquer sentença de liquidação de eventuais valores devidos a Credora, tampouco, Certidão de Habilitação de Crédito, o que obsta, por ora, a retificação de crédito pretendido.**
5. Desta feita, tendo em vista não haver crédito liquidado em sede de Justiça Laboral, a Administradora Judicial entende que o momento processual em que se encontra a

Reclamação Trabalhista, não possibilita o acolhimento da presente divergência de crédito, visto que o valor devido, primeiramente, deverá ser líquido e certo para que, posteriormente, seja habilitado, conforme inteligência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que firmou o seguinte entendimento acerca do assunto, veja-se:

*APELAÇÃO. Sentença que julgou extinta a execução, com fundamento no artigo 924, III, do CPC. Crédito da parte exequente é anterior à decretação da recuperação judicial, todavia, ilíquido. Recorrida reconheceu a quantia de R\$ 29.835,15 como devida e elencada na Lista de Credores da Recuperanda. Recorrente que, por sua vez, aduz que o crédito perseguido é de R\$ 97.818,78. Hipótese de incidência do artigo 6º, § 1º, da Lei 11.101/2005, segundo o qual "terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida". Em havendo controvérsia entre as partes em relação ao "quantum" devido, deverá, primeiramente, o crédito ser liquidado para correta apuração do valor a ser habilitado no processo de soerguimento. Sentença anulada. Recurso a que se dá parcial provimento.<sup>1</sup> (original sem grifos)*

\*\*\*

*Recuperação judicial. Impugnação ao crédito. Rejeição. Prestação de serviços advocatícios - Necessidade de apuração - Valor ilíquido Decisão mantida. Recurso desprovido. [...] Antes de obtida a certeza e liquidez de um crédito, não pode ter admitida sua habilitação e inclusão num procedimento concursal<sup>2</sup> [...] (original sem grifos)*

6. Portanto, conforme a documentação examinada, a Credora não demonstrou, de forma

<sup>1</sup> AP nº 10307171820138260100, TJSP, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. José Rubens Queiroz Gomes, j. 20.09.2019.

<sup>2</sup> AI nº 2002363-33.2017.8.26.0000, TJSP, 1ª Câmara de Direito Empresarial, Rel. Fortes Barbosa, j. 12.04.2017

segura, a certeza inequívoca dos valores pretendidos, haja vista que ainda não houve a devida liquidação dos valores devidos pela Recuperanda em face da Credora na reclamação trabalhista em análise.

7. Por seu turno, a Administradora Judicial realizou, de forma prévia, verificação dos créditos com fundamento nas folhas de pagamento apresentadas, de modo que se viabilizou a constatação de créditos relativos ao décimo terceiro salário e aos salários vencidos.

8. Assim, a *Expert* apurou a existência do montante de **R\$ 281.503,96**, já integralmente atualizado até a data da recuperação judicial.

9. Dessa forma, em razão da ausência de crédito líquido e certo, é de rigor a rejeição do pleito, retificando-se, contudo, para os valores já apurados pela Administradora Judicial na verificação administrativa com base nos documentos fornecidos pela Recuperanda.

#### DA CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado pela Credora Telma Correa Matias, contudo, **retificando-se para o montante de R\$ 281.503,96** na classe trabalhista, conforme metodologia do relatório explicativo.

11. Sem prejuízo, tão logo o crédito seja liquidado na justiça especializada, deverá o credor apresentar os documentos comprobatórios para requerer a retificação no valor do crédito.

**Titular do Crédito:** Telma Correa Matias

**Valor do Crédito:** R\$ 281.503,96

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Tigussa Yoshida
<b>CPF/CNPJ</b>	250.658.368-84
<b>Tipo do Requerimento</b>	Divergência de Crédito

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pela Recuperanda</b>	<b>Classificação do crédito declarado pela Recuperanda</b>
R\$ 575.826,96	Trabalhista

<b>Valor do crédito pretendido pela Credora</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pela Credora</b>
R\$ 914.819,44	Trabalhista

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Divergência de Crédito

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de divergência de crédito apresentada via *e-mail* e incidente de crédito sob o n.º 1099911-85.2025.8.26.0100, pela credora Tigussa Yoshida, por meio do qual requer a inclusão do seu crédito pela importância de R\$ 914.819,44 (novecentos e quatorze mil



oitocentos e dezenove reais e quarenta e quatro centavos) na classe trabalhista.

2. Aduz a Credora que há demanda em trâmite perante ao Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região na 26ª Vara do Trabalho de São Paulo - SP, sob o número de processo n.º 1000354-74.2025.5.02.0026, que discute os pedidos e valores incontroversos/controversos.

3. Nesse passo, a Administradora Judicial diligenciou administrativamente junto ao sítio do Tribunal Eletrônico da 2ª Região, tendo constatado que não houve liquidação do crédito pleiteado, visto que o feito encontra-se em fase inicial, e até o presente momento não houve o julgamento por meio de sentença. Veja-se:



*(trecho extraído da RT n.º 1000354-74.2025.5.02.0026)*

4. Nesta senda, urge destacar que a Administradora Judicial analisou detalhadamente os autos da Reclamação Trabalhista em questão e constatou que **a demanda não contempla ainda qualquer sentença de liquidação de eventuais valores devidos a Credora, tampouco, Certidão de Habilitação de Crédito, o que obsta, por ora, a retificação de crédito pretendido.**

5. Desta feita, tendo em vista não haver crédito liquidado em sede de Justiça Laboral, a

Administradora Judicial entende que o momento processual em que se encontra a Reclamação Trabalhista, não possibilita o acolhimento da presente divergência de crédito, visto que o valor devido, primeiramente, deverá ser líquido e certo para que, posteriormente, seja habilitado, conforme inteligência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que firmou o seguinte entendimento acerca do assunto, veja-se:

*APELAÇÃO. Sentença que julgou extinta a execução, com fundamento no artigo 924, III, do CPC. Crédito da parte exequente é anterior à decretação da recuperação judicial, todavia, ilíquido. Recorrida reconheceu a quantia de R\$ 29.835,15 como devida e elencada na Lista de Credores da Recuperanda. Recorrente que, por sua vez, aduz que o crédito perseguido é de R\$ 97.818,78. Hipótese de incidência do artigo 6º, § 1º, da Lei 11.101/2005, segundo o qual "terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida". Em havendo controvérsia entre as partes em relação ao "quantum" devido, deverá, primeiramente, o crédito ser liquidado para correta apuração do valor a ser habilitado no processo de soerguimento. Sentença anulada. Recurso a que se dá parcial provimento.<sup>1</sup> (original sem grifos)*

\*\*\*

*Recuperação judicial. Impugnação ao crédito. Rejeição. Prestação de serviços advocatícios - Necessidade de apuração - Valor ilíquido Decisão mantida. Recurso desprovido. [...] Antes de obtida a certeza e liquidez de um crédito, não pode ter admitida sua habilitação e inclusão num procedimento concursal<sup>2</sup> [...] (original sem grifos)*

<sup>1</sup> AP nº 10307171820138260100, TJSP, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. José Rubens Queiroz Gomes, j. 20.09.2019.

<sup>2</sup> AI nº 2002363-33.2017.8.26.0000, TJSP, 1ª Câmara de Direito Empresarial, Rel. Fortes Barbosa, j. 12.04.2017

6. Portanto, conforme a documentação examinada, a Credora não demonstrou, de forma segura, a certeza inequívoca dos valores pretendidos, haja vista que ainda não houve a devida liquidação dos valores devidos pela Recuperanda em face da Credora na reclamação trabalhista em análise.

7. Por seu turno, a Administradora Judicial realizou, de forma prévia, verificação dos créditos com fundamento nas folhas de pagamento apresentadas, de modo que se viabilizou a constatação de créditos relativos ao décimo terceiro salário e aos salários vencidos.

8. Assim, a *Expert* apurou a existência do montante de R\$ 591.824,63, já integralmente atualizado até a data da recuperação judicial.

9. Dessa forma, em razão da ausência de crédito líquido e certo, é de rigor a rejeição do pleito, retificando-se, contudo, para os valores já apurados pela Administradora Judicial na verificação administrativa com base nos documentos fornecidos pela Recuperanda.

#### DA CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado pela Credora Tigussa Yoshida, contudo, **retificando-se para o montante de R\$ 591.824,63** na classe trabalhista, conforme metodologia do relatório explicativo.

11. Sem prejuízo, tão logo o crédito seja liquidado na justiça especializada, deverá o credor apresentar os documentos comprobatórios para requerer a retificação no valor do crédito.

**Titular do Crédito:** Tigussa Yoshida

**Valor do Crédito:** R\$ 591.824,63

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	IDNR Intervenções e Diagnósticos em Neurorradiologia Ltda
<b>CPF/CNPJ</b>	05.081.315/0001-24
<b>Tipo do Requerimento</b>	DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pelas Recuperandas</b>	<b>Classificação do crédito declarado pelas Recuperandas</b>
R\$ 2.378,15	Subquirográfario

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 182.787,41	Trabalhista

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Divergência
ii	Descrições Cirúrgicas e Fichas de Evolução de Pacientes
iii	Planilha de Débitos

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**


1. Trata-se de pedido de divergência de crédito, apresentado via *e-mail*, por meio do qual

a Credora IDNR Intervenções e Diagnósticos em Neurorradiologia Ltda, requer a retificação de seu crédito da relação de credores, para que passe a constar pela monta de R\$ 182.787,41 (cento e oitenta e dois mil setecentos e oitenta e sete reais e quarenta e um centavos).

2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém da prestação de serviços de médicos à Recuperanda.

3. Para corroborar o seu pleito, a Credora apresentou descrições cirúrgicas e fichas de evolução de pacientes.

4. De proêmio, a Administradora Judicial procedeu à análise dos documentos apresentados pela Credora, sendo possível aferir a relação jurídica entabulada entre as partes, consistente na prestação de serviços médicos à Recuperanda. Isto porque, a Credora apresentou documentos, consistente em descrições cirúrgicas e fichas de evolução<sup>1</sup> de aproximadamente 65 (sessenta e cinco) pacientes, atendidos por médicos prepostos da Credora, à exemplo:


Página: 1/2

### HSC - Descrição Cirúrgica

Seq	Tip	Tempo	Qt. Minuto	Observação
Paciente				Cirurgia 237.064
Prontuário				Prescrição 5.017.646
Qt. Nascido				Aterdimento 4.249.810
Sexo				Qt. Inicio 15/12/2022 16:39
				Duração Real 51
Procedimento 40812030 - Angiografia Por Cateterismo Não Seletivo De Grande Vaso				
Proced Adic.	RX Angiografia Seletiva Cavidade Externa e de veia Ramo 1 RX Angiografia Medula			
Caráter Cir.	Urgência		Cirurgião	Jorge Mario Barbosa de Souza
Sector	Hemodinâmica - Cirurgias		Anestesiista	
Convênio			Anestesia Parte	Local-Anest. / Proc.
Tip. Acomod.	ENFERMARIA			
Observação				

\*\*\*

<sup>1</sup> Em razão do sigilo médico, nos termos da Resolução n.º Resolução CFM n.º 2.217/2018, os documentos relativos aos procedimentos hospitalares foram devidamente analisados pela Administradora Judicial, no entanto, não constaram integralmente na presente análise, visando proteger informações relativas aos pacientes, assim como eventuais dados sensíveis foram ocultados, em atenção ao que preconiza a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD).

Cirurgia		
ANGIOGRAFIA CEREBRAL		
<b>CODIGOS</b>		
PROCEDIMENTO	TUSS	QUANT
Angiografia de arco e troncos supra aórticos	40812039	1
Angiografia do ramo primário	40812049	4
Angiografia de ramo secundário	40812057	2
<b>INDICAÇÃO</b>		
Paciente encaminhada para investigação de cervicálgia e suspeita de lesão na artéria vertebral esquerda.		
impresso em 22/07/2025 20:49:52	Página 1	JMSOUZA CATE607

\*\*\*

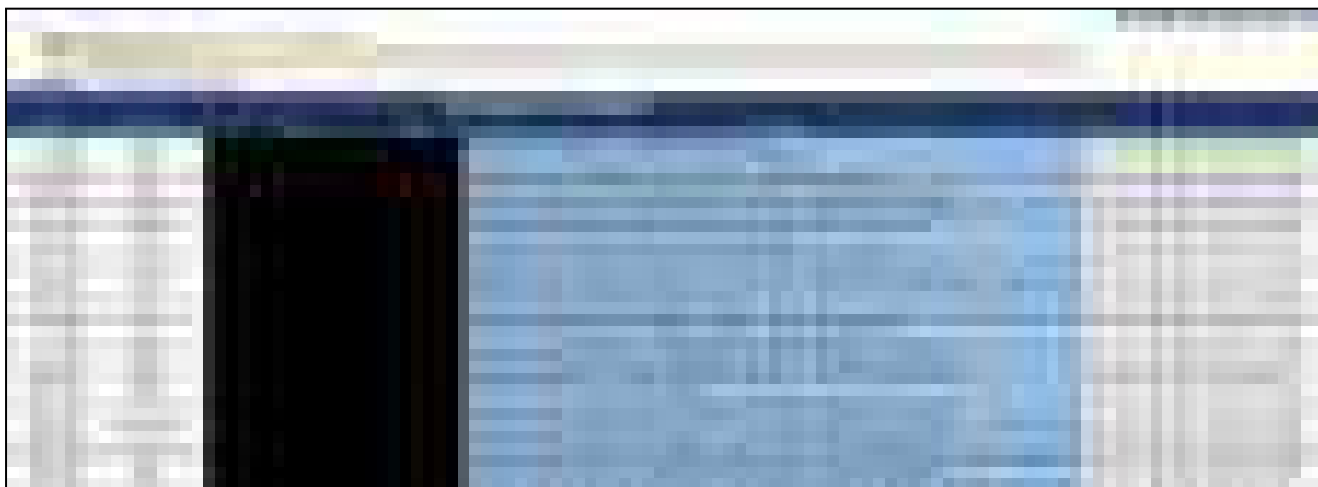
HSC - Descrição Cirúrgica	
<b>MATERIAIS</b>	
01 introdutor 5F, 01 cateter vertebral 5F, 01 fio guia hidrofílico 0,035"x180cm, 01 extensor de bomba de injeção.	
<b>TÉCNICA</b>	
Punção femoral à Seldinger com adaptação de introdutor 5F, sob anestesia local. Acesso seletivo aos troncos supra aórticos, carótidas comuns, carótidas internas, externas e vertebrais com cateter diagnóstico 5F e aquisição de múltiplos angiogramas em fases e projeções distintas. Procedimento sem intercorrências.	
<b>DESCRIÇÃO</b>	
Falha de adição ao meio de contraste ao nível da artéria vertebral esquerda, transição V3-V4, medindo cerca de 11,5mm de extensão. Tal falha de adição tem contornos irregulares, com diferentes tonalidades de contraste e determina estenose estimada em 67%. Há uma ligeira estenose imediatamente proximal nesta topografia. A artéria cerebelar posterior inferior esquerda tem origem ao nível da falha de adição. No segmento V2 distal da artéria vertebral esquerda observa-se discreto estreitamento não significativo seguido por dilatação e junto um pequeno pseudo-aneurisma que mede cerca de 2,3 mm orientado anteriormente. A artéria vertebral direita é tópica, com calibres e contornos normais e nutre predominantemente o território da artéria cerebelar posterior inferior direita; o segmento V4 direito é hipoplásico. As demais artérias intracranianas têm trajeto e calibre normais. Ausência de aneurismas intracranianos ou malformações vasculares sensíveis ao método. Ausência de vasoespasmo, desvios ou áreas avasculares. Tempo circulatório normal. Artérias carótidas externas de aspecto anatômico. Veias intracranianas e seios duralis tópicos com calibres e contornos normais.	
<b>OPINIÃO</b>	
O conjunto de achados do presente exame aponta para o diagnóstico de dissecação arterial da transição V3/V4 da artéria vertebral esquerda, com trombo intraluminal e estenose significativa neste nível. No segmento V2 (distalmente) da artéria vertebral esquerda, outro ponto de dissecação é observado com a formação de um pseudo-aneurisma pequeno, como descrito acima.	
São Paulo, 15 de dezembro de 2022.	

(Trechos extraídos de documentos apresentados pela Credora)

5. No entanto, denota-se que os documentos apresentados pela Credora, não possuem o condão de demonstrar, efetivamente, os valores em aberto junto à Recuperanda, haja vista que desacompanhados de eventuais demonstrativos de repasses, notas fiscais ou contratos que pudessem dar lastro aos valores pleiteados.

6. Em que pese a Credora tenha apresentado planilha de débitos, denota-se que o documento foi elaborado de forma unilateral pela própria credora e não permitem relacionar,

com certeza, os procedimentos indicados aos valores pleiteados, de modo que a Administradora Judicial restou impossibilitada de apurar o real valor devido ao Credor.



(Trechos extraídos de documentos apresentados pela Credora)

7. Nesta linha, tal questão esbarra no requisito de **certeza** do crédito pleiteado, de modo que a Administradora Judicial entende que a celeuma deverá ser objeto de ação própria, visando a competente constituição do crédito.
8. Neste sentido, ressalta-se o entendimento de jurisprudência do E. Tribunal e Justiça de São Paulo, *in verbis*:

*Recuperação Judicial – Habilitação de crédito retardatária – Decreto de extinção sem apreciação de mérito – Gratuidade processual requerida em segunda instância – Deferimento para processamento deste recurso, diante da presunção prevista no artigo 99, § 3º do CPC/2015 – Afirmada atuação como representante comercial, a partir de ajuste verbal – Apresentação de mensagens eletrônicas e planilha – **Ausência de uma base documental mínima, não se prestando o ajuizamento de uma habilitação para que seja obtida uma condenação apta a dotar um crédito de certeza e liquidez** – Inviabilidade de ser promovido um arbitramento da remuneração do recorrente, dados os limites de cognição e a finalidade deste incidente - Deficiência grave do pleito formulado – Inadequação – Falta de*

*interesse de agir - Extinção confirmada – Recurso desprovido.*<sup>2</sup>

*HABILITAÇÃO DE CRÉDITO (RECUPERAÇÃO JUDICIAL) – Decisão judicial que rejeitou o incidente de habilitação de crédito, ponderando que a falta de título executivo líquido e certo impede a habilitação pretendida, e que o incidente em questão não goza de atributos amplos instrutórios de modo a permitir a comprovação do crédito – Alegação de que constou na lista de credores desde a propositura da demanda recuperacional, de forma que a própria recorrida já declarou o recorrente como credor; e que os documentos que apresentou constando a relação completa, é suficiente para atestar o seu crédito, nos termos do art. 9º, inc. III da Lei n. 11.101/05 – Descabimento – Crédito do agravante oriundo de demanda de rescisão contratual, que ainda não é dotado de liquidez, certeza e exigibilidade, devendo permanecer no juízo comum até a liquidação – Inteligência do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/05 – Demanda não finalizada – Necessidade de preenchimento dos requisitos previstos no inc . II e II o art. 9º da Lei n. 11.101/05, ainda que o crédito tenha sido indicado também pela recuperanda – Cabia ao agravante buscar a reserva do crédito nos termos do § 3º do art . 6º da Lei n. 11.101/05, ou aguardar a liquidez de seu crédito para buscar a habilitação – Decisão mantida – Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Negam provimento ao recurso*<sup>3</sup>.

9. Por seu turno, conforme petições acostados às fls. 2.440/2.442, 3.941/3.951 e 4.146/4.158, a Administração Judicial realizou verificação prévia relativa aos créditos detidos pelos prestadores de serviço médico, com base em documentação apresentada pela Recuperanda, oportunidade em que se identificou a existência do montante de R\$ 48.507,35 (quarenta e oito mil quinhentos e sete reais e trinta e cinco centavos), já devidamente atualizados até a data da recuperação judicial, veja-se:

<sup>2</sup> TJ-SP - AI: 20351857020208260000 SP 2035185-70.2020.8 .26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 11/05/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 11/05/2020

<sup>3</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 2111648-14.2024.8.26 .0000 Bauru, Relator.: Ricardo Negrão, Data de Julgamento: 16/05/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 16/05/2024



I.R.S MEDICINA E DIAGNOSTICOS	R\$ 358,01
IDERC SERVICOS MEDICOS LTDA	R\$ 5.885,49
<b>IDNR INTERVENCOES E</b>	<b>R\$ 48.507,35</b>
INOFT MEDICOS ASSOCIADOS LTDA	R\$ 7.053,63
INOVACAO UROLOGIA LTDA	R\$ 1.093.114,26
INSTITUTO DA BOCA PAVIALIH LTDA	R\$ 1.049,26

*(trecho extraído à fl. 4.152)*

10. Desta forma, em razão da ausência de crédito líquido e certo, é de rigor a rejeição, de rigor a rejeição do pleito retificação dos valores já apurados pela Administradora Judicial, mantendo-se os valores previstos na verificação prévia de fls. 4.146/4.158.

**- Da reclassificação do crédito**

11. Por fim, destaca-se que credora foi arrolada na Relação de Credores apresentada pela Recuperanda às fls. 1.908/1.935 na classe subquirografária. No entanto, em razão da ausência de previsão legal para tal classe na recuperação judicial, a Administradora Judicial entende necessária a reclassificação do crédito.

12. Neste sentido, urge consignar que o crédito titularizado pela Credora possui natureza direta na prestação de serviço médico-hospitalar, tratando-se, portanto, de verba de natureza estritamente alimentar, correspondente à contraprestação dos serviços prestados.

13. Assim, em que pese a relação contratual tenha se dado por meio de pessoas jurídicas, assemelha-se à qualificação de profissional liberal, a quem a jurisprudência pátria confere aos seus honorários a mesma classificação, no âmbito da recuperação judicial, dos créditos decorrentes da Justiça do Trabalho, tendo em vista sua natureza alimentar, confira-se:

*AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - HONORÁRIOS - CRÉDITO TRABALHISTA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, AMPARADA NA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO STJ, DEU PROVIMENTO AO RECLAMO. INCONFORMISMO DA RECUPERANDA. 1. O tratamento dispensado*

*aos honorários devidos a profissionais liberais - no que se refere à sujeição ao plano de recuperação judicial - deve ser o mesmo conferido aos créditos de origem trabalhista, em virtude de ambos ostentarem natureza alimentar. Aplicação da Súmula 83 do STJ. 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, em se tratando de crédito trabalhista por equiparação, as Turmas de Direito Privado firmaram o entendimento de que é possível, por deliberação da AGC, a aplicação do limite previsto no art. 83, I, da Lei 11.101/2005 às empresas em recuperação judicial, desde que devida e expressamente previsto pelo plano de recuperação judicial, instrumento adequado para dispor sobre forma de pagamento das dívidas da empresa em soerguimento (princípio da preservação da empresa). Aplicação da Súmula 83 do STJ. 3. Agravo interno desprovido.<sup>4</sup>*

\*\*\*

*Agravo de instrumento – Recuperação judicial – Decisão que julgou improcedente impugnação de crédito – Inconformismo das recuperandas – Crédito decorrente de serviços prestados pelo habilitante na qualidade de médico – Crédito de natureza alimentar e, como tal, equiparável aos trabalhistas para fins de classificação em recuperação judicial – Precedentes jurisprudenciais – Decisão mantida – Recurso desprovido.<sup>5</sup>*

\*\*\*

*Recuperação Judicial – Crédito referente a prestação de serviços médicos – Titularidade de sociedade simples composta por médico e cônjuge, atuante na administração de consultório - Verba de natureza alimentar análoga a salário, mesmo que atribuído a pessoa jurídica – Precedente do STJ – Inclusão na Classe I (Trabalhistas) – Decisão reformada – Recurso provido.<sup>6</sup>*

14. Desta forma, a Administradora Judicial **entende** pelo acolhimento do pleito, devendo

<sup>4</sup>STJ - REsp n. 1.851.770/SC, relatora Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, julgado em 18/2/2020, DJe de 20/2/2020.

<sup>5</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 21770478720248260000 São Paulo, Relator.: Maurício Pessoa, Data de Julgamento: 17/10/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 17/10/2024

<sup>6</sup> TJ-SP - AI: 22401865220208260000 SP 2240186-52.2020.8 .26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 27/11/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 27/11/2020.

o crédito ser reclassificado, para passar a constar na classe trabalhista.

## CONCLUSÃO

15. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado por IDNR Intervenções e Diagnósticos em Neurorradiologia Ltda, para em harmonia com as disposições inseridas na LFR, **manter** o crédito da relação de credores, para que passe a constar pelo montante previsto na verificação prévia de fls. 4.146/4.158, de R\$ 48.507,35 (quarenta e oito mil quinhentos e sete reais e trinta e cinco centavos), na classe trabalhista.

**Titular do Crédito:** IDNR Intervenções e Diagnósticos em Neurorradiologia Ltda

**Valor do Crédito:** R\$ 48.507,35

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

Nome/Razão Social	NHS Advogados
CPF/CNPJ	17.964.325/0001-97
Tipo do Requerimento	HABILITAÇÃO DE CRÉDITO

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

Valor do crédito declarado pelas Recuperandas	Classificação do crédito declarado pelas Recuperandas
-	-

Valor do crédito pretendido pelo Credor	Classificação do crédito pretendido pelo Credor
R\$ 2.954,22	Quirografário

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

Item	Descrição do Documento
i	Pedido de Habilitação de Crédito
ii	Cópia dos Processo n.º 1004034-21.2025.8.26.000
iv	Planilha de Cálculo
vi	Decisão que determinou o pagamento do débito
vii	Procuração e Contrato social da empresa

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de Habilitação de crédito, apresentado via *e-mail*, por meio do qual a Credora NHS Advogados pugna pela habilitação de seu crédito na relação de credores, pela monta de R\$ 2.954,22 (dois mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e dois centavos), na classe quirografária.
2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém da ação de execução nº 1004034-21.2025.8.26.0003 que tramitou perante a 3ª Vara Cível do Foro Regional III - Jabaquara/SP, movida pela empresa HMS Importação e Comércio de Produtos Médicos Ltda em face da Recuperanda, em que foi atribuído o percentual de 10% do valor executado a título de honorários advocatícios.
3. Para corroborar o seu pleito, dentre outros documentos, a Credora apresentou a cópia das principais peças processuais da ação de execução.
4. Assim sendo, em análise aos Autos da Execução de Título Extrajudicial do qual o crédito em testilha é oriundo, é possível aferir que no dia **16.04.2025**, fora preferida r. decisão, **(i)** determinando a citação da Recuperanda, e o consequente pagamento da dívida em 03 (três) dias acrescido de custas e despesas processuais, bem como **(ii)** fixando os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito. Veja-se:

DECISÃO	
Processo Digital nº:	1004034-21.2025.8.26.0003
Classe - Assunto:	Execução de Título Extrajudicial - Duplidade
Exequente:	HMS Importação e Comércio de Produtos Médicos Ltda.
Executado:	Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz
Juiz de Direito: JUIRYTON LEE	
Vistos.	
Tendo em vista a comprovação de entrega dos bens constantes na nota fiscal de fls. 06/07, bem como a apresentação de boleto acompanhado de protesto por indicação e nota fiscal, de rigor o reconhecimento da executabilidade do título extrajudicial.	
Caso-se a parte exequenda para pagar a dívida - que inclui, no caso de prestações continuadas, as parcelas vencidas e vencidas no curso da presente ação -, acrescido das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação.	

(Trechos extraídos dos autos n.º 1004034-21.2025.8.26.0003)

5. Em prosseguimento, no dia 12.05.2025 a Recuperanda apresentou manifestação, comunicando a distribuição do pedido de recuperação judicial, pugnando pela suspensão do processo, o que foi acatado pelo D. Juízo, confira-se:

DECISÃO	
Processo Digital nº:	1004034-21.2025.8.26.0003
Classe - Assunto	Execução de Título Extrajudicial - Duplicata
Esequente:	Hum Importação e Comércio de Produtos Médicos Ltda.
Executado:	Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz
Juiz(a) de Direito: Dr(a) JU HYEON LEE	
Vistos:	
Fls. 80/87 e 516/521: O art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005, prevê que "Na recuperação judicial, as suspensões e a prorrogação de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal".	
Como não decorreu o prazo em questão, o andamento da execução deve ser suspenso pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.	
Int.	
São Paulo, 02 de julho de 2025.	

*(Trechos extraídos dos autos n.º 1004034-21.2025.8.26.0003)*

6. Desta feita, cabe destacar que a r. decisão que determinou o pagamento de honorários advocatícios foi proferida em **16.04.2025**, ou seja, em data posterior ao pedido de Recuperação Judicial, ocorrido aos **09.04.2025**, de forma que o crédito pleiteado possui natureza **extraconcursal**, veja-se:

DECISÃO	
Processo Digital nº:	1004034-21.2025.8.26.0003
Classe - Assunto	Execução de Título Extrajudicial - Duplicata
Esequente:	Hum Importação e Comércio de Produtos Médicos Ltda.
Executado:	Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz
Juiz de Direito: JU HYEON LEE	
Vistos:	
Tendo em vista a constatação de entrega dos itens constantes na nota fiscal de fls. 06/07, bem como a apresentação de boleto acompanhado de protesto por inadimplência e nota fiscal, de rigor o reconhecimento da executabilidade do título extrajudicial.	
Cite-se a parte executada para pagar a dívida - que inclui, no caso de prestações confirmadas, as parcelas vencidas e vincendas no curso da presente ação -, acrescida das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, <u>fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação.</u>	

\*\*\*



*(Trechos extraídos dos autos n.º 1004034-21.2025.8.26.0003)*

7. Posto isso, cumpre ressaltar que, conforme entendimento jurisprudencial, a sentença que determina o pagamento de honorários advocatícios é o ato processual qualificado como fato gerador do crédito. Veja-se:

*DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. SENTENÇA POSTERIOR AO PEDIDO RECUPERACIONAL. NATUREZA EXTRACONCURSAL. NÃO SUJEIÇÃO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO E A SEUS EFEITOS. 1. Os créditos constituídos depois de ter o devedor ingressado com o pedido de recuperação judicial estão excluídos do plano e de seus efeitos (art. 49, caput, da Lei n. 11.101/2005). 2. A Corte Especial do STJ, no julgamento do EAREsp 1255986/PR, decidiu que a sentença (ou o ato jurisdicional equivalente, na competência originária dos tribunais) é o ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios sucumbenciais. 3. Em exegese lógica e sistemática, se a sentença que arbitrou os honorários sucumbenciais se deu posteriormente ao pedido de recuperação judicial, o crédito que dali emana, necessariamente, nascerá com natureza extraconcursal, já que, nos termos do art. 49, caput da Lei 11.101/05, sujeitam-se ao plano de soerguimento os créditos existentes na data do pedido de recuperação judicial, ainda que não vencidos, e não os posteriores. Por outro lado, se a sentença que arbitrou os honorários advocatícios for anterior ao pedido recuperacional,*

*o crédito dali decorrente deverá ser tido como concursal, devendo ser habilitado e pago nos termos do plano de recuperação judicial. 4. Na hipótese, a sentença que fixou os honorários advocatícios foi prolatada após o pedido de recuperação judicial e, por conseguinte, em se tratando de crédito constituído posteriormente ao pleito recuperacional, tal verba não deverá se submeter aos seus efeitos, ressaltando-se o controle dos atos expropriatórios pelo juízo universal. 5. Recurso especial provido.<sup>1</sup> **(original sem grifos)***

\*\*\*

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Controvérsia recursal que reside em decidir se os honorários advocatícios sucumbenciais, oriundos de ação com preceito declaratório com julgamento desfavorável à recuperanda, arbitrados antes do deferimento do processamento da recuperação, mas cujo trânsito em julgado ocorreu posteriormente, se sujeitariam ao plano de soerguimento ou seriam considerados como créditos extraconcursais. **O marco temporal para constituição do crédito, no caso específico de condenação por honorários sucumbenciais, ocorre com o trânsito em julgado da decisão. Inteligência do art. 49 da Lei nº 11.101/2005. Precedentes. Hipótese em que o trânsito em julgado ocorreu após o deferimento da recuperação judicial, de modo que o crédito então seria extraconcursal, nos termos da decisão recorrida. RECURSO NÃO PROVIDO.** <sup>2</sup> **(original sem grifos)***

<sup>1</sup> STJ - REsp: 1841960 SP 2018/0285577-2, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 12/02/2020, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 13/04/2020

<sup>2</sup> TJSP; Agravo de Instrumento 2034585-49.2020.8.26.0000; Relator (a): Alfredo Attiê; Órgão Julgador: 27ª Câmara de Direito Privado; Foro de Cajamar - 1ª Vara Judicial; Data do Julgamento: 13/06/2020; Data de Registro: 13/06/2020.



\*\*\*

*AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - HABILITAÇÃO DE VERBA HONORÁRIA SUCUMBENCIAL, FIXADA EM SENTENÇA TRABALHISTA - LEGITIMIDADE CONCORRENTE – o credor trabalhista tem legitimidade concorrente para pleitear a inclusão da verba honorária sucumbencial fixada na sentença trabalhista – CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO RELATIVO À VERBA HONORÁRIA SUCUMBENCIAL – Inteligência do art. 49 da Lei nº 11.101/2005 – A constituição do crédito relativo a honorários advocatícios sucumbenciais se dá no momento da prolação da sentença laboral que reconheça tal crédito – Entendimento do STJ (REsp 1.841.960/SP, j. 12/02/2020) – Todavia, no caso em debate, o valor a ser incluído deve ser de R\$ 1.769,12, tendo em vista que a correção monetária deve ocorrer até a data da recuperação judicial (11/08/2014) - RECURSO PROVIDO EM PARTE<sup>3</sup> (original sem grifos)*

8. Sendo assim, considerando que somente estão sujeitos ao processo recuperacional os créditos existentes na data do pedido de Recuperação Judicial (**09.04.2025**), consoante o disposto no *caput* do art. 49 da LFR, uma vez que a decisão que fixou os honorários foi proferida em data posterior, é de rigor que o mencionado crédito não seja habilitado, em razão do seu caráter extraconcursal, devendo ao Credor perseguir a satisfação do seu crédito pelas vias próprias.

## CONCLUSÃO

9. Diante do exposto, a Administradora Judicial rejeita o pedido de habilitação de crédito apresentado pela Credora NHS Advogados, diante da extraconcursalidade do crédito pleiteado.

<sup>3</sup> TJ-SP - AI: 20437320220208260000 SP 2043732-02.2020.8.26.0000, Relator: Sérgio Shimura, Data de Julgamento: 22/01/2021, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: **22/01/2021**

<p><b>Titular do Crédito:</b> NHS Advogados</p> <p><b>Valor do Crédito:</b> -</p> <p><b>Classificação do Crédito:</b> -</p>
---

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**  
**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**  
**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**  
**CRC nº 1SP-335648**  
**Contadora**

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,  
MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ  
PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100

2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,  
ESTADO DE SÃO PAULO

DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:

Nome/Razão Social	Banco Safra S.A
CPF/CNPJ	58.160.789/0001-28
Tipo do Requerimento	DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:

Valor do crédito declarado pela Recuperanda	Classificação do crédito declarado pela Recuperanda
R\$ 220.980,92	Quirografário
R\$ 113.795,93	Quirografário

Valor do crédito pretendido pelo Credor	Classificação do crédito pretendido pelo Credor
R\$ 362.216,21	Quirografário

DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:

Item	Descrição do Documento
i	Petição de Divergência de Crédito
ii	Procuração e Documentos Constitutivos
iii	Cédula de Crédito Bancário n.º 001409967, acompanhada de extrato
iv	Cédula de Crédito Bancário n.º 008462774
v	Planilhas de Cálculos

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de divergência de crédito, apresentado via *e-mail*, por meio do qual o Credor Banco Safra S.A pugna pela retificação da relação de credores, para que passe a constar pela monta de R\$ 362.216,21 (trezentos e sessenta e dois mil, duzentos e dezesseis reais e vinte e um centavos), na classe quirografária.
2. Aduz o Credor que o crédito em testilha advém das Cédula de Crédito Bancário n.º 001409967 e 008462774.
3. Para corroborar o seu pleito, o Credor apresentou: **(i)** a CCB n.º 001409967, acompanhada do competente extrato da conta bancária; **(ii)** a CCB n.º 008462774; e **(iii)** planilha de cálculos.
4. Assim sendo, a Administradora Judicial realizará a análise dos contratos de forma individualizada.

**- Cédula de Crédito Bancário n.º 001409967**

5. Denota-se que trata-se de instrumento contratual emitido pela Recuperanda Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz, em 24.08.2022, possuindo como objeto a operação de crédito na importância de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), a ser quitada em 36 (trinta e seis) parcelas, com vencimento final posicionado para 29.08.2025, confira-se:

<b>Safra</b>		<b>Cédula de Crédito Bancário (Mútuo)</b>		<b>*AAFHQF2*</b>	
Nº 001409967					
Pagamento por esta Cédula de Crédito Bancário, em moeda corrente nacional, ao BANCO SAFRA S/A, ou à sua ordem, à quantia certa, líquida e original mencionada acima, incluindo dos encargos, na forma, prazo de pagamento e vencimentos) prevista no Quadro "II" abaixo, tudo nos termos das cláusulas e condições previstas nesta Cédula.					
<b>I - PARTES</b>					
<b>CREADOR</b>					
BANCO SAFRA S/A, com sede social na Avenida Paulista, 2100 - CEP 01318-900, cidade de São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 16.078.000/0001-28, brevete denominado digitalmente (SAFRA).					
<b>DEBITANTE</b>					
RUAÇÃO SOCIAL	SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ			CNPJ: 00.562.088/0001-11	
ENDEREÇO	R. STA. CRUZ N.º 300			CIDADE: SÃO PAULO	
BARRIO	V. MARIANA			ESTADO: SP	
CEP	01132-000			CEP: 01132-000	
CONTA CORRENTE	075595			AGÊNCIA: 12400	

\*\*\*

21 - CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO			
01- Valor do empréstimo: R\$	750.080,00	02- Encargo Fixo:	0,000000 %
03.1- Taxa de juros (pagamento por débito em conta Safrá)	0,560000% ao mês		
03.2- Taxa de juros (pagamento por outros meios)	0,840000% ao mês		
04- Taxa de juros efetiva (pagamento por débito em conta Safrá):	0,560000%	ao mês	6,930889% ao ano
04- Taxa de juros efetiva (pagamento por outros meios):	0,840000%	ao mês	10,550985% ao ano
05- Vencimento Final:	26/04/2026	06- Encargos:	FLUTUANTE
07.1- Taxa CDI (pagamento por débito em conta Safrá)	100,00% DA TAXA MÉDIA DIÁRIA DO CDI - BASE OVER, DIVULGADA PELA CETIP		

\*\*\*

VENHA ASSINAR E RECEBER DESTE INSTRUMENTO, O FORO DA COMARCA DE SAO PAULO - SP.

*Kashiya Nishikawa*  
1ª Diretora Vice-Presidente

*Dirceu Evangelino*  
Sic. Bras. do Brasil Santa Cruz

Embrasil  
SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ

\*\*\*

<b>Safrá</b>		<b>Anexo à Cédula de Crédito Bancário Nº 001409967</b>	
		<b>Contratação de Garantia - FGI-PEAC</b>	
Local: SAO PAULO		Data: 24/08/2022	
<b>I - Partes</b>			
Credor/ Agente Financeiro, denominado CREDOR	BANCO SAFRÁ S/A, com sede social em São Paulo - SP, na Avenida Paulista, 2100, inscrito no CNPJ 08.160.789/0001-28, doravante denominado simplesmente SAFRÁ,		
Emitente/ Beneficência, denominada EMITENTE	Nome/Razão social	CPC/CNPJ	
	SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ	60.552.098/0001-11	
	Endereço	Bairro	
	R. STA CRUZ N.º 398	VL. MARIANA	
	Cidade	Estado	CEP
	SAO PAULO	SP	04122-006
<b>II - Características da Cédula de Crédito Bancário</b>			
Cédula nº 001409967		Data de emissão 24/08/2022	
Valor do empréstimo R\$ 760.000,00		Vencimento final 10/09/2023	

\*\*\*

5º As Partes declaram que o presente é parte integrante, acessória e inseparável da CÉDULA.

E, por assim ser, assinam as partes presentes e contraídas, no termo o presente instrumento, em duas vias de igual teor e valor, uma das quais fica com os

02 (duas) testemunhas abaixo:

Banco Seta S/A  
Testemunhas:  
Nome \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_  
Nome \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ

Nome \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

*(Trechos extraídos dos documentos encaminhados pelo Credor)*

6. Posto isso, conforme dispõe o art. 49, *caput* da LFR<sup>1</sup>, estão sujeitos aos efeitos da

<sup>1</sup> Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

Recuperação Judicial todos os créditos existentes na data do pedido de Recuperação Judicial **(09.04.2025)**, sendo que o contrato em questão foi celebrado em **24.08.2022** de modo que se submete aos efeitos da Recuperação Judicial, dada a sua concursabilidade.

7. Nesta senda, analisando-se a planilha de cálculos apresentada pelo Credor, verifica-se que contém informações quanto à evolução da dívida, sendo possível vislumbrar que os valores ali contidos se encontram atualizados em conformidade com o que fora pactuado entre as partes, considerando-se os encargos previstos no contrato:

II - CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO			
01- Valor do empréstimo: R\$	750.080,00	02- Encargo Flat:	0,000000 %
03.1- Taxa de juros (pagamento por débito em conta Safrá)	0,560000% ao mês		
03.2- Taxa de juros (pagamento por outros meios)	0,840000% ao mês		
04- Taxa de juros efetiva (pagamento por débito em conta Safrá)	0,560000%	ao mês	6,930889% ao ano
04- Taxa de juros efetiva (pagamento por outros meios)	0,840000%	ao mês	10,560889% ao ano
05- Vencimento Final:	26/04/2025	06- Encargos:	FLUTUANTE
07.1- Taxa CDI (pagamento por débito em conta Safrá)			
100,00% DA TAXA MÉDIA DIÁRIA DO CDI - BASE OVER, DIVULGADA PELA CETIP			

\*\*\*

10ª Em caso de mora no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela EMISSORA, e sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas desta Cédula, as Partes estabelecem, de comum acordo, que incidirão sobre os valores em débito (i) juros de mora à taxa pactuada no campo "15" do Quadro "II" do preâmbulo, capitalizados diariamente, e (ii) multa contratual irredutível, não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor total da dívida.

PARÁGRAFO ÚNICO - O recebimento do principal e de quaisquer acréscimos mesmo sem ressalva, não constituirá presunção de quitação dos encargos ou de quaisquer outras quantias devidas.

- DOS DÉBITOS EM CONTA

**(Trechos extraídos dos documentos encaminhados pelo Credor)**

8. Além disso, verificou-se que os valores limitaram-se à data da distribuição do pedido da Recuperação Judicial **(09.04.2025)**, confira-se:



(Trechos extraídos dos documentos apresentados pela Credora)

9. Desta forma, em razão do quanto exposto alhures, considerando que o crédito advindo da Cédula de Crédito Bancário n.º **001409967** encontra-se devidamente atualizado até a data da distribuição do pedido de Recuperação Judicial (**09.04.2025**), a Administradora Judicial de rigor a retificação do valor previsto na relação de credores.

- **Cédula de Crédito Bancário n.º 8462774**

10. Neste passo, trata-se de instrumento contratual emitido pela Recuperanda Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz,, em **05.10.2024**, possuindo como objeto a operação de crédito na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil), a ser quitada em 12 (doze) parcelas, com vencimento final posicionado para 09.09.2025, confira-se:

Safrá		Cédula de Crédito Bancário (Mútuo)	
Nº 008462774			
Pagaremos por esta Cédula de Crédito Bancário, em moeda corrente nacional, ao BANCO SAFRÁ S/A, ou à sua ordem, a quantia certa, líquida e exigível mencionada acima, acrescida dos encargos, na forma, prazo de pagamento e vencimento(s) previstos no Quadro "E" abaixo, tudo nos termos das cláusulas e condições previstas nesta Cédula.			
I - PARTES			
CREDOR			
BANCO SAFRÁ S/A, com sede social na Avenida Paulista, 2100 - CEP 01310-000, cidade de São Paulo - SP, inscrito no CNPJ sob o nº 58.180.793/0001-26, doravante denominado simplesmente SAFRÁ.			
DEBITANTE			
RAZÃO SOCIAL	SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ	CNPJ	60.502.096/0001-11
ENDEREÇO	R. STA. CRUZ - N. 388	CIDADE	SÃO PAULO
BAIRRO	VL. MARIANA	ESTADO	SP
CEP	07959-95	AGÊNCIA	12430

\*\*\*

II - CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO				
01- Valor do empréstimo: R\$	150.000,00	02- Encargo Flat:	0,000000 %	
03.1- Taxa de juros (pagamento por débito em conta Safrá)	0,770000% ao mês			
03.2- Taxa de juros (pagamento por outros meios)	1,155000% ao mês			
04- Taxa de juros efetiva (pagamento por débito em conta Safrá)	0,770000%	ao mês	9,641534%	ao ano
04- Taxa de juros efetiva (pagamento por outros meios)	1,155000%	ao mês	14,775251%	ao ano
05- Vencimento Final:	05/09/2025	06- Encargos:	FLUTUANTE	
07.1- Taxa CDI (pagamento por débito em conta Safrá)				
100,00% DA TAXA MÉDIA DIÁRIA DO CDI - BASE OVER, DIVULGADA PELA CETIP				

\*\*\*



*(Trechos extraídos dos documentos encaminhados pelo Credor)*

11. Posto isso, conforme dispõe o art. 49, caput da LFR<sup>2</sup>, estão sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial todos os créditos existentes na data do pedido de Recuperação Judicial **(09.04.2025)**, sendo que o contrato em questão foi celebrado em **05.10.2024** de modo que se submete aos efeitos da Recuperação Judicial, dada a sua concursabilidade.

12. Nesta senda, analisando-se a planilha de cálculos apresentada pelo Credor, verifica-se que contém informações quanto à evolução da dívida, sendo possível vislumbrar que os valores ali contidos se encontram atualizados em conformidade com o que fora pactuado entre as partes, considerando-se os encargos previstos no contrato:

II - CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO				
01- Valor do empréstimo: R\$	150.000,00	02- Encargo Flat:	0,000000 %	
03.1- Taxa de juros (pagamento por débito em conta Safrá)	0,770000% ao mês			
03.2- Taxa de juros (pagamento por outros meios)	1,155000% ao mês			
04- Taxa de juros efetiva (pagamento por débito em conta Safrá)	0,770000%	ao mês	9,641534%	ao ano
04- Taxa de juros efetiva (pagamento por outros meios)	1,155000%	ao mês	14,775251%	ao ano
05- Vencimento Final:	05/09/2025	06- Encargos:	FLUTUANTE	
07.1- Taxa CDI (pagamento por débito em conta Safrá)				
100,00% DA TAXA MÉDIA DIÁRIA DO CDI - BASE OVER, DIVULGADA PELA CETIP				

\*\*\*

<sup>2</sup> Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.



**13.** Além disso, verificou-se que os valores limitaram-se à data da distribuição do pedido da Recuperação Judicial (**09.04.2025**), confira-se:

**14.** Desta forma, em razão do quanto exposto alhures, considerando que o crédito advindo da Cédula de Crédito Bancário n.º **8462774** encontra-se devidamente atualizado até a data da distribuição do pedido de Recuperação Judicial (**09.04.2025**), a Administradora Judicial de rigor a retificação do valor previsto na relação de credores.

- 15.** Superada as análises das operações acima demonstradas, a Administradora Judicial

informa que o crédito de titularidade do Credor Banco Safra S.A perfaz a monta de R\$ 1.165.045,81 (um milhão cento e sessenta e cinco mil quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos), confira-se:

Descrição	Valores
CCB n.º 001409967	R\$ 239.255,38
CCB n.º 8462774	R\$ 122.960,83
<b>Total</b>	<b>R\$ 362.216,21</b>

## CONCLUSÃO

16. Diante do exposto, a Administradora Judicial **acolhe** o pedido de divergência do credor Banco Safra S.A, para que seja **retificar** o crédito previsto na relação de credores, para que passe a constar pela monta de R\$ 362.216,21 (trezentos e sessenta e dois mil, duzentos e dezesseis reais e vinte e um centavos).

<p><b>Titular do Crédito:</b> Banco Safra S.A</p> <p><b>Valor do Crédito:</b> R\$ 362.216,21</p> <p><b>Classificação do Crédito:</b> Quirografária</p> <p><b>Recuperanda:</b> Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz</p>
--

ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.  
 Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante  
 OAB/SP nº 303.042

ANDREA DE OLIVEIRA COSTA  
 CRC nº 1SP-335648  
 Contadora

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Denuo Medic Importação e Exportação Ltda
<b>CPF/CNPJ</b>	04.715.053/0001-40
<b>Tipo do Requerimento</b>	DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pela Recuperanda</b>	<b>Classificação do crédito declarado pela Recuperanda</b>
R\$ 24.572,26	Quirografária

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 21.131,09	Quirografária

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Habilitação de Crédito
ii	Procuração
iii	Cópia da Nota Fiscal, Boletto e Protesto
iv	Documentos constitutivos da empresa
v	Planilha de Cálculos

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de habilitação de crédito, apresentado via *e-mail*, intentado pela Credora Denuo Medic Importação e Exportação Ltda., por meio do qual requer a retificação de créditos na relação creditícia da Recuperanda para constar pela monta de R\$ 21.131,09 (vinte e um mil, cento e trinta e um reais e nove centavos).

2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém da Nota Fiscal de n.º 234584, referente a venda de materiais médico-hospitalares à Recuperanda.

3. Nesta senda, insta consignar que a credora encontra-se arrolada na Relação de Credores apresentada pela Recuperanda pelo valor de R\$ 24.572,26 (vinte e quatro mil, quinhentos e setenta e dois reais e vinte e seis centavos) na classe III - Quirografário, veja-se:

132	DISI COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	07.295.190/0001-60	R CONDESA LEBORA, 412
133	DE FARMACIA E IMPORTACAO LTDA	03.851.740/0001-35	SÃO FRANCISCO DO VIMPIRO, Nº 60
134	DENUO MEDIC IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	04.715.053/0001-40	CAMPOS DO JORDAO, Nº 69
135	DESIGNION SERVICOS MEDICOS	44.022.048/0001-76	RUA SOF. POLIDRESES, Nº 02 CASA 11
136	DIAGNOSIS ASSISTENCIA MEDICA E NEFROLOGICA LTDA	59.550.366/0008-25	RUA TAUSCOLD, Nº 1187

\*\*\*



(Trecho extraído à fl. 1.921)

4. Pois bem. Ao analisar os documentos apresentados pela Credora, a Administradora Judicial pôde constatar que a nota fiscal não possui assinatura, não tendo sido encaminhado nenhum documento que comprove a prestação de serviço. Observe-se:

(Trechos extraídos de documentos enviados pela Credora por e-mail)

5. Assim sendo, em que pese a credora não ter encaminhado nenhum documento que comprove a prestação de serviço, verifica-se que houve confissão expressa acerca do crédito pela própria Recuperanda referente à Nota Fiscal pleiteada, desse modo a Administradora Judicial **entende** que houve a devida comprovação, ante a bilateralidade e por ser fato não controverso, estando em consonância com o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, veja-se:

*“Agravado de instrumento - Recuperação judicial - Impugnação de crédito - Decisão agravada que determinou que a credora apresentasse, no prazo de 10 dias, os documentos solicitados pelo administrador judicial, a fim de demonstrar o inadimplemento das recuperandas, em relação aos instrumentos de confissão de dívida - Inconformismo - Acolhimento - Inexistência de controvérsia quanto ao inadimplemento dos valores previstos nos instrumentos de confissão de dívida celebrado entre as partes - Recuperandas que reconhecem, tanto nos autos de origem, como em contraminuta, a pretensão da credora - Notas fiscais e instrumentos de confissão de dívida que lastreiam o presente incidente que foram devidamente juntados pela credora nos autos de origem - Comunicação eletrônica entre as partes, em que o departamento financeiro das recuperandas reconhecem o inadimplemento das mencionadas notas fiscais, assim como dos contratos de confissão de dívida - Documentos apresentados que são aptos a demonstrar tanto a existência do crédito, como a sua origem - Desnecessidade de juntada de novos documentos - Decisão reformada - Recurso provido.”<sup>1</sup>(original sem grifos).*

6. Nesse sentido, conforme se verifica, a emissão do título retromencionada se deu em **26.08.2024**, ou seja, em data anterior à distribuição da Recuperação Judicial (**09.04.2025**), demonstrando a **concursalidade** deste crédito.

<sup>1</sup> TJ-SP - AI: 22935258620218260000 SP 2293525-86.2021.8.26.0000, Relator: Grava Brazil, Data de Julgamento: 31/03/2022, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 31/03/2022.

7. Ato contínuo, ressalta-se que a Credora apresentou planilha de cálculo, atualizada até **09.04.2025**, portanto, em consonância com o art. 9º, II, da LFR, que limita a atualização do crédito até a data da distribuição do pedido de recuperação judicial (**09.04.2025**). Veja-se:

Memento de Cálculo atualizado até a data de pedido de recuperação judicial - SPANDEX HOSPITAL SANTA CRUZ										
Nota Fiscal	Parcela	Emissão	Vencimento	Valor Original	IECA	Valor Atualizado	Variação SELIC	Índice de Juros	Valor Juros	Valor Atualizado SELIC
1-48344	-	20/03/2024	25/03/2024	R\$ 20.054,11	1.00952317	R\$ 20.054,88	0,00007671	0,01334583	R\$ 2,70 24	R\$ 20.131,09

*(Trechos extraídos de documentos enviados pela Credora por e-mail)*

8. Deste modo, diante da existência de crédito líquido, certo e exigível, de rigor o acolhimento do pleito de retificação do crédito em questão.

## CONCLUSÃO

9. Diante do exposto, a Administradora Judicial **acolhe** o pleito aduzido pela Credora Denuo Medic Importação e Exportação Ltda., para **retificar** o crédito na relação creditícia das Recuperandas, para passar a constar pela monta de **R\$ 21.131,09** (vinte e um mil, cento e trinta e um reais e nove centavos), na classe quirografária.

**Titular do Crédito:** SP Intervention Ltda.

**Valor do Crédito:** R\$ 21.131,09

**Classificação do Crédito:** Quirografária

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,  
MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ  
PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100

2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,  
ESTADO DE SÃO PAULO

DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:

Nome/Razão Social	Clínica TDMX Oftalmologia Ltda
CPF/CNPJ	13.117.870/0001-97
Tipo do Requerimento	DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:

Valor do crédito declarado pelas Recuperandas	Classificação do crédito declarado pela Recuperanda
R\$ 103.280,54	Subquirografia

Valor do crédito pretendido pelo Credor	Classificação do crédito pretendido pelo Credor
R\$ 43.942,23	Quirografário
R\$ 4.394,23	Trabalhista

DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:

Item	Descrição do Documento
i	Petição de Divergência e Habilitação de Crédito n.º 1102310-87.2025.8.26.0100
ii	Documentos Constitutivos e Procuração
iii	Cópia de Acordo pactuado no Processo n.º 1018862-56.2024.8.26.0003

PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.

1. Trata-se de pedido de habilitação de crédito, intentado pela Credora Clínica TDMX Oftalmologia Ltda., através do incidente de habilitação de crédito n.º 1102310-87.2025.8.26.0100, por meio do qual pugna pela retificação de seu crédito na relação de credores, para que passe a constar pela monta de R\$ 43.942,32 (quarenta e dois mil novecentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos), em favor da Credora TDMX, na classe quirografária, bem como montante de R\$ 4.394,23 (quatro mil trezentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos) em favor dos patronos Ricardo Carriel Amary e César Elias Ortolani.

2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém da Ação Monitória n.º 1018862-56.2024.8.26.0003 que tramitou perante à 5ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara, da Comarca da Capital, estado de São Paulo.

3. Para corroborar o seu pleito, dentre outros documentos, a Credora apresentou cópia do acordo pactuado entre as partes no processo supramencionado, acompanhado de planilha de cálculo.

4. De proêmio, a Administradora Judicial esclarece que diligenciou administrativamente junto ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo, tendo constatado que no dia **05.07.2024** a Credora Clínica TDMX Oftalmologia Ltda., distribuiu, em face da Recuperanda, a Ação Monitória autuada sob o n.º 1018862-56.2024.8.26.0003, em trâmite pela 5ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara, da Comarca da Capital, estado de São Paulo, visando a cobrança do montante de R\$ 107.334,46 (cento e sete mil, trezentos e trinta e quatro reais e quarenta e seis centavos), relativo à prestação de serviços de plantões médicos.



CLÍNICA TDMX OFTALMOLOGIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.117.870/0001-97, com sede na Rua Vergueiro nº 2.087 – conjunto 1601, Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP 04101-00, propõe a presente

### AÇÃO MONITÓRIA

em face da SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ, mantenedora do HOSPITAL SANTA CRUZ, inscrita no CNPJ sob o nº 60.552.098/0001-11, com sede nesta Capital, na Rua Santa Cruz, 398 – Vila Mariana, São Paulo – SP, CEP 04122-000, pelas razões de fato e fundamentos de direito a seguir aduzidas.

\*\*\*

### DOS PEDIDOS

Diante todo o exposto, requer a citação da Requerida para que apresente resposta, no prazo legal, nos termos do art. 231 do CPC, sob pena de revelia e, ao final, a integral procedência da presente ação, condenando-se a Requerida ao pagamento dos valores principais, que alcançam a monta de R\$ 107.334,46 (cento e sete mil e trezentos e trinta e quatro reais e quarenta e seis centavos), acrescidos de juros e correção monetária, até a data do efetivo pagamento, além das verbas de sucumbência.

(Trechos extraídos dos autos n.º 1018862-56.2024.8.26.0003)

5. Devidamente citada, a Recuperanda apresentou Embargos Monitórios (**fls. 59/65 da Ação Monitória**), de modo que no dia **25.09.2024**, foi comunicado nos autos que as partes se compuseram em acordo, oportunidade em que a Recuperanda confessou ser devedora do importe de R\$ 121.370,36, a ser pago em 10 (dez) parcelas, iguais e consecutivas, com início em 30.09.2024 e fim em 30.06.2025, confira-se:

Processo nº 1018862-56.2024.8.26.0003

CLÍNICA TDMX OFTALMOLOGIA LTDA. e SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ, ambas qualificadas e representadas por seus respectivos advogados, nos autos da presente Ação Monitória, informam que compuseram nos termos abaixo:

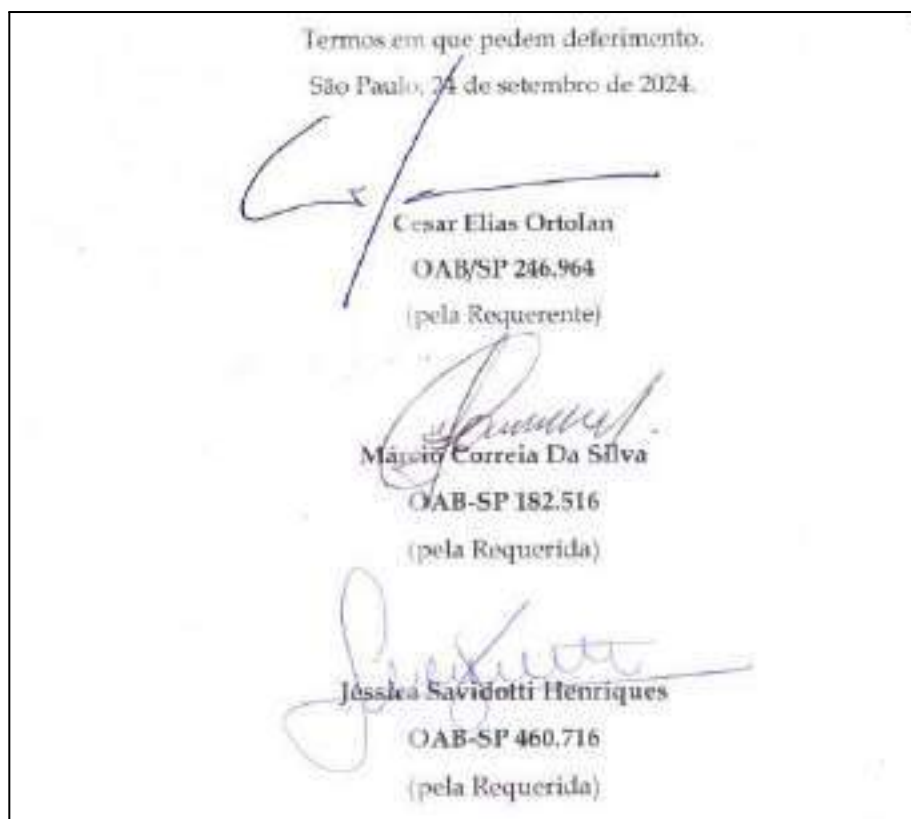
A Requerida reconhece como devido a totalidade dos pedidos formulados e, nestas condições, com a concordância dela, pagará à Requerente o valor integral do valor pretendido, acrescido de correção monetária pelo Índice do Tribunal de Justiça de São Paulo e juros de 1% ao mês até a data do efetivo pagamento, além de custas e honorários advocatícios de 10% sobre o total valor atualizado, que na data de hoje corresponde a R\$ 121.370,36, conforme demonstrativo anexo. Os pagamentos serão feitos em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, nas seguintes condições:

\*\*\*

- 1ª parcela no valor de R\$ 12.137,03 (doze mil cento e trinta e sete reais e três centavos), a ser pago até o dia 30/09/2024;

- Outras 09 (nove) parcelas mensais e consecutivas, a serem pagas no último dia útil de cada mês, a partir de 31/10/2024. Cada uma das parcelas será calculada a partir do saldo total em aberto, dividido pelo número de parcelas pendentes, com a correção monetária pelo Índice do Tribunal de Justiça de São Paulo e juros de 1% ao mês.

\*\*\*



*(Trechos extraídos dos autos n.º 1018862-56.2024.8.26.0003)*

6. Nesta linha, no dia 26.09.2024, o D. Juízo da 5ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara, homologou o acordo celebrado entre as partes:

Processo Digital nº:	1018862-56.2024.8.26.0003
Classe - Assunto	Monitória - Pagamento
Requerente:	Clinica Tdmx Oftalmologia Ltda
Requerido:	Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz
Juiz(a) de Direito: Dr(a). CLAUDIA FELIX DE LIMA	
Vistos.	
Homologo o acordo formulado entre as partes na presente ação julgando extinto o feito nos termos do artigo 487, III, "b", do Código de Processo Civil.	

*(Trechos extraídos dos autos n.º 1018862-56.2024.8.26.0003)*

7. Nesta linha, denota-se que o crédito é concursal em sua totalidade, nos termos do art. 49, da LFR, haja vista que consubstanciado em acordo pactuado e homologado em data

anterior ao pedido de recuperação judicial **(09.04.2025)**.

8. Em prosseguimento, importante consignar que a Credora noticiou nos autos do pedido de habilitação de crédito autuado sob o n.º 112310-87.2025.8.26.0100, a Recuperanda restou inadimplente no importe de R\$ 48.336,55, o que corresponde ao inadimplemento a partir da 7ª parcela do acordo pactuado, cujo vencimento encontrava-se posicionado para o dia **30.03.2025**.

Naqueles autos, foi proferida sentença de homologação de acordo, no qual a Recuperanda reconheceu como devido o pagamento à Habilitante do valor de R\$ 121.370,36 (cento e vinte e um mil e trezentos e setenta reais e trinta e seis centavos), a ser realizado em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela vencida em 30/09/2024 e a última em 30/06/2025.

Ocorre que, em virtude do pedido de recuperação judicial da empresa, o referido acordo foi descumprido, o que gerou à Habilitante o crédito estimado em R\$ 48.336,55 (quarenta e oito mil e trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), conforme demonstrativo anexo, atualizado nos termos do acordo e do art. 9º, II da Lei 11.101/05.

*(Trecho extraído do Incidente de Crédito n.º 112310-87.2025.8.26.0003)*

9. Não obstante, a Credora apresentou planilha de cálculos, indicando que o crédito principal, devidamente atualizado até a data do pedido de recuperação judicial **(09.04.2025)**, nos termos do art. 9º, da LFR, e acrescido de multa moratória pelo descumprimento no importe de 20%, perfaz a monta de R\$ 43.942,32, veja-se:

Valores atualizados até 09/04/2025 utilizando TJ/SP: Débitos Judiciais (ORTN, OTN, IPC, INPC)			
Composição da tabela de correção:			
Início	Fim	Indicador	
10/1984	01/1988	ORTN / OTN	
01/1988	01/1989	Fixado em 42,72%	
02/1989	02/1989	Fixado em 18,14%	
03/1989	02/1990	ITN	
03/1990	02/1991	IPC (IBGE)	
03/1991	07/2025	INPC (IBGE)	
Valor Orig.	valor em 30/09/2024		33.549,92
Corr. Mon.	de 30/09/2024 a 09/04/2025	R\$ 33.549,92 x 1,038491507	34.874,86
Juros Moral.	de 30/09/2024 a 09/04/2025: 1,00% simples (mensal)	R\$ 34.874,86 x 6,00%	2.092,49
Multa		R\$ 34.874,86 x 20,00%	6.974,97

(Trecho extraído do Incidente de Crédito n.º 112310-87.2025.8.26.0003)

10. Por fim, destaca-se que credora foi arrolada na Relação de Credores apresentada pela Recuperanda às fls. 1.908/1.935 na classe subquirografária. No entanto, em razão da ausência de previsão legal para tal classe na recuperação judicial, a Administradora Judicial entende necessária a reclassificação do crédito.

11. Neste sentido, urge consignar que o crédito titularizado pela Credora possui natureza direta na prestação de serviço médico-hospitalar, tratando-se, portanto, de verba de natureza estritamente alimentar, correspondente à contraprestação dos serviços prestados.

12. Assim, em que pese a relação contratual tenha se dado por meio de pessoas jurídicas, assemelha-se à qualificação de profissional liberal, a quem a jurisprudência pátria confere aos seus honorários a mesma classificação, no âmbito da recuperação judicial, dos créditos decorrentes da Justiça do Trabalho, tendo em vista sua natureza alimentar, confira-se:

*AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - HONORÁRIOS - CRÉDITO TRABALHISTA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, AMPARADA NA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO STJ, DEU PROVIMENTO AO RECLAMO. INCONFORMISMO DA RECUPERANDA. 1. O tratamento dispensado aos honorários devidos a profissionais liberais - no que se refere à sujeição ao plano de recuperação judicial - deve ser o mesmo*

*conferido aos créditos de origem trabalhista, em virtude de ambos ostentarem natureza alimentar. Aplicação da Súmula 83 do STJ. 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, em se tratando de crédito trabalhista por equiparação, as Turmas de Direito Privado firmaram o entendimento de que é possível, por deliberação da AGC, a aplicação do limite previsto no art. 83, I, da Lei 11.101/2005 às empresas em recuperação judicial, desde que devida e expressamente previsto pelo plano de recuperação judicial, instrumento adequado para dispor sobre forma de pagamento das dívidas da empresa em soerguimento (princípio da preservação da empresa). Aplicação da Súmula 83 do STJ. 3. Agravo interno desprovido.<sup>1</sup>*

\*\*\*

*Agravo de instrumento – Recuperação judicial – Decisão que julgou improcedente impugnação de crédito – Inconformismo das recuperandas – Crédito decorrente de serviços prestados pelo habilitante na qualidade de médico – Crédito de natureza alimentar e, como tal, equiparável aos trabalhistas para fins de classificação em recuperação judicial – Precedentes jurisprudenciais – Decisão mantida – Recurso desprovido.<sup>2</sup>*

\*\*\*

*Recuperação Judicial – Crédito referente a prestação de serviços médicos – Titularidade de sociedade simples composta por médico e cônjuge, atuante na administração de consultório - Verba de natureza alimentar análoga a salário, mesmo que atribuído a pessoa jurídica – Precedente do STJ – Inclusão na Classe I (Trabalhistas) – Decisão reformada – Recurso provido.<sup>3</sup>*

**13.** Desta forma, a Administradora Judicial entende que o crédito deverá ser reclassificado, para que passe a constar na classe trabalhista.

<sup>1</sup>STJ - REsp n. 1.851.770/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 18/2/2020, DJe de 20/2/2020.

<sup>2</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 21770478720248260000 São Paulo, Relator.: Maurício Pessoa, Data de Julgamento: 17/10/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 17/10/2024

<sup>3</sup> TJ-SP - AI: 22401865220208260000 SP 2240186-52.2020.8 .26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 27/11/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 27/11/2020.



14. No que tange aos **honorários advocatícios** previstos no acordo entabulado entre as partes, para fins de habilitação de crédito, a Credora apresentou planilha de cálculos, indicando que o crédito principal, devidamente atualizado até a data do pedido de recuperação judicial (**09.04.2025**), nos termos do art. 9º, da LFR, confira-se:

Valores atualizados até 09/04/2025 utilizando TJ/SP: Débitos Judiciais (ORTN, OTN, IPC, INPC)			
Composição da soma de correção:			
Início	Fim	Indicador	
10/1988	10/1988	ORTN / OTN	
01/1988	01/1989	Fixado em 42,72%	
02/1989	02/1990	Fixado em 10,14%	
03/1989	03/1990	ETN	
04/1990	04/1991	IPC (BCCF)	
05/1991	05/2025	INPC (BCCF)	
Valor Orig.	valor em 30/09/2024		33.540,02
Corr. Mon.	de 30/09/2024 a 09/04/2025	RS 33.549,92 x 1,036491607	34.874,95
Juros Monet.	de 30/09/2024 a 09/04/2025: 1,50% simples (mensal)	RS 34.874,96 x 6,00%	2.092,49
Multa		RS 34.874,96 x 20,00%	6.974,97
Honorários		RS 43.942,32 x 10,00%	4.394,23
Subtotal			48.306,56

*(Trecho extraído do Incidente de Crédito n.º 112310-87.2025.8.26.0003)*

15. No entanto, com relação à titularidade do crédito oriundo dos honorários advocatícios, cumpre ressaltar que os patronos Ricardo Carriel Amary, OAB/SP 234.110 e César Elias Ortolan, OAB/SP n.º 246.964, patrocinaram a Credora tanto na Ação Monitória autuada sob o n.º 1018862-56.2024.8.26.0003, quanto no incidente de habilitação de crédito 110210-87.2025.8.26.0100, veja-se:

Por fim, requer que todas as intimações e publicações relativas à presente demanda sejam feitas exclusivamente em nome dos advogados RICARDO CARRIEL AMARY, inscrito na OAB/SP sob o nº 234.110 ([ricardo.amary@aoadv.com.br](mailto:ricardo.amary@aoadv.com.br)) e CESAR ELIAS ORTOLAN, inscrito na OAB/SP sob o nº 246.964 ([cesar.ortolan@aoadv.com.br](mailto:cesar.ortolan@aoadv.com.br)), ambos com escritório na Rua dos Pinheiros, 870, 4º andar, em São Paulo/SP, sob pena de nulidade.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 107.334,46 (cento e sete mil e trezentos e trinta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

Nestes termos, pedem deferimento.  
São Paulo/SP, 05 de julho de 2024.

Ricardo Carriel Amary  
OAB/SP 234.110

Cesar Elias Ortolan  
OAB/SP 246.964

*(Trechos extraídos dos autos n.º 1018862-56.2024.8.26.0003)*

\*\*\*

Por fim, para a regularização da representação processual, protesta pela juntada do instrumento de procuração e requer que todas as intimações e publicações relativas à presente demanda sejam feitas em nome dos advogados RICARDO CARRIEL AMARY, inscrito na OAB/SP sob o nº 234.110 ([ricardo.amary@aoadv.com.br](mailto:ricardo.amary@aoadv.com.br)) e CESAR ELIAS ORTOLAN, inscrito na OAB/SP sob o nº 246.964 ([cesar.ortolan@aoadv.com.br](mailto:cesar.ortolan@aoadv.com.br)), ambos com escritório na Rua dos Pinheiros, 870, 4º andar, em São Paulo/SP, sob pena de nulidade.

Termos em que pede deferimento.  
São Paulo/SP, 23 de julho de 2025.

Ricardo Carriel Amary  
OAB/SP 234.110

Cesar Elias Ortolan  
OAB/SP 246.964

*(Trecho extraído do Incidente de Crédito n.º 112310-87.2025.8.26.0003)*



16. Por conseguinte, a *Expert* constatou que a Credora foi representada pelos patronos retromencionados, conforme acima demonstrado em ambas as ações, sendo incontroverso que os honorários fixados são devidos a todos os patronos constituídos pelo outorgante do mandato.

17. Deste modo, havendo crédito líquido e certo, de rigor a habilitação do montante de **R\$ 4.394,23** (quatro mil, trezentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos), na classe trabalhista em favor dos patronos, Ricardo Carriel Amary, OAB/SP 234.110 e César Elias Ortolan, OAB/SP n.º 246.964, na classe trabalhista.

### CONCLUSÃO

18. Diante do exposto, a Administradora Judicial **acolhe** o pedido de divergência de crédito apresentado pela Credora Clínica TDMX Oftalmologia Ltda., para em harmonia com as disposições inseridas na LFR, **retificar** o crédito na relação de credores, para que passe a constar pelo montante de R\$ 43.942,32 (quarenta e três mil, novecentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos), bem como habilitar o montante de R\$ 4.394,23 (quatro mil, trezentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos) em favor dos patronos Ricardo Carriel Amary, e Cesar Elias Ortolan, ambos na classe trabalhista.

**Titular do Crédito:** TDMX Oftalmologia Ltda

**Valor do Crédito:** R\$ 43.942,32

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**Titular do Crédito:** Ricardo Carriel Amary, e Cesar Elias Ortolan

**Valor do Crédito:** R\$ 4.394,23

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP n.º 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC n.º 1SP-335648**

**Contadora**

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Inovação Urologia Ltda.
<b>CPF/CNPJ</b>	08.338.603/0001-00
<b>Tipo do Requerimento</b>	<b>DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO</b>

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pelas Recuperandas</b>	<b>Classificação do crédito declarado pelas Recuperandas</b>
R\$ 337.425,87	Subquirografário

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 997.412,19	Quirografário

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
<b>i</b>	Petição de Divergência
<b>ii</b>	Memorial de Cálculo
<b>iii</b>	Procuração
<b>iv</b>	Incidente de Crédito 1102373-15.2025.8.26.0100

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de divergência de crédito, intentado pela credora Inovação Urologia Ltda., através do incidente de crédito n.º 1102373-15.2025.8.26.0100, por meio do qual pugna pela retificação de seu crédito na relação de credores, para que passe a constar pela monta de R\$ 997.412,19 (novecentos e noventa e sete mil, quatrocentos e doze reais e dezenove centavos), na classe quirografária.

2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém de serviços médicos prestados em favor da Recuperanda.

3. Para corroborar o seu pleito, a Credora apresentou: **(i)** Contrato de Cessão de Uso de Instalações e Equipamentos Hospitalares, acompanhado de Termo Aditivo; **(ii)** Termos de Acordo firmado em 03.05.2021; **(iii)** Trocas de *e-mails*; **(iv)** Extrato de Repasses à Terceiros - Médicos; e **(v)** Planilha de Cálculos.

4. Neste ínterim, frisa-se que no dia 24.07.2025, este D. Juízo proferiu r. decisão, determinando à extinção do incidente de crédito n.º 102373-15.2025.8.26.0100, convertendo-o em habilitação de crédito administrativa. Desta forma, em atenção ao princípio da celeridade e economia processual, a *Expert* passa a analisá-lo, nos moldes determinados por este D. Juízo.

5. Aprioristicamente, a Administradora Judicial procedeu à análise dos documentos apresentados pela Credora, sendo possível aferir a relação jurídica entabulada entre as partes advém do “*Contrato de Cessão de Uso de Instalações e Equipamentos Hospitalares*” e Termo Aditivo, assim como do “*Termo de Acordo de Repasse Médico*”:

1998

CC-BY 4.0 International license

## CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

**Cedente:** SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE HEPATOCISSA SANTA CRUZ, entidade filantrópica e de utilidade pública, de direito privado, estabelecida no Hospital Santa Cruz, com sede à Rua Santa Cruz nº 100, Vila Mariana, 130 Paulo, Curitiba, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.932.068/0001-11, a seguir designado **Santa Cruz**.

**Considerações:** INOVAÇÃO SERVIÇOS MÉDICOS, com sede à Alameda Santos, 211 – Conj. 111 – Cerqueira César – São Paulo – SP, inscrita no CNPJ/MF nº 06.708.562/0001-02, nomeada representada por sua sócia, **Dra. Dora Siqueira Leite**, brasileira, casada, médica, CNPJ 133.138 – CPF/MF nº 235.220.948-41, RG nº 27.854.834-4 – 104753, residente e domiciliada à Rua Dr. Afrânio de Oliveira, 540 Aptos. 05 – São Cheloveiras – São Paulo – SP.

1) Entre as partes acima, em caráter irrevogável e irretratável, foi celebrado o presente CONTRATO DE CENSO DE USO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, que se regerá pelas CONDIÇÕES GERAIS registradas, sob protocolo sob nº 17.07372, no 4º cartório de registro de títulos e documentos desta Capital, em 26 de novembro de 2003.

<sup>§</sup> Übereinstimmung der Aussagen mit den Ergebnissen des forensischen Genetests. Von nichtprüfbar ist eine Aussage dann zu verstehen.

- b. O prazo de repasse é o determinado previsto no artigo 19, alínea c) do I (dois) dias úteis, a contar da entrega dos documentos, devendo a apresentação do Santa Cruz

h. O lista de repere e revizuită pentru a fi citită în jur de 10-15 minute, după care se discută despre ea.

7) Não é ato, se pertence ao âmbito de atuação das Condições Simples, não expressamente afetadas pelo presente, que furem sendo parte integrante do presente, como de aqui em diante se manifestar, e acompanhar o presente instrumento através dos cópias anexas, uma das quais é distribuída com o ato notório.

© 2007 Elsevier Inc. Todos los derechos reservados. No se permite la explotación económica ni la transformación de esta obra. Queda permitida la impresión en su totalidad.

See Page 10 for notes on the CD-ROM.

SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE  
BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ

**Author's address:** Department of Psychology,  
University of Illinois at Chicago, Chicago, IL  
60607-7181, USA.  
**E-mail:** jay@uic.edu

**Abstract**

 Springer  
 4770  
 P.O. Box 2485  
 New York, NY 10116-2485  
 Tel: 212 462 6831  
 Fax: 212 462 6896  
 E-mail: [subscriptions@springer.com](mailto:subscriptions@springer.com)

*Leila Stanger Myers*  
WILLIAM STANGER, MD COO  
Stanger Medical Center

\*\*\*

Pg. 32

**TERMO DE ADITIVO Nº 1 AO  
CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE INSTALAÇÕES E  
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES Nº 815/18**

Pelo presente instrumento, de um lado:

**SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ**, mantenedora do HOSPITAL JAPONÊS **SANTA CRUZ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.552.000/0001-11, com sede na Rua Santa Cruz, nº 998, Vila Mariana, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, neste ato representada nos termos dos seus atos constitutivos, doravante denominada "SANTA CRUZ", e do outro lado:

**INOVAÇÃO SERVIÇOS MÉDICOS**, inscrita no CNPJ sob nº 28.562.168/0001-06, com sede a Alameda Santos, nº 211, Conj. 111, Cerqueira César, São Paulo/SP, neste ato representada pelo seu sócio Dr. Diego Shigueni Hajiri, brasileiro, casado, médico, CRM/SP nº 126.126, com endereço profissional acima, onde pode ser encontrado, doravante denominada Cessionária;

**CONSIDERANDO** que as Partes firmaram Termo de Adesão ao Cessão de Uso de Instalações e Equipamentos Hospitalares nº 815/18, em 01 de junho de 2018 ("Contrato");

**CONSIDERANDO** renegociações das partes sobre repasse dos honorários médicos;

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação de cláusulas de derivacão trabalhista, responsabilidade civil, confidencialidade e anticorrupção, tratamentos de dados e do foro;

Têm entre si, justo e contratado, o presente Aditamento ao Contrato de Cessão de Uso de Instalação e Equipamentos Hospitalares, mediante as seguintes condições:

**CLÁUSULA 1ª** – Considerando a renegociação das partes sobre repasse dos honorários médicos, inclui-se a **Cláusula Décima – DAS CIRURGIAS ONCOLÓGICAS**, conforme redação a seguir:

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CIRURGIAS ONCOLÓGICAS**

O SANTA CRUZ pagará a CESSIONÁRIA os valores dos honorários médicos relativos às **cirurgias oncológicas**, referente aos pacientes de **parâmetros** credenciados no SANTA CRUZ, obedecendo os valores das tabelas praticadas pelo SANTA CRUZ multiplicados por 3 (três).

**Parágrafo Único:** O repasse ocorrerá mediante comprovação de laudo anamnóstico/clínico, enviado ao setor de contas médicas, através do e-mail: [contasmed@sp.santa.br](mailto:contasmed@sp.santa.br).

\*\*\*

**CLÁUSULA 3ª** – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato não expressamente alteradas pelo presente aditivo, passando a fazer parte integrante do contrato, para todos os fins e efeitos de direito.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, com suas firmas manuais.

São Paulo, 1ª de agosto de 2023.

 <b>SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ</b> Mario Sato Diretor Presidente	 <b>SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ</b> Marcelo Fujii Diretor Executivo
 <b>INOVAÇÃO SERVIÇOS MÉDICOS</b>	
 Nome: Dairne Domingues RG nº: 12.130.132-1	 Nome: Dairne Domingues RG nº: 12.130.132-1

\*\*\*

**TERMO DE ACORDO DE REPASSE MÉDICO**

Pelo presente instrumento particular ("Acordo"), as partes a seguir qualificadas, a saber:

**SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ**, mantenedora do HOSPITAL SANTA CRUZ, inscrita no CNPJ sob nº 00.552.038/0001-11, com sede na Rua Santa Cruz, nº 398, Vila Mariana, São Paulo, SP – CEP 04122-000, doravante denominada simplesmente **SANTA CRUZ**;

**INOVAÇÃO SERVIÇOS MÉDICOS**, inscrita no CNPJ sob nº 28.562.168/0001-00 com sede à Alameda Santos, nº 211, Conj. 111, Cerqueira Cesar, São Paulo/SP, doravante denominada simplesmente de **INOVAÇÃO**, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo de Acordo de Repasse Médico que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Considerando que as partes já pactuaram Contrato de Cessão de Uso e Equipamentos Hospitalares sob nº 815/18;

**CLÁUSULA 1ª** - Constitui objeto deste Termo de Acordo de Repasse, a realização do Estudo Urodinâmico/Urofluimetria através de exame nas dependências do Hospital Santa Cruz;

**CLÁUSULA 2ª** - O responsável da INOVAÇÃO que realizará o procedimento é o Dr. Lucas Soares Labarrain, CRM/SP 144.399;

**CLÁUSULA 3ª** - Dos valores apurados pelo SANTA CRUZ para repasse, referente a realização dos exames, o SANTA CRUZ fará jus, a título de despesas, a 30% (trinta por cento), liberando 70% (setenta por cento) restantes da INOVAÇÃO;

**CLÁUSULA 4ª** - Dos valores recebidos pelo SANTA CRUZ, durante o mês, o repasse ocorrerá até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao dos recebimentos;

**CLÁUSULA 5ª** - A responsabilidade em fornecer emendas ou peças para confecção de laudos do Estudo Urodinâmico/Urofluimetria são dos meios de equipes que realizam esses exames no Hospital;

Por estarem juntos e acordados, firmam o presente Termo de Acordo de Repasse Médico, em 02 (duas) vias de igual teor e forma:

São Paulo-SP, 03 de maio de 2021.

  
**SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ**  
 Presidente  
 Dr. Carlos José Gomes de Sá

  
**INOVAÇÃO SERVIÇOS MÉDICOS**  
 Dr. Lucas Soares Labarrain  
 Sócio da Inovação Santa Cruz

**(Trechos extraídos do ic. 1102373-15.2025.8.26.0100)**

6. Deste modo, após a efetiva prestação de serviço, a Credora noticiou que a Recuperanda restou inadimplente com o pagamento dos honorários referente aos períodos de maio a setembro de 2023 e janeiro a abril de 2024. Para tanto, a Credora apresentou os competentes “Extratos de Repasses a Terceiros”, emitidos de sistema informatizado interno da Credora, evidenciando os valores em abertos, conforme tabela elucidativa a seguir:

Repasse N.º	Fls.	Período	Valor (R\$)	TOTAL	Natureza
84690	240/255	01/05/2023	R\$ 7.597,83 R\$ 80,90 R\$ 652,88 R\$ 13.665,74 R\$ 15.635,44 R\$ 10.480,38	R\$ 64.839,32.	Concursal

			R\$ 222,75 R\$ 5.504,93 R\$ 423,77 R\$ 9.775,16 R\$ 799,54		
84691	79/80	01/05/2023	R\$ 1.216,97 R\$ 121,60	R\$ 1.338,57	Concursal
85107	72/78	01/06/2023	R\$ 1.920,98 R\$ 60,87 R\$ 132,06 R\$ 1.910,94 R\$ 109,16 R\$ 31,92 R\$ 230,03	R\$ 4.395,96	Concursal
85108	224/239	01/06/2023	R\$ 25.771,77 R\$ 13.471,85 R\$ 37.444,70 R\$ 11.477,58 R\$ 13.712,77 R\$ 13.822,98	R\$ 115.701,65	Concursal
85739	201/217 407/423 (duplicado)	01/08/2023	R\$ 13.433,85 R\$ 216,35 R\$ 459,74 R\$ 6.091,36 R\$ 16.518,05 R\$ 126,76 R\$ 11.070,13 R\$ 532,41 R\$ 1.119,67 R\$ 77,90 R\$ 5.553,38 R\$ 87,58 R\$ 19,77	R\$ 55.306,95	Concursal
91616	47/48	01/08/2023	R\$ 530,53 R\$ 788,13	R\$ 1.318,66	Concursal
93429	359/366	01/01/2024	R\$ 4.117,78 R\$ 5.695,59 R\$ 9.940,14 R\$ 12.730,74 R\$ 4.029,87 R\$ 1.038,42 R\$ 666,38	R\$ 38.218,92	Concursal
115285	97/102	01/02/2025	R\$ 279,85 R\$ 33,18 R\$ 278,77 R\$ 225,64 R\$ 106,59 R\$ 467,65	R\$ 1.391,68	Concursal
114984	115/117	01/01/2025	R\$ 251,07 R\$ 233,61 R\$ 135,49	R\$ 620,17	Concursal
99583	300/308	01/03/2024	R\$ 14.681,00 R\$ 909,96 R\$ 7.993,74	R\$ 56.099,51	Concursal

			R\$ 12.359,28 R\$ 1.501,75 R\$ 12.039,94 R\$ 6.613,84		
100210	273/280	01/04/2024	R\$ 6.139,44 R\$ 4.312,21 R\$ 7.902,50 R\$ 2.932,82 R\$ 4.000,43 R\$ 4.427,73 R\$ 1.012,48	R\$ 30.727,61	Concursal
91753	174/188	01/09/2023	R\$ 12.887,19 R\$ 1.336,26 R\$ 281,51 R\$ 8.189,08 R\$ 10.722,88 R\$ 13.548,14 R\$ 36,48 R\$ 8.624,47 R\$ 1.491,95 R\$ 153,72 R\$ 12.489,50	R\$ 69.761,18	Concursal
100855	62/71	01/06/2024	R\$ 560,03 R\$ 56,95 R\$ 188,77 R\$ 1.692,03 R\$ 92,72 R\$ 2.728,62 R\$ 412,10 R\$ 622,56 R\$ 436,99 R\$ 137,18	R\$ 6.927,95	Concursal
92050	40/42	01/09/2023	R\$ 502,06 R\$ 54,72 R\$ 501,98	R\$ 1.058,76	Concursal
85640	60/61	01/07/2023	R\$ 4.907,80 R\$ 1.868,48	R\$ 6.776,28	Concursal
101586	189/193	01/08/2024	R\$ 2.717,01 R\$ 2.331,51 R\$ 2.695,45 R\$ 5.549,33 R\$ 1.118,85	R\$ 14.412,15	Concursal
115808	265/272	01/04/2025	R\$ 884,73 R\$ 137,79 R\$ 329,23 R\$ 292,47 R\$ 535,98 R\$ 333,70 R\$ 71,32 R\$ 604,10	R\$ 3.189,32	Concursal
93430	118/123	01/01/2024	R\$ 162,13 R\$ 54,72 R\$ 432,79 R\$ 417,83	R\$ 1.568,75	Concursal



			R\$ 447,98 R\$ 53,30		
115801	256/264	01/04/2025	R\$ 181,52 R\$ 1.454,64 R\$ 1.316,15 R\$ 2.232,50 R\$ 2.979,60 R\$ 4.387,23 R\$ 203,74 R\$ 26,32 R\$ 254,98	R\$ 13.036,68	Concursal
101585	194/200	01/08/2024	R\$ 1.424,37 R\$ 273,66 R\$ 676,77 R\$ 146,13 R\$ 988,70 R\$ 542,72 R\$ 261,15	R\$ 4.313,50	Concursal
99343	327/344	01/02/2024	R\$ 21.325,50 R\$ 10.834,61 R\$ 18.673,69 R\$ 10.346,75 R\$ 9.614,51 R\$ 11.434,76 R\$ 9.447,90	R\$ 91.677,72	Concursal
100211	81/88	01/04/2024	R\$ 170,00 R\$ 172,95 R\$ 53,30 R\$ 885,20 R\$ 3,70 R\$ 518,61 R\$ 28,88 R\$ 71,40	R\$ 1.904,04	Concursal
114562	370/378	01/11/2024	R\$ 317,49 R\$ 54,72 R\$ 133,70 R\$ 1.599,09 R\$ 141,69 R\$ 144,85 R\$ 312,88 R\$ 412,74 R\$ 2.785,52	R\$ 5.902,68	Concursal
101096	124/131 383/390 (duplicado)	01/07/2024	R\$ 14.404,74 R\$ 5.631,07 R\$ 7.461,49 R\$ 5.573,65 R\$ 3.972,75 R\$ 1.270,23	R\$ 38.313,93	Concursal
114570	379	01/11/2024	R\$ 350,32	R\$ 350,32	Concursal
115453	292/299	01/03/2025	R\$ 372,00 R\$ 139,50 R\$ 581,55 R\$ 116,25	R\$ 3.640,64	Concursal

			R\$ 560,80 R\$ 730,37 R\$ 469,88 R\$ 670,29		
101431	218/223 424/429 (duplicado)	01/07/2024	R\$ 1.153,84 R\$ 174,99 R\$ 904,15 R\$ 58,74 R\$ 488,70 R\$ 404,46	R\$ 3.184,88	Concursal
102367	169/173	01/10/2024	R\$ 11.805,95 R\$ 558,60 R\$ 5.840,19 R\$ 2.665,72 R\$ 4.812,59	R\$ 25.683,05	Concursal
99928	89/96	01/03/2024	R\$ 476,11 R\$ 89,18 R\$ 258,50 R\$ 28,07 R\$ 342,27 R\$ 1.180,67 R\$ 170,40 R\$ 55,10	R\$ 2.600,30	Concursal
102368	380/382	01/10/2024	R\$ 70,56 R\$ 1.717,60 R\$ 181,91	R\$ 1.970,07	Concursal
114561	148/153	01/11/2024	R\$ 2.111,13 R\$ 1.931,00 R\$ 1.379,90 R\$ 4.127,46 R\$ 3.358,77 R\$ 750,28	R\$ 13.658,54	Concursal
101432	49/52	01/07/2024	R\$ 423,24 R\$ 63,51 R\$ 902,51 R\$ 484,51	R\$ 1.873,77	Concursal
114640	132/140 391/399 (duplicado)	01/12/2024	R\$ 118,18 R\$ 4.746,44 R\$ 7.690,88 R\$ 1.633,71 R\$ 2.612,51 R\$ 2.918,53 R\$ 26,47 R\$ 2.621,05 R\$ 208,29	R\$ 22.576,06	Concursal
114992	345/351	01/01/2025	R\$ 1.368,65 R\$ 3.754,63 R\$ 1.019,90 R\$ 969,02 R\$ 2.140,16 R\$ 199,35 R\$ 4.935,90	R\$ 14.387,61	Concursal
101433	53/59	01/07/2024	R\$ 27,36 R\$ 494,67	R\$ 1.412,09	Concursal

			R\$ 226,73 R\$ 250,99 R\$ 266,38 R\$ 54,72 R\$ 91,24		
101588	43/46	01/08/2024	R\$ 90,29 R\$ 82,79 R\$ 54,72 R\$ 114,00	R\$ 341,80	Concursal
114639	141/147 400/406 (duplicado)	01/12/2024	R\$ 489,61 R\$ 721,25 R\$ 768,01 R\$ 279,00 R\$ 642,72 R\$ 292,47 R\$ 146,13	R\$ 3.339,19	Concursal
99552	103/114	01/02/2024	R\$ 387,01 R\$ 35,46 R\$ 646,74 R\$ 340,10 R\$ 8,77 R\$ 63,84 R\$ 253,52 R\$ 640,98 R\$ 178,44 R\$ 1.427,91 R\$ 164,07 R\$ 107,81	R\$ 4.254,65	Concursal
102494	161/168	01/10/2024	R\$ 2.165,47 R\$ 309,15 R\$ 937,48 R\$ 184,56 R\$ 913,48 R\$ 517,03 R\$ 711,42	R\$ 5.738,59	Concursal
115282	309/319	01/02/2025	R\$ 2.697,24 R\$ 3.166,63 R\$ 3.263,57 R\$ 490,43 R\$ 6.291,01 R\$ 4.499,83 R\$ 526,28 R\$ 2.727,75 R\$ 106,59 R\$ 1.827,07 R\$ 106,59	R\$ 25.702,99	Concursal
114569	154/160	01/11/2024	R\$ 1.603,01 R\$ 67,08 R\$ 983,00 R\$ 174,99 R\$ 233,73 R\$ 776,90 R\$ 610,86	R\$ 4.449,57	Concursal
114650	367/369	01/12/2024	R\$ 31,94 R\$ 106,31	R\$ 492,82	Concursal

			R\$ 354,57		
114985	352/358	01/01/2025	R\$ 150,37 R\$ 403,46 R\$ 726,31 R\$ 110,45 R\$ 664,74 R\$ 189,17 R\$ 86,16	R\$ 2.330,66	Concursal
115274	320/326	01/02/2025	R\$ 292,47 R\$ 756,99 R\$ 92,24 R\$ 699,63 R\$ 562,31 R\$ 358,31 R\$ 797,07	R\$ 3.559,02	Concursal
115456	281/291	01/03/2025	R\$ 869,52 R\$ 49,82 R\$ 3.031,58 R\$ 1.553,19 R\$ 678,30 R\$ 4.853,66 R\$ 996,54 R\$ 56,20 R\$ 280,00 R\$ 2.320,19 R\$ 3.392,10	R\$ 18.081,10	Concursal
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 788.429,66</b>	<b>-</b>

7. Nesta linha, denota-se que, no que tange aos repasses supracitados, referem-se à créditos inteiramente concursais, relativos à prestação de serviço em datas anteriores ao pedido de recuperação judicial (**09.04.2025**), conforme Demonstrativo de Repasse à Terceiros abaixo, de modo que os títulos serão contemplados inteiramente na presente análise, à exemplo:

N° Atendimento	Paciente	Convênio	Atuação	Data	Código	Procedimento/Material	Valor	Gêl	V. Bruto	V. Repasse	A. Repasse
445186	Marcia Bertoni	PARTECULAR	APARTAMENTO	01/01/2025	10101012	Classe Laminar de Placa	321,80	1	321,80	110,17	110,17
445187	Reto Sigmoidoscopia	PARTECULAR	APARTAMENTO	01/01/2025	10101012	Classe Laminar de Placa	321,80	1	321,80	110,17	110,17
445188	Classe Laminar de Placa	PARTECULAR	APARTAMENTO	01/01/2025	10101012	Classe Laminar de Placa	321,80	1	321,80	110,17	110,17
<b>Total:</b>							<b>321,80</b>	<b>3</b>	<b>965,40</b>	<b>330,51</b>	<b>330,51</b>

*(Trechos extraídos da fl. 379 do ic. 1102373-15.2025.8.26.0100)*

8. Em prosseguimento, em que pese os demonstrativos de repasses encontrarem-se sem assinatura, atestando a competente prestação de serviço, urge consignar que, conforme

petitórios acostados às fls. 2.440/2.442, 3.941/3.951 e 4.146/4.158, a Administração Judicial realizou verificação prévia relativa aos créditos detidos pelos prestadores de serviço médico, oportunidade em que a Recuperanda apresentou documentos comprobatórios do crédito relacionado aos referidos repasses.

9. Dessa forma, destaca-se que a Recuperanda apresentou exatamente os mesmos repasses indicados pela Credora, bem como, **adicionalmente**, apresentou os repasses de n.º 85596, 100854 e 102495, todas correspondente a período anterior ao pedido da recuperação judicial, respectivamente, nos valores nominais de R\$ 77.078,32, R\$ 58.968,84 e R\$ 582,24, os quais foram devidamente considerados para fins de composição do crédito da Credora.

10. Assim sendo, considerando que houve confissão expressa acerca do crédito pela própria Recuperanda, referente aos repasses pleiteados, a Administradora Judicial **entende** que houve a devida comprovação, **ante a bilateralidade e por ser fato não controverso**, estando em consonância com o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, veja-se:

*“Agravado de instrumento - Recuperação judicial - Impugnação de crédito - Decisão agravada que determinou que a credora apresentasse, no prazo de 10 dias, os documentos solicitados pelo administrador judicial, a fim de demonstrar o inadimplemento das recuperandas, em relação aos instrumentos de confissão de dívida - Inconformismo - Acolhimento - **Inexistência de controvérsia quanto ao inadimplemento dos valores previstos nos instrumentos de confissão de dívida celebrado entre as partes - Recuperandas que reconhecem, tanto nos autos de origem, como em contraminuta, a pretensão da credora - Notas fiscais e instrumentos de confissão de dívida que lastreiam o presente incidente que foram devidamente juntados pela credora nos autos de origem - Comunicação eletrônica entre as partes, em que o departamento financeiro das recuperandas reconhecem o inadimplemento das mencionadas notas fiscais, assim como dos contratos de confissão de dívida - Documentos apresentados que são aptos a demonstrar tanto a existência do crédito, como a sua origem** - Desnecessidade de juntada de novos*

*documentos - Decisão reformada - Recurso provido.”<sup>1</sup>(original sem grifos).*

11. Por oportuno, ressalta-se que os valores previstos na referida verificação prévia já encontram-se atualizados até a data da recuperação judicial (09.04.2025), conforme metodologia apresentada às fls. 3.941/3.951, oportunidade em que se constatou a existência de crédito no montante de R\$ 1.093.114,26 (um milhão, noventa e três mil, cento e quatorze reais e vinte e seis centavos), veja-se:

INOFT MEDICOS ASSOCIADOS LTDA	R\$ 7.053,63
INOVACAO UROLOGIA LTDA	R\$ 1.093.114,26
INSTITUTO DA BOCA PAVIALIH LTDA	R\$ 1.049,26

*(trecho extraído à fl. 3.947)*

12. Noutro giro, a Credora informou a existência de crédito extraconcursal, pugnando pelo pagamento preferencial ao plano de recuperação judicial. Neste sentido, ressalta-se que, nos termos do art. 49, da LFR, os créditos de natureza extraconcursal não se submetem aos efeitos da Recuperação Judicial, de modo que a Credora poderá perseguir tais valores pelas vias próprias.

13. Assim, a Administradora Judicial esclarece que os referidos valores não foram contemplados na presente análise.

14. Por fim, destaca-se que credora foi arrolada na Relação de Credores apresentada pela Recuperanda às fls. 1.908/1.935 na classe subquirografária. No entanto, em razão da ausência de previsão legal para tal classe na recuperação judicial, a Administradora Judicial entende necessária a reclassificação do crédito.

15. Neste sentido, urge consignar que o crédito titularizado pela Credora possui natureza direta na prestação de serviço médico-hospitalar, tratando-se, portanto, de verba de natureza estritamente alimentar, correspondente à contraprestação dos serviços prestados.

<sup>1</sup> TJ-SP - AI: 22935258620218260000 SP 2293525-86.2021.8.26.0000, Relator: Grava Brazil, Data de Julgamento: 31/03/2022, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 31/03/2022.

16. Assim, em que pese a relação contratual tenha se dado por meio de pessoas jurídicas, assemelha-se à qualificação de profissional liberal, a quem a jurisprudência pátria confere aos seus honorários a mesma classificação, no âmbito da recuperação judicial, dos créditos decorrentes da Justiça do Trabalho, tendo em vista sua natureza alimentar, confira-se:

*AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - HONORÁRIOS - CRÉDITO TRABALHISTA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, AMPARADA NA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO STJ, DEU PROVIMENTO AO RECLAMO. INCONFORMISMO DA RECUPERANDA. 1. O tratamento dispensado aos honorários devidos a profissionais liberais - no que se refere à sujeição ao plano de recuperação judicial - deve ser o mesmo conferido aos créditos de origem trabalhista, em virtude de ambos ostentarem natureza alimentar. Aplicação da Súmula 83 do STJ. 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, em se tratando de crédito trabalhista por equiparação, as Turmas de Direito Privado firmaram o entendimento de que é possível, por deliberação da AGC, a aplicação do limite previsto no art. 83, I, da Lei 11.101/2005 às empresas em recuperação judicial, desde que devida e expressamente previsto pelo plano de recuperação judicial, instrumento adequado para dispor sobre forma de pagamento das dívidas da empresa em soerguimento (princípio da preservação da empresa). Aplicação da Súmula 83 do STJ. 3. Agravo interno desprovido.<sup>2</sup>*

\*\*\*

*Agravo de instrumento – Recuperação judicial – Decisão que julgou improcedente impugnação de crédito – Inconformismo das recuperandas – Crédito decorrente de serviços prestados pelo habilitante na qualidade de médico – Crédito de natureza alimentar e, como tal, equiparável aos trabalhistas para fins de classificação em recuperação judicial – Precedentes jurisprudenciais – Decisão mantida*

<sup>2</sup>STJ - REsp n. 1.851.770/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 18/2/2020, DJe de 20/2/2020.

– Recurso desprovido.<sup>3</sup>

\*\*\*

*Recuperação Judicial – Crédito referente a prestação de serviços médicos – Titularidade de sociedade simples composta por médico e cônjuge, atuante na administração de consultório - Verba de natureza alimentar análoga a salário, mesmo que atribuído a pessoa jurídica – Precedente do STJ – Inclusão na Classe I (Trabalhistas) – Decisão reformada – Recurso provido.<sup>4</sup>*

17. Desta forma, a Administradora Judicial **entende** que o crédito deverá ser reclassificado, para que passe a constar na classe trabalhista.

## CONCLUSÃO

18. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado pela Inovação Urologia Ltda., para em harmonia com as disposições inseridas na LFR, **manter** o crédito apurado na verificação prévia de fls. 4.146/4.158, pelo valor de R\$ 1.093.114,26 (um milhão, noventa e três mil, cento e quatorze reais e vinte e seis centavos), na classe trabalhista.

**Titular do Crédito:** Inovação Urologia Ltda

**Valor do Crédito:** R\$ 1.093.114,26

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

<sup>3</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 21770478720248260000 São Paulo, Relator.: Maurício Pessoa, Data de Julgamento: 17/10/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 17/10/2024

<sup>4</sup> TJ-SP - AI: 22401865220208260000 SP 2240186-52.2020.8 .26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 27/11/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 27/11/2020.



**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Menita Serviços e Consultoria em Saúde Eireli
<b>CPF/CNPJ</b>	24.572.007/0001-46
<b>Tipo do Requerimento</b>	DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pelas Recuperandas</b>	<b>Classificação do crédito declarado pelas Recuperandas</b>
R\$ 11.273,50	Subquirográfario

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 35.134,00	-

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Divergência
ii	Troca de <i>e-mail</i> junto à preposto da Recuperanda

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de divergência de crédito, apresentado via *e-mail*, por meio do qual a Credora Menita Serviços e Consultoria em Saúde Eireli, requer a retificação de seu crédito da relação de credores.

2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém da prestação de serviços de médicos à Recuperanda.
3. Para corroborar o seu pleito, a Credora apresentou troca de *e-mails* junto à preposto da Recuperanda.
4. De proêmio, a Administradora Judicial procedeu à análise dos documentos apresentados pela Credora, sendo possível aferir a relação jurídica entabulada entre as partes, consistente na prestação de serviços médicos à Recuperanda. Isto porque, a Credora apresentou troca de *e-mails*, com preposto da Recuperanda, oportunidade em que o setor de Contas Médicas indicou o saldo devedor existente:

Em qui., 17 de jul. de 2025 às 13:58, Miriam Calixto de Almeida <[mc Almeida@hjsc.com.br](mailto:mc Almeida@hjsc.com.br)> escreveu:  
 Prezado Dr. Marcelo, boa tarde !  
 Espero que esteja bem.

Conforme solicitado seguem valores, e demonstrativos anexo.

Permaneço à disposição.

At.te,

2.399,63	jun/23
1.084,48	jul/23
3.244,55	ago/23
1.838,61	jan/24
2.815,31	fev/24
1.387,63	mar/24
1.864,49	abr/24
3.218,16	jun/24
2.640,33	jul/24
2.685,40	ago/24
4.544,84	out/24
2.479,67	nov/24
1.482,91	dez/24
869,91	jan/25
1.263,57	fev/25
1.314,51	mar/25
35.134,00	

com nota emitida

(Trechos extraídos de documentos apresentados pela Credora)

5. Nesta linha, denota-se que os documentos apresentados pela Credora, não possuem o condão de demonstrar, efetivamente, os valores em aberto junto à Recuperanda, haja vista que

desacompanhados de eventuais demonstrativos de repasses, notas fiscais ou contratos assinados que pudessem dar lastro aos valores pleiteados.

6. Nesta linha, tal questão esbarra no requisito de **certeza** do crédito pleiteado, de modo que a Administradora Judicial entende que a celeuma deverá ser objeto de ação própria, visando a competente constituição do crédito.

7. Neste sentido, ressalta-se o entendimento de jurisprudência do E. Tribunal e Justiça de São Paulo, *in verbis*:

*Recuperação Judicial – Habilitação de crédito retardatária – Decreto de extinção sem apreciação de mérito – Gratuidade processual requerida em segunda instância – Deferimento para processamento deste recurso, diante da presunção prevista no artigo 99, § 3º do CPC/2015 – Afirmada atuação como representante comercial, a partir de ajuste verbal – Apresentação de mensagens eletrônicas e planilha – **Ausência de uma base documental mínima, não se prestando o ajuizamento de uma habilitação para que seja obtida uma condenação apta a dotar um crédito de certeza e liquidez** – Inviabilidade de ser promovido um arbitramento da remuneração do recorrente, dados os limites de cognição e a finalidade deste incidente - Deficiência grave do pleito formulado – Inadequação – Falta de interesse de agir - Extinção confirmada – Recurso desprovido.<sup>1</sup>*

*HABILITAÇÃO DE CRÉDITO (RECUPERAÇÃO JUDICIAL) – **Decisão judicial que rejeitou o incidente de habilitação de crédito, ponderando que a falta de título executivo líquido e certo impede a habilitação pretendida, e que o incidente em questão não goza de atributos amplos instrutórios de modo a permitir a comprovação do crédito** – Alegação de que constou na lista de credores desde a propositura da demanda recuperacional, de forma que a própria recorrida já declarou o recorrente como credor, e que os documentos*

<sup>1</sup> TJ-SP - AI: 20351857020208260000 SP 2035185-70.2020.8 .26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 11/05/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 11/05/2020

*que apresentou constando a relação completa, é suficiente para atestar o seu crédito, nos termos do art. 9º, inc. III da Lei n. 11.101/05 – Descabimento – Crédito do agravante oriundo de demanda de rescisão contratual, que ainda não é dotado de liquidez, certeza e exigibilidade, devendo permanecer no juízo comum até a liquidação – Inteligência do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/05 – Demanda não finalizada – **Necessidade de preenchimento dos requisitos previstos no inc. II e II o art. 9º da Lei n. 11.101/05, ainda que o crédito tenha sido indicado também pela recuperanda** – Cabia ao agravante buscar a reserva do crédito nos termos do § 3º do art. 6º da Lei n. 11.101/05, ou aguardar a liquidez de seu crédito para buscar a habilitação – Decisão mantida – Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Negam provimento ao recurso <sup>2</sup>.*

8. Por seu turno, conforme petições acostadas às fls. 2.440/2.442, 3.941/3.951 e 4.146/4.158, a Administração Judicial realizou verificação prévia relativa aos créditos detidos pelos prestadores de serviço médico, com base em documentação apresentada pela Recuperanda, oportunidade em que se identificou a existência do montante de R\$ 43.668,11 (quarenta e três mil seiscentos sessenta e oito mil reais e onze centavos), já devidamente atualizados até a data da recuperação judicial, veja-se:

MENDES & FERRAZ SAUDE LTDA	R\$ 11.969,30
MENICONI ESPECIALIDADES MEDICAS	R\$ 3.215,25
<b>MENITA SERVIÇOS E CONSULTORIA</b>	<b>R\$ 43.668,11</b>
MFA CLINICA MEDICA LTDA	R\$ 2.960,17
MHV SERVICOS MEDICOS SS LTDA	R\$ 1.647,84
MILANEZI BEVILACQUA SERVICOS	R\$ 4.179,58

*(trecho extraído à fl. 4.154)*

9. Desta forma, em razão da ausência de crédito líquido e certo, é de rigor a rejeição do pleito de retificação dos valores já apurados pela Administradora Judicial, mantendo-se os valores previstos na verificação prévia de fls. 4.146/4.158.

<sup>2</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 2111648-14.2024.8.26 .0000 Bauru, Relator.: Ricardo Negrão, Data de Julgamento: 16/05/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 16/05/2024

10. Por fim, ressalta-se que a credora foi arrolada na Relação de Credores apresentada pela Recuperanda às fls. 1.908/1.935 na classe sub-quiografária. No entanto, em razão da ausência de previsão legal para tal classe na recuperação judicial, a Administradora Judicial entende necessária a reclassificação do crédito, para que conste na classe **trabalhista**, em consonância com o REsp n. 1.851.770/SC, conforme exposto na metodologia no Relatório Explicativo.

## CONCLUSÃO

11. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado por Menita Serviços e Consultoria em Saúde Eireli, para em harmonia com as disposições inseridas na LFR, **manter** o crédito da relação de credores, para que passe a constar pelo montante previsto na verificação prévia de fls. 4.146/4.158, de R\$ 43.668,11 (quarenta e três mil seiscentos e sessenta e oito reais e onze centavos).

**Titular do Crédito:** Menita Serviços e Consultoria em Saúde Eireli

**Valor do Crédito:** R\$ 43.668,11

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Nefrotec 2 - Nefrologia e Terapias Extra Corpóreas Ltda
<b>CPF/CNPJ</b>	33.751.915/0001-98
<b>Tipo do Requerimento</b>	DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pelas Recuperandas</b>	<b>Classificação do crédito declarado pelas Recuperandas</b>
R\$ 27.685,75	Subquirografário

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 27.685,75	Quirografário

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Divergência

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de divergência de crédito, apresentado via *e-mail*, por meio do qual a Credora Nefrotec 2 - Nefrologia e Terapias Extra Corpóreas Ltda, requer a reclassificação de seu crédito da relação de credores, para que passe a constar pela monta de R\$ 27.685,75 (vinte e sete mil seiscientos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), para a classe

quiografária. Informa ainda que o valor arrolado pela Recuperanda trata-se do valor principal, requerendo a anotação quanto à necessidade de atualização do crédito.

2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém da prestação de serviços de médicos à Recuperanda.

3. De proêmio, a Administradora Judicial procedeu à análise dos documentos encaminhados pela Credora, sendo possível aferir que no dia 01.05.2019 as partes formalizaram Contrato de Prestação de Serviços Médicos - HSC 070/2019, sendo pactuado o Termo Aditivo n.º 01 no dia 01.05.2022, confira-se:

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS – HSC 070/2019**

**CONTRATANTE:** SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ, mantenedora do HOSPITAL SANTA CRUZ, inscrita no CNPJ sob nº 60.552.098/0001-11, com sede capital na Rua Santa Cruz, 998 – Vila Mariana – São Paulo – SP, adiante denominada simplesmente **SANTA CRUZ**, neste ato representada por seu Diretor Financeiro Sr. **Marcelo Tsuji**, brasileiro, economista, RG nº 13.230.805-8 - SSP/SP e CPF/MF nº 146.932.288-01 e seu Superintendente Geral e procurador, Dr. **Leonel Fernandes**, brasileiro, casado, médico, CRM 61.633, portador da RG nº 7.675.013-7 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 823.608.047-15, e

**CONTRATADA:** NEFROTEC - 2 – NEFROLOGIA E TERAPIAS EXTRA CORPÓREAS LTDA., com sede à Rua Dr. Nicolau de Sousa Queiroz 438 – Apto 82 – Vila Mariana - SP- CEP: 04105-001, inscrita no CNPJ sob nº 33.751.915/0001-98, adiante denominada simplesmente **NEFROTEC-2**, neste ato representado por seu sócio-administrador Dr. **Henrique Pinheiro Königsfeld**, brasileiro, casado, médico, CRM/SP: 124.831, inscrito no CPF/MF sob o nº 222.181.998-58 e RG nº 28.926.000-7 SSP/SP, residente e domiciliado na Av. Hilario Pereira de Souza, 493 – subcondomínio Montiquista Apto 31 A – Centro – Osasco – SP.

Entre as partes acima, em caráter irrevogável e irratuável, fica ajustado o quanto segue:

**CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO DO CONTRATO:**

Constitui objeto deste contrato, a prestação de serviços médicos pela **NEFROTEC-2**, na especialidade de Nefrologia, aos pacientes ambulatoriais em tratamento de Hemodiálise no Hospital Santa Cruz. Os serviços prestados compreendem:

\*\*\*

É, assim, justos e contratados, assinam o presente, em 2 (duas) vias de igual teor, com as duas testemunhas, abaixo assinadas, obrigando as partes e seus herdeiros ou sucessores.

São Paulo, 01 maio de 2019.

**CONTRATANTE**

   
**SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ**  
 Marcelo Tsuji Leonel Fernandes

**CONTRATADA:**   
**NEFROTEC - 2 – NEFROLOGIA E TERAPIAS EXTRA CORPÓREAS LTDA.**  
 Henrique Pinheiro Königsfeld

\*\*\*



**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 070/2019**

Pelo presente instrumento, de um lado,

**CONTRATANTE: SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ**, mantenedora do **HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 60.552.098/0001-11, com sede na Rua Santa Cruz, nº 398, Vila Mariana, na cidade de São Paulo/SP, neste ato representada nos termos dos seus atos constitutivos, doravante denominada "**SANTA CRUZ**", e do outro lado:

**CONTRATADA: NEFROTEC – 2 – NEFROLOGIA E TERAPIAS EXTRA CORPÓREAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 33.751.915/0001-98, com sede na Rua Dr. Nicolau de Sousa Queiroz, nº 438, Apto 82, Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP 04105-003, neste ato representada por seu sócio administrador **Dr. Henrique Pinheiro Königfeld**, brasileiro, casado, médico, CRM/SP 124.831, inscrito no CPF sob nº 222.181.998-58 e RG nº 28.925.060-7 SSP/SP, residente e domiciliado na Av. Hílário Pereira de Souza, 492, Subcondomínio Mantiqueira, Ap.31A, Centro, Osasco/SP, doravante denominado "**NEFROTEC – 2**".

\*\*\*

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, com duas testemunhas.

São Paulo, 01 de maio de 2022.

<p>Assinado por:</p> <p><u>Mário Sato</u></p> <p><b>SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ</b></p> <p>Mário Sato</p> <p>Diretor Presidente</p>	<p>Assinado por:</p> <p><u>Marcos Tsuji</u></p> <p><b>SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ</b></p> <p>Marcos Tsuji</p> <p>Diretor Executivo</p>
<p>Assinado por:</p> <p><u>Henrique Pinheiro Königfeld</u></p> <p><b>NEFROTEC – 2 – NEFROLOGIA E TERAPIAS EXTRA CORPÓREAS LTDA.</b></p> <p>Henrique Pinheiro Königfeld</p>	

TESTEMUNHAS:

<p>Assinado por:</p> <p><u>Elaine Domingues</u></p> <p>Nome: Elaine Domingues</p> <p>RG nº: 12.130.132-1</p>	<p>Nome:</p> <p>RG nº:</p>
--	----------------------------

2

GAF

(Trechos extraídos de documentos apresentados pela Credora)

4. Nesta linha, denota-se que o crédito é **concursal** em sua totalidade, nos termos do art. 49, da LFR, haja vista que consubstanciado em contratos e nota fiscal confessada pela Recuperanda, relativa à prestação de serviço ocorrida em data **anterior** ao pedido de recuperação judicial.



5. Ato contínuo, a Credora requer a reclassificação do seu crédito, listado pela Recuperanda como subquirografário na relação de credores de fls. 1.908/1.935.

6. Em prosseguimento, a Credora informa que os valores inscritos na relação de credores de fls. 1.908/1.935 carecem de atualização monetária, de modo que a Devedora apresentou o valor principal da Nota Fiscal emitida como sendo devido.

7. No entanto, cumpre consignar que, em análise ao pedido de divergência mencionada, a Administradora Judicial constatou que o pleito restou desacompanhado de documentação pertinente à nota fiscal, impossibilitando, assim, a esmerada análise do débito, no que pertine a sua atualização.

8. Consequentemente, saliente-se que o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo segue neste sentido e, é clara **quanto ao fato de que é a Credora que deve apresentar os documentos suficientes para demonstrar a origem do crédito que pretende a habilitação**, veja-se:

*Agravo de Instrumento – Falência – **Impugnação de crédito – Improcedência** – Inconformismo – Não acolhimento – **Credor impugnante que não apresentou documentos indispensáveis à verificação da procedência da majoração de crédito pretendida, mesmo depois de apontados os documentos faltantes, de forma detalhada, pela administradora judicial – Ônus probatório que cabia ao impugnante** (arts. 9º, III, e 13, da Lei n. 11.101/05, e art. 373, I, do CPC), do qual não se desincumbiu – **Comportamento processual contraditório do impugnante**, a configurar ofensa ao art. 5º, do CPC – Decisão agravada mantida – Recurso desprovido.<sup>1</sup> (**original sem grifos**).*

9. Por seu turno, visando comprovar o lastro do crédito em questão, a Recuperanda

---

<sup>1</sup> (TJSP; Agravo de Instrumento 2241568-80.2020.8.26.0000; Relator (a): Grava Brazil; Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro de Araraquara - 4ª Vara Cível; Data do Julgamento: 09/03/2021; Data de Registro: 04/03/2021)

[illegible]

**10.** Desta forma, em razão da ausência documental é de rigor o acolhimento parcial do pleito de retificação dos valores arrolados na relação de credores, mantendo-se o valor arrolado na relação de credores de fls. 1.908/1.935.

**12.** Neste sentido, urge consignar que o crédito titularizado pela Credora possui natureza direta na prestação de serviço médico-hospitalar, tratando-se, portanto, de verba de natureza estritamente alimentar, correspondente à contraprestação dos serviços prestados.

**13.** Assim, em que pese a relação contratual tenha se dado por meio de pessoas jurídicas, assemelha-se à qualificação de profissional liberal, a quem a jurisprudência pátria confere aos

seus honorários a mesma classificação, no âmbito da recuperação judicial, dos créditos decorrentes da Justiça do Trabalho, tendo em vista sua natureza alimentar, confira-se:

*AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - HONORÁRIOS - CRÉDITO TRABALHISTA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, AMPARADA NA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO STJ, DEU PROVIMENTO AO RECLAMO. INCONFORMISMO DA RECUPERANDA. 1. O tratamento dispensado aos honorários devidos a profissionais liberais - no que se refere à sujeição ao plano de recuperação judicial - deve ser o mesmo conferido aos créditos de origem trabalhista, em virtude de ambos ostentarem natureza alimentar. Aplicação da Súmula 83 do STJ. 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, em se tratando de crédito trabalhista por equiparação, as Turmas de Direito Privado firmaram o entendimento de que é possível, por deliberação da AGC, a aplicação do limite previsto no art. 83, I, da Lei 11.101/2005 às empresas em recuperação judicial, desde que devida e expressamente previsto pelo plano de recuperação judicial, instrumento adequado para dispor sobre forma de pagamento das dívidas da empresa em soerguimento (princípio da preservação da empresa). Aplicação da Súmula 83 do STJ. 3. Agravo interno desprovido.<sup>2</sup>*

\*\*\*

*Agravo de instrumento – Recuperação judicial – Decisão que julgou improcedente impugnação de crédito – Inconformismo das recuperandas – Crédito decorrente de serviços prestados pelo habilitante na qualidade de médico – Crédito de natureza alimentar e, como tal, equiparável aos trabalhistas para fins de classificação em recuperação judicial – Precedentes jurisprudenciais – Decisão mantida – Recurso desprovido.<sup>3</sup>*

<sup>2</sup>STJ - REsp n. 1.851.770/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 18/2/2020, DJe de 20/2/2020.

<sup>3</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 21770478720248260000 São Paulo, Relator.: Maurício Pessoa, Data de Julgamento: 17/10/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 17/10/2024

\*\*\*

*Recuperação Judicial – Crédito referente a prestação de serviços médicos – Titularidade de sociedade simples composta por médico e cônjuge, atuante na administração de consultório - Verba de natureza alimentar análoga a salário, mesmo que atribuído a pessoa jurídica – Precedente do STJ – Inclusão na Classe I (Trabalhistas) – Decisão reformada – Recurso provido.<sup>4</sup>*

14. Desta forma, a Administradora Judicial **entende** que o crédito deverá ser reclassificado, para que passe a constar na classe trabalhista.

## CONCLUSÃO

15. Diante do exposto, a Administradora Judicial **acolhe parcialmente** o pedido de divergência de crédito apresentado por Nefrotec 2 - Nefrologia e Terapias Extra Corpóreas Ltda, para em harmonia com as disposições inseridas na LFR, **manter** o crédito da relação de credores de fls. 1.908/1.935, no montante de R\$ 27.685,75 (vinte e sete mil seiscentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), reclassificando-o para a classe **trabalhista**.

**Titular do Crédito:** Nefrotec 2 - Nefrologia e Terapias Extra Corpóreas Ltda

**Valor do Crédito:** R\$ 27.685,75

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

<sup>4</sup> TJ-SP - AI: 22401865220208260000 SP 2240186-52.2020.8 .26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 27/11/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 27/11/2020.

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Varian Medical Systems Brasil Ltda
<b>CPF/CNPJ</b>	03.009.915/0001-56
<b>Tipo do Requerimento</b>	DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pelas Recuperandas</b>	<b>Classificação do crédito declarado pelas Recuperandas</b>
R\$ 201.665,52	Quirografário

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 504.290,87	Quirografário

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

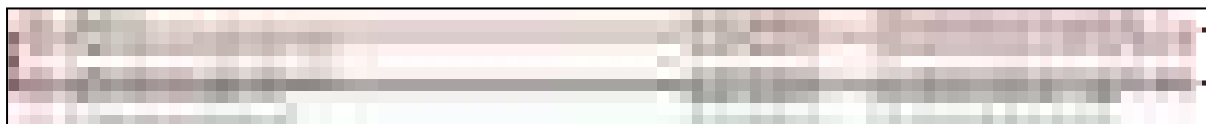
<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Petição de Divergência
ii	Documentos Constitutivos e Procuração
iii	Contrato de Prestação de Serviço de Manutenção
v	Cópia da NF n.º 5717, 5933, 5934, 6206, 6406, 6588 e 6826
vi	Planilha de Cálculo
vii	Trocas de e-mail

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

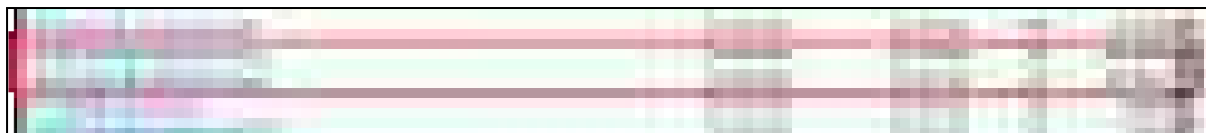
1. Trata-se de pedido de divergência de crédito, apresentado via *e-mail*, por meio do qual a Credora Varian Medical Systems Brasil Ltda pugna pela retificação de seu crédito na relação de credores, para que passem a constar pela monta de R\$ 504.290,87 (quinhentos e quatro mil, duzentos e noventa reais e oitenta e sete centavos), na classe quirografária.
2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém de das notas fiscais n.º 5717, 5933, 5934, 6206, 6406, 6588 e 6826, emitidas em face da Recuperanda Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz.
3. Para corroborar o seu pleito, dentre outros documentos, as Credoras apresentaram: **(i)** Cópias das notas fiscais **(ii)** Cópia do Contrato de Prestação de Serviço de Manutenção **(iii)** Planilha de Cálculo.
4. Nesta senda, insta consignar que a credora encontra-se arrolada na relação de credores apresentada pela Recuperanda às fls. 1.908/1.935, pelo montante de R\$ 201.665,52<sup>1</sup>, na classe quirografária, veja-se:



\*\*\*



\*\*\*



(Trecho extraído de fl. 1925)

<sup>1</sup> Houve duplicidade na declaração da Recuperanda.

5. Assim sendo, em análise aos documentos apresentado pela Credora, constatou-se que o crédito em testilha é oriundo de “*Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção*”, pactuado em 05.01.2021 com a Recuperanda, cujo objeto é prestação de serviço de manutenção para os equipamentos da Recuperanda, confira-se:

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO Nº C-007/24**  
**COTAÇÃO Nº 2023-434578-2**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas, de um lado:

**VARIAN MEDICAL SYSTEMS BRASIL LTDA.**, estabelecida na Avenida Beirut, nº 870, Condomínio Industrial Multivas II, CEP 13.212-216 – Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 03.009.915/0001-58, Inscrição Estadual nº 407.851.110.116, neste ato representada na forma de seus documentos societários vigentes, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**;

E, de outro lado,

**HOSPITAL SANTA CRUZ**, estabelecido(a) na Rua Santa Cruz, 398, Bairro Vila Mariana, CEP 04122-000 – Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 60.552.098/0001-11, neste ato representado(a) na forma de seus documentos societários vigentes, doravante denominado(a) simplesmente **CONTRATANTE**;

Também denominadas em conjunto como “Partes” ou individualmente “Parte”.

\*\*\*

**A) DOCUMENTOS INTEGRANTES:**

Integram este Contrato os seguintes Anexos:

(i) ANEXO I – Relação dos equipamentos objeto da manutenção;

(ii) ANEXO II – Especificações técnicas da cobertura contratual;

(iii) ANEXO III – Termo de garantia non-standard;

(iv) ANEXO IV – Regulamento sobre Dados Pessoais;

(v) ANEXO V – Cotação nº 2023-434578-2.

As Partes celebram o presente instrumento que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas:

**I – DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A **CONTRATADA** se obriga a prestar à **CONTRATANTE** os serviços de manutenção para os Equipamentos constantes no Anexo I, que deverá obedecer aos critérios e informações específicas constantes no Anexo II.

\*\*\*



(Trechos extraídos dos documentos apresentados pela Credora)

6. Assim, a Credora informa que, após a competente prestação de serviço, a Recuperanda deixou de adimplir o pagamento de notas fiscais relativa aos meses de agosto de 2024 a janeiro de 2025, sendo devedora da importância de R\$ 493.500,21 (quatrocentos e noventa e três mil, quinhentos reais e vinte e um centavos).

7. Neste sentido, foram acostadas cópias das notas fiscais em aberto, demonstrando que foram emitidas em data anterior ao pedido de recuperação judicial (**09.04.2025**), portanto, nos termos do art. 49, da LFR, trata-se de crédito de natureza concursal, conforme se vislumbra abaixo:

Nota Fiscal	Emissão	Vencimento	Valor
5717	12/08/2024	11/09/2024	R\$ 70.500,03
5933	10/09/2024	09/10/2024	R\$ 70.500,03
5934	10/09/2024	9/10/2024	R\$ 70.500,03
6206	14/10/2024	12/11/2024	R\$ 70.500,03
6406	12/11/2024	12/12/2024	R\$ 70.500,03
6588	09/12/2024	05/01/2025	R\$ 70.500,03
6826	14/01/2025	13/02/2025	R\$ 70.500,03
<b>Valor Total:</b>			<b>R\$ 493.500,21</b>

8. Dando-se prosseguimento, denota-se que a Credora apresentou planilha de cálculos,



devidamente atualizada até a data do pedido de recuperação judicial **(09.04.2025)**, considerando os encargos previstos no contrato, qual seja, aplicação de juros de mora de 1%, bem como multa no importe de 2%, confira-se:

**PARÁGRAFO TERCEIRO**  
O vencimento das parcelas dar-se-á todo último dia útil do mês subsequente da prestação dos serviços. O não pagamento na data estipulada implicará multa moratória de 2% (dois por cento) e incidência de 1% (um por cento) de juros de mora mensal, a partir do 1º dia de vencido.

\*\*\*

HOSPITAL SANTA CRUZ									
RPS	Nº	Valor Bruto	Data Emissão	Data Vencimento	Dias de atraso	Retenção (4,65%)	JUROS	MULTA 2%	Valor Líquido
34174	5717	R\$ 70.500,03	12/08/2024	11/09/2024	210	R\$ 3.278,25	R\$ 5.110,95	R\$ 1.410,00	R\$ 73.742,73
34384	5933	R\$ 70.500,03	18/09/2024	09/10/2024	182	R\$ 3.278,25	R\$ 4.493,84	R\$ 1.410,00	R\$ 73.040,42
34385	5934	R\$ 70.500,03	18/09/2024	12/11/2024	182	R\$ 3.278,25	R\$ 4.408,84	R\$ 1.410,00	R\$ 73.040,42
34501	6206	R\$ 70.500,03	14/10/2024	12/11/2024	148	R\$ 3.278,25	R\$ 3.564,61	R\$ 1.410,00	R\$ 72.195,39
34790	6406	R\$ 70.500,03	12/11/2024	12/12/2024	118	R\$ 3.278,25	R\$ 2.827,78	R\$ 1.410,00	R\$ 71.439,56
34960	6568	R\$ 70.500,03	09/12/2024	09/01/2025	94	R\$ 3.278,25	R\$ 2.243,59	R\$ 1.410,00	R\$ 70.675,37
35197	6826	R\$ 70.500,03	14/01/2025	13/02/2025	55	R\$ 3.278,25	R\$ 1.394,20	R\$ 1.410,00	R\$ 69.935,08
Total									R\$ 504.290,87

*(Trechos extraídos dos documentos apresentados pela Credora)*

9. Assim, de rigor a retificação do crédito, de titularidade da Credora Varian Medical Systems Brasil Ltda., para passar a constar na relação creditícia pela importância de R\$ 504.290,87 (quinhentos e quatro mil, duzentos e noventa reais e oitenta e sete centavos), na classe quirografária.

CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, a Administradora Judicial **acolhe parcialmente** o pedido de divergência de crédito apresentado pela Credora Varian Medical Systems Brasil Ltda, para em harmonia com as disposições inseridas na LFR, **retificar** o crédito na relação de credores, para que passe a constar pelo montante de R\$ 504.290,87 (quinhentos e quatro mil, duzentos e noventa reais e oitenta e sete centavos), na classe quirografária.

<b>Titular do Crédito:</b> Varian Medical Systems Brasil Ltda
<b>Valor do Crédito:</b> R\$ 504.290,87

**Classificação do Crédito:** Quirografário

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,  
MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ  
PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100

2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,  
ESTADO DE SÃO PAULO

DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:

Nome/Razão Social	Almeida Santos Sociedade De Advogados
CPF/CNPJ	10.513.791/0001-07
Tipo do Requerimento	HABILITAÇÃO DE CRÉDITO

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:

Valor do crédito declarado pelas Recuperandas	Classificação do crédito declarado pelas Recuperandas
-	-

Valor do crédito pretendido pelo Credor	Classificação do crédito pretendido pelo Credor
R\$ 63.536,37	Trabalhista

DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:

Item	Descrição do Documento
i	Pedido de Habilitação de Crédito
ii	Certidão de Trânsito em Julgado
iii	Decisão de bloqueio
iv	Planilha de Cálculo
v	Petição do Cumprimento de Sentença
vi	Procuração

vii	Decisão que determinou o pagamento do débito
-----	--

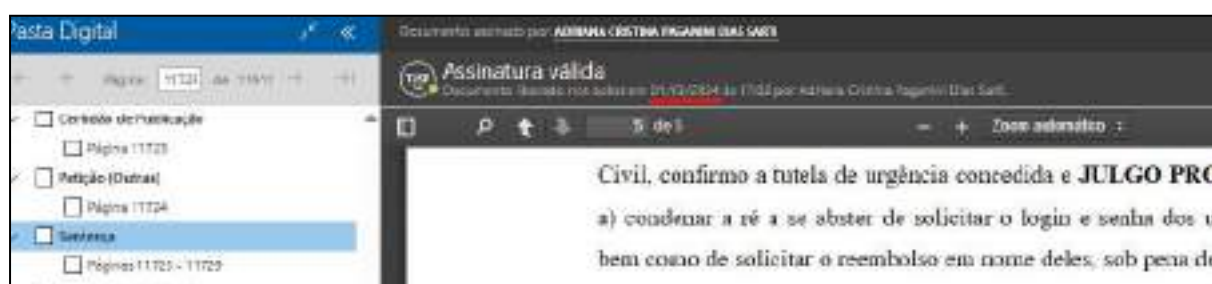
**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de Habilitação de Crédito, apresentado via *e-mail* e nas fls. 3.835/3841, por meio do qual a Credora Almeida Santos Sociedade de Advogados pugna pela habilitação de seu crédito na relação de credores, pela monta de R\$ 63.536,37 (sessenta e três mil, quinhentos e trinta e seis reais e trinta e sete centavos), na classe trabalhista.
2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém da Ação de Obrigação de Não Fazer com Requerimento de Tutela de Urgência nº 1019701-18.2023.8.26.0003 e do Cumprimento de Sentença nº 0002329-05.2025.8.26.0003 que tramitou perante a 4ª Vara Cível do Foro Regional III - Jabaquara/SP, movida pela empresa Sul América Companhia De Seguro Saúde em face da Recuperanda, em que foi atribuído o percentual de 15% sobre o valor da causa a título de honorários advocatícios.
3. Para corroborar o seu pleito, dentre outros documentos, a Credora apresentou a cópia das principais peças processuais da Ação de Obrigação de Não Fazer com Requerimento de Tutela de Urgência.
4. Assim sendo, em análise aos autos da Ação de Obrigação de Não Fazer com Requerimento de Tutela de Urgência, do qual o crédito em testilha é oriundo, é possível aferir que no dia 01.03.2025, fora preferida r. sentença, fixando os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito. Veja-se:

Ante o exposto, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, confirmo a tutela de urgência concedida e **JULGO PROCEDENTE** o pedido para: a) condenar a ré a se abster de solicitar o login e senha dos usuários do plano da autora, bem como de solicitar o reembolso em nome deles, sob pena de multa de R\$ 30.000,00 por ato de descumprimento comprovado; b) autorizar a autora a efetivar a negativa de reembolso de procedimentos realizados junto à ré quando desacompanhados de comprovante de prévio desembolso pelos beneficiários, o que deve fundamentar a negativa; c) determinar a baixa definitiva de eventuais pontuações de NIP contra a autora relacionadas aos fatos narrados nos autos, com a exclusão do Monitoramento da Garantia de Atendimento.

Condeno a ré ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, que, com fulcro no artigo 85, §2º, do Código de Processo Civil, fixo no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

\*\*\*



*(Trechos extraídos dos autos n.º 1019701-18.2023.8.26.0003)*

5. Desta feita, cabe destacar que a r. sentença que determinou o pagamento de honorários advocatícios foi proferida em **01.03.2024**, ou seja, em data anterior ao pedido de Recuperação Judicial, ocorrido aos **09.04.2025**, de forma que o crédito pleiteado possui natureza **concurisal**.

6. Nesse sentido, no dia 06.12.2024, foi proferido acórdão que negou provimento ao Recurso de Apelação interposto pela Recuperanda, bem como majorou os honorários para 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa. Veja-se:

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Apelação Cível** nº 1019701-18.2023.8.26.0003, da Comarca de São Paulo, em que é apelante Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz e apeladas Sul América Cia. de Seguro Saúde e Sul América Serviços de Saúde S.A.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 8ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores SALLES ROSSI (Presidente) e PEDRO DE ALCÂNTARA DA SILVA LEME FILHO.

São Paulo, 6 de dezembro de 2024.

**BENEDITO ANTONIO OKUNO**  
Relator

Assinatura Eletrônica

\*\*\*

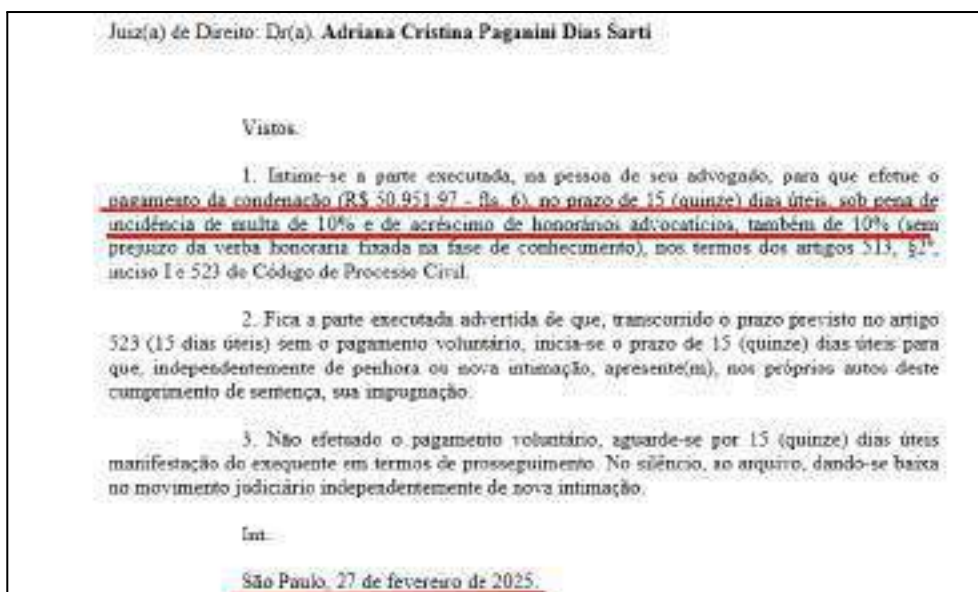
Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso e, nos termos do art. 85, § 11, do CPC, majoro os honorários advocatícios para 15% sobre o valor da causa.

**BENEDITO ANTONIO OKUNO**  
Relator

*(Trechos extraídos dos autos n.º 1019701-18.2023.8.26.0003)*

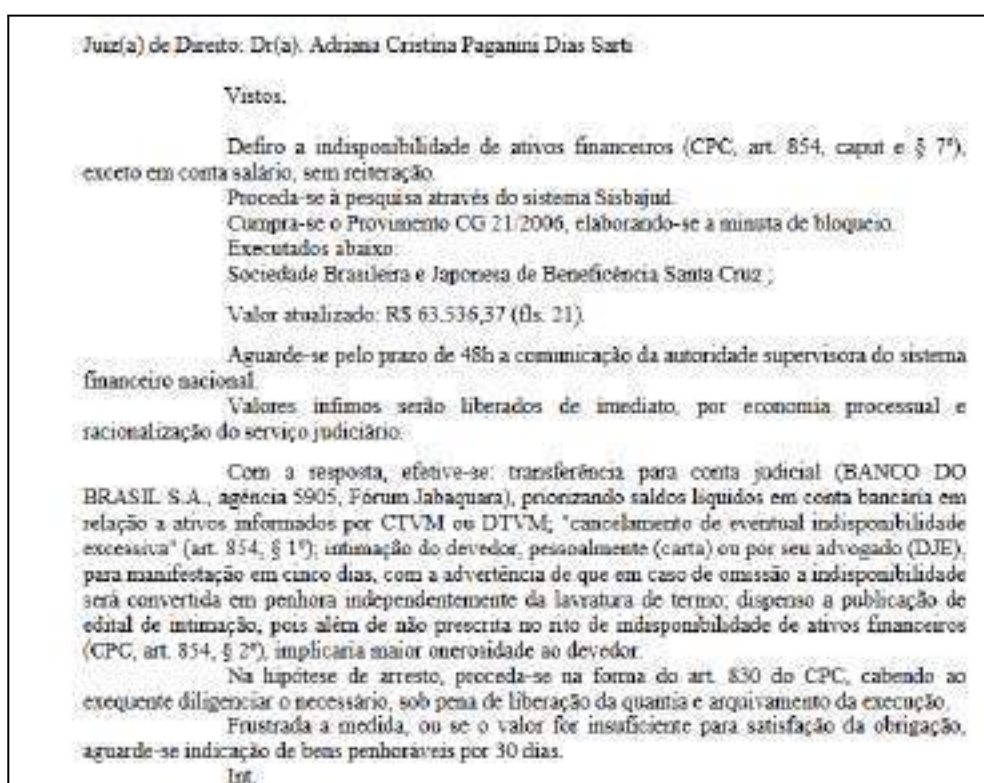
7. Em prosseguimento, no dia 26.02.2025, a Credora distribuiu o competente Cumprimento de Sentença, autuado sob o n.º 0002329-05.2025.8.26.0003, de modo que em 27.02.2025, o D. Juízo da 4ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara proferiu r. decisão, determinando à intimação das requeridas ao pagamento do débito:





*(Trechos extraídos dos autos do Cumprimento de Sentença n.º 0002329-05.2025.8.26.0003)*

8. Ocorre que a Recuperanda não se manifestou, assim a Credora pugnou pelo bloqueio de contas bancárias por meio do Sisbajud, sendo o pedido deferido pelo D. Juízo, o qual restou o efetivo bloqueio do valor de R\$ 63.536,37 (sessenta e três mil, quinhentos e trinta e seis reais e trinta e sete centavos). Veja-se:



\*\*\*

**CERTIDÃO - Ato Ordinatório**

Certifico e dou fê que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Ciência do(s) resultado(s) positivo do bloqueio SISBAJUD, sendo determinada a transferência dos valores localizados e o desbloqueio dos valores excedentes, conforme comprovante acostado aos autos. Fica o executado intimado acerca da penhora, na pessoa do seu advogado, nos termos do artigo 854, § 2º, CPC. No caso de executado(a)(s) sem advogado providencie o exequente todo o necessário para a intimação do mesmo, nos termos da decisão retro.

Nada Mais. São Paulo, 14 de maio de 2025. Eu, \_\_\_, KARINE ANDRESSA SOUZA BORGES MARCANDALI, Escrevente Técnico Judiciário.

*(Trechos extraídos dos autos do Cumprimento de Sentença n.º 0002329-05.2025.8.26.0003)*

9. Neste passo, a Recuperanda postulou pela suspensão do presente feito, em razão do processamento da recuperação judicial, bem como pugnou pelo desbloqueio dos valores. Desta forma, o D. Juízo liberou a quantia bloqueada e determinou a suspensão do presente Cumprimento de Sentença, veja-se:

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CLAUDIA FELIX DE LIMA**

Vistos,

1) O Ministério Público não mais intervirá neste feito. Anote-se.

2) Alcançados valores integrais via SISBAJUD (fls. 36/39), a executada postulou pelo desbloqueio do numerário em razão de sua recuperação judicial (fls. 25/26).

Como bem se vê da decisão proferida no juízo recuperacional (item 3 de fls. 29), tem mesmo lugar a liberação da quantia bloqueada.

Pelo exposto e diante da juntada do formulário preenchido (fls. 47), fica **DEFERIDA** a expedição de mandado de levantamento eletrônico (MLE) em favor da devedora (fls. 36/39).

3) Fica esta execução suspensa (item 3 de fls. 29)

4) Cabe ao exequente anotar seu crédito nos autos recuperacionais, ficando, desde já, deferida a expedição de certidão cabível.

Int.

São Paulo, 02 de julho de 2025.

*(Trechos extraídos dos autos do Cumprimento de Sentença n.º 0002329-05.2025.8.26.0003)*

10. Desta forma, ao analisar os autos do referido cumprimento de sentença, observa-se a



juntada de planilha de cálculos atualizada até 29.04.2025, a qual indicou o valor devido na quantia de R\$ 63.536,37. Nesse contexto, a Administradora Judicial procedeu à retificação do montante apontado, com o objetivo de apurar o crédito existente na data do pedido de Recuperação Judicial (09.04.2025), nos termos do art. 9º, II, da LFR, oportunidade em que foram identificados os seguintes valores:

Termo Final Atualiz.	09/04/2025				
Termo Final Mora	09/04/2025				
Atualização	TJSP				
Juros Mora a.m	1%				
Observação	Data Base Atualiz.	Data Base Mora	Valor Principal	Juros Mora 1,0% a.m	Saldo devedor Atualiz.
Valor Condenação Atualizado	29/04/2025	29/04/2025	R\$ 63.536,37	-0,66667%	R\$ 63.115,60

11. Deste modo, havendo crédito líquido e certo, de rigor a habilitação do montante de R\$ 63.115,60 em favor da Credora, na classe Trabalhista Concursal.

CONCLUSÃO

12. Diante do exposto, a Administradora Judicial **opina** pelo parcial acolhimento do pedido de habilitação apresentado, para **incluir** o crédito em favor da Credora Almeida Santos Sociedade de Advogados, na relação creditícia da Recuperanda, pelo montante de R\$ 63.115,60 na classe Trabalhista.

<b>Titular do Crédito:</b> Almeida Santos Sociedade de Advogados
<b>Valor do Crédito:</b> R\$ 63.115,60
<b>Classificação do Crédito:</b> Trabalhista

ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.  
Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante  
OAB/SP nº 303.042

ANDREA DE OLIVEIRA COSTA  
CRC nº 1SP-335648  
Contadora

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,  
MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ  
PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100

2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,  
ESTADO DE SÃO PAULO

DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:

Nome/Razão Social	HMS Importação e Comércio de Produtos Médicos Ltda.
CPF/CNPJ	00.736.601/0001-6
Tipo do Requerimento	DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:

Valor do crédito declarado pelas Recuperandas	Classificação do crédito declarado pelas Recuperandas
R\$ 28.113,56	Quirografário

Valor do crédito pretendido pelo Credor	Classificação do crédito pretendido pelo Credor
R\$ 30.161,14	Quirografário

DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:

Item	Descrição do Documento
i	Pedido de Divergência de Crédito
ii	Cópia dos Processo n.º 1004034-21.2025.8.26.000
iv	Planilha de Cálculo
v	Nota Fiscal e duplicata nº 107.008
vi	E-mails com a confirmação da solicitação e do recebimento
vii	Procuração e Contrato social da empresa

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de divergência de crédito, apresentado via *e-mail*, por meio do qual a Credora HMS Importação e Comércio de Produtos Médicos Ltda. pugna pela retificação de seu crédito na relação de credores, para que passe a constar pela monta de R\$ 30.161,14 (trinta mil, cento e sessenta e um reais e quatorze centavos), na classe quirografária.
2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém da venda de materiais cirúrgicos para a realização de cirurgia que ensejou a emissão da Nota Fiscal nº 107.008 e sua respectiva duplicata, no valor de R\$ 28.113,56 (vinte e oito mil, cento e treze reais cinquenta e seis centavos).
3. Desse modo, alega que foi proposta Ação de Execução de Título Extrajudicial, autuada sob o nº. 1004034-21.2025.8.26.0003, que tramitou perante a 3ª Vara Cível do Foro Regional III - Jabaquara/SP. Portanto, alega que o crédito passou a incluir custas e despesas processuais.
4. Para corroborar o seu pleito, dentre outros documentos, a Credora apresentou a cópia das principais peças processuais da ação de execução.
5. Assim sendo, em análise aos Autos da Execução do qual o crédito em testilha é oriundo, é possível aferir que no dia **16.04.2025**, fora preferida r. decisão determinando a citação da Recuperanda, e o consequente pagamento da dívida em 03 (três) dias. Veja-se:

DECISÃO	
Processo Digital nº:	1004034-21.2025.8.26.0003
Classe - Assunto:	Execução de Título Extrajudicial - Duplicata
Exequente:	Hms Importação e Comércio de Produtos Médicos Ltda.
Executado:	Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz
Ass da Decisão: JU HYUN LEE	
Vistos.	
Tendo em vista a comprovação de entrega dos bens constantes na nota fiscal de fls 06/07, bem como a apresentação de boleto acompanhado de protesto por indicação e nota fiscal, de rigor o reconhecimento da executabilidade do título extrajudicial.	
Cite-se a parte executada para pagar a dívida - que inclui, no caso de prestações continuadas, as parcelas vencidas e vencidas no curso da presente ação -, acrescida das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação.	

**(Trechos extraídos dos autos n.º 1004034-21.2025.8.26.0003)**

DECISÃO	
Processo Digital nº:	1064034-21.2025.8.26.0003
Classe - Assunto	Execução de Título Extrajudicial - Duplicata
Enequente:	Hum Importação e Comércio de Produtos Médicos Ltda.
Exercutado:	Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

Juiz(a) de Direito: Dr(a) JU BYEON LEE

Vistos.

Fla. 80/87 e 516/521: O art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005, prevê que "Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal".

Como não decorreu o prazo em questão, o andamento da execução deve ser suspenso pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Int.

São Paulo, 02 de julho de 2025.

7. Desta feita, ao analisar os documentos encaminhados pela Credora, bem como os que embasaram a referida Ação de Execução, constatou-se que o crédito é advindo da Duplicata Mercantil, lastreadas na nota fiscal de nº 107.008 no valor de R\$ 28.113,56 (vinte e oito mil, cento e treze reais cinquenta e seis centavos).

[illegible]

*(Trechos extraídos dos autos n.º 1004034-21.2025.8.26.0003)*

8. Neste íterim, verifica-se da análise ao instrumento de crédito acima elencado, foi possível constatar que o crédito em testilha é integralmente **concursal**, haja vista que a Nota Fiscal foi emitida em 24.09.2024, ou seja, anteriormente à data do pedido de recuperação judicial (**09.04.2025**).

9. Nesse sentido, diante da existência de crédito líquido e certo em favor da Credora, necessário que seja procedida à atualização dos valores apresentados, com o fito de apurar o valor existente na data do pedido de recuperação judicial (**09.04.2025**), conforme determina o art. 9º, II da LFR.

10. Nesse contexto, visando conferir transparência ao feito e sustentar a habilitação do valor pretendido, a Administradora Judicial procedeu à atualização do valor para apuração do *quantum* efetivamente devido, observando as regras impostas pelo art. 9º, II, da LFR, que limita a incidência de juros e correção monetária até a data do pedido de recuperação judicial, utilizando-se o índice oficial do *Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo*. Confira-se:

DESCRIÇÃO	PRIMEIRO PERÍODO	SEGUNDO PERÍODO					
Termo Final Atualiz.	01/10/2024	09/04/2025					
Termo Final Mora	01/10/2024	01/10/2024					
Atualização	TJSP	TJSP SELIC					
Juros Mora a.m	LEGAIS						
Observação	Data Base Atualiz.	Data Base Mora	Valor Principal	Atualiz. TJSP	Atualiz. TJSP SELIC	Juros Mora LEGAIS a.m	Saldo devedor Atualiz.
Nota Fiscal nº 107.008	24/09/2024	24/09/2024	R\$ 28.113,56	0,130000%	6,04%	0,233333%	R\$ 29.921,27
SALDO DEVEDOR EM 09/04/2025							R\$ 29.921,27

11. Registre-se, ademais, que foi tão somente realizada a adequação dos cálculos, não violando, assim, o valor do título pleiteado em questão, consoante inteligência do inciso II do art. 9º da LFR e Enunciado nº 73 do Conselho Federal - II Jornada de Direito Comercial, veja-se:

*Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: (...) II – **o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou***

**do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação;**  
**(original sem grifos).**

12. Dando-se seguimento, resta consignar que conforme a decisão exarada nos autos de execução, houve a determinação para pagamento das custas e despesas processuais, as quais devem ser habilitadas, conforme preconiza o artigo 5º, II da LFR<sup>1</sup>.

13. Outrossim, a Administradora Judicial, procedeu à validação das taxas judiciárias, oportunidade em que constatou que, a credora efetuou o pagamento da seguinte quantia, confira-se:

Descrição	Comprovante de pagamento - Fls. <sup>2</sup>	Data do pagamento	Valor
Petição Inicial - Guia Dare	25	12.02.2025	R\$ 574,82
Fundo Especial Despesa	25	12.02.2025	R\$ 32,75
TOTAL R\$ 607,57			

14. Não obstante, cumpre pontuar que, sobre as custas e despesas processuais devem ser corrigidos monetariamente, visto que foram efetuadas em data anterior à data do pedido de recuperação judicial (09.04.2025), sendo considerado, conforme abaixo demonstrado:

DESCRIÇÃO	PRIMEIRO PERÍODO	SEGUNDO PERÍODO				
Termo Final Atualiz.	01/10/2024	09/04/2025				
Termo Final Mora	01/10/2024	01/10/2024				
Atualização	TJSP	TJSP SELIC				
Observação	Data Base Atualiz.	Data Base Mora	Valor Principal	Atualiz. TJSP	Atualiz. TJSP SELIC	Saldo devedor Atualiz.
Petição Inicial - Guia Dare	12/02/2025	12/02/2025	R\$ 574,82	-1,593166%	6,04%	R\$ 599,85
Fundo Especial Despesa	12/02/2025	12/02/2025	R\$ 32,75	-1,593166%	6,04%	R\$ 34,18
SALDO DEVEDOR EM 09/04/2025						R\$ 634,03

<sup>1</sup> “Art. 5º Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência:  
[...]

II – as despesas que os credores fizeram para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.”

<sup>2</sup> Dos autos n.º 1004034-21.2025.8.26.0003

15. Assim, havendo crédito líquido e certo, de rigor a inclusão do montante de R\$ 30.555,30 (trinta mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos), em favor da credora HMS Importação e Comércio de Produtos Médicos Ltda., na classe quirografária.

Descrição	Valores
Principal atualizado	R\$ 29.921,27
Despesas processuais	R\$ 634,03
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 30.555,30</b>

## CONCLUSÃO

16. Diante do exposto, a Administradora Judicial **acolhe** o pedido de divergência de crédito apresentado pela Credora HMS Importação e Comércio de Produtos Médicos Ltda, para em harmonia com as disposições inseridas na LFR, **retificar** o crédito para passar a constar pelo montante de R\$ 30.555,30 (trinta mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos), na classe quirografária.

**Titular do Crédito:** HMS Importação e Comércio de Produtos Médicos Ltda

**Valor do Crédito:** R\$ 30.555,30

**Classificação do Crédito:** Quirografário

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**



**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Anderson Mori de Almeida
<b>CPF/CNPJ</b>	180.531.438-65
<b>Tipo do Requerimento</b>	Divergência de Crédito

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pela Recuperanda</b>	<b>Classificação do crédito declarado pela Recuperanda</b>
R\$ 114.990,63	Trabalhista

<b>Valor do crédito pretendido pela Credora</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pela Credora</b>
-	-

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Divergência

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de divergência de crédito recepcionado por e-mail, por meio do qual o Credor Anderson Mori de Almeida manifesta discordância com os valores declarados pela Recuperanda.



2. Aduz o Credor que há demanda em trâmite perante ao Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região na 89ª Vara do Trabalho de São Paulo - SP, sob o número de processo n.º 1000726-28.2025.5.02.0089, que discute os pedidos e valores incontroversos/controversos.

3. Nesse passo, a Administradora Judicial diligenciou administrativamente junto ao sítio do Tribunal Eletrônico da 2ª Região, tendo constatado que não houve liquidação do crédito pleiteado, visto que o feito encontra-se em fase inicial, e até o presente momento não houve o julgamento por meio de sentença. Veja-se:



*(trecho extraído da RT n.º 1000726-28.2025.5.02.0089)*

4. Nesta senda, urge destacar que a Administradora Judicial analisou detalhadamente os autos da Reclamação Trabalhista em questão e constatou que **a demanda não contempla ainda qualquer sentença de liquidação de eventuais valores devidos a Credora, tampouco, Certidão de Habilitação de Crédito, o que obsta, por ora, a retificação de crédito pretendido.**

5. Desta feita, tendo em vista não haver crédito liquidado em sede de Justiça Laboral, a Administradora Judicial entende que o momento processual em que se encontra a Reclamação Trabalhista, não possibilita o acolhimento da presente divergência de crédito,

visto que o valor devido, primeiramente, deverá ser líquido e certo para que, posteriormente, seja habilitado, conforme inteligência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que firmou o seguinte entendimento acerca do assunto, veja-se:

*APELAÇÃO. Sentença que julgou extinta a execução, com fundamento no artigo 924, III, do CPC. Crédito da parte exequente é anterior à decretação da recuperação judicial, todavia, ilíquido. Recorrida reconheceu a quantia de R\$ 29.835,15 como devida e elencada na Lista de Credores da Recuperanda. Recorrente que, por sua vez, aduz que o crédito perseguido é de R\$ 97.818,78. Hipótese de incidência do artigo 6º, § 1º, da Lei 11.101/2005, segundo o qual "terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida". Em havendo controvérsia entre as partes em relação ao "quantum" devido, deverá, primeiramente, o crédito ser liquidado para correta apuração do valor a ser habilitado no processo de soerguimento. Sentença anulada. Recurso a que se dá parcial provimento.<sup>1</sup> (original sem grifos)*

\*\*\*

*Recuperação judicial. Impugnação ao crédito. Rejeição. Prestação de serviços advocatícios - Necessidade de apuração - Valor ilíquido Decisão mantida. Recurso desprovido. [...] Antes de obtida a certeza e liquidez de um crédito, não pode ter admitida sua habilitação e inclusão num procedimento concursal<sup>2</sup> [...] (original sem grifos)*

6. Portanto, conforme a documentação examinada, o Credor não demonstrou, de forma segura, a certeza inequívoca dos valores pretendidos, haja vista que ainda não houve a devida

<sup>1</sup> AP nº 10307171820138260100, TJSP, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. José Rubens Queiroz Gomes, j. 20.09.2019.

<sup>2</sup> AI nº 2002363-33.2017.8.26.0000, TJSP, 1ª Câmara de Direito Empresarial, Rel. Fortes Barbosa, j. 12.04.2017

liquidação dos valores devidos pela Recuperanda em face da Credora na reclamação trabalhista em análise. Contudo, da análise administrativa dos documentos disponibilizados pela Recuperanda, observou-se o reconhecimento de valores que montam a quantia atualizada de R\$ 117.610,21 (dezessete mil, seiscentos e dez reais e vinte e um centavos), atinente majoritariamente a verbas rescisórias e fundiárias, conforme exposto na metodologia da presente relação de credores.

## DA CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado pelo Credor Anderson Mori de Almeida, contudo, retifica-se o montante para R\$ 117.610,21 (cento e dezessete mil, seiscentos e dez reais e vinte e um centavos) na classe trabalhista, conforme metodologia do relatório explicativo.

**Titular do Crédito:** Anderson Mori de Almeida

**Valor do Crédito:** R\$ 117.610,21

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Andressa Juliana dos Santos
<b>CPF/CNPJ</b>	413.483.528-33
<b>Tipo do Requerimento</b>	HABILITAÇÃO DE CRÉDITO

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pela Recuperanda</b>	<b>Classificação do crédito declarado pela Recuperanda</b>
-	-

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 14.377,40	Trabalhista

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Petição de Habilitação de Crédito nº1100037-38.2025.8.26.0100

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de habilitação de crédito, intentado pela Credora Andressa Juliana dos Santos, através do incidente de habilitação de crédito n.º 1100037-38.2025.8.26.0100, por meio do qual requer a inclusão de seus créditos na relação creditícia da Recuperanda, para constar pela monta de R\$ 14.377,40 (quatorze mil e trezentos e setenta e sete reais e quarenta

centavos), na classe trabalhista.

2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém da Reclamação Trabalhista n.º 1001969-70.2023.5.02.002, que tramitou perante à 26ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP.
3. Para corroborar o seu pleito, a Credora apresentou, dentre outros documentos, a certidão para habilitação de crédito expedida pelo D. Juízo Laboral.
4. De proêmio, a Administradora Judicial esclarece que diligenciou administrativamente junto ao sítio eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, tendo constatado que o crédito em testilha é **concursal em sua totalidade**, nos termos do art. 49, da LFR, haja vista que a relação de emprego se deu no período compreendido entre os dias **21.11.2022 a 30.12.2023**, conforme trecho a seguir colacionado, enquanto o pedido de recuperação judicial se deu no dia **09.04.2025**. Veja-se:

CONTRATO DE TRABALHO	
60 552 098/0001-11	
Empregador	SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ
CNPJ/MF	Santa Cruz
Rua	Santa Cruz - Cep 04122 388
Município	São Paulo Est. SP
Esp. do estabelecimento	Hospitalar
Cargo	Recepcionista
CBO nº	
Data admissão	21 de novembro de 2022
Registro nº	14041
Remuneração especificada	R\$ 2.037,00
Soc. Bras. Jap. Benef. Santa Cruz	
Ass. do empregador ou a rogo c/test.	Cantile
1º	2º
Data saída	de de
Ass. do empregador ou a rogo c/test.	
1º	2º
Com. Dispensa CD nº	

\*\*\*

Ante o exposto, acolho as alegações do demandante para reconhecer a justa causa do empregador, nos termos do art. 483, d ("não cumprir o empregador as obrigações do contrato"), da Consolidação das Leis do Trabalho, restando fixado a rescisão contratual em 30/12/2023, último dia laborado (fl. 08).

**(Trecho extraído da RT n.º 1001969-70.2023.5.02.002)**

5. Em prosseguimento, verifica-se que a Credora apresentou a competente Certidão de Habilitação de crédito expedida pela D. Justiça Laboral, portanto, documento hábil a ensejar a alteração postulada. Entretanto, ao realizar análise do aludido documento, a Administradora Judicial constatou que o crédito ali constante foi atualizado até o dia **29.04.2025**. Veja-se:

CERTIDÃO DE CRÉDITO	
<p>THALITA CARNEIRO CERQUEIRA SOUZA, Servidor da serventia da 26ª Vara do Trabalho de São Paulo do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em cumprimento à determinação do Juízo, <b>CERTIFICA</b> as informações constantes da planilha abaixo, para fins de habilitação de crédito na recuperação judicial, nos termos do art. 9º da Lei nº 11.101/2005:</p>	
Processo nº	1001969-70.2023.5.02.0026
Data do ajuizamento	26/12/2023
Data do trânsito em julgado	12/08/2024
Vara, comarca, tribunal	26ª Vara do Trabalho de São Paulo do TRT da 2ª Região
Nome do devedor	SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ
CNPJ do devedor	60.552.098/0001-11
Nome do credor	ANDRESSA JULIANA DOS SANTOS
CPF ou CNPJ do credor	413.483.528-33
Natureza do crédito	Trabalhista
Valor do crédito (atualizado até a data do pedido de recuperação)	R\$ 14.377,40
Honorários de sucumbência – valor atualizado até a data do pedido de recuperação	R\$ 3.480,41
Nome do advogado e CPF / nome de sociedade de advogados e CNPJ	José Mauro de Castro - CPF 988.599.018-03
Discriminação do valor de cada verba em se tratando de crédito trabalhista	

\*\*\*

PJe-Calc		Processo:	1001969-70.2023.5.02.0026
Sistema de Cálculos Trabalhistas		Cálculo:	017914
<p><b>PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO</b></p>			
<p>Reclamante: <b>ANDRESSA JULIANA DOS SANTOS</b>  Reclamado: <b>SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ</b>  Data ÚL. Nulificação: <b>01/11/2024</b></p>			
<p><b>Resumo da Atualização do Cálculo</b></p>			
<p><b>Descrição do Saldo Devido por Credor</b></p>		<p><b>Valor</b></p>	
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE		R\$ 1.119,34	
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE SALÁRIOS DEVIDOS		419,84	
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA PATRONO DA RECLAMANTE		3.450,41	
IRPF SOBRE HONORÁRIOS PARA PATRONO DA RECLAMANTE		0,00	
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA NÍVEL DO RECLAM.		3.018,24	
IRPF SOBRE HONORÁRIOS PARA NÍVEL DO RECLAM.		0,00	
IRPF DEVIDO PELA RECLAMANTE		2,21	
<b>Total Devido Pelo Reclamado</b>		<b>14.377,40</b>	
<p>Eventos emitiódo: Pagamento em 11/03/2025 no valor de R\$ 8.621,08; Pagamento em 02/04/2025 no valor de R\$ 3.106,95; Pagamento em 08/04/2025 no valor de R\$ 3.650,97.</p>			
<p>O VALOR QUE CONSTA NA PLANILHA COMO PAGAMENTO EM 02/04/2025 SE REFERE AO PAGAMENTO EFETUADO EM 14/03/2024 ATUALIZADO PARA 02/04/2025. PROCEDIMENTO NECESSÁRIO UMA VEZ QUE A SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO É DE DATA POSTERIOR AO DEPÓSITO.</p>			

*(Trecho extraído da RT n.º 1001969-70.2023.5.02.002)*



6. Desse modo, denota-se que os valores encontram-se em dissonância com o disposto no art. 9º, II, da LFR, que limita a incidência de juros e correção monetária até a data do pedido de recuperação judicial (**09.04.2025**), de modo que a *Expert* procedeu a sua adequação, com o fito de identificar o *quantum* devido a Credora, oportunidade em que identificou os seguintes valores:

Termo Final Atualiz.	09/04/2025				
Termo Final Mora	09/04/2025				
Atualização	SELIC				
Observação	Data Base Atualiz.	Data Base Mora	Valor Principal	Atualiz. SELIC	Saldo devedor Atualiz.
Principal Líquido	29/04/2025	29/04/2025	R\$ 7.176,54	-0,628225%	R\$ 7.131,46
SALDO DEVEDOR EM 09/04/2025					R\$ 7.131,46

7. Efetivado o cálculo, ressalta-se que para realizar a atualização do crédito, fora considerado o índice 'SELIC', nos termos dos recentes julgados do STF na ADC 58 e ADC 59, e conforme decidido pelo D. Juízo Laboral. Veja-se

Critério de Atualização e Fundamentação Legal	
1.	Valores corrigidos pelo índice 'SELIC' (Receita Federal), acumulados a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 361 do TST. Última taxa 'SELIC' (Receita Federal) aplicada a 04/2025.
2.	Contribuições sociais sobre salários devidos calculadas conforme as letras IV e V da Súmula nº 365 do TST. Para salários devidos até 04/03/2023, inclusive, sem juros e multa de mora (art. 278, caput, do Decreto nº 3.048/1990). Para salários devidos a partir de 05/03/2023, com juros de mora à taxa SELIC desde a prestação do serviço (art. 43 da Lei nº 8.212/1991).
3.	Imposto de renda apurado através da tabela progressiva acumulada, vigente no mês de liquidação, para ocorrências relativas a anos anteriores ao ano da liquidação (Art. 12-A da Lei nº 7.713/1986) e através da tabela progressiva normal, vigente no mês de liquidação, para ocorrências relativas ao ano da liquidação (Art. 12-B da Lei nº 7.713/1986).

**(Trecho extraído da RT n.º 1001969-70.2023.5.02.002)**

8. Nesse sentido, cumpre consignar que, em que pese a Certidão de Habilitação de Crédito expedida pela Justiça Laboral, por si só, constitua título líquido e certo, cediço que ela deve respeitar os limites impostos pela LFR, de modo que a alteração nos valores é medida que se impõe.

9. Nesse sentido, o art. 9º, inciso II, da LFR e Enunciado n.º 73 do Conselho Federal - II Jornada de Direito Comercial, veja-se:

*Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: (...) II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; (original sem grifos)*

\*\*\*

*Para que seja preservada a eficácia do disposto na parte final do § 2º do artigo 6º da Lei n. 11.101/05, é necessário que, no juízo do trabalho, o crédito trabalhista para fins de habilitação seja calculado até a data do pedido da recuperação judicial ou da decretação da falência, para não se ferir a par condicio creditorum e observarem-se os arts. 49, “caput”, e 124 da Lei n. 11.101/2005. (original sem grifos)*

10. Assim, procedidos aos cálculos, denota-se que o valor devidamente atualizado em harmonia com as disposições insertas na LFR, perfaz o montante de **R\$ 7.131,46** (sete mil, cento e trinta e um reais e quarenta e seis centavos), a ser incluído na classe trabalhista em favor da Credora Andressa Juliana dos Santos.

11. No tocante aos honorários advocatícios, oportuno ressaltar que o recente entendimento do Superior Tribunal de Justiça reconhece que a **sentença e/ou decisão** que determina o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais é o ato processual qualificado como fato gerador do crédito. Veja-se:

*EMPRESARIAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA . RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. NATUREZA DO CRÉDITO. FATO GERADOR . TEMA 1.051/STJ. DATA DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA. NO CASO, SENTENÇA POSTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO . CRÉDITO*



*EXTRACONCURSAL. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO . 1. Nos termos do Tema Repetitivo 1.051, "Para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, considera-se que a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador". 2 . A jurisprudência do STJ estabelece que o fato gerador dos honorários advocatícios é a sentença que os arbitra, e não o fato que deu causa à demanda, determinando a classificação do crédito como extraconcursal se a sentença for posterior ao pedido de recuperação judicial. 3. No caso, o Tribunal a quo, após o exame acurado dos autos, das provas, dos documentos e da natureza da lide, consignou categoricamente que a sentença, na qual se fixaram os honorários, foi proferida após o deferimento da recuperação judicial, o que justifica a classificação do crédito como extraconcursal. 4 . O entendimento adotado no acórdão recorrido coincide com a jurisprudência assente desta Corte Superior, circunstância que atrai a incidência da Súmula 83/STJ. 5. Agravo interno a que se nega provimento<sup>1</sup>. (original sem grifos)*

12. Desta forma, ao compulsar os autos da RT, denota-se que a r. sentença que constituiu o crédito do patrono do Habilitante fora proferida em **02.05.2024**, ou seja, em data anterior ao pedido de recuperação judicial (**09.04.2025**), de forma que o crédito pleiteado possui natureza **concursal**, veja-se:

---

<sup>1</sup> STJ - AgInt no REsp: 00000000000002144760 MG 2024/0178012-5, Relator.: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 30/06/2025, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJEN 05/08/2025

**Dos honorários de sucumbência**

Fica a reclamada condenada ao pagamento de honorários de sucumbência no correspondente a 15% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, nos termos do art. 791-A da CLT.

\*\*\*



*(Trecho extraído da RT n.º 1001969-70.2023.5.02.0026)*

13. Nesse sentido, a fim de apurar o *quantum* efetivamente devido a título de honorários de sucumbência a Administradora Judicial procedeu à adequação dos valores, oportunidade em que identificou a seguinte quantia:

<b>Termo Final Atualiz.</b>	<b>09/04/2025</b>				
<b>Termo Final Mora</b>	<b>09/04/2025</b>				
<b>Atualização</b>	<b>SELIC</b>				
<b>Observação</b>	<b>Data Base Atualiz.</b>	<b>Data Base Mora</b>	<b>Valor Principal</b>	<b>Atualiz. SELIC</b>	<b>Saldo devedor Atualiz.</b>
Honorários	29/04/2025	29/04/2025	R\$ 3.480,41	-0,628225%	R\$ 3.458,55
<b>SALDO DEVEDOR EM 09/04/2025</b>					<b>R\$ 3.458,55</b>

14. Em continuidade, no que tange à **legitimidade do patrono**, a Administradora Judicial constatou que, a Reclamante outorgou poderes para os Drs. José Mauro de Castro e Soraia Castro Alves de Moraes, sendo, portanto, devido os honorários a todos os patronos que atuaram na ação, veja-se:

**Castro & Camargo Advogados Associados**  
Rua Diogo Farias, 291 – Centro – Guarulhos/SP – CEP 07110-090 Fone 2382-2270/7844

---

**PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"**

**OUTORGANTE:**

**ANDRESSA JULIANA DOS SANTOS**, brasileira, casada, recepcionista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 48.023.706-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob/nº 413.483.528-33, residente e domiciliado em São Paulo/SP, na Rua Antônio Soares Pais, nº 223 – Vila São Geraldo - CEP: 08460-500.

**OUTORGADOS:**

**JOSÉ MAURO DE CASTRO**, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 191.289 e **SORAIA CASTRO ALVES DE MORAIS**, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 467.331, ambos com escritório no município de Guarulhos – SP na Rua Diogo Farias, nº 291 – Centro – CEP 07110-090 – Telefone: (11) 2382-2270 e (11) 2382-7844 e-mail: [mauro.castro@ymail.com](mailto:mauro.castro@ymail.com).

*(Trecho extraído da RT n.º 1001969-70.2023.5.02.002)*

15. Desse modo, havendo crédito líquido e certo, de rigor a habilitação do montante de **R\$ 3.458,55** (três mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), em favor dos Credores José Mauro de Castro e Soraia Castro Alves de Moraes.

## CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, a Administradora Judicial **acolhe** o pleito, para em harmonia com as disposições inseridas na LFR, **incluir** o crédito de titularidade da Credora **Andressa Juliana dos Santos**, para passar a constar pelo valor de **R\$ 7.131,46** (sete mil, cento e trinta e um reais e quarenta e seis centavos), na classe trabalhista, bem como, **R\$ 3.458,55** (três mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), em favor dos Credores **José Mauro de Castro e Soraia Castro Alves de Moraes**, na classe trabalhista.

**Titular do Crédito:** Andressa Juliana dos Santos

**Valor do Crédito:** R\$ 7.131,46

**Classificação do Crédito:** Trabalhista.

\*\*\*

**Titular do Crédito:** José Mauro de Castro e Soraia Castro Alves de Moraes

**Valor do Crédito:** R\$ 3.458,55

**Classificação do Crédito:** Trabalhista.

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,  
MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ  
PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100

2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,  
ESTADO DE SÃO PAULO

DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:

Nome/Razão Social	Banco Santander (Brasil) S.A
CPF/CNPJ	90.400.888/0001-42
Tipo do Requerimento	DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:

Valor do crédito declarado pela Recuperanda	Classificação do crédito declarado pela Recuperanda
R\$ 9.200.000,00	Quirografário
R\$ 838,31	Quirografário

Valor do crédito pretendido pelo Credor	Classificação do crédito pretendido pelo Credor
R\$ 8.333.123,18	Quirografário
10% sobre o crédito	Exclusão

DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:

Item	Descrição do Documento
i	Petição de Divergência de Crédito
ii	Procuração e Documentos Constitutivos
iii	Cópia da Cédula de Crédito Bancário n.º 00330001300000056420
iv	Cópia do Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios
v	Planilha de Atualização de Débito

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de divergência de crédito, apresentado via *e-mail*, por meio do qual o Credor Banco Santander (Brasil) S.A pela retificação da relação de credores, para que passe a constar pela monta de R\$ 8.333.123,18 (oito milhões trezentos e trinta e três mil cento e vinte e três reais e dezoito centavos), na classe quirografária, em razão da exclusão do percentual de 10% (dez por cento) do valor do crédito outrora listado, haja vista que garantido por alienação fiduciária.
2. Aduz o Credor que o crédito em testilha advém da operação Cédula de Crédito Bancário n.º 00330001300000056420.
3. Para corroborar o seu pleito, o Credor apresentou os competentes instrumentos contratuais, acompanhado de Planilha de Atualização de Débito.
4. Nestes termos, em análise a documentação apresentada pelo Credor, a Administradora Judicial pôde constatar que o crédito em questão advém da Cédula de Crédito Bancário n.º 00330001300000056420, emitida eletronicamente em 28.10.2024, pela Recuperanda Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz, em favor do Credor Banco Santander (Brasil) S.A, conforme informações abaixo:

- **Cédula de Crédito Bancário - n.º 00330001300000056420**

**Devedora: Soc. Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz**  
**Data de Emissão: 28.10.2024**  
**Valor do Crédito R\$ 9.200.000,00**  
**Termo final: 28.10.2024**  
**Termo Inicial: 28.11.2024**  
**Termo Final: 28.10.2027**

		<b>Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro – Pós CDI – Sobrepreço</b>		<b>Empréstimo</b>
1. Cédula de Crédito nº: 00330001300000056420		2. Nº da Conta Corrente:	00330001000130139332	
3. Emissor Nome: SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA CNPJ/MF 00.552.098/0001-11 Endereço R SANTA CRUZ 398 CEP: 04122000 Cidade SAO PAULO UF SP E-mail				
4. Credor BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. CNPJ/MF 90.400.888/0001-42 Sede Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e 2235, Bloco A - Vila Olimpia				
5. Características da Cédula				
5.1. Modalidade				
<input type="checkbox"/> Capital de Giro Parcelado com fluxo de pagamentos SAC – Sistema de Amortização Constante				
<input type="checkbox"/> Capital de Giro Pagamento Final				
<input checked="" type="checkbox"/> Capital de Giro, conforme fluxo descrito no instrumento anexo.				
5.2. Finalidade da Operação: Capital de Giro				
5.3. Valor do crédito R\$ 9.200.000,00		5.4. Valor do IOF R\$ 0,00		
5.5. Tarifa de Abertura de Crédito - TAC R\$ 5.900,00				
5.6. Carência				
5.6.1. Prazo 036 meses		5.6.2.Periodicidade de pagamento dos encargos 036 meses		
5.7. Prazo Total da Operação 036 MESES				
***				
6. Garantia(s): CONTA VINCULADA		6.1. Proporção da garantia		
		10,00 %		
		%		
		%		
		%		
6.2. Proporção total das garantias				
10,00 %		6.3. Descrição da Garantia: Conforme aditamento de garantia		
7. Encargos de inadimplência				
Juros remuneratórios de 0,55 % ( por cento) ao mês + 100 % DO DI/CETIP				
***				



## Protocolo de Assinatura(s)

O Documento acima foi submetido para assinatura eletrônica, na plataforma de assinaturas FEPWeb™. Para garantir sua autenticidade e verificar as assinaturas, por favor, utilize o endereço a seguir: <https://santander.fepweb.com.br/fepweb-signer-ui/#/session/validate-doc> copiando o código abaixo para verificar a validade deste documento:

**Código verificador: C398175C-9260-49D3-B3E8-BA48B8E0C796**




Segue abaixo os nomes com poderes e que efetivaram as assinaturas :

**CLIENTE**

 <b>Anura Christiana Tanaka</b> <small>Assinou em 28/10/2024 às 10:11:06  anuratanaka@pac.com.br CPF: 189.788.838-85</small>	 <b>Keshiro Nishikuni</b> <small>Assinou em 28/10/2024 às 10:10:07  keshironi@pac.com.br CPF: 074.411.248-20</small>
válida: ✓ não-expirado: ✓ não-revogado: ✓	válida: ✓ não-expirado: ✓ não-revogado: ✓

**BANCO**


 <b>Priscila Ricardo Pereira Catayana</b> <small>Assinou em 28/10/2024 às 10:19:04  priscilaricardopereira@pac.com.br CPF: 128.214.736-5</small>	 <b>Marcelo Refinger Aquino</b> <small>Assinou em 28/10/2024 às 10:21:05  marcelorefinger@pac.com.br CPF: 170.785.833-01</small>
válida: ✓ não-expirado: ✓ não-revogado: ✓	válida: ✓ não-expirado: ✓ não-revogado: ✓

Documento assinado por meio eletrônico, conforme MP 2200-2 de 24/09/2001

**(Trechos extraídos dos documentos apresentados pelo Credor)**

5. Em mesma data, foi pactuado o competente “Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios - Conta Vinculada”, por meio do qual foi constituída a garantia, consistente nos direitos creditórios de conta vinculada, no importe de 10% (dez por cento) do valor do crédito concedido:





INSTRUMENTO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS -CONTA VINCULADA

1. BANCO:	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. com sede em São Paulo/SP, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e 2235, Vila Olímpia – CEP 04543-011, inscrito no CNPJ sob nº 90.400.888/0001-42.		
2. CLIENTE:	Nome/Razão Social	SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA	
	CPF/CNPJ	60.552.058/0001-11	
	Endereço	Cidade	UF
	R SANTA CRUZ 398	SÃO PAULO	SP
	Conta Corrente	Agência	
	130139032	0001	
3. GARANTIDORA:	Nome/Razão Social	SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA	
	CPF/CNPJ	60.552.058/0001-11	
	Endereço	Cidade	UF
	R SANTA CRUZ 398	SÃO PAULO	SP
4. OBJETO DA GARANTIA:	Direitos creditórios dos recursos existentes e que vierem a existir na Conta Vinculada nº 299036111 de titularidade da GARANTIDORA ("Direitos Creditórios").		
	Valor Total da Garantia: R\$ 920.000,00 (Novecentos e vinte mil reais)		
	Percentual/Valor Mínimo da Cobertura: 10,00 que será utilizado para fins de reforço e/ou substituição da garantia, nos termos da cláusula 7 abaixo.		
***			
5. OBRIGAÇÕES GARANTIDAS:	A(s) obrigação(ões) cujo regular e integral cumprimento a cessão fiduciária ora contratada visa a garantir compreende(m) aquela(s), principal(is) e acessória(s), assumido(s) neste instrumento e assumido(s) pelo CLIENTE perante o BANCO no(s) instrumento(s) abaixo identificado(s) e todos os seus eventuais futuros adiantamentos ("Obrigações Garantidas"):		
	A) 1. Denominação: CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO nº. 00330001300000068420;		
	2. Valor: R\$ 9.200.000,00 (Nove milhões e duzentos mil reais);		
	3. Equivalência em Reais na data da operação: _____;		
	4. Taxa de Juros/Comissão: Taxa de 0,55% ao mês, equivalente a taxa de 6,60% ao ano, calculada de forma exponencial, com base em um ano comercial de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, acrescida de 100,00% da variação da do CDI (conforme definição abaixo); ou % da variação do CDI		
	5. Data de Emissão/Celebração: 25/10/2024;		
	6. Data de Vencimento: 25/10/2027; e		
	7. Local de pagamento: São Paulo-SP		
***			



## Protocolo de Assinatura(s)

O Documento acima foi submetido para assinatura eletrônica, na plataforma de assinaturas FEPWeb™. Para garantir sua autenticidade e verificar as assinaturas, por favor, utilize o endereço a seguir: <https://fsantander.fepweb.com.br/fepweb-signer-ult/#/session/validate-doc> copiando o código abaixo para verificar a validade deste documento:

**Código verificador: BC0AFBE9-2A7E-432B-BF92-05F481A246C6**




Segue abaixo os nomes com poderes e que efetivaram as assinaturas :

**GARANTIDORA**

 <b>Anna cristina Toledo</b> Assinou em 20/10/2024 11:40:23 gcrfemad@ju.com.br CPF: 181.738.936-05	 <b>Rodolfo Ribeiro</b> Assinou em 20/10/2024 11:40:22 krodolfo@ju.com.br CPF: 024.411.250-20
válido: ✓ não-expirado: ✓ não-revogado: ✓	válido: ✓ não-expirado: ✓ não-revogado: ✓

**TESTEMUNHA**

 <b>Ricardo da Silva Fernandes</b> Assinou em 20/10/2024 10:45:13 ricardo_da_silva_fernandes@ju.com.br CPF: 381.861.395-10
válido: ✓ não-expirado: ✓ não-revogado: ✓

**CLIENTE**

 <b>Anna cristina Toledo</b> Assinou em 20/10/2024 11:40:13 gcrfemad@ju.com.br CPF: 181.738.936-05	 <b>Rodolfo Ribeiro</b> Assinou em 20/10/2024 11:40:21 krodolfo@ju.com.br CPF: 024.411.250-20
válido: ✓ não-expirado: ✓ não-revogado: ✓	válido: ✓ não-expirado: ✓ não-revogado: ✓

**BANCO**

 <b>Monica ricardo inserra batayama</b> Assinou em 20/10/2024 10:37:04 monica_batayama@ju.com.br CPF: 185.214.758-9	 <b>Manoel rafael de almeida</b> Assinou em 20/10/2024 10:45:22 manoel_rafael@ju.com.br CPF: 185.214.758-9
válido: ✓ não-expirado: ✓ não-revogado: ✓	válido: ✓ não-expirado: ✓ não-revogado: ✓

(Trechos extraídos dos documentos apresentados pela Credora)

6. Assim sendo, conforme dispõe o art. 49, *caput*, da LFR<sup>1</sup>, estão sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial todos os créditos existentes na data do pedido da Recuperação Judicial (09.04.2025), sendo que os contratos em questão foram celebrados em datas anteriores ao pedido de RJ, de modo que, *a priori*, se submetem aos efeitos da Recuperação Judicial.

7. Nesta linha, conforme disposto acima, denota-se que a garantia constituída nos

<sup>1</sup> Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

referidos contratos asseguram a dívida no percentual de **10% (dez por cento)**, de modo que, somente os valores garantidos não se submetem aos efeitos da Recuperação Judicial, nos termos do art. 49, §3º da LFR.

8. Neste sentido, destaca-se o entendimento da jurisprudência pátria:

*Impugnação de crédito em recuperação judicial apresentada por banco credor. Sua procedência. Agravo de instrumento da recuperanda. Cessão fiduciária de direitos creditórios . O fato de os recebíveis não terem sido performados, antes do pedido recuperacional, não retira a eficácia da garantia fiduciária. Precedentes desta 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. Garantia prestada em um dos contratos que é inferior ao percentual total da dívida. Crédito excedente que não pode, assim, ser considerado extraconcursal . Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho de Justiça Federal ("O saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos previstos no § 3º do art. 49 da Lei nº 11.101/2005 é crédito quirografário, sujeito à recuperação judicial"). Cláusulas de outros contratos bancários que preveem porcentagem mínima de garantia . Caso em que, excepcionalmente, não é de se aplicar o Enunciado 51 da I Jornada de Direito Comercial do CJF, pois a existência de um percentual mínimo de garantia não a restringe. Recebíveis que podem, em tese, ser performados futuramente em 100% do valor da dívida. Um dos créditos está integralmente garantido por cessão fiduciária, ficando, assim, excluído dos efeitos da recuperação judicial. Reforma parcial da decisão recorrida . Agravo de instrumento a que se dá parcial provimento.<sup>2</sup>*

*DIREITO EMPRESARIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RETENÇÃO DE VALORES. PROVIMENTO. I. CASO EM EXAME Agravo de instrumento*

<sup>2</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 2215155-59.2022.8.26.0000 São Paulo, Relator.: Cesar Ciampolini, Data de Julgamento: 16/01/2024, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 17/01/2024

*interposto contra decisão que determinou a devolução de valores à recuperanda, retidos pelo Banco Abc Brasil S.A. O banco alega que os valores são garantidos por cessão fiduciária e não se sujeitam à recuperação judicial. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO A questão em discussão consiste em verificar se a retenção dos valores pelo banco é legítima. III. RAZÕES DE DECIDIR Nos termos do artigo 49, § 3º da Lei 11.101/2005, os créditos garantidos por cessão fiduciária não se submetem à recuperação judicial. A garantia fiduciária, aparentemente, abrange apenas 70% do Instrumento Particular de Standby Letter of Credit nº 15724724 e da cédula de crédito bancário nº 14112123, sendo o restante, ao que tudo indica, considerado crédito concursal. Autorização para a retenção, pelo credor, de apenas 70% do valor do crédito garantido, com devolução dos valores que ultrapassaram esse percentual. IV. Recurso parcialmente provido.<sup>3</sup>*

\*\*\*

*Agravo de instrumento – Recuperação judicial – Decisão recorrida que julgou parcialmente procedente impugnação de crédito do Banco Santander (Brasil) S/A., distribuída por dependência ao processo de recuperação judicial de JN Auto Posto Tanabi Ltda. e Eco Posto WF Combustível e Restaurante Ltda – Inconformismo das recuperandas – Acolhimento em parte – Crédito decorrente de contrato de cédula de crédito bancário garantida por cessão fiduciária de direitos creditórios (recebíveis) – Direitos creditórios suficientemente identificados (Lei nº 9.514/1997, art. 18, IV; CC, art. 1.362, IV) – Desnecessidade de especificação dos títulos que os representam para a regular constituição da garantia fiduciária – Precedentes do Superior Tribunal de Justiça e das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial deste E. Tribunal de Justiça – Renúncia à garantia fiduciária que deve ser expressa (Lei nº 4*

<sup>3</sup> TJSP - Agravo de Instrumento: 2385080-82.2024.8.26.0000 São Paulo, Relator.: Maurício Pessoa, Data de Julgamento: 15.07.2025, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 15.07.2025

.728/1965, art. 66-B, § 5º; CC, arts. 114 e 1.436, III e § 1º)– Mera propositura de ação monitória que não caracteriza renúncia, até porque constitui opção do credor – Utilização de meio processual que não importa extinção nem renúncia do direito material – Precedentes do C . Superior Tribunal de Justiça e das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial deste E. Tribunal de Justiça – Conquanto tenha sido previsto na cédula de crédito bancário percentual de 80% do valor atualizado das obrigações garantidas, é certo que os recebíveis cedidos até a data do pedido de recuperação judicial podem não ter alcançado o referido percentual, sendo necessário investigar os recebíveis efetivamente performados, para fins da extraconcursalidade prevista no artigo 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005 – **Eventual saldo excedente, após verificação dos créditos cedidos performados, deve ser classificado como crédito quirografário** – Enunciado nº 51 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal – Decisão reformada em parte – Recurso parcialmente provido, com determinação<sup>4</sup> . **(original sem grifos)**.

9. Ato contínuo, verifica-se que o Credor apresentou planilha de cálculo, em consonância com o que preconiza o art. 9º, II, da LFR, haja vista que os cálculos encontram-se acertadamente atualizados até a data da distribuição do pedido de recuperação judicial (09.04.2025), demonstrando que a totalidade do crédito perfaz a monta de R\$ 9.259.025,75 (nove milhões duzentos e cinquenta e nove mil e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos), confira-se:

<sup>4</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 2290190-88.2023.8.26 .0000 Tanabi, Relator.: Mauricio Pessoa, Data de Julgamento: 08/02/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 08/02/2024

<b>Santander</b>						
<b>PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE DÉBITO</b>						
DEVEDOR:	SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFAÇENÇA SANTA CRUZ					
CNPJ:	060.552.098/0001-11					
OPERAÇÃO Nº:	00330011300000594203030028RL					
MODALIDADE:	CAPITAL DE GIRO					
VR FINANCIADO:	R\$ 9.200.000,00					
DATA CONTRATO:	28/10/21					
DATA VENCIMENTO FINAL:	28/10/27					
ENCARGOS:						
JUROS REMUNERAT.:	ODI					
JUROS DE MORA:	1,000% a.m.					
MULTA:	2,000%					
POSIÇÃO DA DÍVIDA EM:	09/04/25					
DATA VENC.	PARC.	VR NO VENC.	DIAS ATRASO	JUROS REMUNERAT. CEG	MORA A.M. VALOR	TOTAL 09/04/25
28/11/24	1	132.820,60				132.820,60
28/12/24	2	131.862,04				264.682,64
28/01/25	3	141.125,09				405.807,73
28/02/25	4	150.549,17				556.356,90
28/03/25	5	159.138,19				715.495,09
09/04/25	6 a 36 *	R 259.025,75	0	0,00000%	0,00	R 259.025,75
TOTAL PRESTAÇÕES						R 259.025,75
(-) AMORTIZAÇÕES						0,00
SUB-TOTAL						R 259.025,75
MULTA DE 2%						0,00
TOTAL DO DÉBITO						R 259.025,75

*(Trechos extraídos dos documentos apresentados pela Credora)*

10. Nesta linha, considerando a garantia constituída no importe de 10% (dez por cento) sobre o saldo atualizado da dívida, que não se submete aos efeitos da recuperação judicial, foi possível constatar que o crédito concursal perfaz o montante de R\$ 8.333.123,18 (oito milhões trezentos e trinta e três mil cento e vinte e três reais e dezoito centavos)

Valor do Crédito atualizado até a RJ	R\$ 9.259.025,75
10% Garantido por Cessão Fiduciária	(-) R\$ 925.902,58
Valor do crédito submetido aos efeitos da RJ	R\$ 8.333.123,18

11. Desta forma, de rigor a exclusão do montante de R\$ 925.902,58 (novecentos e vinte e cinco mil novecentos e dois reais e cinquenta e oito centavos), da relação de credores, em razão de sua extraconcursalidade, retificando-se o crédito do Credor Banco Santander (Brasil) S.A, para que passe a constar pela monta de R\$ 8.333.123,18 (oito milhões trezentos e trinta e três mil cento e vinte e três reais e dezoito centavos).

## CONCLUSÃO

12. Diante do exposto, a Administradora Judicial **acolhe** o pedido de divergência do credor Banco Santander (Brasil) S.A, para em harmonia com as disposições inseridas na LFR, retificar o crédito para que passe a constar pelo montante de R\$ 8.333.123,18 (oito milhões trezentos e trinta e três mil cento e vinte e três reais e dezoito centavos), na classe quirografária.

**Titular do Crédito:** Banco Santander (Brasil) S.A

**Valor do Crédito:** R\$ 8.333.123,18

**Classificação do Crédito:** Quirografário

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	BR Hommed Comércio de Materiais Médicos Ltda.
<b>CPF/CNPJ</b>	17.845.667/0001-98
<b>Tipo do Requerimento</b>	HABILITAÇÃO DE CRÉDITO

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pela Recuperanda</b>	<b>Classificação do crédito declarado pela Recuperanda</b>
R\$ 24.979,50	Quirografária

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 24.979,50	Quirografária

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Petição de Habilitação de Crédito
ii	Procuração
iii	Cópia das Notas Fiscais e Protestos
iv	Documentos constitutivos da empresa
v	Planilha de Cálculos



**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de habilitação de crédito, apresentado via *e-mail*, intentado pela Credora BR Hommed Comércio de Materiais Médicos Ltda, por meio do qual requer a habilitação de créditos na relação creditícia da Recuperanda pela monta de R\$ 24.979,50 (vinte e quatro mil, novecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos).
2. Aduz a Credora que o crédito em testilha é oriundo do fornecimento de produtos médicos à Recuperanda, tendo sido emitida e protestadas as Notas Fiscais de nºs 6502, 6503 e 6504, que totalizam o importe de R\$ 24.979,50 (vinte e quatro mil, novecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos).

RESUMO DA OPERAÇÃO	
opção selecionada	quantidade de cobranças
Protestar	1
Identificação do lote	operação realizada em
14052025-001	14/05/2025 16:14

INSTRUÇÕES EM PROCESSAMENTO							
pagador	nosso número	seu número	vencimento	valor (R\$)	protestar atual	tempo protesto (dias)	fin. falimentares
SOC BRAS E JAPONESA DE BEN SANTA CRUZ	56776688	6502-1	14/05/2025	8.326,50	-	3 dias após o vencimento	não

\*\*\*

RESUMO DA OPERAÇÃO							
opção selecionada	quantidade de cobranças						
Protestar	1						
Identificação do lote	operação realizada em						
14052025-002	14/05/2025 16:20						
INSTRUÇÕES REALIZADAS							
pagador	nosso número	seu número	vencimento	valor (R\$)	protestar atual	tempo protesto (dias)	fin. falimentares
SOC BRAS JAPONESA DE BEN SANTA CRUZ	56776721	6503-1	14/05/2025	8.326,50	-	3 dias após o vencimento	não

\*\*\*

RESUMO DA OPERAÇÃO	
opção selecionada	quantidade de cobranças
Protestar	1
identificação do lote	operação realizada em
14052025-001	14/05/2025 16:23

INSTRUÇÕES REALIZADAS							
pagador	nossa número	seu número	vencimento	valor (R\$)	protestar atual	novo protesto (dias)	fin. fornecedores
SOC. BRAS E JAPONESA DE BEN. SANTA CRUZ	56778871	0504-1	14/05/2025	8.326,50	-	3 dias após o vencimento	sim

3. Desse modo, cumpre pontuar que a Credora está arrolada na relação nominal de credores, pela quantia de R\$ 24.979,50 (vinte e quatro mil, novecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos) na classe quirografária. Veja-se:

57. BONALIMENT ALIMENTAÇÃO LTDA.	54.761.176/0001-95	OLIVEIRA LIMA, Nº 589
58. BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA	01.513.946/0001-14	DAS NAÇÕES UNIDAS, Nº 21476
59. BR HOMMED COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA.	11.845.667/0001-98	FRANCISCO BENEDITO DA SILVA, Nº 54.513
60. BRANDMED IMF EXP PROD HOSP LTDA.	35.679.451/0002-62	ALAMEDA CAMPINAS, Nº 1071 CONJUNTO 111

\*\*\*

CAMBUCI	SÃO PAULO	SP	01541-050	Fornecedor	212.01.007	R\$	3.132,50
VILA ALMEIDA	SÃO PAULO	SP	04795-000	Fornecedor	212.01.002	R\$	152.178,66
NOVO CENTRO	ITU	SP	11360-515	Fornecedor	212.01.002	R\$	24.979,50
JARDIM PAULISTA	SÃO PAULO	SP	01404-001	Fornecedor	212.01.002	R\$	8.967,54

*(Trecho extraído à fl. 854)*

4. Assim sendo, considerando que a Credora já se encontra arrolada por quantia idêntica requerida e concordando com o valor arrolado, a Administradora Judicial opina pela rejeição do presente pedido de habilitação de crédito.

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, a Administradora Judicial rejeita o pedido de habilitação de crédito em favor de BR Hommed Comércio de Materiais Médicos Ltda., devendo ser mantido o valor já arrolado na relação creditícia.

<b>Titular do Crédito:</b> BR Hommed Comércio de Materiais Médicos Ltda.
<b>Valor do Crédito:</b> R\$ 24.979,50
<b>Classificação do Crédito:</b> Quirografário
<b>Recuperanda:</b> Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Caio Reis Sales
<b>CPF/CNPJ</b>	464.135.658-02
<b>Tipo do Requerimento</b>	Divergência de Crédito

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pela Recuperanda</b>	<b>Classificação do crédito declarado pela Recuperanda</b>
R\$ 24.265,48	Trabalhista

<b>Valor do crédito pretendido pela Credora</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pela Credora</b>
R\$ 40.557,24	Trabalhista

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Divergência

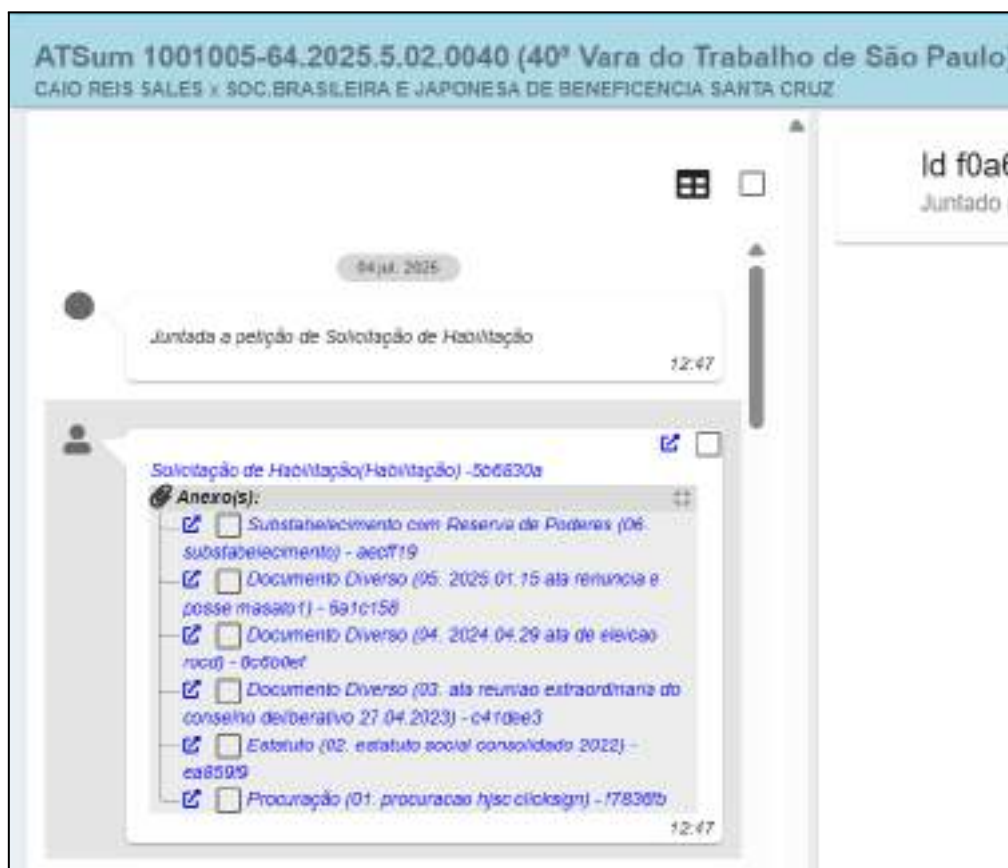
**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de divergência apresentada via *e-mail*, pelo credor Caio Reis Sales, por meio da qual pleiteia pela retificação do seu crédito listado na relação de credores, para que passe a constar pelo montante de R\$ 40.557,24 (quarenta mil e quinhentos e cinquenta e sete reais e

vinte e quatro centavos), na classe trabalhista.

2. Aduz o Credor que há demanda em trâmite perante a 40ª Vara do Trabalho do Fórum Ruy Barbosa/SP, Ação Trabalhista nº 1001005-64.2025.5.02.0040, que discute os pedidos e valores incontroversos/controversos.

3. Nesse passo, a Administradora Judicial diligenciou administrativamente junto ao sítio do Tribunal Eletrônico da 2ª Região, tendo constatado que não houve liquidação do crédito pleiteado, visto que o feito encontra-se em fase inicial, e até o presente momento não houve o julgamento por meio de sentença. Veja-se:



*(trecho extraído da RT n.º 1001005-64.2025.5.02.0040)*

4. Nesta senda, urge destacar que a Administradora Judicial analisou detalhadamente os autos da Reclamação Trabalhista em questão e constatou que **a demanda não contempla ainda qualquer sentença de liquidação de eventuais valores devidos a Credora, tampouco, Certidão de Habilitação de Crédito, o que obsta, por ora, a retificação de crédito pretendido.**

5. Desta feita, tendo em vista não haver crédito liquidado em sede de Justiça Laboral, a Administradora Judicial entende que o momento processual em que se encontra a Reclamação Trabalhista, não possibilita o acolhimento da presente divergência de crédito, visto que o valor devido, primeiramente, deverá ser líquido e certo para que, posteriormente, seja habilitado, conforme inteligência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que firmou o seguinte entendimento acerca do assunto, veja-se:

*APELAÇÃO. Sentença que julgou extinta a execução, com fundamento no artigo 924, III, do CPC. Crédito da parte exequente é anterior à decretação da recuperação judicial, todavia, ilíquido. Recorrida reconheceu a quantia de R\$ 29.835,15 como devida e elencada na Lista de Credores da Recuperanda. Recorrente que, por sua vez, aduz que o crédito perseguido é de R\$ 97.818,78. **Hipótese de incidência do artigo 6º, § 1º, da Lei 11.101/2005, segundo o qual "terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida". Em havendo controvérsia entre as partes em relação ao "quantum" devido, deverá, primeiramente, o crédito ser liquidado para correta apuração do valor a ser habilitado no processo de soerguimento.** Sentença anulada. Recurso a que se dá parcial provimento.<sup>1</sup> **(original sem grifos)***

\*\*\*

*Recuperação judicial. Impugnação ao crédito. Rejeição. Prestação de serviços advocatícios - **Necessidade de apuração - Valor ilíquido** Decisão mantida. Recurso desprovido. [...] Antes de obtida a certeza e liquidez de um crédito, não pode ter*

<sup>1</sup> AP nº 10307171820138260100, TJSP, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. José Rubens Queiroz Gomes, j. 20.09.2019.

*admitida sua habilitação e inclusão num procedimento concursal<sup>2</sup> [...] **(original sem grifos)***

6. Portanto, conforme a documentação examinada, a parte Credora não demonstrou, de forma segura, a certeza inequívoca dos valores pretendidos, haja vista que ainda não houve a devida liquidação dos valores devidos pela Recuperanda na reclamação trabalhista em análise.

7. Por seu turno, a Administradora Judicial realizou, de forma prévia, verificação dos créditos com fundamento nas folhas de pagamento apresentadas, de modo que se viabilizou a constatação de créditos relativos ao décimo terceiro salário e aos salários vencidos.

8. Assim, a *Expert* apurou a existência do montante de R\$ 25.076,57, já integralmente atualizado até a data da recuperação judicial.

9. Dessa forma, em razão da ausência de crédito líquido e certo, é de rigor a rejeição do pleito, retificando-se, contudo, para os valores já apurados pela Administradora Judicial na verificação administrativa com base nos documentos fornecidos pela Recuperanda.

#### DA CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado pelo Credor Caio Reis Sales, contudo, **retificando-se para o montante de R\$ 25.076,57** na classe trabalhista, conforme metodologia do relatório explicativo.

11. Sem prejuízo, tão logo o crédito seja liquidado na justiça especializada, deverá o credor apresentar os documentos comprobatórios para requerer a retificação no valor do crédito.

**Titular do Crédito:** Caio Reis Sales

**Valor do Crédito:** R\$ 25.076,57

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

<sup>2</sup> AI nº 2002363-33.2017.8.26.0000, TJSP, 1ª Câmara de Direito Empresarial, Rel. Fortes Barbosa, j. 12.04.2017

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**



**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Dalton Douglas da Silva
<b>CPF/CNPJ</b>	077.358.374-29
<b>Tipo do Requerimento</b>	Divergência de Crédito

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pela Recuperanda</b>	<b>Classificação do crédito declarado pela Recuperanda</b>
R\$ 8.544,79	Trabalhista

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 82.228,87	Trabalhista

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Divergência
iii	Cópia da Reclamação Trabalhista

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de divergência intentado pelo Credor Dalton Douglas da Silva, via *e-mail*, por meio do qual pleiteia a retificação do seu crédito listado na relação de credores, para que

passa a constar pelo montante de R\$ 82.228,87 (oitenta e dois mil, duzentos e vinte e oito reais e oitenta e sete centavos), na classe trabalhista.

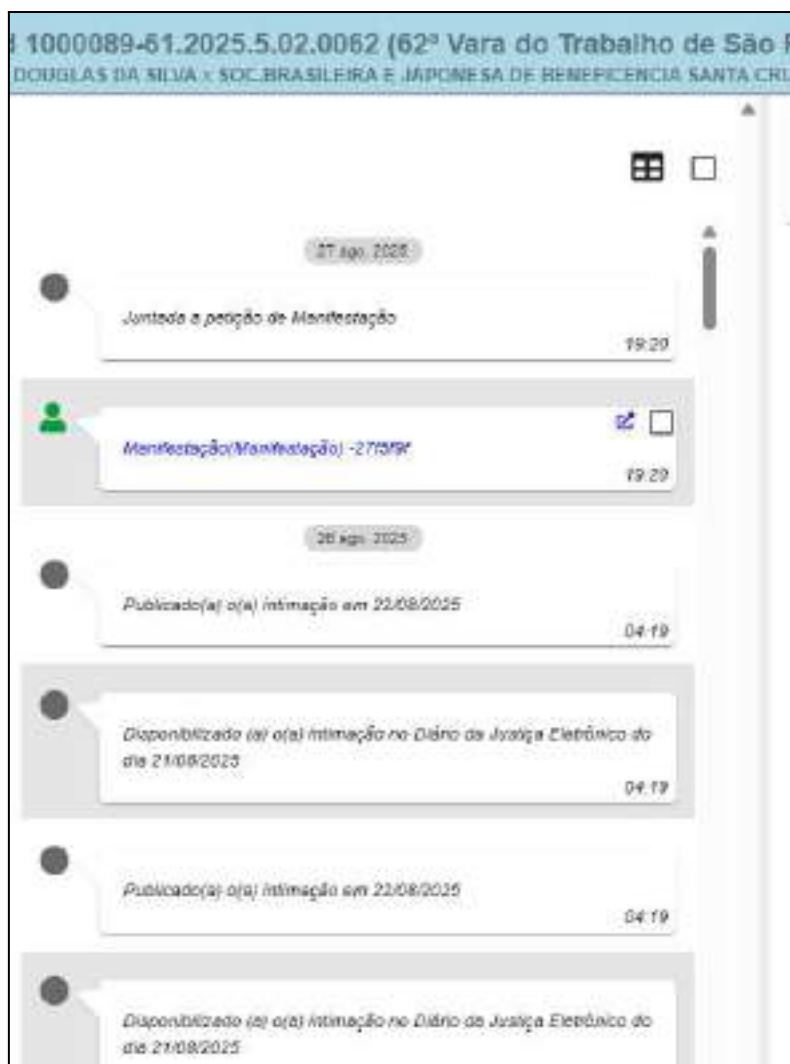
2. Aduz o Credor que há demanda em trâmite perante a 62ª Vara do Trabalho de São Paulo, Reclamação Trabalhista nº 1000089-61.2025.5.02.0062, que discute os pedidos e valores incontroversos/controversos.

3. Nessa senda, a Administradora Judicial procedeu à análise da Reclamação Trabalhista, sendo possível verificar que a relação de emprego se deu no período compreendido entre os dias 22.04.2024 a 13.01.2025. Veja-se:

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO						Fls.: 196
IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR						
01 - CNPJ/CPF	02 - Razão Social / Nome					
60.552.098/0001-11	SOC BRAS JAPONESA BENEF SANTA CRUZ					
03 - Endereço (logradouro, num., andar, apartamento)			04 - Bairro			
Rua SANTA CRUZ, 398			VILA MARIANA			
05 - Município	06 - UF	07 - CEP	08 - CNAE	09 - CNPJ/CPF Tomador/Outra		
SÃO PAULO	SP	04122-000	86101/01			
IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHADOR						
10 - RG/CPF	11 - Nome					Registro
29102850105	DALTON DOUGLAS DA SILVA					014397
12 - Endereço (logradouro, nº, andar, apartamento)			13 - Bairro			
Rua MANDIBA, 180 CASA 2			BIRUM			
14 - Município	15 - UF	16 - CEP	17 - Carteira de trabalho (número, 18 - CPF)			
SÃO PAULO	SP	02541-000	80000022823, 00025, SP		077.358.374-29	
19 - Data de nascimento	20 - Nome da mãe					
27/02/1991	CICERA DA CONCEIÇÃO					
DADOS DO CONTRATO						
21 - Tipo de Contrato						
1 - Contrato de trabalho por prazo indeterminado						
22 - Causa do Afastamento						
Rescisão contratual a pedido do empregado						
23 - Remuneração Lts Ant.	24 - Data de Admissão	25 - Data do Aviso	26 - Data de Afastamento	27 - Cód. afastamento		
R\$ 7.084,00	22/04/2024	14/01/2025	13/01/2025	SJ1		
28 - Pensão alimentícia (%) (TRCT)	29 - Pensão alimentícia (%) (Saque FGTS)	30 - Causa de afastamento				
0,0000	0,0000	01 Empregado				
31 - Código Sindical	32 - CNPJ e Nome da Entidade Sindical Laboral					
000.012.000.86263-5	52.169.117/0001-05 - SINDICATO ENFERMEIROS EST.SP					
DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS						
VERBAS RESCISÓRIAS						
rubrica	Valor	rubrica	Valor	rubrica	Valor	

(trecho extraído da RT n.º 1000089-61.2025.5.02.0062)

4. Nesse passo, a Administradora Judicial diligenciou administrativamente junto ao sítio do Tribunal Eletrônico da 2ª Região, tendo constatado que não houve liquidação do crédito pleiteado, visto que o feito encontra-se em fase inicial, e até o presente momento não houve o julgamento por meio de sentença. Veja-se:



*(trecho extraído da RT n.º 1000089-61.2025.5.02.0062)*

5. Nesta senda, urge destacar que a Administradora Judicial analisou detalhadamente os autos da Reclamação Trabalhista em questão e constatou que **a demanda não contempla ainda qualquer sentença de liquidação de eventuais valores devidos a Credora, tampouco, Certidão de Habilitação de Crédito, o que obsta, por ora, a retificação de crédito pretendido.**

6. Desta feita, tendo em vista não haver crédito liquidado em sede de Justiça Laboral, a Administradora Judicial entende que o momento processual em que se encontra a Reclamação Trabalhista, não possibilita o acolhimento da presente divergência de crédito, visto que o valor devido, primeiramente, deverá ser líquido e certo para que, posteriormente, seja habilitado, conforme inteligência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que firmou o seguinte entendimento acerca do assunto, veja-se:

*APELAÇÃO. Sentença que julgou extinta a execução, com fundamento no artigo 924, III, do CPC. Crédito da parte exequente é anterior à decretação da recuperação judicial, todavia, ilíquido. Recorrida reconheceu a quantia de R\$ 29.835,15 como devida e elencada na Lista de Credores da Recuperanda. Recorrente que, por sua vez, aduz que o crédito perseguido é de R\$ 97.818,78. **Hipótese de incidência do artigo 6º, § 1º, da Lei 11.101/2005, segundo o qual "terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida". Em havendo controvérsia entre as partes em relação ao "quantum" devido, deverá, primeiramente, o crédito ser liquidado para correta apuração do valor a ser habilitado no processo de soerguimento.** Sentença anulada. Recurso a que se dá parcial provimento.<sup>1</sup> **(original sem grifos)***

\*\*\*

*Recuperação judicial. Impugnação ao crédito. Rejeição. Prestação de serviços advocatícios - **Necessidade de apuração - Valor ilíquido** **Decisão mantida. Recurso desprovido.** [...] Antes de obtida a certeza e liquidez de um crédito, não pode ter admitida sua habilitação e inclusão num procedimento concursal<sup>2</sup> [...] **(original sem grifos)***

7. Portanto, conforme a documentação examinada, o Credor não demonstrou, de forma segura, a certeza inequívoca dos valores pretendidos, haja vista que ainda não houve a devida liquidação dos valores devidos pela Recuperanda em face do Credor na reclamação trabalhista em análise.

<sup>1</sup> AP nº 10307171820138260100, TJSP, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. José Rubens Queiroz Gomes, j. 20.09.2019.

<sup>2</sup> AI nº 2002363-33.2017.8.26.0000, TJSP, 1ª Câmara de Direito Empresarial, Rel. Fortes Barbosa, j. 12.04.2017

8. Por seu turno, a Administradora Judicial realizou, de forma prévia, verificação dos créditos com fundamento nas folhas de pagamento apresentadas, de modo que se viabilizou a constatação de créditos relativos ao décimo terceiro salário e aos salários vencidos.

9. Assim, a *Expert* apurou a existência do montante de R\$ 8.830,41 (oito mil, oitocentos e trinta reais e quarenta e um centavos), já integralmente atualizado até a data da recuperação judicial.

10. Dessa forma, em razão da ausência de crédito líquido e certo, é de rigor a rejeição do pleito, retificando-se, contudo, para os valores já apurados pela Administradora Judicial na verificação administrativa com base nos documentos fornecidos pela Recuperanda.

#### DA CONCLUSÃO

11. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado pelo Credor Dalton Douglas da Silva, contudo, **retificando-se para o montante de R\$ 8.830,41** (oito mil, oitocentos e trinta reais e quarenta e um centavos) na classe trabalhista, conforme metodologia do relatório explicativo.

12. Sem prejuízo, tão logo o crédito seja liquidado na justiça especializada, deverá o credor apresentar os documentos comprobatórios para requerer a retificação no valor do crédito.

**Titular do Crédito:** Dalton Douglas da Silva

**Valor do Crédito:** R\$ 8.830,41

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,  
MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ  
PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100

2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,  
ESTADO DE SÃO PAULO

DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:

Nome/Razão Social	Intermedic Technology Importação e Exportação Ltda.
CPF/CNPJ	01.390.500/0001-40
Tipo do Requerimento	DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:

Valor do crédito declarado pela Recuperanda	Classificação do crédito declarado pela Recuperanda
R\$ 506.653,44	Quirografária

Valor do crédito pretendido pelo Credor	Classificação do crédito pretendido pelo Credor
R\$ 540.978,25	Quirografária

DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:

Item	Descrição do Documento
i	Petição de Habilitação de Crédito
ii	Procuração
iii	Cópia dos Boletos, Notas Fiscais e Protestos
iv	Documentos constitutivos da empresa
v	Planilha de Cálculos

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de habilitação de crédito, apresentado via *e-mail*, intentado pela Credora Intermedic Technology Importação e Exportação Ltda., por meio do qual requer a retificação de créditos na relação creditícia da Recuperanda para constar pela monta de R\$ 540.978,25 (quinhentos e quarenta mil, novecentos e setenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém das Notas Fiscais de n.º 359693; 360531; 360743, 360744; 360745; 360890 ; 360914; 363977; 364362; 366626 ; 366627; 369869; 371266; 371402; 371421; 371889; 372724; 373248; 373253; 374388; 375343; 375346; 375348 e 376563 referente a venda de materiais médico-hospitais à Recuperanda, conforme se denota da tabela elucidativa a seguir colacionada:

Títulos	Emissão	Vencimento	Valor Líquido	Assinada?	Natureza
NF n° 359693	02.02.2024	17.05.2024	R\$ 12.296,40	NÃO	Concursal
NF n° 360531 - 2	14/02/2024	14/05/2024	R\$ 16.648,12	NÃO	Concursal
NF n° 360531 - 3	14/02/2024	13/06/2024	R\$ 16.648,12	NÃO	Concursal
NF n°360743 -2	15/02/2024	15/05/2024	R\$ 6.659,57	NÃO	Concursal
NF n°360743 - 4	15/02/2024	14/06/2024	R\$ 6.659,57	NÃO	Concursal
NF n° 360744- 2	15/02/2024	15/05/2024	R\$ 7.727,06	NÃO	Concursal
NF n° 360744- 4	15/02/2024	14/06/2024	R\$ 7.727,06	NÃO	Concursal
NF n° 360745 -2	15/02/2024	15/05/2024	R\$ 6.614,37	NÃO	Concursal
NF n° 360745 -4	15/02/2024	14/06/2024	R\$ 6.614,35	NÃO	Concursal
NF n° 360890	16/02/2024	17/06/2024	R\$ 3.792,95	NÃO	Concursal
NF n° 360914 - 2	16/02/2024	16/05/2024	R\$ 4.673,66	NÃO	Concursal
NF n° 360914 -4	16/02/2024	17/06/2024	R\$ 4.673,64	NÃO	Concursal
NF n° 363977	20/03/2024	18/07/2024	R\$ 3 .510,77	NÃO	Concursal
NF n° 364362 -2	25/03/2024	24/06/2024	R\$ 5 .099,75	NÃO	Concursal
NF n° 364362 -3	25/03/2024	08/07/2024	R\$ 5 .099,75	NÃO	Concursal
NF n° 364362 -4	25/03/2024	23/07/2024	R\$ 5 .099,75	NÃO	Concursal
NF n° 366626 -2	24/04/2024	23/07/2024	R\$ 2 .295,30	NÃO	Concursal
NF n° 366626 -4	24/04/2024	02/08/2024	R\$ 2 .295,30	NÃO	Concursal
NF n° 366627 1	24/04/2024	24/06/2024	R\$ 3 .100,22	NÃO	Concursal
NF n° 366627 -2	24/04/2024	23/07/2024	R\$ 3 .100,22	NÃO	Concursal
NF n° 366627- 3	12/06/2024	07/08/2024	R\$ 3 .100,22	NÃO	Concursal
NF n° 366627- 4	24/04/2024	22/08/2024	R\$ 3 .100,23	NÃO	Concursal
NF n° 369869	24/04/2024	12/08/2024	R\$ 23.895,33	NÃO	Concursal
NF n° 371266 1	03/07/2024	02/09/2024	R\$ 19.064,71	NÃO	Concursal



NF nº 371266 -2	03/07/2024	01/10/2024	R\$ 19.064,71	NÃO	Concursal
NF nº 371266 -3	03/07/2024	31/10/2024	R\$ 19.064,70	NÃO	Concursal
NF nº 371402	04/07/2024	02/09/2024	R\$ 26.785,20	NÃO	Concursal
NF nº 371421	05/07/2024	03/09/2024	R\$ 10.021,00	NÃO	Concursal
NF nº 371889	12/07/2024	10/09/2024	R\$ 29.820,64	NÃO	Concursal
NF nº 372724	24/07/2024	23/09/2024	R\$ 15.140,00	NÃO	Concursal
NF nº 373248	31/07/2024	30/09/2024	R\$ 33.043,48	NÃO	Concursal
NF nº 373253	31/07/2024	30/09/2024	R\$ 10.500,00	NÃO	Concursal
NF nº 374388	30/08/2024	29/10/2024	R\$ 4.800,00	NÃO	Concursal
NF nº 375343	25/09/2024	25/11/2024	R\$ 20.858,69	NÃO	Concursal
NF nº 375346	25/09/2024	25/11/2024	R\$ 79.993,87	NÃO	Concursal
NF nº 375348	25/09/2024	25/11/2024	R\$ 29.248,15	NÃO	Concursal
NF nº 376563	21/10/2024	25/11/2024	R\$ 28.816,60	NÃO	Concursal
<b>Total</b>			<b>R\$ 506.653,44</b>		

3. Nesse sentido, conforme se verifica acima, a emissão dos títulos retromencionados se deram em datas anteriores à distribuição da Recuperação Judicial, assim como as respectivas prestações de serviço, demonstrando a **concursalidade** deste crédito.

4. Nesta senda, insta consignar que a credora encontra-se arrolada na Relação de Credores apresentada pela Recuperanda às fls. 1.908/1.935, pelo valor de R\$ 506.653,44 (quinhentos e seis mil, seiscentos e cinquenta e três reais e quarenta e quatro centavos) na classe III - Quirografário, veja-se:

212 INTER SYSTEM SERVICOS LTDA	03.283.417/0001-05
213 INTERMEDIC TECHNOLOGY IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	01.390.500/0001-40
214 INTERSURGICAL COMERCIO DE DISPOSITIVOS MEDICOS LTDA	46.892.210/0001-32
215 INTERSYSTEMS DO BRASIL LTDA	00.233.883/0001-80

\*\*\*

SP 89720-270	william.machado@intersystem.com.br	Fornecedor	212.01.013	R\$	216.816,60
SP 85423-090	fabio.dias@intermedic.com.br	Fornecedor	212.01.002	R\$	506.653,44
SP 84343-053	francisco@intersurgical.com.br	Fornecedor	212.01.002	R\$	590.892,21
SP 84571-100	marilene@itda.com.br	Fornecedor	212.01.013	R\$	28.816,60
SP 85333-005	intertech@intermedical.com.br	Fornecedor	212.01.002	R\$	643.248,15

**(Trecho extraído à fl. 1.922)**

5. Pois bem. Ao analisar os documentos apresentados pelo Credor, a Administradora Judicial pôde constatar que as notas fiscais não possuem assinaturas, não tendo sido encaminhado nenhum documento que comprove a prestação de serviço. Observe-se:



\*\*\*

\*\*\*

\* \* \*

\* \* \*

RECEBEMOS DE INTERMEDIC TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL DEBIDA AO LADO		NF-e N. 00000747 SERIE 1	
DATA DE RECEBIMENTO		IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO DO RECEBIDOR	
<b>Identificação do emitente</b> <b>INTERMEDIC TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA</b> RUA ENXOVIÁ, 471 Complemento: SALA 01 A 100.170.127M VILA SÃO FRANCISCO-Capitão J. B. B. 13.130-000 SÃO PAULO-SP Fone: 11.3181.1840		<b>DANFE</b> DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA QUANTIDADE 1 N. 00000747 SERIE 1 FOLHA 01 DE 01	
		 <b>CHAVE DE ACESSO DANFE</b> 3524 8261 3905 0000 0140 5500 2000 3607 4518 6941 7973 Consulta de autenticidade no portal nacional de NF-e <a href="http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal">www.nfe.fazenda.gov.br/portal</a> ou no site da SEFAZ Autorizada	
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA DE BENS, AQUISIÇÃO E/OU PRESTADOR DE SERVIÇOS		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 1312404120972 15/07/2024 15:21:48-03:00	
DIREÇÃO ESTADUAL 11402011112		DIREÇÃO DO MUNICÍPIO 01.200.000001-40	
DESTINATÁRIO REMETENTE RUA ENXOVIÁ, 471 SOC. DE ALUGUELA E LAMPARELA DE BONDÉ-PRATA SANTA CRUZ CNPJ 00.771.000/0001-10 DATA DE EMISSÃO 15/07/2024		CNPJ 00.771.000/0001-10 DATA DE ENTRADA EM USO 15/07/2024	
ENDEREÇO RUA SANTA CRUZ, 100 MUNICÍPIO SÃO PAULO CEP 04715-000 MUNICÍPIO SÃO PAULO CEP 04715-000 MUNICÍPIO SÃO PAULO CEP 04715-000		MUNICÍPIO SÃO PAULO CEP 04715-000 MUNICÍPIO SÃO PAULO CEP 04715-000 MUNICÍPIO SÃO PAULO CEP 04715-000	
FATURA 001 15/07/2024 6:43:37		002 15/07/2024 6:43:37	
003 15/07/2024 6:43:37		004 15/07/2024 6:43:37	
005 15/07/2024 6:43:37		006 15/07/2024 6:43:37	
007 15/07/2024 6:43:37		008 15/07/2024 6:43:37	
009 15/07/2024 6:43:37		010 15/07/2024 6:43:37	
011 15/07/2024 6:43:37		012 15/07/2024 6:43:37	
013 15/07/2024 6:43:37		014 15/07/2024 6:43:37	
015 15/07/2024 6:43:37		016 15/07/2024 6:43:37	
017 15/07/2024 6:43:37		018 15/07/2024 6:43:37	
019 15/07/2024 6:43:37		020 15/07/2024 6:43:37	
021 15/07/2024 6:43:37		022 15/07/2024 6:43:37	
023 15/07/2024 6:43:37		024 15/07/2024 6:43:37	
025 15/07/2024 6:43:37		026 15/07/2024 6:43:37	
027 15/07/2024 6:43:37		028 15/07/2024 6:43:37	
029 15/07/2024 6:43:37		030 15/07/2024 6:43:37	
031 15/07/2024 6:43:37		032 15/07/2024 6:43:37	
033 15/07/2024 6:43:37		034 15/07/2024 6:43:37	
035 15/07/2024 6:43:37		036 15/07/2024 6:43:37	
037 15/07/2024 6:43:37		038 15/07/2024 6:43:37	
039 15/07/2024 6:43:37		040 15/07/2024 6:43:37	
041 15/07/2024 6:43:37		042 15/07/2024 6:43:37	
043 15/07/2024 6:43:37		044 15/07/2024 6:43:37	
045 15/07/2024 6:43:37		046 15/07/2024 6:43:37	
047 15/07/2024 6:43:37		048 15/07/2024 6:43:37	
049 15/07/2024 6:43:37		050 15/07/2024 6:43:37	
051 15/07/2024 6:43:37		052 15/07/2024 6:43:37	
053 15/07/2024 6:43:37		054 15/07/2024 6:43:37	
055 15/07/2024 6:43:37		056 15/07/2024 6:43:37	
057 15/07/2024 6:43:37		058 15/07/2024 6:43:37	
059 15/07/2024 6:43:37		060 15/07/2024 6:43:37	
061 15/07/2024 6:43:37		062 15/07/2024 6:43:37	
063 15/07/2024 6:43:37		064 15/07/2024 6:43:37	
065 15/07/2024 6:43:37		066 15/07/2024 6:43:37	
067 15/07/2024 6:43:37		068 15/07/2024 6:43:37	
069 15/07/2024 6:43:37		070 15/07/2024 6:43:37	
071 15/07/2024 6:43:37		072 15/07/2024 6:43:37	
073 15/07/2024 6:43:37		074 15/07/2024 6:43:37	
075 15/07/2024 6:43:37		076 15/07/2024 6:43:37	
077 15/07/2024 6:43:37		078 15/07/2024 6:43:37	
079 15/07/2024 6:43:37		080 15/07/2024 6:43:37	
081 15/07/2024 6:43:37		082 15/07/2024 6:43:37	
083 15/07/2024 6:43:37		084 15/07/2024 6:43:37	
085 15/07/2024 6:43:37		086 15/07/2024 6:43:37	
087 15/07/2024 6:43:37		088 15/07/2024 6:43:37	
089 15/07/2024 6:43:37		090 15/07/2024 6:43:37	
091 15/07/2024 6:43:37		092 15/07/2024 6:43:37	
093 15/07/2024 6:43:37		094 15/07/2024 6:43:37	
095 15/07/2024 6:43:37		096 15/07/2024 6:43:37	
097 15/07/2024 6:43:37		098 15/07/2024 6:43:37	
099 15/07/2024 6:43:37		100 15/07/2024 6:43:37	
101 15/07/2024 6:43:37		102 15/07/2024 6:43:37	
103 15/07/2024 6:43:37		104 15/07/2024 6:43:37	
105 15/07/2024 6:43:37		106 15/07/2024 6:43:37	
107 15/07/2024 6:43:37		108 15/07/2024 6:43:37	
109 15/07/2024 6:43:37		110 15/07/2024 6:43:37	
111 15/07/2024 6:43:37		112 15/07/2024 6:43:37	
113 15/07/2024 6:43:37		114 15/07/2024 6:43:37	
115 15/07/2024 6:43:37		116 15/07/2024 6:43:37	
117 15/07/2024 6:43:37		118 15/07/2024 6:43:37	
119 15/07/2024 6:43:37		120 15/07/2024 6:43:37	
121 15/07/2024 6:43:37		122 15/07/2024 6:43:37	
123 15/07/2024 6:43:37		124 15/07/2024 6:43:37	
125 15/07/2024 6:43:37		126 15/07/2024 6:43:37	
127 15/07/2024 6:43:37		128 15/07/2024 6:43:37	
129 15/07/2024 6:43:37		130 15/07/2024 6:43:37	
131 15/07/2024 6:43:37		132 15/07/2024 6:43:37	
133 15/07/2024 6:43:37		134 15/07/2024 6:43:37	
135 15/07/2024 6:43:37		136 15/07/2024 6:43:37	
137 15/07/2024 6:43:37		138 15/07/2024 6:43:37	
139 15/07/2024 6:43:37		140 15/07/2024 6:43:37	
141 15/07/2024 6:43:37		142 15/07/2024 6:43:37	
143 15/07/2024 6:43:37		144 15/07/2024 6:43:37	
145 15/07/2024 6:43:37		146 15/07/2024 6:43:37	
147 15/07/2024 6:43:37		148 15/07/2024 6:43:37	
149 15/07/2024 6:43:37		150 15/07/2024 6:43:37	
151 15/07/2024 6:43:37		152 15/07/2024 6:43:37	
153 15/07/2024 6:43:37		154 15/07/2024 6:43:37	
155 15/07/2024 6:43:37		156 15/07/2024 6:43:37	
157 15/07/2024 6:43:37		158 15/07/2024 6:43:37	
159 15/07/2024 6:43:37		160 15/07/2024 6:43:37	
161 15/07/2024 6:43:37		162 15/07/2024 6:43:37	
163 15/07/2024 6:43:37		164 15/07/2024 6:43:37	
165 15/07/2024 6:43:37		166 15/07/2024 6:43:37	
167 15/07/2024 6:43:37		168 15/07/2024 6:43:37	
169 15/07/2024 6:43:37		170 15/07/2024 6:43:37	
171 15/07/2024 6:43:37		172 15/07/2024 6:43:37	
173 15/07/2024 6:43:37		174 15/07/2024 6:43:37	
175 15/07/2024 6:43:37		176 15/07/2024 6:43:37	
177 15/07/2024 6:43:37		178 15/07/2024 6:43:37	
179 15/07/2024 6:43:37		180 15/07/2024 6:43:37	
181 15/07/2024 6:43:37		182 15/07/2024 6:43:37	
183 15/07/2024 6:43:37		184 15/07/2024 6:43:37	
185 15/07/2024 6:43:37		186 15/07/2024 6:43:37	
187 15/07/2024 6:43:37		188 15/07/2024 6:43:37	
189 15/07/2024 6:43:37		190 15/07/2024 6:43:37	
191 15/07/2024 6:43:37		192 15/07/2024 6:43:37	
193 15/07/2024 6:43:37		194 15/07/2024 6:43:37	
195 15/07/2024 6:43:37		196 15/07/2024 6:43:37	
197 15/07/2024 6:43:37		198 15/07/2024 6:43:37	
199 15/07/2024 6:43:37		200 15/07/2024 6:43:37	
201 15/07/2024 6:43:37		202 15/07/2024 6:43:37	
203 15/07/2024 6:43:37		204 15/07/2024 6:43:37	
205 15/07/2024 6:43:37		206 15/07/2024 6:43:37	
207 15/07/2024 6:43:37		208 15/07/2024 6:43:37	
209 15/07/2024 6:43:37		210 15/07/2024 6:43:37	
211 15/07/2024 6:43:37		212 15/07/2024 6:43:37	
213 15/07/2024 6:43:37		214 15/07/2024 6:43:37	
215 15/07/2024 6:43:37		216 15/07/2024 6:43:37	
217 15/07/2024 6:43:37		218 15/07/2024 6:43:37	
219 15/07/2024 6:43:37		220 15/07/2024 6:43:37	
221 15/07/2024 6:43:37		222 15/07/2024 6:43:37	
223 15/07/2024 6:43:37		224 15/07/2024 6:43:37	
225 15/07/2024 6:43:37		226 15/07/2024 6:43:37	
227 15/07/2024 6:43:37		228 15/07/2024 6:43:37	
229 15/07/2024 6:43:37		230 15/07/2024 6:43:37	
231 15/07/2024 6:43:37		232 15/07/2024 6:43:37	
233 15/07/2024 6:43:37		234 15/07/2024 6:43:37	
235 15/07/2024 6:43:37		236 15/07/2024 6:43:37	
237 15/07/2024 6:43:37		238 15/07/2024 6:43:37	
239 15/07/2024 6:43:37		240 15/07/2024 6:43:37	
241 15/07/2024 6:43:37		242 15/07/2024 6:43:37	
243 15/07/2024 6:43:37		244 15/07/2024 6:43:37	
245 15/07/2024 6:43:37		246 15/07/2024 6:43:37	
247 15/07/2024 6:43:37		248 15/07/2024 6:43:37	
249 15/07/2024 6:43:37		250 15/07/2024 6:43:37	
251 15/07/2024 6:43:37		252 15/07/2024 6:43:37	
253 15/07/2024 6:43:37		254 15/07/2024 6:43:37	
255 15/07/2024 6:43:37		256 15/07/2024 6:43:37	
257 15/07/2024 6:43:37		258 15/07/2024 6:43:37	
259 15/07/2024 6:43:37		260 15/07/2024 6:43:37	
261 15/07/2024 6:43:37		262 15/07/2024 6:43:37	
263 15/07/2024 6:43:37		264 15/07/2024 6:43:37	
265 15/07/2024 6:43:37		266 15/07/2024 6:43:37	
267 15/07/2024 6:43:37		268 15/07/2024 6:43:37	
269 15/07/2024 6:43:37		270 15/07/2024 6:43:37	
271 15/07/2024 6:43:37		272 15/07/2024 6:43:37	
273 15/07/2024 6:43:37		274 15/07/2024 6:43:37	
275 15/07/2024 6:43:37		276 15/07/2024 6:43:37	
277 15/07/2024 6:43:37		278 15/07/2024 6:43:37	
279 15/07/2024 6:43:37		280 15/07/2024 6:43:37	
281 15/07/2024 6:43:37		282 15/07/2024 6:43:37	
283 15/07/2024 6:43:37		284 15/07/2024 6:43:37	
285 15/07/2024 6:43:37		286 15/07/2024 6:43:37	
287 15/07/2024 6:43:37		288 15/07/2024 6:43:37	
289 15/07/2024 6:43:37		290 15/07/2024 6:43:37	
291 15/07/2024 6:43:37		292 15/07/2024 6:43:37	
293 15/07/2024 6:43:37		294 15/07/2024 6:43:37	
295 15/07/2024 6:43:37		296 15/07/2024 6:43:37	
297 15/07/2024 6:43:37		298 15/07/2024 6:43:37	
299 15/07/2024 6:43:37		300 15/07/2024 6:43:37	
301 15/07/2024 6:43:37		302 15/07/2024 6:43:37	
303 15/07/2024 6:43:37		304 15/07/2024 6:43:37	
305 15/07/2024 6:43:37		306 15/07/2024 6:43:37	
307 15/07/2024 6:43:37		308 15/07/2024 6:43:37	
309 15/07/2024 6:43:37		310 15/07/2024 6:43:37	
311 15/07/2024 6:43:37		312 15/07/2024 6:43:37	
313 15/07/2024 6:43:37		314 15/07/2024 6:43:37	
315 15/07/2024 6:43:37		316 15/07/2024 6:43:37	
317 15/07/2024 6:43:37		318 15/07/2024 6:43:37	
319 15/07/2024 6:43:37		320 15/07/2024 6:43:37	
321 15/07/2024 6:43:37		322 15/07/2024 6:43:37	
323 15/07/2024 6:43:37		324 15/07/2024 6:43:37	
325 15/07/2024 6:43:37		326 15/07/2024 6:43:37	
327 15/07/2024 6:43:37		328 15/07/2024 6:43:37	
329 15/07/2024 6:43:37		330 15/07/2024 6:43:37	
331 15/07/2024 6:43:37		332 15/07/2024 6:43:37	

RECEBEMOS DE INTERMEDIAR, TECNOLOGIA IM E EXPORT LTDA OS PRODUTOS CONFORMES DA NOTA FISCAL DECIADA ANEXADA		NF-e N. 000360954 SÉRIE 2	
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		
<b>Identificação do emitente</b> <b>INTERMEDIAR, TECNOLOGIA IM E EXPORT LTDA</b> RUA INOVATTA, 471 Complemento: SALA 005 A 1005/1702-100 VILA SÃO FRANCISCO Cep: 04713-000 SÃO PAULO/SP Fone: (11) 3040-0000		<b>DANFE</b> DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA N. 000360954 SÉRIE 2 FOLHA 01/02	
		 <b>CHAVE DE ACESSO DA NF-E</b> 3524 0241 3965 0000 0140 5590 1000 1609 1483 7207 3332 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e <a href="http://www.site.fazenda.gov.br/portal">www.site.fazenda.gov.br/portal</a> ou no site da SEFAZ Autorizada	
NATUREZA DA OPERAÇÃO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO	
VENDAS DE MERC. ADQUIRIDAS E/OU RECEBIDAS DE TERCEIROS		1152400-0300011 16/01/2024 11:31:19-01:00	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC. ESTADUAL DO VENDEDOR		CNPJ/CNP
114613071112			01.298.500/0001-40
DANTE/ATENDIMENTO			
NOME RAZÃO SOCIAL		CNPJ/CNP	
SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE RESSUSCITAÇÃO SANTA CRUZ		00.152.090/0001-11	
ENDEREÇO		CNP	
RUA SANTA CRUZ, 100		04023-000	
MUNICÍPIO		DISTRITO	
SÃO PAULO		VILA MARIANA	
CEP		UF	
04713-000		SP	
CÁLCULO DO IMPOSTO			
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO
1.893,18	471,30	0,00	0,00
VALOR DO PREÇO	VALOR DO LÍQUIDO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS
0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR DO DE		VALOR TOTAL DA NOTA	
0,00		18.894,02	

\*\*\*

RECEBEMOS DE INTERMEDIAR, TECNOLOGIA IM E EXPORT LTDA OS PRODUTOS CONFORMES DA NOTA FISCAL DECIADA ANEXADA		NF-e N. 000360954 SÉRIE 2	
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		
<b>Identificação do emitente</b> <b>INTERMEDIAR, TECNOLOGIA IM E EXPORT LTDA</b> RUA INOVATTA, 471 Complemento: SALA 005 A 1005/1702-100 VILA SÃO FRANCISCO Cep: 04713-000 SÃO PAULO/SP Fone: (11) 3040-0000		<b>DANFE</b> DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA N. 000360954 SÉRIE 2 FOLHA 01/02	
		 <b>CHAVE DE ACESSO DA NF-E</b> 3524 0301 3965 0000 0140 5560 1000 3639 7711 2961 5415 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e <a href="http://www.site.fazenda.gov.br/portal">www.site.fazenda.gov.br/portal</a> ou no site da SEFAZ Autorizada	
NATUREZA DA OPERAÇÃO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO	
VENDAS DE MERC. ADQUIRIDAS E/OU RECEBIDAS DE TERCEIROS		1152400-0300011 16/01/2024 14:24:42-01:00	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC. ESTADUAL DO VENDEDOR		CNPJ/CNP
114613071112			01.298.500/0001-40
DANTE/ATENDIMENTO			
NOME RAZÃO SOCIAL		CNPJ/CNP	
SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE RESSUSCITAÇÃO SANTA CRUZ		00.152.090/0001-11	
ENDEREÇO		CNP	
RUA SANTA CRUZ, 100		04023-000	
MUNICÍPIO		DISTRITO	
SÃO PAULO		VILA MARIANA	
CEP		UF	
04713-000		SP	
CÁLCULO DO IMPOSTO			
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO
40,45	7,31	0,00	0,00
VALOR DO PREÇO	VALOR DO LÍQUIDO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS
0,00	0,00	2,11	0,00
VALOR DO DE		VALOR TOTAL DA NOTA	
0,00		14.943,05	

\*\*\*



INFORMAÇÕES DE EMISSÃO: INTERMEDIUM E EXPORT, LTDA OS PRODUTOS CONFORMES DA NOTA FISCAL DEVIDADA AO LAZO		NF-e N. 00084462 SÉRIE 1	
DATA DE EMISSÃO:	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBENTE:		
<b>Identificação do emitente:</b> <b>INTERMEDIUM TECHNOLOGY IM E EXPORT, LTDA</b> RUA ENXOVIA, 471 Complemento: GALAXIA A BOUTIQUE VILA SÃO FRANCISCO Cap. 04711-000 SÃO PAULO/SP Fone: 1133911000		<b>DANFE</b> DOCUMENTO APLICAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 1-ENTRADA 1-SAÍDA N. 00084462 SÉRIE 1 FOLHA 01/02	 <b>CHAVE DE ACESSO DA NF-e</b> 3524 0361 3905 0000 0100 5500 2000 2643 6212 9556 7710 Consulte de autenticidade no portal nacional da NF-e <a href="http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal">www.nfe.fazenda.gov.br/portal</a> ou no site da SEFAZ Autorizada
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDAS DE MERC. ADQUIRIDAS E/OU PRECIZAS DE TERCEIROS		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 1232480204607 20.03.2004 17:20:01-02:00	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 114023871112	END. ESTADUAL DO DESTINATÁRIO		CEP 01.300.500-000-40
<b>DESTINATÁRIO REMETENTE</b>			
RUA ENXOVIA, 471 SAC BRASILEIRA E JAPONESA DE RESPONSABILIDADE SANTA CRUZ		INSCRIÇÃO 00.112.000-000-11	DATA DE EMISSÃO 24/03/2004
RUA SANTA CRUZ, 380 MUNICÍPIO SÃO PAULO		BAIRRO DESTINATÁRIO VILA MARINHA	CEP 04122-000
FONE/FAX 1133911000		UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL 00.112.000-000-11
DATA 24/03/2004		VALOR 1.000,00	VALOR 1.000,00
VALOR DO IMPOSTO 0,00		VALOR DO IMPOSTO 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 20.000,00
VALOR DO PRETE 0,00		VALOR DO DESPESO 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 20.000,00

\*\*\*

INFORMAÇÕES DE EMISSÃO: INTERMEDIUM E EXPORT, LTDA OS PRODUTOS CONFORMES DA NOTA FISCAL DEVIDADA AO LAZO		NF-e N. 00084462 SÉRIE 1	
DATA DE EMISSÃO:	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBENTE:		
<b>Identificação do emitente:</b> <b>INTERMEDIUM TECHNOLOGY IM E EXPORT, LTDA</b> RUA ENXOVIA, 471 Complemento: GALAXIA A BOUTIQUE VILA SÃO FRANCISCO Cap. 04711-000 SÃO PAULO/SP Fone: 1133911000		<b>DANFE</b> DOCUMENTO APLICAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 1-ENTRADA 1-SAÍDA N. 00084462 SÉRIE 1 FOLHA 01/02	 <b>CHAVE DE ACESSO DA NF-e</b> 3524 0401 3905 0000 0100 5500 2000 3000 2011 9200 0137 Consulte de autenticidade no portal nacional da NF-e <a href="http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal">www.nfe.fazenda.gov.br/portal</a> ou no site da SEFAZ Autorizada
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDAS DE MERC. ADQUIRIDAS E/OU PRECIZAS DE TERCEIROS		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 1232480204607 24/04/2004 08:05:42-02:00	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 114023871112	END. ESTADUAL DO DESTINATÁRIO		CEP 01.300.500-000-40
<b>DESTINATÁRIO REMETENTE</b>			
RUA ENXOVIA, 471 SAC BRASILEIRA E JAPONESA DE RESPONSABILIDADE SANTA CRUZ		INSCRIÇÃO 00.112.000-000-11	DATA DE EMISSÃO 24/04/2004
RUA SANTA CRUZ, 380 MUNICÍPIO SÃO PAULO		BAIRRO DESTINATÁRIO VILA MARINHA	CEP 04122-000
FONE/FAX 1133911000		UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL 00.112.000-000-11
DATA 24/04/2004		VALOR 1.000,00	VALOR 1.000,00
VALOR DO IMPOSTO 0,00		VALOR DO IMPOSTO 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 9.181,20
VALOR DO PRETE 0,00		VALOR DO DESPESO 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 9.181,20

\*\*\*

RECEBEMOS DE INTERMEDIC TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL DEBITADA AO LADO		VF-E																														
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	Nº 00000007 SERIE 1																														
<b>Identificação do emitente</b> <b>INTERMEDIC TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA</b> RUA INDOVA, 471 Complemento: SALA 101 A 1001/1011/10 VILA LOO FRANCISCO Cap: 04711-000 SAO PAULO/SP Fone: (11) 3030-0000		<b>DANFE</b> DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA N. 00000007 SERIE 1 FOLHA 01/01																														
		 <b>CHAVE DE ACESSO DA NF-E</b> 3521 0001 3905 0000 0140 5500 2000 3006 1711 8447 1206 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e <a href="http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal">www.nfe.fazenda.gov.br/portal</a> ou no site da SEFAZ Autorizada																														
NATUREZA DA OPERAÇÃO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO																														
VENDAS DE MERC. ADQUIRIDAS E/OU RECEBIDAS DE TERCEIROS		101040015461374 24-04-2024 10 DE 13-01-00																														
INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO DO UNIV. TRIB.	CNPJ/CPF																														
1140371112		01.299.3000001-40																														
DESTINATÁRIO REMETENTE																																
Razão Social		CNPJ/CPF																														
SOC. BRASILEIRA E SAMPOLISA DE SEGURANÇA SANTA CRUZ		00.352.090-0000-21																														
Endereço		CEP																														
RUA SANTA CRUZ, 88		04121-000																														
Município		INSCRIÇÃO ESTADUAL																														
SAO PAULO	POUNAS	00-45-00																														
UF	UF																															
SP	SP																															
<table border="1"> <tr> <td>001</td> <td>002</td> <td>003</td> <td>004</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>13/04/2024</td> <td>13/07/2024</td> <td>07/08/2024</td> <td>23/08/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>1.000,00</td> <td>1.000,00</td> <td>1.000,00</td> <td>1.000,00</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>			001	002	003	004							13/04/2024	13/07/2024	07/08/2024	23/08/2024							1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00						
001	002	003	004																													
13/04/2024	13/07/2024	07/08/2024	23/08/2024																													
1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00																													
CÁLCULO DO IMPOSTO																																
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO																														
1.000,00	270,00	0,00																														
VALOR DO ICMS	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS																														
0,00	0,00	12.400,00																														
VALOR DO FRETE	VALOR DO DESPESA ACESSÓRIA	VALOR DO ICMS																														
0,00	0,00	0,00																														
VALOR TOTAL DA NOTA																																
12.400,00																																

\*\*\*

RECEBEMOS DE INTERMEDIC TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL DEBITADA AO LADO		VF-E																														
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	Nº 00000008 SERIE 1																														
<b>Identificação do emitente</b> <b>INTERMEDIC TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA</b> RUA INDOVA, 471 Complemento: SALA 101 A 1001/1011/10 VILA LOO FRANCISCO Cap: 04711-000 SAO PAULO/SP Fone: (11) 3030-0000		<b>DANFE</b> DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA N. 00000008 SERIE 1 FOLHA 01/01																														
		 <b>CHAVE DE ACESSO DA NF-E</b> 3521 0001 3905 0000 0140 5500 2000 3006 0911 8750 3753 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e <a href="http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal">www.nfe.fazenda.gov.br/portal</a> ou no site da SEFAZ Autorizada																														
NATUREZA DA OPERAÇÃO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO																														
VENDAS DE MERC. ADQUIRIDAS E/OU RECEBIDAS DE TERCEIROS		101040015461374 10-04-2024 10 DE 13-01-00																														
INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO DO UNIV. TRIB.	CNPJ/CPF																														
1140371112		01.299.3000001-40																														
DESTINATÁRIO REMETENTE																																
Razão Social		CNPJ/CPF																														
SOC. BRASILEIRA E SAMPOLISA DE SEGURANÇA SANTA CRUZ		00.352.090-0000-21																														
Endereço		CEP																														
RUA SANTA CRUZ, 88		04121-000																														
Município		INSCRIÇÃO ESTADUAL																														
SAO PAULO	POUNAS	00-45-00																														
UF	UF																															
SP	SP																															
<table border="1"> <tr> <td>001</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>11/06/2024</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>12.400,00</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>			001										11/06/2024										12.400,00									
001																																
11/06/2024																																
12.400,00																																
CÁLCULO DO IMPOSTO																																
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO																														
1.011,33	263,25	0,00																														
VALOR DO ICMS	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS																														
0,00	0,00	12.400,00																														
VALOR DO FRETE	VALOR DO DESPESA ACESSÓRIA	VALOR DO ICMS																														
0,00	0,00	0,00																														
VALOR TOTAL DA NOTA																																
12.400,00																																

\*\*\*

\*\*\*

\*\*\*



RECEBEMOS DE INTERMEDIC TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e N. 390071421 SÉRIE 1	
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		
<b>Identificação do emitente</b> <b>INTERMEDIC TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA</b>  RUA INDEPENDÊNCIA, 471 Complemento: SALA 001A 100LIV/100 VILA SÃO FRANCISCO CxP 04711-000 SÃO PAULO/SP Fone: 1133660999		<b>DANFE</b> DOCUMENTO AUTUAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA N. 390071421 SÉRIE 1 FOLHA 01/01	
		 <b>CHAVE DE ACESSO DA NF-E</b> 3524 0701 3905 0000 0140 5500 1000 3714 2110 5908 8177 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e <a href="http://www.afe.fazenda.gov.br/portal">www.afe.fazenda.gov.br/portal</a> ou no site da SEFAZ Autorizada	
NATUREZA DA OPERAÇÃO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO	
VENDAS DE MERC. ADQUIRIDAS E/OU RECEBIDAS DE TERCEIROS		13524413060330 05-07-2024 00:47:31-0:00	
INDICAÇÃO ESTATUAL	INSC. ESTATUAL DO SEU ESTAB.	CNPJ/CNP	
15402071112		00.200.588.0001-40	
DESTINATÁRIO REMETENTE		CNPJ/CNP	
NOME/RAZÃO SOCIAL		40.171.000.0001-71	
SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ		DATA DE EMISSÃO	
ENDEREÇO		05/07/2024	
RUA SANTA CRUZ, 100		DATA ENTRADA/SAÍDA	
MUNICÍPIO		05/07/2024	
SÃO PAULO		RUA ENTRADA/SAÍDA	
CEP		05/07/2024	
01100001001		05/07/2024	
UF		05/07/2024	
SP		05/07/2024	
DISTRICO ESTATUAL		05/07/2024	
001		05/07/2024	
05/07/2024		05/07/2024	
15.402.07		15.402.07	
CÁLCULO DO IMPORTE			
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO
0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS
0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR DO IPI		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00		16.011,00	
VALOR TOTAL DA NOTA		16.011,00	

\*\*\*

RECEBEMOS DE INTERMEDIC TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e N. 390071421 SÉRIE 1	
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		
<b>Identificação do emitente</b> <b>INTERMEDIC TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA</b>  RUA INDEPENDÊNCIA, 471 Complemento: SALA 001A 100LIV/100 VILA SÃO FRANCISCO CxP 04711-000 SÃO PAULO/SP Fone: 1133660999		<b>DANFE</b> DOCUMENTO AUTUAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA N. 390071421 SÉRIE 1 FOLHA 01/01	
		 <b>CHAVE DE ACESSO DA NF-E</b> 3524 0701 3905 0000 0140 5500 1000 3714 2110 5908 8177 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e <a href="http://www.afe.fazenda.gov.br/portal">www.afe.fazenda.gov.br/portal</a> ou no site da SEFAZ Autorizada	
NATUREZA DA OPERAÇÃO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO	
VENDAS DE MERC. ADQUIRIDAS E/OU RECEBIDAS DE TERCEIROS		13524413060330 05-07-2024 00:47:31-0:00	
INDICAÇÃO ESTATUAL	INSC. ESTATUAL DO SEU ESTAB.	CNPJ/CNP	
15402071112		00.200.588.0001-40	
DESTINATÁRIO REMETENTE		CNPJ/CNP	
NOME/RAZÃO SOCIAL		40.171.000.0001-71	
SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ		DATA DE EMISSÃO	
ENDEREÇO		05/07/2024	
RUA SANTA CRUZ, 100		DATA ENTRADA/SAÍDA	
MUNICÍPIO		05/07/2024	
SÃO PAULO		RUA ENTRADA/SAÍDA	
CEP		05/07/2024	
01100001001		05/07/2024	
UF		05/07/2024	
SP		05/07/2024	
DISTRICO ESTATUAL		05/07/2024	
001		05/07/2024	
05/07/2024		05/07/2024	
15.402.07		15.402.07	
CÁLCULO DO IMPORTE			
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO
2.340,00	420,00	0,00	0,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS
0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR DO IPI		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00		29.820,04	
VALOR TOTAL DA NOTA		29.820,04	

\*\*\*



RECEBEMOS DE INTERMEDIC TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA ABAIXO		RP=
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	31.00071324 SERIE 2
<b>Identificação do emissor</b> <b>INTERMEDIC TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA</b> RUA INDOVA, 47 Complemento: SALA 001 A 1001/101/109 VILA SÃO FRANCISCO- Cap. 04711-000 SÃO PAULO/SP Fone: (11) 3000.0000		<b>DANFE</b> DOCUMENTO ACESSADO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA N. 00071324 SÉRIE 2 FOLHA 01/02
		 <b>CHAVE DE ACESSO DA NF-E</b> 3524 0701 3905 0000 0140 5500 2000 3715 2415 7009 1893 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e <a href="http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal">www.nfe.fazenda.gov.br/portal</a> ou no site da SEFAZ Autorizada
NATUREZA DA OPERAÇÃO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDAS DE MERC. ADQUIRIDAS E OUT. RECEITAS DE TERCEIROS		11534103471300 24/07/2024 11 21 21-00 00
INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO	CNPJ/CNP
11462171132		01.200.000/0001-40
DEUTATARIO-REMITENTE		
NOME RAZÃO SOCIAL		ENDEREÇO
SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE RESSUSCITAÇÃO SANTA CRUZ		BR 112 000-000-11
ENDEREÇO	BAIRRO DESTINADO	CEP
RUA SANTA CRUZ, 398	VILA MADRUGA	04711-000
MUNICÍPIO	POSTAL	UF
SÃO PAULO	011080702	SP
MUNICÍPIO ESTADUAL		
RUA		
001		
22/09/2024		
11:14:00		
CÁLCULO DO IMPORTE		
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO
0,00	0,00	0,00
VALOR DO IPI	VALOR DO IPI	VALOR DO IPI
0,00	0,00	0,00
VALOR DO PIS/PASEP	VALOR DO PIS/PASEP	VALOR DO PIS/PASEP
0,00	0,00	0,00
VALOR DO COFINS	VALOR DO COFINS	VALOR DO COFINS
0,00	0,00	0,00
VALOR DO IPI	VALOR DO IPI	VALOR DO IPI
0,00	0,00	0,00
VALOR DO PIS/PASEP	VALOR DO PIS/PASEP	VALOR DO PIS/PASEP
0,00	0,00	0,00
VALOR DO COFINS	VALOR DO COFINS	VALOR DO COFINS
0,00	0,00	0,00
VALOR TOTAL DA NOTA	11.043,40	

\*\*\*

RECEBEMOS DE INTERMEDIC TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA ABAIXO		RP=
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	31.00071324 SERIE 2
<b>Identificação do emissor</b> <b>INTERMEDIC TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA</b> RUA INDOVA, 47 Complemento: SALA 001 A 1001/101/109 VILA SÃO FRANCISCO- Cap. 04711-000 SÃO PAULO/SP Fone: (11) 3000.0000		<b>DANFE</b> DOCUMENTO ACESSADO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0-ENTRADA 1-SAÍDA N. 00071324 SÉRIE 2 FOLHA 01/02
		 <b>CHAVE DE ACESSO DA NF-E</b> 3524 0701 3905 0000 0140 5500 2000 3715 4814 1428 1455 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e <a href="http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal">www.nfe.fazenda.gov.br/portal</a> ou no site da SEFAZ Autorizada
NATUREZA DA OPERAÇÃO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDAS DE MERC. ADQUIRIDAS E OUT. RECEITAS DE TERCEIROS		11534103471300 24/07/2024 11 21 21-00 00
INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO	CNPJ/CNP
11462171132		01.200.000/0001-40
DEUTATARIO-REMITENTE		
NOME RAZÃO SOCIAL		ENDEREÇO
SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE RESSUSCITAÇÃO SANTA CRUZ		BR 112 000-000-11
ENDEREÇO	BAIRRO DESTINADO	CEP
RUA SANTA CRUZ, 398	VILA MADRUGA	04711-000
MUNICÍPIO	POSTAL	UF
SÃO PAULO	011080702	SP
MUNICÍPIO ESTADUAL		
RUA		
001		
22/09/2024		
11:04:40		
CÁLCULO DO IMPORTE		
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO
0,00	0,00	0,00
VALOR DO IPI	VALOR DO IPI	VALOR DO IPI
0,00	0,00	0,00
VALOR DO PIS/PASEP	VALOR DO PIS/PASEP	VALOR DO PIS/PASEP
0,00	0,00	0,00
VALOR DO COFINS	VALOR DO COFINS	VALOR DO COFINS
0,00	0,00	0,00
VALOR DO IPI	VALOR DO IPI	VALOR DO IPI
0,00	0,00	0,00
VALOR DO PIS/PASEP	VALOR DO PIS/PASEP	VALOR DO PIS/PASEP
0,00	0,00	0,00
VALOR DO COFINS	VALOR DO COFINS	VALOR DO COFINS
0,00	0,00	0,00
VALOR TOTAL DA NOTA	11.043,40	

\*\*\*

\*\*\*

\*\*\*

RECEBEMOS DE INTERMEDIAR, TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA OS PRODUTOS CONFORMES DA NOTA FISCAL, DIRIGIDA AO LADO.		NF-e N. 00075040 SÉRIE 2	
DATA DE RECEBIMENTO 11/03/2024		REPRODUÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	
<b>Identificação do emitente</b> <b>INTERMEDIAR, TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA</b> CNPJ 08.980.750/0001-00 CNPJ 08.980.750/0001-00 VIA SÃO FRANCISCO S/Nº 04710-000 SÃO PAULO/SP Fone: (11) 3040-1000		<b>DANFE</b> DOCUMENTO AUTENTADO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA SÉRIE 2 FOLHA 01/01	
			
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA DE ORO		PROTOCOLO DE AUTENTICAÇÃO DE USO 11/03/2024 11:00:00 11:00:00 11:00:00 11:00:00	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 11.00075040		CNPJ 08.980.750/0001-00	
ESTABELECIMENTO NOME RAZÃO SOCIAL SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BIOTECNOLOGIA SANTA CRUZ ENDEREÇO RUA SANTA CRUZ, 300 MUNICÍPIO SÃO PAULO CEP 04710-000 ESTADO SP		DATA DE EMISSÃO 11/03/2024 DATA DE ENTRADA SAÍDA 11/03/2024 HORA DE ENTRADA SAÍDA 00:00:00	
FATURA 001 11/03/2024 11:00:00			
CÁLCULO DO PREÇO BASE DE CÁLCULO DO ICMS R\$ 10,00 VALOR DO ICMS R\$ 0,00 BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO R\$ 0,00 VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO R\$ 0,00 VALOR TOTAL DOS PRODUTOS R\$ 10,00			
VALOR DO PREÇO R\$ 10,00		VALOR DO ICMS R\$ 0,00	
DESCONTO R\$ 0,00		DIFERENÇA ENTRE VALORES R\$ 0,00	
VALOR DO IPI R\$ 0,00		VALOR TOTAL DA NOTA R\$ 10,00	

\*\*\*

RECEBEMOS DE INTERMEDIAR, TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA OS PRODUTOS CONFORMES DA NOTA FISCAL, DIRIGIDA AO LADO.		NF-e N. 00075040 SÉRIE 2	
DATA DE RECEBIMENTO 11/03/2024		REPRODUÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	
<b>Identificação do emitente</b> <b>INTERMEDIAR, TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA</b> CNPJ 08.980.750/0001-00 CNPJ 08.980.750/0001-00 VIA SÃO FRANCISCO S/Nº 04710-000 SÃO PAULO/SP Fone: (11) 3040-1000		<b>DANFE</b> DOCUMENTO AUTENTADO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA SÉRIE 2 FOLHA 01/01	
			
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA DE ORO		PROTOCOLO DE AUTENTICAÇÃO DE USO 11/03/2024 11:00:00 11:00:00 11:00:00 11:00:00	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 11.00075040		CNPJ 08.980.750/0001-00	
ESTABELECIMENTO NOME RAZÃO SOCIAL SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BIOTECNOLOGIA SANTA CRUZ ENDEREÇO RUA SANTA CRUZ, 300 MUNICÍPIO SÃO PAULO CEP 04710-000 ESTADO SP		DATA DE EMISSÃO 11/03/2024 DATA DE ENTRADA SAÍDA 11/03/2024 HORA DE ENTRADA SAÍDA 00:00:00	
FATURA 001 11/03/2024 11:00:00			
CÁLCULO DO PREÇO BASE DE CÁLCULO DO ICMS R\$ 10,00 VALOR DO ICMS R\$ 0,00 BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO R\$ 0,00 VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO R\$ 0,00 VALOR TOTAL DOS PRODUTOS R\$ 10,00			
VALOR DO PREÇO R\$ 10,00		VALOR DO ICMS R\$ 0,00	
DESCONTO R\$ 0,00		DIFERENÇA ENTRE VALORES R\$ 0,00	
VALOR DO IPI R\$ 0,00		VALOR TOTAL DA NOTA R\$ 10,00	

\*\*\*

RECEBEMOS DE INTERMEDIC TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA DE PRODUTOS CONFORMES DA NOTA FISCAL DECLARADA ABAIXO		RF# 31.000711402 SERIE 1
Identificação do emitente: <b>INTERMEDIC TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA</b> RUA ENDOYTA, 472 Complemento: SALARIO A DRELEU/100 VILA SAO FRANCISCO Cap 04711-000 VILA ENDOYTA/SP Fone: 1130903000		<b>DANFE</b> DOCUMENTO AUTORIZADO DA NOTA FISCAL ELETRONICA 0-RECEBIDA 1-CAIXA N.º 000376603 SÉRIE 1 FOLHA 01/01
		 CHAVE DE ACESSO DA NF-E 3524 0003 3905 0000 0140 5500 2000 3753 4037 0403 3553 Consulte de autenticidade no portal nacional da NF-e <a href="http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal">www.nfe.fazenda.gov.br/portal</a> ou no site da SEFAZ Autorizada
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA DE COMÉ		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 13124254100002 22/09/2024 10:49:24-03:00
INSCRIÇÃO ESTADUAL 15403071112	INSC. ESTADUAL DO DESTINATÁRIO	CPNP/CPF 01.100.000/0001-40
DESTINATÁRIO/REMETENTE		DATA DE EMISSÃO 22/09/2024
Nome Razão Social SOC. DE ALIMENTOS E DROGARIA DE RESPONSABILIDADE SANTA CRUZ		CPF/CNPJ 00.177.000/0001-11
ENDEREÇO RUA SANTA CRUZ, 100	BARRIO/POB. VILA MARCAVA	CEP 04.115-000
MUNICÍPIO SÃO PAULO	UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL 10.140.000
FATURA		
001 22/09/2024 22:24:03		
CÁLCULO DO IMPOSTO		
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 2.396,97	VALOR DO ICMS 171,06	BASE DE CÁLCULO DO IPI SUBSTITUIÇÃO 0,00
		VALOR DO IPI SUBSTITUIÇÃO 0,00
		VALOR TOTAL DOS IMPOSTOS 20.246,13
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO DEBITO 0,00	DESCONTO 0,00
		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00
		VALOR DO DE 0,00
		VALOR TOTAL DA NOTA 20.246,13

\*\*\*

RECEBEMOS DE INTERMEDIC TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA DE PRODUTOS CONFORMES DA NOTA FISCAL DECLARADA ABAIXO		RF# 31.000711402 SERIE 1
Identificação do emitente: <b>INTERMEDIC TECHNOLOGY IM E EXPORT LTDA</b> RUA ENDOYTA, 472 Complemento: SALARIO A DRELEU/100 VILA SAO FRANCISCO Cap 04711-000 VILA ENDOYTA/SP Fone: 1130903000		<b>DANFE</b> DOCUMENTO AUTORIZADO DA NOTA FISCAL ELETRONICA 0-RECEBIDA 1-CAIXA N.º 000376603 SÉRIE 1 FOLHA 01/01
		 CHAVE DE ACESSO DA NF-E 3524 1000 3905 0000 0140 5500 2000 3763 6312 0646 9740 Consulte de autenticidade no portal nacional da NF-e <a href="http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal">www.nfe.fazenda.gov.br/portal</a> ou no site da SEFAZ Autorizada
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA DE COMÉ		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 13124237472118 15/10/2024 11:06:30-03:00
INSCRIÇÃO ESTADUAL 15403071112	INSC. ESTADUAL DO DESTINATÁRIO	CPNP/CPF 01.100.000/0001-40
DESTINATÁRIO/REMETENTE		DATA DE EMISSÃO 22/10/2024
Nome Razão Social SOC. DE ALIMENTOS E DROGARIA DE RESPONSABILIDADE SANTA CRUZ		CPF/CNPJ 00.177.000/0001-11
ENDEREÇO RUA SANTA CRUZ, 100	BARRIO/POB. VILA MARCAVA	CEP 04.115-000
MUNICÍPIO SÃO PAULO	UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL 10.140.000
FATURA		
001 22/10/2024 22:15:00		
CÁLCULO DO IMPOSTO		
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 2.107,30	VALOR DO ICMS 417,40	BASE DE CÁLCULO DO IPI SUBSTITUIÇÃO 0,00
		VALOR DO IPI SUBSTITUIÇÃO 0,00
		VALOR TOTAL DOS IMPOSTOS 20.650,90
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO DEBITO 0,00	DESCONTO 0,00
		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00
		VALOR DO DE 0,00
		VALOR TOTAL DA NOTA 20.650,90

*(Trechos extraídos de documentos enviados pela Credora por e-mail)*

6. Assim sendo, em que pese o credor não ter encaminhado nenhum documento que comprove a prestação de serviço, verifica-se que houve confissão expressa acerca do crédito pela própria Recuperanda referente às Notas Fiscais pleiteada, desse modo a Administradora Judicial **entende** que houve a devida comprovação, ante a bilateralidade e por ser fato não controverso, estando em consonância com o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, veja-se:



*“Agravado de instrumento - Recuperação judicial - Impugnação de crédito - Decisão agravada que determinou que a credora apresentasse, no prazo de 10 dias, os documentos solicitados pelo administrador judicial, a fim de demonstrar o inadimplemento das recuperandas, em relação aos instrumentos de confissão de dívida - Inconformismo - Acolhimento - Inexistência de controvérsia quanto ao inadimplemento dos valores previstos nos instrumentos de confissão de dívida celebrado entre as partes - Recuperandas que reconhecem, tanto nos autos de origem, como em contraminuta, a pretensão da credora - Notas fiscais e instrumentos de confissão de dívida que lastreiam o presente incidente que foram devidamente juntados pela credora nos autos de origem - Comunicação eletrônica entre as partes, em que o departamento financeiro das recuperandas reconhecem o inadimplementos das mencionadas notas fiscais, assim como dos contratos de confissão de dívida - Documentos apresentados que são aptos a demonstrar tanto a existência do crédito, como a sua origem - Desnecessidade de juntada de novos documentos - Decisão reformada - Recurso provido.”* <sup>1</sup>*(original sem grifos).*

7. Ato contínuo, ressalta-se que a Credora apresentou planilha de cálculo, atualizada até **09.04.2025**, portanto, em consonância com o art. 9º, II, da LFR, que limita a atualização do crédito até a data da distribuição do pedido de recuperação judicial (**09.04.2025**). Veja-se:

<sup>1</sup> TJ-SP - AI: 22935258620218260000 SP 2293525-86.2021.8.26.0000, Relator: Grava Brazil, Data de Julgamento: 31/03/2022, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 31/03/2022.

*(Trechos extraídos de documentos enviados pela Credora por e-mail)*

## CONCLUSÃO

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**  
**OAB/SP nº 303.042**

**CRC nº 1SP-335648**  
**Contadora**

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Íris Imaculada Reis
<b>CPF/CNPJ</b>	
<b>Tipo do Requerimento</b>	Habilitação de Crédito

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pela Recuperanda</b>	<b>Classificação do crédito declarado pela Recuperanda</b>
R\$ 0,00	-

<b>Valor do crédito pretendido pela Credora</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pela Credora</b>
R\$ 703,50	Trabalhista

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Divergência de Crédito

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de habilitação de crédito apresentado via *e-mail* pela Recuperanda, por meio do qual requer a inclusão do montante de R\$ 703,50 (setecentos e três reais e cinquenta centavos), em favor da credora Íris Imaculada Reis, na classe trabalhista, na relação



de credores.

2. Aduz a Recuperanda que o crédito em testilha advém de vínculo empregatício junto à Credora Iris Imaculada, estando em aberto valores correspondentes ao décimo terceiro salário do ano de 2024, proporcional aos meses de janeiro e fevereiro de 2024.

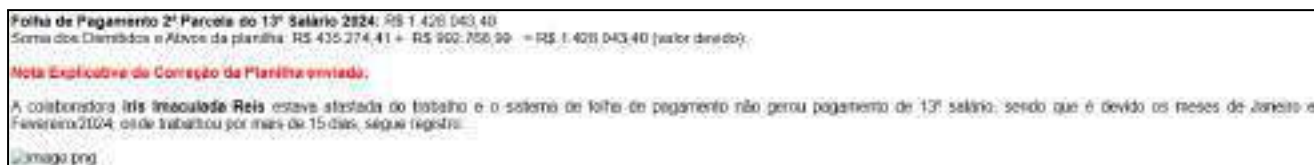
3. Para corroborar o seu pleito, a Recuperanda apresentou: (i) Ficha de Registro; e (ii) Relatório de Ficha Financeira.

4. Nesta linha, a Administradora Judicial esclarece que, em análise a documentação apresentada pela Recuperanda, constatou que a relação de emprego que originou o crédito se iniciou em 21.06.2004, perdurando até os dias atuais, conforme trecho da Ficha de Registro de Emprego colacionada a seguir:



*(Trecho extraído de documentos apresentados pela Recuperanda)*

5. Ato contínuo, a Recuperanda apresentou esclarecimentos, informando a existência de valores referente ao décimo terceiro salário do ano de 2024, proporcionais aos meses janeiro e fevereiro de referido ano, haja vista que, em que em razão do gozo de benefício previdenciário de auxílio doença junto ao INSS à partir de **28.02.2024**, os referidos valores não foram incluídos na folha de pagamento correspondente ao pagamento do décimo terceiro salário e, consequentemente, não constou na relação de credores acostada às fls. \*\*\* dos autos, confira-se:



\*\*\*



*(Trecho extraído de documentos apresentados pela Recuperanda)*

6. À vista disso, verifica-se que o crédito em questão possui **natureza concursal**, haja vista que relaciona-se à vínculo empregatício e verbas de natureza trabalhistas que possuem fato gerador anteriores ao pedido de recuperação judicial (**09.04.2025**).

7. Destarte, a Recuperanda apresentou Relatório de Ficha Financeira relativo à Credora, indicando o crédito perfaz a monta de R\$ 703,50 (setecentos e três reais e cinquenta centavos), veja-se:

[illegible]

*(Trecho extraído de documentos apresentados pela Recuperanda)*

8. Não obstante, tem-se que o valor supracitado comporta atualização monetária, conforme regra imposta no artigo 9º, II, da LFR, que limita a incidência de juros e correção monetária até o pedido de recuperação judicial **(09.04.2025)**.

9. Desta forma, a Administradora Judicial procedeu à adequação dos valores, visando apurar o *quantum* efetivamente devido à Credora, aplicando-se a atualização do cálculo até o pedido de recuperação judicial, **utilizando-se como base o Relatório de Ficha Financeira apresentado pela Recuperanda**, e como data-base para atualização, considerou-se a data da folha de pagamento do mês de dezembro de 2024, relativa ao pagamento da verba trabalhista, qual seja, 31.12.2024:

Termo Final Atualiz.	09.04.2025			
Atualização	TJSP SELIC			
Observação	Data Base Atualiz.	Valor Principal	Atualiz. TJSP SELIC	Saldo devedor Atualiz.
Iris Imaculada Reis	31/12/2024	R\$ 703,50	3,311668%	R\$ 726,80
SALDO DEVEDOR EM 09/04/2025				R\$ 726,80

10. Efetivados os cálculos, ressalta-se que para realizar a atualização do crédito, fora considerado o índice da “Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo”, em atenção ao princípio do *par conditio creditorum*.

11. Assim, procedidos aos cálculos, denota-se que o valor devidamente atualizado em harmonia com as disposições insertas na LFR., perfaz o montante de R\$ 726,80 (setecentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), a ser incluído na classe trabalhista, em favor da Credora Íris Imaculada Reis.

## DA CONCLUSÃO

12. Diante do exposto, a Administradora Judicial acolhe o pedido de habilitação de crédito apresentado pela Recuperanda, para em harmonia com as disposições insertas na LFR, habilitar o montante de R\$ 726,80 (setecentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), em favor da credora Íris Imaculada Reis, na classe trabalhista.

**Titular do Crédito:** Íris Imaculada Reis

**Valor do Crédito:** R\$ 726,80

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**  
**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**  
**OAB/SP n.º 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**  
**CRC nº 1SP-335648**  
**Contadora**

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	José Maria Pereira
<b>CPF/CNPJ</b>	921.416.418-53
<b>Tipo do Requerimento</b>	Divergência de Crédito

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pela Recuperanda</b>	<b>Classificação do crédito declarado pela Recuperanda</b>
R\$ 54.337,89	Trabalhista

<b>Valor do crédito pretendido pela Credora</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pela Credora</b>
-	-

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

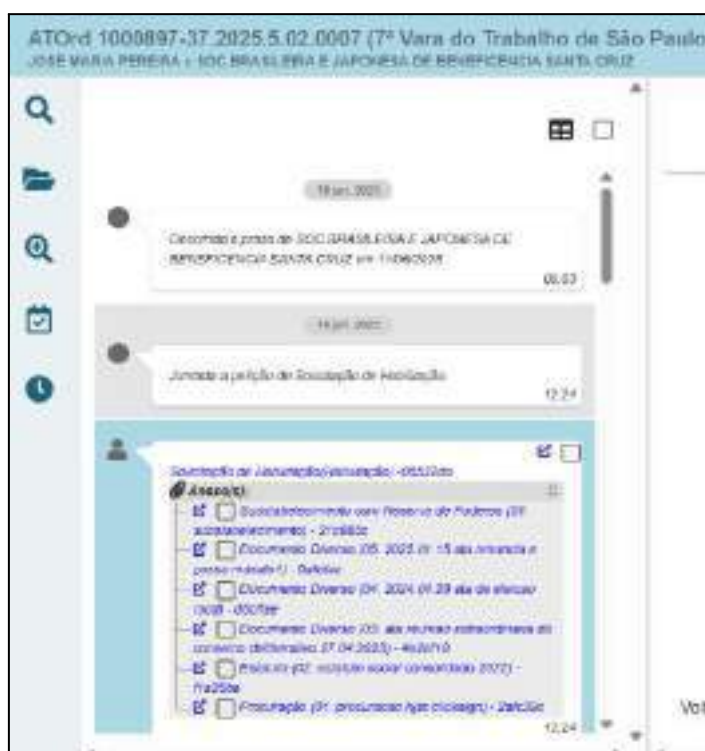
<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Divergência

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de divergência de crédito recepcionada por e-mail, por meio do qual o Credor José Maria Pereira manifesta discordância com os valores declarados pela Recuperanda, contudo, não indica os valores que entende como devidos.

2. Aduz o Credor que há demanda em trâmite perante ao Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região na 7ª Vara do Trabalho de São Paulo - SP, sob o número de processo n.º 1000897-37.2025.5.02.0007, que discute os pedidos e valores incontroversos/controversos.

3. Nesse passo, a Administradora Judicial diligenciou administrativamente junto ao sítio do Tribunal Eletrônico da 2ª Região, tendo constatado que não houve liquidação do crédito pleiteado, visto que o feito encontra-se em fase inicial, e até o presente momento não houve o julgamento por meio de sentença. Veja-se:



*(trecho extraído da RT n.º 1000897-37.2025.5.02.0007)*

4. Nesta senda, urge destacar que a Administradora Judicial analisou detalhadamente os autos da Reclamação Trabalhista em questão e constatou que **a demanda não contempla ainda qualquer sentença de liquidação de eventuais valores devidos a Credora, tampouco, Certidão de Habilitação de Crédito, o que obsta, por ora, a retificação de crédito pretendido.**

5. Desta feita, tendo em vista não haver crédito liquidado em sede de Justiça Laboral, a Administradora Judicial entende que o momento processual em que se encontra a

Reclamação Trabalhista, não possibilita o acolhimento da presente divergência de crédito, visto que o valor devido, primeiramente, deverá ser líquido e certo para que, posteriormente, seja habilitado, conforme inteligência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que firmou o seguinte entendimento acerca do assunto, veja-se:

*APELAÇÃO. Sentença que julgou extinta a execução, com fundamento no artigo 924, III, do CPC. Crédito da parte exequente é anterior à decretação da recuperação judicial, todavia, ilíquido. Recorrida reconheceu a quantia de R\$ 29.835,15 como devida e elencada na Lista de Credores da Recuperanda. Recorrente que, por sua vez, aduz que o crédito perseguido é de R\$ 97.818,78. Hipótese de incidência do artigo 6º, § 1º, da Lei 11.101/2005, segundo o qual "terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida". Em havendo controvérsia entre as partes em relação ao "quantum" devido, deverá, primeiramente, o crédito ser liquidado para correta apuração do valor a ser habilitado no processo de soerguimento. Sentença anulada. Recurso a que se dá parcial provimento.<sup>1</sup> (original sem grifos)*

\*\*\*

*Recuperação judicial. Impugnação ao crédito. Rejeição. Prestação de serviços advocatícios - Necessidade de apuração - Valor ilíquido Decisão mantida. Recurso desprovido. [...] Antes de obtida a certeza e liquidez de um crédito, não pode ter admitida sua habilitação e inclusão num procedimento concursal<sup>2</sup> [...] (original sem grifos)*

6. Portanto, conforme a documentação examinada, o Credor não demonstrou, de forma

<sup>1</sup> AP nº 10307171820138260100, TJSP, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. José Rubens Queiroz Gomes, j. 20.09.2019.

<sup>2</sup> AI nº 2002363-33.2017.8.26.0000, TJSP, 1ª Câmara de Direito Empresarial, Rel. Fortes Barbosa, j. 12.04.2017

segura, a certeza inequívoca dos valores pretendidos, haja vista que ainda não houve a devida liquidação dos valores devidos pela Recuperanda em face do Credor na reclamação trabalhista em análise.

7. Por seu turno, a Administradora Judicial realizou, de forma prévia, verificação dos créditos com fundamento nas folhas de pagamento apresentadas, de modo que se viabilizou a constatação de créditos relativos ao décimo terceiro salário e aos salários vencidos.

8. Assim, a *Expert* apurou a existência do montante de R\$ 55.756,78, já integralmente atualizado até a data da recuperação judicial.

9. Dessa forma, em razão da ausência de crédito líquido e certo, é de rigor a rejeição do pleito, retificando-se, contudo, para os valores já apurados pela Administradora Judicial na verificação administrativa com base nos documentos fornecidos pela Recuperanda.

#### DA CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado pelo Credor José Maria Pereira, contudo, **retificando-se para o montante de R\$ 55.756,78** na classe trabalhista, conforme metodologia do relatório explicativo.

11. Sem prejuízo, tão logo o crédito seja liquidado na justiça especializada, deverá o credor apresentar os documentos comprobatórios para requerer a retificação no valor do crédito.

**Titular do Crédito:** José Maria Pereira

**Valor do Crédito:** R\$ 55.756,78

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**



**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Maria Isabel Ferreira de Santana
<b>CPF/CNPJ</b>	464.135.658-02
<b>Tipo do Requerimento</b>	Divergência de Crédito

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pela Recuperanda</b>	<b>Classificação do crédito declarado pela Recuperanda</b>
R\$ 42.827,16	Trabalhista

<b>Valor do crédito pretendido pela Credora</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pela Credora</b>
R\$ 304.485,29	Trabalhista

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Divergência

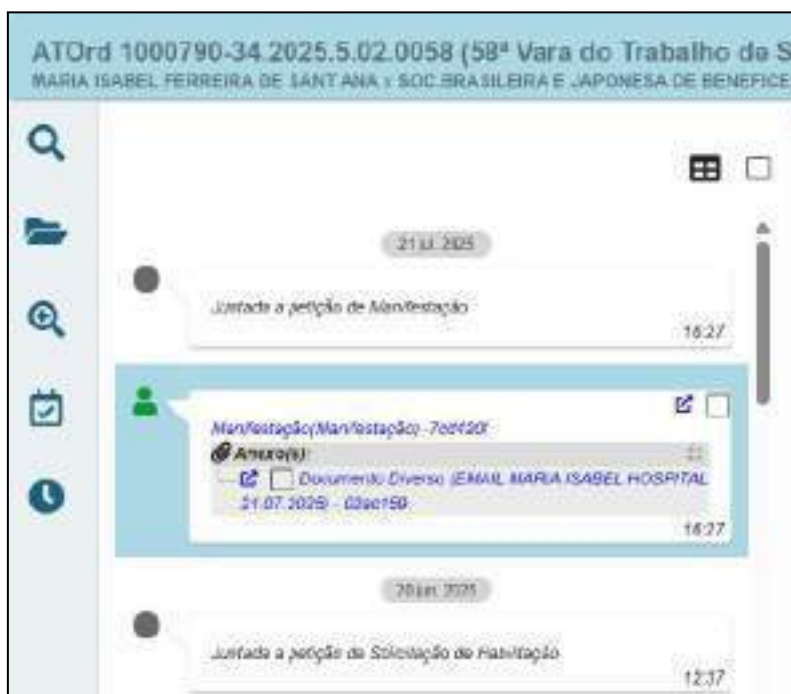
**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de divergência apresentada via *e-mail*, pela credora Maria Isabel Ferreira de Santana, por meio da qual pleiteia pela retificação do seu crédito listado na relação de credores, para que passe a constar pelo montante de R\$ 304.485,29 (trezentos e quatro mil,

quatrocentos e oitenta e cinco reais e vinte e nove centavos), na classe trabalhista.

2. Aduz a Credora que há demanda em trâmite perante a 58ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, Ação Trabalhista nº 1000790-34.2025.5.02.0058, que discute os pedidos e valores incontroversos/controversos.

3. Nesse passo, a Administradora Judicial diligenciou administrativamente junto ao sítio do Tribunal Eletrônico da 2ª Região, tendo constatado que não houve liquidação do crédito pleiteado, visto que o feito encontra-se em fase inicial, e até o presente momento não houve o julgamento por meio de sentença. Veja-se:



*(trecho extraído da RT n.º 1000790-34.2025.5.02.0058)*

4. Nesta senda, urge destacar que a Administradora Judicial analisou detalhadamente os autos da Reclamação Trabalhista em questão e constatou que **a demanda não contempla ainda qualquer sentença de liquidação de eventuais valores devidos a Credora, tampouco, Certidão de Habilitação de Crédito, o que obsta, por ora, a retificação de crédito pretendido.**

5. Desta feita, tendo em vista não haver crédito liquidado em sede de Justiça Laboral, a Administradora Judicial entende que o momento processual em que se encontra a

Reclamação Trabalhista, não possibilita o acolhimento da presente divergência de crédito, visto que o valor devido, primeiramente, deverá ser líquido e certo para que, posteriormente, seja habilitado, conforme inteligência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que firmou o seguinte entendimento acerca do assunto, veja-se:

*APELAÇÃO. Sentença que julgou extinta a execução, com fundamento no artigo 924, III, do CPC. Crédito da parte exequente é anterior à decretação da recuperação judicial, todavia, ilíquido. Recorrida reconheceu a quantia de R\$ 29.835,15 como devida e elencada na Lista de Credores da Recuperanda. Recorrente que, por sua vez, aduz que o crédito perseguido é de R\$ 97.818,78. Hipótese de incidência do artigo 6º, § 1º, da Lei 11.101/2005, segundo o qual "terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida". Em havendo controvérsia entre as partes em relação ao "quantum" devido, deverá, primeiramente, o crédito ser liquidado para correta apuração do valor a ser habilitado no processo de soerguimento. Sentença anulada. Recurso a que se dá parcial provimento.<sup>1</sup> (original sem grifos)*

\*\*\*

*Recuperação judicial. Impugnação ao crédito. Rejeição. Prestação de serviços advocatícios - Necessidade de apuração - Valor ilíquido Decisão mantida. Recurso desprovido. [...] Antes de obtida a certeza e liquidez de um crédito, não pode ter admitida sua habilitação e inclusão num procedimento concursal<sup>2</sup> [...] (original sem grifos)*

6. Portanto, conforme a documentação examinada, o Credor não demonstrou, de forma

<sup>1</sup> AP nº 10307171820138260100, TJSP, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. José Rubens Queiroz Gomes, j. 20.09.2019.

<sup>2</sup> AI nº 2002363-33.2017.8.26.0000, TJSP, 1ª Câmara de Direito Empresarial, Rel. Fortes Barbosa, j. 12.04.2017

segura, a certeza inequívoca dos valores pretendidos, haja vista que ainda não houve a devida liquidação dos valores devidos pela Recuperanda em face do Credor na reclamação trabalhista em análise.

7. Por seu turno, a Administradora Judicial realizou, de forma prévia, verificação dos créditos com fundamento nas folhas de pagamento apresentadas, de modo que se viabilizou a constatação de créditos relativos ao décimo terceiro salário e aos salários vencidos.

8. Assim, a *Expert* apurou a existência do montante de R\$ 43.382,14, já integralmente atualizado até a data da recuperação judicial.

9. Dessa forma, em razão da ausência de crédito líquido e certo, é de rigor a rejeição do pleito, retificando-se, contudo, para os valores já apurados pela Administradora Judicial na verificação administrativa com base nos documentos fornecidos pela Recuperanda.

#### DA CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado pela Credora Maria Isabel Ferreira de Santana, contudo, **retificando-se para o montante de R\$ 43.382,14** na classe trabalhista, conforme metodologia do relatório explicativo.

11. Sem prejuízo, tão logo o crédito seja liquidado na justiça especializada, deverá o credor apresentar os documentos comprobatórios para requerer a retificação no valor do crédito.

**Titular do Crédito:** Maria Isabel Ferreira de Santana

**Valor do Crédito:** R\$ 43.382,14

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	SP Intervention Ltda.
<b>CPF/CNPJ</b>	05.364.767/0001-13
<b>Tipo do Requerimento</b>	DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pela Recuperanda</b>	<b>Classificação do crédito declarado pela Recuperanda</b>
R\$ 50.521,50	Quirografária

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 52.250,86	Quirografária

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Petição de Habilitação de Crédito
ii	Procuração
iii	Cópia das Notas Fiscais e Protestos
iv	Documentos constitutivos da empresa
v	Planilha de Cálculos

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de habilitação de crédito, apresentado via *e-mail*, intentado pela Credora SP Intervention Ltda., por meio do qual requer a retificação de créditos na relação creditícia da Recuperanda para constar pela monta de R\$ 52.250,86 (cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais e oitenta e seis centavos).
2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém das Notas Fiscais de n.º 149119 e 149120, referente a venda de materiais médico-hospitalares à Recuperanda.
3. Nesta senda, insta consignar que a credora encontra-se arrolada na Relação de Credores apresentada pela Recuperanda pelo valor de R\$ 50.521,50 (cinquenta mil, quinhentos e vinte e um reais e cinquenta centavos) na classe III - Quirografário, veja-se:

360 SOMMA PRODUTOS HOSPITALARES	54.178.470/0001-79	RUA PINHEIRO MACHADO, Nº 1835
361 SONEDA PERFUMARIA LTDA	07.116.506/0001-10	AVENIDA MARCO LUIZ, Nº 834
362 SP INTERVENTION LTDA	05.364.767/0001-13	SAMPAIO VIANA, Nº 75
363 STABPACK PLASTICOS INDUSTRIAIS EIRELI	07.238.644/0001-00	RADIAL, Nº 100 GALVÃO DO CORREDOR

\*\*\*

SÃO PAULO	SP	04046-100	Fornecedor	212.01.006	R\$	2.766,06
SÃO PAULO	SP	04004-000	Fornecedor	212.01.002	R\$	50.521,50
ITAQUAQUECETUBA	SP	08586-430	Fornecedor	212.01.003	R\$	5.204,76
ITUMBIRA	GO	75500-000	Fornecedor	212.01.009	R\$	4.200,89

(Trecho extraído à fl. 1.922)

4. Pois bem. Ao analisar os documentos apresentados pelo Credor, a Administradora Judicial pôde constatar que as notas fiscais não possuem assinaturas, não tendo sido encaminhado nenhum documento que comprove a prestação de serviço. Observe-se:

\*\*\*

*(Trechos extraídos de documentos enviados pela Credora por e-mail)*



5. Assim sendo, em que pese o credor não ter encaminhado nenhum documento que comprove a prestação de serviço, verifica-se que houve confissão expressa acerca do crédito pela própria Recuperanda referente às notas fiscais pleiteadas, desse modo a Administradora Judicial **entende** que houve a devida comprovação, ante a bilateralidade e por ser fato não controverso, estando em consonância com o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, veja-se:

*“Agravado de instrumento - Recuperação judicial - Impugnação de crédito - Decisão agravada que determinou que a credora apresentasse, no prazo de 10 dias, os documentos solicitados pelo administrador judicial, a fim de demonstrar o inadimplemento das recuperandas, em relação aos instrumentos de confissão de dívida - Inconformismo - Acolhimento - Inexistência de controvérsia quanto ao inadimplemento dos valores previstos nos instrumentos de confissão de dívida celebrado entre as partes - Recuperandas que reconhecem, tanto nos autos de origem, como em contraminuta, a pretensão da credora - Notas fiscais e instrumentos de confissão de dívida que lastreiam o presente incidente que foram devidamente juntados pela credora nos autos de origem - Comunicação eletrônica entre as partes, em que o departamento financeiro das recuperandas reconhecem o inadimplementos das mencionadas notas fiscais, assim como dos contratos de confissão de dívida - Documentos apresentados que são aptos a demonstrar tanto a existência do crédito, como a sua origem - Desnecessidade de juntada de novos documentos - Decisão reformada - Recurso provido.”  
<sup>1</sup>(original sem grifos).*

6. Nesse sentido, conforme se verifica, a emissão dos títulos retromencionados se deram em **30.09.2024**, ou seja, em data anterior à distribuição da Recuperação Judicial (**09.04.2025**), assim como as respectivas prestações de serviço, demonstrando a **concursabilidade** deste

<sup>1</sup> TJ-SP - AI: 22935258620218260000 SP 2293525-86.2021.8.26.0000, Relator: Grava Brazil, Data de Julgamento: 31/03/2022, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 31/03/2022.

crédito.

7. Ato contínuo, ressalta-se que a Credora apresentou planilha de cálculo, atualizada até **09.04.2025**, portanto, em consonância com o art. 9º, II, da LFR, que limita a atualização do crédito até a data da distribuição do pedido de recuperação judicial (**09.04.2025**). Veja-se:

Memonia de Cálculo atualizada até 09/04/2025 do crédito recuperável - SP S HOSPITAL SANTA CRUZ										
Nota Fiscal	Parcial	Expirada	Vencimento	Valor Original	IPVA	Valor Abatido	Vencimento SPIC	Taxa de Juros	Valor SPIC	Valor Atualizado SPIC
149113	1	30/09/2024	30/12/2024	R\$ 31.700,00	1.030,20	R\$ 32.730,20	1.0341,00	0,00149000	R\$ 33,74	32.763,94
149120	1	30/09/2024	30/12/2024	R\$ 19.321,50	1.030,20	R\$ 20.351,70	1.0341,00	0,00149000	R\$ 30,43	20.382,13
				R\$ 50.921,50						<b>52.250,86</b>

*(Trechos extraídos de documentos enviados pela Credora por e-mail)*

8. Deste modo, diante da existência de crédito líquido, certo e exigível, de rigor o acolhimento do pleito de retificação do crédito em questão.

## CONCLUSÃO

9. Diante do exposto, a Administradora Judicial **acolhe** o pleito aduzido pela Credora SP Intervention Ltda., para **retificar** o crédito na relação creditícia das Recuperandas, para passar a constar pela monta de **R\$ 52.250,86** (cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais e oitenta e seis centavos), na classe quirografária.

**Titular do Crédito:** SP Intervention Ltda.

**Valor do Crédito:** R\$ 52.250,86

**Classificação do Crédito:** Quirografária

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.

ANDREA DE OLIVEIRA COSTA

Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante

CRC nº 1SP-335648

OAB/SP nº 303.042

Contadora

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Elaine Domingues de Carvalho Salomone
<b>CPF/CNPJ</b>	062.779.418-10
<b>Tipo do Requerimento</b>	Divergência de Crédito

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pela Recuperanda</b>	<b>Classificação do crédito declarado pela Recuperanda</b>
R\$ 212.229,98	Trabalhista

<b>Valor do crédito pretendido pela Credora</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pela Credora</b>
R\$ 385.423,84	Trabalhista

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Divergência de Crédito e IC nº 10998798020258260100

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de divergência de crédito apresentada via *e-mail* e incidente de crédito sob o n.º 1099879-80.2025.8.26.0100, pela credora Elaine Domingues de Carvalho Salomone, por meio do qual requer a retificação do seu crédito pela importância de R\$ 385.423,84 (trezentos

e oitenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos) na classe trabalhista.

2. Aduz a Credora que há demanda em trâmite perante ao Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região na 34ª Vara do Trabalho de São Paulo - SP, sob o número de processo n.º 1000360-57.2025.5.02.0034, que discute os pedidos e valores incontroversos/controversos.

3. Nesse passo, a Administradora Judicial diligenciou administrativamente junto ao sítio do Tribunal Eletrônico da 2ª Região, tendo constatado que não houve liquidação do crédito pleiteado, visto que o feito encontra-se em fase inicial, e até o presente momento não houve o julgamento por meio de sentença. Veja-se:



***(trecho extraído da RT n.º 1000360-57.2025.5.02.0034)***

4. Nesta senda, urge destacar que a Administradora Judicial analisou detalhadamente os autos da Reclamação Trabalhista em questão e constatou que **a demanda não contempla ainda qualquer sentença de liquidação de eventuais valores devidos a Credora, tampouco, Certidão de Habilitação de Crédito, o que obsta, por ora, a retificação de crédito pretendido.**

5. Desta feita, tendo em vista não haver crédito liquidado em sede de Justiça Laboral, a Administradora Judicial entende que o momento processual em que se encontra a

Reclamação Trabalhista, não possibilita o acolhimento da presente divergência de crédito, visto que o valor devido, primeiramente, deverá ser líquido e certo para que, posteriormente, seja habilitado, conforme inteligência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que firmou o seguinte entendimento acerca do assunto, veja-se:

*APELAÇÃO. Sentença que julgou extinta a execução, com fundamento no artigo 924, III, do CPC. Crédito da parte exequente é anterior à decretação da recuperação judicial, todavia, ilíquido. Recorrida reconheceu a quantia de R\$ 29.835,15 como devida e elencada na Lista de Credores da Recuperanda. Recorrente que, por sua vez, aduz que o crédito perseguido é de R\$ 97.818,78. Hipótese de incidência do artigo 6º, § 1º, da Lei 11.101/2005, segundo o qual "terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida". Em havendo controvérsia entre as partes em relação ao "quantum" devido, deverá, primeiramente, o crédito ser liquidado para correta apuração do valor a ser habilitado no processo de soerguimento. Sentença anulada. Recurso a que se dá parcial provimento.<sup>1</sup> (original sem grifos)*

\*\*\*

*Recuperação judicial. Impugnação ao crédito. Rejeição. Prestação de serviços advocatícios - Necessidade de apuração - Valor ilíquido Decisão mantida. Recurso desprovido. [...] Antes de obtida a certeza e liquidez de um crédito, não pode ter admitida sua habilitação e inclusão num procedimento concursal<sup>2</sup> [...] (original sem grifos)*

6. Portanto, conforme a documentação examinada, a Credora não demonstrou, de forma

<sup>1</sup> AP nº 10307171820138260100, TJSP, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. José Rubens Queiroz Gomes, j. 20.09.2019.

<sup>2</sup> AI nº 2002363-33.2017.8.26.0000, TJSP, 1ª Câmara de Direito Empresarial, Rel. Fortes Barbosa, j. 12.04.2017

segura, a certeza inequívoca dos valores pretendidos, haja vista que ainda não houve a devida liquidação dos valores devidos pela Recuperanda em face da Credora na reclamação trabalhista em análise.

7. Por seu turno, a Administradora Judicial realizou, de forma prévia, verificação dos créditos com fundamento nas folhas de pagamento apresentadas, de modo que se viabilizou a constatação de créditos relativos ao décimo terceiro salário e aos salários vencidos.

8. Assim, a *Expert* apurou a existência do montante de R\$ 218.126,17, já integralmente atualizado até a data da recuperação judicial.

9. Dessa forma, em razão da ausência de crédito líquido e certo, é de rigor a rejeição do pleito, retificando-se, contudo, para os valores já apurados pela Administradora Judicial na verificação administrativa com base nos documentos fornecidos pela Recuperanda.

#### DA CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado pela Credora Elaine Domingues de Carvalho Salomone, contudo, **retificando-se para o montante de R\$ 218.126,17** na classe trabalhista, conforme metodologia do relatório explicativo.

11. Sem prejuízo, tão logo o crédito seja liquidado na justiça especializada, deverá o credor apresentar os documentos comprobatórios para requerer a retificação no valor do crédito.

**Titular do Crédito:** Elaine Domingues de Carvalho Salomone

**Valor do Crédito:** R\$ 218.126,17

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Luciana Pessiguini Ardis
<b>CPF/CNPJ</b>	144.301.368-40
<b>Tipo do Requerimento</b>	Divergência de Crédito

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pela Recuperanda</b>	<b>Classificação do crédito declarado pela Recuperanda</b>
R\$ 122.762,57	Trabalhista

<b>Valor do crédito pretendido pela Credora</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pela Credora</b>
R\$ 226.036,81	Trabalhista

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Divergência de Crédito e IC nº 10999663620258260100

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

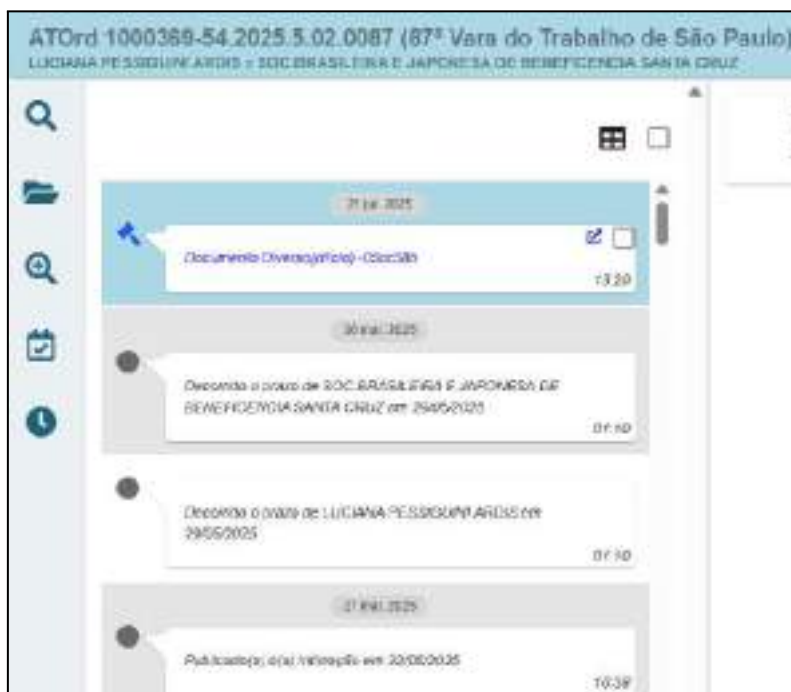
1. Trata-se de divergência de crédito apresentada via *e-mail* e incidente de crédito sob o n.º 1099966-36.2025.8.26.0100, pela credora Luciana Pessiguini Ardis, por meio do qual requer a inclusão do seu crédito pela importância de R\$ 226.036,81 (duzentos e vinte e seis



mil, trinta e seis reais e oitenta e um centavos) na classe trabalhista.

2. Aduz a Credora que há demanda em trâmite perante ao Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região na 87ª Vara do Trabalho de São Paulo - SP, sob o número de processo n.º 1000369-54.2025.5.02.0087, que discute os pedidos e valores incontroversos/controversos.

3. Nesse passo, a Administradora Judicial diligenciou administrativamente junto ao sítio do Tribunal Eletrônico da 2ª Região, tendo constatado que não houve liquidação do crédito pleiteado, visto que o feito encontra-se em fase inicial, e até o presente momento não houve o julgamento por meio de sentença. Veja-se:



*(trecho extraído da RT n.º 1000369-54.2025.5.02.0087)*

4. Nesta senda, urge destacar que a Administradora Judicial analisou detalhadamente os autos da Reclamação Trabalhista em questão e constatou que **a demanda não contempla ainda qualquer sentença de liquidação de eventuais valores devidos a Credora, tampouco, Certidão de Habilitação de Crédito, o que obsta, por ora, a retificação de crédito pretendido.**

5. Desta feita, tendo em vista não haver crédito liquidado em sede de Justiça Laboral, a Administradora Judicial entende que o momento processual em que se encontra a

Reclamação Trabalhista, não possibilita o acolhimento da presente divergência de crédito, visto que o valor devido, primeiramente, deverá ser líquido e certo para que, posteriormente, seja habilitado, conforme inteligência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que firmou o seguinte entendimento acerca do assunto, veja-se:

*APELAÇÃO. Sentença que julgou extinta a execução, com fundamento no artigo 924, III, do CPC. Crédito da parte exequente é anterior à decretação da recuperação judicial, todavia, ilíquido. Recorrida reconheceu a quantia de R\$ 29.835,15 como devida e elencada na Lista de Credores da Recuperanda. Recorrente que, por sua vez, aduz que o crédito perseguido é de R\$ 97.818,78. Hipótese de incidência do artigo 6º, § 1º, da Lei 11.101/2005, segundo o qual "terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida". Em havendo controvérsia entre as partes em relação ao "quantum" devido, deverá, primeiramente, o crédito ser liquidado para correta apuração do valor a ser habilitado no processo de soerguimento. Sentença anulada. Recurso a que se dá parcial provimento.<sup>1</sup> (original sem grifos)*

\*\*\*

*Recuperação judicial. Impugnação ao crédito. Rejeição. Prestação de serviços advocatícios - Necessidade de apuração - Valor ilíquido Decisão mantida. Recurso desprovido. [...] Antes de obtida a certeza e liquidez de um crédito, não pode ter admitida sua habilitação e inclusão num procedimento concursal<sup>2</sup> [...] (original sem grifos)*

6. Portanto, conforme a documentação examinada, a parte Credora não demonstrou, de

<sup>1</sup> AP nº 10307171820138260100, TJSP, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. José Rubens Queiroz Gomes, j. 20.09.2019.

<sup>2</sup> AI nº 2002363-33.2017.8.26.0000, TJSP, 1ª Câmara de Direito Empresarial, Rel. Fortes Barbosa, j. 12.04.2017

forma segura, a certeza inequívoca dos valores pretendidos, haja vista que ainda não houve a devida liquidação dos valores devidos pela Recuperanda na reclamação trabalhista em análise.

7. Por seu turno, a Administradora Judicial realizou, de forma prévia, verificação dos créditos com fundamento nas folhas de pagamento apresentadas, de modo que se viabilizou a constatação de créditos relativos ao décimo terceiro salário e aos salários vencidos.

8. Assim, a *Expert* apurou a existência do montante de R\$ 125.968,18, já integralmente atualizado até a data da recuperação judicial.

9. Dessa forma, em razão da ausência de crédito líquido e certo, é de rigor a rejeição do pleito, retificando-se, contudo, para os valores já apurados pela Administradora Judicial na verificação administrativa com base nos documentos fornecidos pela Recuperanda.

#### DA CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado pela Credora Luciana Pessiguini Ardis, contudo, **retificando-se para o montante de R\$ 125.968,18** na classe trabalhista, conforme metodologia do relatório explicativo.

11. Sem prejuízo, tão logo o crédito seja liquidado na justiça especializada, deverá o credor apresentar os documentos comprobatórios para requerer a retificação no valor do crédito.

**Titular do Crédito:** Luciana Pessiguini Ardis

**Valor do Crédito:** R\$ 125.968,18

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,  
MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ  
PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100

2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,  
ESTADO DE SÃO PAULO

DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:

Nome/Razão Social	Reny da Silva Gomes
CPF/CNPJ	387.480.438-00
Tipo do Requerimento	Habilitação de Crédito

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:

Valor do crédito declarado pela Recuperanda	Classificação do crédito declarado pela Recuperanda
R\$ 3.291,97	Trabalhista

Valor do crédito pretendido pela Credora	Classificação do crédito pretendido pela Credora
R\$ 41.586,41	Trabalhista

DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:

Item	Descrição do Documento
i	Pedido de Habilitação de Crédito
ii	Sentença trabalhista
iii	Acórdão do TRT
iv	Certidão de trânsito em julgado
v	Procuração

PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.

1. Trata-se de habilitação de crédito apresentada via *e-mail*, pelo credor Reny da Silva Gomes, por meio do qual requer a retificação do seu crédito para a importância de R\$ 41.586,41 (quarenta e um mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos) na classe trabalhista.
2. Aduz o Credor que o crédito é oriundo da reclamação trabalhista autuada sob o nº 1001651-44.2024.5.02.0708, que tramita na 7ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP.
3. Nesse passo, a Administradora Judicial diligenciou administrativamente junto ao sítio do Tribunal Eletrônico da 2ª Região, tendo constatado que, em 07.08.2025, foi proferida sentença de liquidação reconhecendo como devido o valor de R\$ 43.179,78 até 31.05.2025, conforme demonstrado abaixo.

Tendo em vista a expressa concordância das partes, por ser a única alteração realizada sobre os cálculos apresentados, e também porque consentâneo com o julgado, **HOMOLOGO** os cálculos apresentados pela parte reclamante e ajustados pelo Juízo (#id: 506e3f4), de modo que fixo o crédito do autor em **R\$ 43.179,78**, atualizado até 31/05/2025, sendo **R\$ 42.632,38** referente ao principal e **R\$ 547,40** de juros de mora.

4. Desta forma, considerando que o crédito se encontra atualizado até data posterior ao pedido de RJ (09.04.2025), a Administradora Judicial procedeu a retração dos cálculos, pautando-se no valor líquido devido ao reclamante, constante na planilha, conforme demonstrado abaixo.

Termo Final Atualiz.	09/04/2025					
Termo Final Mora	09/04/2025					
Atualização	IPCA					
Juros Mora a.m	1%					
Observação	Data Base Atualiz.	Data Base Mora	Valor Principal	Atualiz. IPCA	Juros Mora 1,0% a.m	Saldo devedor Atualiz.
Valor Condenação Atualizado	31/05/2025	31/05/2025	R\$ 42.897,57	-0,564345%	-1,70000%	R\$ 41.942,46

**DA CONCLUSÃO**

5. Diante do exposto, a Administradora Judicial **acolhe parcialmente** o pedido apresentado pelo Credor Reny da Silva Gomes para **retificar seu crédito para o montante de R\$ 41.942,46** na classe trabalhista.

**Titular do Crédito:** Reny da Silva Gomes

**Valor do Crédito:** R\$ 41.942,46

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,  
MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ  
PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100

2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,  
ESTADO DE SÃO PAULO

DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:

Nome/Razão Social	Bernardo & Czezacki Serviços de Saúde S/S Ltda - EPP
CPF/CNPJ	27.091.747/0001-59
Tipo do Requerimento	DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:

Valor do crédito declarado pelas Recuperandas	Classificação do crédito declarado pelas Recuperandas
R\$ 30.630,00	Subquirografário

Valor do crédito pretendido pelo Credor	Classificação do crédito pretendido pelo Credor
R\$ 36.756,00	Quirografário

DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:

Item	Descrição do Documento
i	Pedido de Divergência
ii	Documentos Constitutivos e Procuração
iii	Contrato de Prestação de Serviços Médicos - HJSC 282/2024
iv	Termo de Rescisão Contratual
v	Relatório de Dívida
vi	Troca de e-mails demonstrando acordo pactuado

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de divergência de crédito, apresentado via *e-mail*, por meio do qual a Credora Bernardo & Czezacki Serviços de Saúde S/S Ltda - EPP, requer a retificação de seu crédito da relação de credores, para que passe a constar pela monta de R\$ 36.756,00 (trinta e seis mil setecentos e cinquenta e seis reais), na classe quirografária.
2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém da prestação de serviços de médicos à Recuperanda.
3. Para corroborar o seu pleito, a Credora apresentou Contrato de Prestação de Serviços Médicos, acompanhado de troca de *e-mails*.
4. De proêmio, a Administradora Judicial procedeu à análise dos documentos apresentados pela Credora, sendo possível aferir a relação jurídica entabulada entre as partes consistente na prestação de serviços médicos à Recuperanda. Isto porque, a Credora apresentou cópia do Contrato de Prestação de Serviços Médicos - HJSC 282/2024 - Plantonista Pronto Atendimento Cirúrgico, assinado pelas partes em 01.03.2024:



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS – HJSC 282/2024**  
**PLANTONISTA PRONTO ATENDIMENTO CIRÚRGICO**

Pelo presente instrumento, de um lado,

**SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ**, mantenedora do **HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.552.098/0001-11, com sede na Rua Santa Cruz, nº 398, Vila Mariana, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, neste ato representada nos termos dos seus atos constitutivos, doravante denominada "**SANTA CRUZ**", e do outro lado:

**CONTRATADA: BERNARDO & CZEZACKI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 27.091.747/0001-59, com sede na Rua Antonio Carlos, 582 – 8º and – sala B, Consolação - São Paulo / SP, CEP 01309-906, neste ato representada pelo sócio, **Dr. Leandro Scremin Czezacki**, brasileiro, solteiro, médico, portador do CRM/SP nº 156.205, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.320.199-08, portador da RG nº 8.366.510-6 SSP/PR, com endereço profissional acima onde pode ser encontrado, doravante denominada "**BERNARDO & CZEZACKI**".

As partes resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições a seguir expostas:

**I - DO OBJETO**

**CLÁUSULA 1ª** - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços médicos pela **BERNARDO & CZEZACKI**, no Pronto Atendimento Geral do **SANTA CRUZ**, que será executado por meio de médicos especialistas em Cirurgia Geral e na condição de Plantonistas Cirúrgicos, devidamente habilitados e sem quaisquer impedimentos ou restrições ao exercício da profissão.

**Parágrafo Primeiro** - A **BERNARDO & CZEZACKI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.**, neste ato designa para execução do serviço, em seu nome, o sócio, **Dr. Leandro Scremin Czezacki**, CRM/SP 156.205, com o que o **SANTA CRUZ** manifesta sua concordância, o qual poderá ser substituído desde que haja aprovação prévia por escrito do **SANTA CRUZ**.

**Parágrafo Segundo** - O presente contrato não tem caráter de exclusividade, podendo esses mesmos serviços serem prestados pela **BERNARDO & CZEZACKI** a terceiros diretamente, bem como, outros especialistas prestar os mesmos serviços ao **SANTA CRUZ**.

\*\*\*

**IV - DA REMUNERAÇÃO E REAJUSTE**

**CLÁUSULA 4ª** - Pela prestação dos serviços, objeto deste contrato, o **SANTA CRUZ** pagará o valor bruto de **R\$160,00** (cento e sessenta reais) por hora trabalhada.

**Parágrafo Primeiro** - A **BERNARDO & CZEZACKI** emitirá no início de cada mês, NF de serviço, referente aos plantões realizados do dia 1 ao 30/31 do mês anterior, e o pagamento pelo **SANTA CRUZ** se dará entre os dias 20 e 30 do mês subsequente ao dos serviços prestados, através de depósito bancário na conta corrente indicada, cujo comprovante valerá como recibo.

**Parágrafo Segundo** - Todos os impostos, taxas, tributos de natureza fiscal ou para-fiscal que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre os serviços e/ou pagamentos previstos neste instrumento, serão devidos e pagos pela **BERNARDO & CZEZACKI**, ficando autorizado o **SANTA CRUZ** a efetuar as retenções e descontos de ordem fiscal/tributária na fonte quando for o caso.

**V - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RESCISÃO**

**CLÁUSULA 5ª** - O presente contrato terá validade por prazo indeterminado, iniciando-se na data da sua assinatura.

\*\*\*

São Paulo, 1º de março de 2024

**SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ**  
Kashiro Nishikuni  
Diretor Presidente  
Aurea Christine Tanaka  
Diretora Executiva

**BERNARDO & CZEZACKI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.**  
Leandro Scremin Czezacki

Testemunhas:

Nome: Julio Shoji Yamano  
RG n.º: 5.044.123

Nome: Elaine Domingues  
RG n.º 12.130.132-1

\*\*\*

282.2024 - BERNARDO & CZEZACKI - PLANTÃO PA CIRURGICO - Leandro Scremin Czezacki.doc

Documento número 4b1c00a7b4-b774-43b8-abd4-d2353ebcd54  
Hash do documento original 01422821911167c0e0c11e6779e15e102cc9a687ba328087fe15e038f0d2708e431bb0

**Assinaturas**

✓ **Leandro Scremin Czezacki**  
CPF: 066.220.199-88  
Assinou como contratado em 15 abr 2024 às 11:31:58

✓ **Aurea Christine Tanaka**  
CPF: 181.389.838-45  
Assinou como representante legal em 16 abr 2024 às 05:27:29

✓ **Kashiro Nishikuni**  
CPF: 078.411.288-26  
Assinou como representante legal em 16 abr 2024 às 14:38:58

✓ **Elaine Domingues**  
CPF: 062.779.418-10  
Assinou como testemunha em 15 abr 2024 às 10:09:07

✓ **Julio Shoji Yamano**  
CPF: 587.445.958-48  
Assinou como testemunha em 12 abr 2024 às 14:34:56

✓ **Marcio Correia da Silva**  
CPF: 268.150.358-17  
Assinou como advogado(a) em 15 abr 2024 às 09:41:25

(Trechos extraídos de documentos apresentados pela Credora)

5. No dia 11.02.2025, as partes formalizaram a rescisão bilateral do contrato supramencionado:



São Paulo, 11 de fevereiro de 2025

À

**BERNARDO & CZEZACKI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.**  
 CNPJ nº 27.091.747/0001-59  
 Rua Antonio Carlos, 582 – 8º and – sala B, Consolação  
 São Paulo / SP, CEP 01309-906

**Referência: Rescisão bilateral – Contrato de Prestação de Serviços Médicos – HJSC 282/2024 - PLANTONISTA PRONTO ATENDIMENTO CIRÚRGICO**

Referimo-nos ao Contrato de Prestação de Serviços Médicos – HJSC 282/2024 - PLANTONISTA PRONTO ATENDIMENTO CIRÚRGICO, datado de 01 de março de 2024, firmado entre esta Sociedade e a **BERNARDO & CZEZACKI**.

A propósito, embora o Parágrafo Primeiro da **"CLÁUSULA 5ª, item V – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RESCISÃO"**, faculte a qualquer das partes, darem por rescindido o referido contrato, a qualquer tempo, sem justo motivo e sem ônus algum, mediante comunicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, as partes, em comum acordo, estabelecem que o contrato foi rescindido em **11/07/2024**, sendo esta a data do encerramento da prestação de serviços pela empresa **BERNARDO & CZEZACKI** no Hospital.

A Instituição declara que não há qualquer reclamação quanto aos serviços prestados pela **BERNARDO & CZEZACKI** e que os motivos para a rescisão são exclusivamente administrativos

**SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ**  
 Masato Ninomiya  
 Diretor Presidente

Aurea Christine Tanaka  
 Diretora Executiva

**BERNARDO & CZEZACKI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.**  
 Leandro Scremin Czezacki

\*\*\*

**2025.02.11\_Rescisão Bilateral\_Contrato 282.2024\_Bernardo e Czezacki.docx**  
 Documento número #f4d38ee4-6959-4a14-8e5e-c3f66242343b  
 Hash do documento original (SHA256): 18f198bd72817b1311c15e2d8ea7489f09f56b1a6c074766ea801e9c5e336e

**Assinaturas**

- 
**Leandro Scremin Czezacki**  
 CPF: 066.220.199-08  
 Assinou como parte em 12 fev 2025 às 10:16:51
- 
**Aurea Christine Tanaka**  
 CPF: 181.789.838-85  
 Assinou como representante legal em 12 fev 2025 às 10:37:20
- 
**Masato Ninomiya**  
 CPF: 806.096.277-91  
 Assinou como representante legal em 12 fev 2025 às 10:37:57

**(Trechos extraídos de documentos apresentados pela Credora)**

6. Desta feita, a Credora informou que ao final da relação contratual, a Recuperanda deixou de adimplir valores referente a prestação de serviço dos meses de fevereiro a maio de 2024, conforme Relatório de Títulos a pagar - Análítico por Fornecedor, extraído do sistema

Vencido	At. por. O. legal	At. por. O. abnt	At. por. O. abnt	Vencido Tipo base	At. base	At. dec.	Cumul. 30	V. pago
BERNARDO E EDUCACAO SERVICOS DE SAUDE DE LTDA - 17.981.151/0001-90								
0,00	0,00	08/03/24	02/03/24	12.844,37	Mora Fiscal	688881	827	0,00
0,00	0,00	12/03/24	05/03/24	30.219,45	Mora Fiscal	688879	843	0,00
0,00	0,00	16/04/24	04/04/24	17.384,40	Mora Fiscal	688878	855	0,00
0,00	0,00	26/03/24	08/03/24	19.819,30	Mora Fiscal	688880	871	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>62.871,12</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total geral (4)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>62.871,12</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

7. Deste modo, conforme se verifica acima o crédito pleiteado é concursal em sua totalidade, nos termos do art. 49, da LFR, haja vista que consubstanciado na prestação de serviço ocorrida em data anterior ao pedido de recuperação judicial **(09.04.2025)**.

8. Ato contínuo, a Credora apresentou troca de *e-mails*, demonstrando que em razão da inadimplência da Recuperanda supramencionada, no dia **03.10.2024**, foi proposto por seu setor jurídico a competente formalização de acordo de parcelamento, sendo reconhecido o débito no montante de R\$ 61.265,28, a ser pago em 10 parcelas sucessivas, com início em 31.10.2024, no valor de R\$ 6.131,28, e o restante no último dia dos meses subsequentes, no montante de R\$ 6.126,00, o que foi aceito pelo credor, confira-se:

**De:** Jéssica Savidotti Henriques <jhenriques@hjsc.com.br>  
**Enviado:** quinta-feira, 3 de outubro de 2024 12:52  
**Para:** Leandro Scremin Czezacki <leandroczezacki@hotmail.com>  
**Cc:** G. Juridico <juridico@hjsc.com.br>; Elaine Domingues <eladomingues@hjsc.com.br>  
**Assunto:** Proposta de Acordo | BERNARDO E CZEZACKI SERVICOS DE SAUDE SS LTDA

Prezado Dr. Leandro, boa tarde.

Espero encontrá-lo bem.

Após apurado internamente, identifiquei que o valor líquido em aberto em nome da empresa BERNARDO E CZEZACKI é R\$ 61.265,28, conforme discriminado abaixo:

		mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	TOTAL
BERNARDO E CZEZACKI SERVICOS DE SAUDE SS LTDA	Leandro Scremin Czezacki	18.019,20	21.623,04	18.019,20	3.603,84	61.265,28

Inicialmente, peço desculpas pelo atraso no pagamento. Infelizmente, o Hospital está enfrentando desafios financeiros delicados, porém há uma perspectiva significativa de melhora.

Considerando o fluxo de caixa atual, solicito gentilmente a sua compreensão na análise da seguinte proposta de pagamento:

Valor Total: R\$ 61.265,28  
 Forma de Pagamento: 10 parcelas sucessivas, com início em 31/10/2024 e as demais no último dia útil dos meses subsequentes, da seguinte maneira:

1ª parcela: R\$ 6.131,28 em 31/10/2024 e  
 2ª a 10ª parcelas: R\$ 6.126,00 todo último dia útil dos meses subsequentes.

Fico no aguardo e agradeço antecipadamente.

Cordialmente,

 Jéssica Savidotti  
 Advogada Pleno

\*\*\*

Em qui., 3 de out. de 2024 às 13:25, Leandro Scremin Czezacki <leandroczezacki@hotmail.com> escreveu:  
 Olá Dra Jessica  
 Boa tarde  
 Eu aceito o parcelamento

**(Trechos extraídos de documentos apresentados pela Credora)**

9. Nesta linha, a Credora informou que foram realizados os pagamentos de 04 (parcelas) parcelas do acordo formalizado, restando a Recuperanda inadimplente a partir da 5ª parcela, cujo vencimento se deu em 31.03.2025. Tal inadimplência restou confessada pela Recuperanda, em nova troca de e-mails realizada em **03.02.2025**, veja-se:



**(Trechos extraídos de documentos apresentados pela Credora)**

10. Urge salientar, ainda, que em que pese as partes não tenham instrumentalizado a referida confissão de dívida e acordo de parcelamento, os *e-mails* apresentados pela Credora, que partem dos prepostos da Recuperanda são suficientes para demonstrar as negociações havidas entre as partes, no que tange ao reconhecimento do crédito e sua novação.

11. Assim sendo, considerando que houve confissão expressa acerca do crédito pela própria Recuperanda referente a Nota Fiscal pleiteada, a Administradora Judicial **entende** que houve a devida comprovação, ante a bilateralidade e por ser fato não controverso, estando em consonância com o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, veja-se:

*“Agravado de instrumento - Recuperação judicial - Impugnação de crédito - Decisão agravada que determinou que a credora apresentasse, no prazo de 10 dias, os documentos solicitados pelo*



*administrador judicial, a fim de demonstrar o inadimplemento das recuperandas, em relação aos instrumentos de confissão de dívida - Inconformismo - Acolhimento - Inexistência de controvérsia quanto ao inadimplemento dos valores previstos nos instrumentos de confissão de dívida celebrado entre as partes - Recuperandas que reconhecem, tanto nos autos de origem, como em contraminuta, a pretensão da credora - Notas fiscais e instrumentos de confissão de dívida que lastreiam o presente incidente que foram devidamente juntados pela credora nos autos de origem - Comunicação eletrônica entre as partes, em que o departamento financeiro das recuperandas reconhecem o inadimplementos das mencionadas notas fiscais, assim como dos contratos de confissão de dívida - Documentos apresentados que são aptos a demonstrar tanto a existência do crédito, como a sua origem - Desnecessidade de juntada de novos documentos - Decisão reformada - Recurso provido." <sup>1</sup>(original sem grifos).*

12. Não obstante, no que tange à quinta parcela, cujo vencimento se deu em 31.03.2025, tem-se que o crédito pleiteado comporta atualização até a data do pedido de recuperação judicial (**09.04.2025**), nos termos do art. 9º, da LFR, de modo que as demais parcelas deverão ser habilitadas pelo valor de face.

13. Assim sendo, visando conferir os valores devidos, a Administradora Judicial procedeu à adequação do valor, a fim de apurar o *quantum* efetivamente devido à Credora, aplicando-se a atualização do cálculo até a data da recuperação judicial (**09.04.2025**), oportunidade em que identificou a seguinte quantia:

Termo Final Atualiz.	09.04.2025			
Atualização	TJSP SELIC			
Observação	Data Base Atualiz.	Valor Principal	Atualiz. TJSP SELIC	Saldo devedor Atualiz.
Parcela 5	31/03/2025	R\$ 6.126,00	0,311525%	R\$ 6.145,08
Parcela 6	30.04.2025	R\$ 6.126,00	-	R\$ 6.126,00

<sup>1</sup> TJ-SP - AI: 22935258620218260000 SP 2293525-86.2021.8.26.0000, Relator: Grava Brazil, Data de Julgamento: 31/03/2022, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 31/03/2022.

Parcela 7	31/05/2025	R\$ 6.126,00	-	R\$ 6.126,00
Parcela 8	30.06.2025	R\$ 6.126,00	-	R\$ 6.126,00
Parcela 9	31/07/2025	R\$ 6.126,00	-	R\$ 6.126,00
Parcela 10	31/08/2025	R\$ 6.126,00	-	R\$ 6.126,00
<b>SALDO DEVEDOR EM 09/04/2025</b>				<b>R\$ 36.775,08</b>

14. Assim, havendo crédito líquido e certo, de rigor a retificação da relação de credores, para que a Credora Bernardo & Czezacki Serviços de Saúde S/S Ltda, passe a constar pela monta de R\$ 36.775,08 (trinta e seis mil setecentos e setenta e cinco reais e oito centavos).

15. Por fim, destaca-se que credora foi arrolada na Relação de Credores apresentada pela Recuperanda às fls. 1.908/1.935 na classe subquirografia. No entanto, em razão da ausência de previsão legal para tal classe na recuperação judicial, a Administradora Judicial entende necessária a reclassificação do crédito.

16. Neste sentido, urge consignar que o crédito titularizado pela Credora possui natureza direta na prestação de serviço médico-hospitalar, tratando-se, portanto, de verba de natureza estritamente alimentar, correspondente à contraprestação dos serviços prestados.

17. Assim, em que pese a relação contratual tenha se dado por meio de pessoas jurídicas, assemelha-se à qualificação de profissional liberal, a quem a jurisprudência pátria confere aos seus honorários a mesma classificação, no âmbito da recuperação judicial, dos créditos decorrentes da Justiça do Trabalho, tendo em vista sua natureza alimentar, confira-se:

*AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - HONORÁRIOS - CRÉDITO TRABALHISTA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, AMPARADA NA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO STJ, DEU PROVIMENTO AO RECLAMO. INCONFORMISMO DA RECUPERANDA. 1. O tratamento dispensado aos honorários devidos a profissionais liberais - no que se refere à sujeição ao plano de recuperação judicial - deve ser o mesmo conferido aos créditos de origem trabalhista, em virtude de ambos*



*ostentarem natureza alimentar. Aplicação da Súmula 83 do STJ. 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, em se tratando de crédito trabalhista por equiparação, as Turmas de Direito Privado firmaram o entendimento de que é possível, por deliberação da AGC, a aplicação do limite previsto no art. 83, I, da Lei 11.101/2005 às empresas em recuperação judicial, desde que devida e expressamente previsto pelo plano de recuperação judicial, instrumento adequado para dispor sobre forma de pagamento das dívidas da empresa em soerguimento (princípio da preservação da empresa). Aplicação da Súmula 83 do STJ. 3. Agravo interno desprovido.<sup>2</sup>*

\*\*\*

*Agravo de instrumento – Recuperação judicial – Decisão que julgou improcedente impugnação de crédito – Inconformismo das recuperandas – Crédito decorrente de serviços prestados pelo habilitante na qualidade de médico – Crédito de natureza alimentar e, como tal, equiparável aos trabalhistas para fins de classificação em recuperação judicial – Precedentes jurisprudenciais – Decisão mantida – Recurso desprovido.<sup>3</sup>*

\*\*\*

*Recuperação Judicial – Crédito referente a prestação de serviços médicos – Titularidade de sociedade simples composta por médico e cônjuge, atuante na administração de consultório - Verba de natureza alimentar análoga a salário, mesmo que atribuído a pessoa jurídica – Precedente do STJ – Inclusão na Classe I (Trabalhistas) – Decisão reformada – Recurso provido.<sup>4</sup>*

**18.** Desta forma, a Administradora Judicial **entende** que o crédito deverá ser reclassificado, para que passe a constar na classe trabalhista.

## CONCLUSÃO

<sup>2</sup>STJ - REsp n. 1.851.770/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 18/2/2020, DJe de 20/2/2020.

<sup>3</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 21770478720248260000 São Paulo, Relator.: Maurício Pessoa, Data de Julgamento: 17/10/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 17/10/2024

<sup>4</sup> TJ-SP - AI: 22401865220208260000 SP 2240186-52.2020.8 .26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 27/11/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 27/11/2020.

19. Diante do exposto, a Administradora Judicial **acolhe** o pedido de divergência de crédito apresentado por Bernardo & Czezacki Serviços de Saúde S/S Ltda, para em harmonia com as disposições inseridas na LFR, **retificar** o crédito da relação de credores, para que passe a constar pelo montante de R\$ 36.775,08 (trinta e seis mil setecentos e setenta e cinco reais e oito centavos), na classe trabalhista.

**Titular do Crédito:** Bernardo & Czezacki Serviços de Saúde S/S Ltda

**Valor do Crédito:** R\$ 36.775,08

**Classificação do Crédito:** Trabalhista.

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,  
MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ  
PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100

2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,  
ESTADO DE SÃO PAULO

DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:

Nome/Razão Social	Banco do Brasil S.A
CPF/CNPJ	05.040.841/0001-82
Tipo do Requerimento	DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO

INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:

Valor do crédito declarado pela Recuperanda	Classificação do crédito declarado pela Recuperanda
R\$ 7.737.172,96	Quirografário
R\$ 1.332.167,48	Quirografário
R\$ 203.190,22	Quirografário

Valor do crédito pretendido pelo Credor	Classificação do crédito pretendido pelo Credor
R\$ 9.095.799,20	Quirografário
Exclusão	-

DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:

Item	Descrição do Documento
i	Petição de Divergência de Crédito
ii	Procuração e Documentos Constitutivos
iii	Cédula de Crédito Bancário n.º 243.403.801, acompanhado de 1º e 2º Termo Aditivo

iv	Cédula de Crédito Bancário n.º 243.403.899, acompanhado de 1º e 2º Termo Aditivo
v	Termo de Adesão a Pacote de Serviços - Pessoa Jurídica
vi	Contrato de Outorga de Garantia e Contragarantia
vii	Planilhas de Cálculo

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de divergência de crédito, apresentado via *e-mail*, intentado pelo Credor Banco do Brasil S.A, por meio do qual pugna pela exclusão dos créditos listados na relação de credores, relativos à operação FINIMP, bem como a retificação de créditos, para que passe a constar pela monta de R\$ 9.095.799,20 (nove milhões e noventa e cinco mil setecentos e noventa e nove reais e vinte centavos), na classe quirografária.

2. Aduz o Credor que o crédito em testilha advém das operações FINIMP, bem como das CCBs n.º 243.403.801 e 243.403.899, bem como de tarifas de conta corrente.

3. Para corroborar o seu pleito, o Credor apresentou: (i) Contrato de Outorga de Garantia e Contragarantia - Firmado entre o Banco do Brasil S.A e a Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz, no valor de USD 68.06,49 em 08.01.2025, acompanhado de extrato; (ii) Cédula de Crédito Bancário n.º 243.403.801, acompanhado de 1º e 2º Termo Aditivo; (iii) Cédula de Crédito Bancário n.º 243.403.899, acompanhado de 1º e 2º Termo Aditivo; (iv) Termo de Adesão a Pacote de Serviços - Pessoa Jurídica, e (v) Termo de Adesão a Pacote de Serviços - Pessoa Jurídica.

4. Assim sendo, considerando a quantidade de contratos, a Administradora Judicial realizará a análise das operações de forma individualizada, conforme tópicos a seguir:

**- Cédula de Crédito Bancário n.º 243.403.801:**

5. Trata-se de contratação firmada em 06.04.2023, cuja operação de crédito perfaz a monta de R\$ 8.440.552,30 (oito milhões quatrocentos e quarenta mil quinhentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos), com vencimento final em 23.05.2026.

CEDULA DE CREDITO BANCARIO	
INTRODUÇÃO:	Nº. 243.403.801
<b>1. EMITENTE:</b> Razão ou denominação social: SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ CNPJ.....: 60.552.098/0001-11 Conta Corrente: 1.500-8 Endereço: RUA SANTA CRUZ 398, VILA MARIANA Cidade...: SAO PAULO-SP CEP: 04.122-000 E-MAIL...: rafaelrcarvalho@hospitalsantacruz.com.br	
<b>2. DADOS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO:</b> Valor.....: R\$8.440.552,30 (oito milhões quatrocentos e quarenta mil quinhentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos). Vencimento...: 25/03/2026 Comissão Fiat: 1% (UM POR CENTO), sobre o crédito concedido. Encargos Financeiros: Taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 7 (sete) pontos percentuais ao ano. Dia base para débito dos encargos: dia 25 de cada mês Quantidade de Parcelas: 24 (VINTES E QUATRO) parcelas de capital.	

\*\*\*

MANIFESTO DE ASSINATURAS	
ICP Brasil	QR Code
Código de validação: 425S4-277CA-9EXHA-7B3RK	
Documento assinado com o uso de certificado digital ICP Brasil, no Assinador Registro de Imóveis, pelos seguintes signatários:	
GUSTAVO NAGAMINE HIRATAF (CPF 220.403.258-16)	
KOSHIRO NISHIKUNI (CPF 074.411.296-26)	
Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:	
<a href="https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validar/425S4-277CA-9EXHA-7B3RK">https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validar/425S4-277CA-9EXHA-7B3RK</a>	
Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:	
<a href="https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validar">https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validar</a>	

(Trechos extraído dos docs. enviados pelo Credor)

6. Posteriormente, em 24.06.2024 e 24.10.2024 foram firmados o 1º e o 2º Termo Aditivo de Retificação e Ratificação à CCB supramencionada, respectivamente, cujos objetos dos referidos aditivos perfazem a alteração do cronograma de reposição e vencimento da operação, veja-se:

- 1º Termo Aditivo:

ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CEDULA DE CREDITO BANCARIO N.º 243.403.801, EMITIDA POR SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ, EM FAVOR DO BANCO DO BRASIL S.A., NO VALOR DE R\$8.440.552,30.

**FINANCIADO - SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ**, ASSOCIACAO CIVIL, sediada em SAO PAULO-SP, na RUA SANTA CRUZ 398, VILA MARIANA, CEP: 04.122-000, e-mail: rafaelrcarvalho@hospitalsantacruz.com.br, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Juridica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nr. 60.552.098/0001-11, neste ato representado(a) pelo(s) Senhor(es/as) **AUREA CHRISTINE TANAKA**, Brasileiro(a), EMPRESARIO, solteiro(a), residente e domiciliado em SAO PAULO-SP, portador do(a) CARTEIRA NACIONAL HABILITACAO nr. 02653831475 DETRAN SP e inscrito no CPF/MF sob o nr. 181.789.838-85 **KOSHIRO NISHIKUNI**, Estrangeiro(a) com visto permanente, MEDICO, casado(a) sob o regime de comunhão parcial de bens, residente e domiciliado em SAO PAULO-SP, portador do(a) CARTEIRA NACIONAL HABILITACAO nr. 01811400700 DETRAN SP e inscrito no CPF/MF sob o nr. 074.411.298-26.

\*\*\*

**FINALIDADE** - O presente instrumento tem por objeto retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a CEDULA DE CREDITO BANCARIO, n.º 243.403.801, no valor de R\$8.440.552,30 (oito milhões quatrocentos e quarenta mil quinhentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos), emitida pelo FINANCIADO em 06.04.2023, a favor do FINANCIADOR, vencimento em 25.03.2026, para ALTERAR CRONOGRAMA DE REPOSIÇÃO e VENCIMENTO DA OPERAÇÃO.

**ALTERAÇÃO NO CRONOGRAMA DE REPOSIÇÃO FORMA DE PAGAMENTO**- Sem prejuízo do vencimento do instrumento ora editado, o FINANCIADO obriga-se a recolher ao FINANCIADOR, em amortização desta dívida resultante desta CEDULA DE CREDITO BANCARIO em 22 (vinte e duas) parcelas de capital com os seguintes vencimentos e valores nominais:

*(Trechos extraído dos docs. enviados pelo Credor)*

- 2º Termo Aditivo:


ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CEDULA DE CREDITO BANCARIO N.º 243.403.801, EMITIDA POR SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ, EM FAVOR DO BANCO DO BRASIL S.A., NO VALOR DE R\$8.440.552,30.

**FINANCIADO - SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ**, ASSOCIACAO CIVIL, sediada em SAO PAULO-SP, na RUA SANTA CRUZ 398, VILA MARIANA, CEP: 04.122-000, e-mail: rafaelrcarvalho@hospitalsantacruz.com.br, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Juridica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nr. 60.552.098/0001-11, neste ato representado(a) pelo(s) Senhor(es/as) **AUREA CHRISTINE TANAKA**, Brasileiro(a), EMPRESARIO, solteiro(a), residente e domiciliado em SAO PAULO-SP, portador do(a) CARTEIRA NACIONAL HABILITACAO nr. 02653831475 DETRAN SP e inscrito no CPF/MF sob o nr. 181.789.838-85 **KOSHIRO NISHIKUNI**, Estrangeiro(a) com visto permanente, MEDICO, casado(a) sob o regime de comunhão parcial de bens, residente e domiciliado em SAO PAULO-SP, portador do(a) CARTEIRA NACIONAL HABILITACAO nr. 01811400700 DETRAN SP e inscrito no CPF/MF sob o nr. 074.411.298-26.

FINALIDADE - O presente instrumento tem por objeto ratificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a CREDULA DE CREDITO BANCARIO, nº 243.403.801, no valor de R\$8.440.552,30, emitida pelo FINANCIADO em 06.04.2023, a favor do FINANCIADOR, vencimento em 25.03.2026, Cédula esse ratificada e ratificada pelo aditivo(a) de 24/06/2024, para ALTERAR CRONOGRAMA DE REPOSICAO e VENCIMENTO DA OPERACAO.

- continua na página 2 -

7. Deste modo, em consulta ao Demonstrativo de Conta Vinculado apresentado pelo Credor, entende a *Expert* que o crédito é relativo ao débito referente a Operação **243.403.801**, perfaz a importância de R\$ 7.756.887,78 (sete milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos), o qual encontra-se devidamente atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, considerando todos os encargos previstos no contrato (**09.04.2025**). Veja-se:

[illegible]

8. Assim sendo, ante a apresentação dos documentos, foi possível constatar que o crédito em testilha é integralmente **concursal**, haja vista que a referida dívida possui fato gerador datado anteriormente ao pedido de recuperação judicial (**09.04.2025**).

9. Desta forma, é de rigor a retificação do crédito referente à Cédula de Crédito Bancário n.º 243.403.801, para que passe a constar pela importância de R\$ 7.756.887,78 (sete milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos), na

classe quirografária.

- **Cédula de Crédito Bancário n.º 243.403.899:**

**10.** Trata-se de contratação firmada em 10.04.2024, cuja operação de crédito perfaz a monta de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), com vencimento final em 25.04.2025:



\*\*\*





(Trechos extraído dos docs. enviados pelo Credor)

11. Posteriormente, em 24.06.2024 e 23.10.2024 foram firmados o 1º e o 2º Termo Aditivo de Retificação e Ratificação à CCB supramencionada, respectivamente, cujos objetos dos referidos aditivos perfazem a alteração do cronograma de reposição e vencimento da operação, veja-se:

- 1º Termo Aditivo:

ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CEDULA DE CREDITO BANCARIO N.º 243.403.899, EMITIDA POR SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ, EM FAVOR DO BANCO DO BRASIL S.A., NO VALOR DE R\$1.100.000,00.

**FINANCIADO - SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ**, ASSOCIACAO CIVIL, sediada em SAO PAULO-SP, na RUA SANTA CRUZ 398, VILA MARIANA, CEP: 04.122-000, e-mail: rafaelrcarvalho@hospitalsantacruz.com.br, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nr. 60.552.098/0001-11, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(es)/as) **AUREA CHRISTINE TANAKA**, Brasileiro(a), EMPRESARIO, solteiro(a), residente e domiciliado em SAO PAULO-SP, portador do(a) CARTEIRA NACIONAL HABILITACAO nr. 02653831475 DETRAN SP e inscrito no CPF/ME sob o nr. 181.789.838-85 **KOSHIRO NISHIKUNI**, Estrangeiro(a) com visto permanente, MEDICO, casado(a) sob o regime de comunhão parcial de bens, residente e domiciliado em SAO PAULO-SP, portador do(a) CARTEIRA NACIONAL HABILITACAO nr. 01811400700 DETRAN SP e inscrito no CPF/ME sob o nr. 074.411.298-26.

\*\*\*

**FINALIDADE** - O presente instrumento tem por objeto retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, nº 243.403.899, no valor de R\$1.700.000,00 (um milhão setecentos mil reais), emitida pelo FINANCIADO em 10.04.2024, a favor do FINANCIADOR, vencimento em 25.04.2025, para ALTERAR CRONOGRAMA DE REPOSIÇÃO e VENCIMENTO DA OPERAÇÃO.

**ALTERAÇÃO NO CRONOGRAMA DE REPOSIÇÃO FORMA DE PAGAMENTO**- Sem prejuízo do vencimento do instrumento ora aditado, o FINANCIADO obriga-se a recolher ao FINANCIADOR, em amortização desta dívida resultante desta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO em 08 (oito) parcelas de capital com os seguintes vencimentos e valores nominais:

*(Trechos extraído dos docs. enviados pelo Credor)*

- 2º Termo Aditivo:

ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO N.º 243.403.899, EMITIDA POR SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ, EM FAVOR DO BANCO DO BRASIL S.A., NO VALOR DE R\$1.700.000,00.

FINANCIADO - SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ, ASSOCIAÇÃO CIVIL, sediada em SÃO PAULO-SP, na RUA SANTA CRUZ 398, VILA MARIANA, CEP: 04.122-000, e-mail: rafaelrcarvalho@hospitalsantacruz.com.br, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nr. 60.552.098/0001-11, neste ato representado(a) pelo(s) Senhor(es/as) AUREA CHRISTINE TANAKA, Brasileiro(a), EMPRESÁRIO, solteiro(a), residente e domiciliado em SÃO PAULO-SP, portador do(a) CARTEIRA NACIONAL HABILITAÇÃO nr. 02603831475 DETRAN SP e inscrito no CPF/ME sob o nr. 181.789.838-85 KOSHIRO NISHIKUNI, Estrangeiro(a) com visto permanente, MÉDICO, casado(a) sob o regime de comunhão parcial de bens, residente e domiciliado em SÃO PAULO-SP, portador do(a) CARTEIRA NACIONAL HABILITAÇÃO nr. 01811400700 DETRAN SP e inscrito no CPF/ME sob o nr. 074.411.298-26.

\*\*\*

**FINALIDADE** - O presente instrumento tem por objeto retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, nº 243.403.899, no valor de R\$1.700.000,00, emitida pelo FINANCIADO em 10.04.2024, a favor do FINANCIADOR, vencimento em 25.04.2025, Cédula essa retificada e ratificada pelo aditivo(s) de 24/06/2024, para ALTERAR CRONOGRAMA DE REPOSIÇÃO e VENCIMENTO DA OPERAÇÃO.

*(Trechos extraído dos docs. enviados pelo Credor)*

12. Deste modo, em consulta ao Demonstrativo de Conta Vinculado apresentado pelo Credor, entende a *Expert* que o crédito é relativo ao débito referente a Operação **243.403.899**, perfaz a importância de R\$ 1.337.288,55 (um milhão, trezentos e trinta e sete mil duzentos e

[illegible]

**13.** Assim sendo, ante a apresentação dos documentos, foi possível constatar que o crédito em testilha é integralmente **concursal**, haja vista que a referida dívida possui fato gerador datado anteriormente ao pedido de recuperação judicial (**09.04.2025**).

**- Termo de Adesão a Pacote de Serviços - Pessoa Jurídica**

**15.** No que tange ao contrato em testilha, verifica-se que se trata de Termo de Adesão a Pacote de Serviços - Pessoa Jurídica, firmado em 17.09.2021, o qual possui como objeto o contratação de serviços na modalidade “cesta de benefícios esc” de manutenção da conta 5948-X, confira-se:

**Termo de Adesão a Pacote de Serviços**  
Pessoa Jurídica

**Ao Banco do Brasil S.A.**

Nome  
SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ

CNPJ  
60.552.098/0001-11

Agência  
2434-1 CORP BANK FARIA LIMA

Conta  
5948-X

Cidade  
SAO PAULO

UF  
SP

Pelo presente instrumento, manifesto ser do meu interesse:

☐ **NÃO ADERIR**, ou **CANCELAR**, um pacote de serviços, estando sujeito à cobrança de tarifas avulsas, de acordo com os valores informados na Tabela de Tarifas divulgadas pelo BANCO.

☒ **ADERIR** ao Pacote de Serviços abaixo, cujos serviços nele incluídos (franquias) teve prévia ciência por meio da Tabela de Tarifas do BANCO e autorizar o débito mensal da tarifa relativa ao pacote contratado também divulgada na Tabela de Tarifas:

Modalidade: CESTA DE BENEFÍCIOS ESC.

Dia para débito: 5

\*\*\*

**AUTORIZAÇÃO DE DÉBITO NA CONTA**

Autorizo, POR PRAZO INDETERMINADO, o débito mensal da tarifa relativa ao Pacote de serviços modalidade CESTA DE BENEFÍCIOS ESC, em conformidade com o valor divulgado por meio da Tabela do Pacote de Serviços do Banco, Dia para Débito: 5.

Local e data  
SAO PAULO (SP), 17 Setembro de 2021

Mário Salim  
Presidente

Soc. Brs. Jac. Benf. Santa Cruz  
Kocho Nishikui  
Diretor Geral - Presidente

SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ  
CNPJ: 60.552.098/0001-11

(Trechos extraído dos docs. enviados pelo Credor)

16. Assim sendo, ao analisar o demonstrativo de débitos apresentados pelo Credor, relativo aos valores devidos de tarifas bancárias relativas à “manutenção de conta” e “renovação de cadastro”, foi possível constatar a existência de débitos no período de 07.01.2025 a 07.04.2025, no montante de R\$ 269,07 (duzentos e sessenta e nove reais e sete centavos), sendo o saldo devedor posicionado para o dia 09.04.2025, confira-se:

BANCO DO BRASIL			
Agência Débito : 2434 - 1 - CORP BANK FA			
Conta Débito : 5948 - SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ			
Data Início/Fim Geração : 16/05/2020 a 09/04/2025 (DOMNAAA)			
Nº Brs. Geração	Tarifa	Para Valor	Situação
01.04.2025	Tar Pacote Serviços	R\$ 15,40	Pendente - Em teim
01.03.2025	Tar Pacote Serviços	R\$ 15,40	Pendente - Em teim
01.02.2025	Tar Pacote Serviços	R\$ 15,40	Pendente - Em teim
01.01.2025	Tar Pacote Serviços	R\$ 44,47	Pendente - Em teim
Saldo devedor em 09/04/2025 R\$ 269,07			

(Trechos extraído dos docs. enviados pelo Credor)

17. Assim sendo, ante a apresentação dos documentos, foi possível constatar que o crédito em questão é concursal em sua totalidade, haja vista que a referida dívida possui fato gerador datado anteriormente ao pedido de recuperação judicial **(09.04.2025)**.

18. Não obstante, tem-se que valor pleiteado encontra-se em consonância com o disposto no art. 9º, II, da LFR, que limita a incidência de juros e correção monetária até a data do pedido de recuperação judicial **(09.04.2025)**, sendo de rigor, portanto a sua habilitação na relação de credores.

#### - Contrato de Outorga de Garantia e Contragarantia

19. Trata-se de “*Contrato de Outorga de Garantia e Contragarantia, firmado entre o Banco do Brasil S.A e Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz no valor de USD 68.063,49 em 08.01.2025*”, cujo objeto consiste na emissão, pelo Credor, de carta de crédito “standby”, a favor do Banco do Brasil S.A Tóquio (Japão), veja-se:



\*\*\*

**CLÁUSULA 6.** Vindo o BANCO a honrar a garantia, a TOMADORA confessa-se devedora e obriga-se a ressarcir ao BANCO, no prazo de 48 horas, o total do valor desembolsado em razão da garantia, aí incluídos os valores de principal, juros, demais encargos financeiros e quaisquer tributos sobre esses valores incidentes, mais contábeis não recolhidas na ocasião de sua exigibilidade, acrescidos dos encargos de inadimplência previstos neste contrato, se for o caso. Para tanto, a TOMADORA desde já, autoriza o BANCO a efetuar o débito do valor devido em sua conta corrente nº: 1500-8, Agência 3347, CORP BANK METROP SP(SF) do BANCO, ou em qualquer outra conta, inclusive de investimentos, que a TOMADORA mantenha no BANCO ou em suas subsidiárias.

\*\*\*

<b>CONTINUAÇÃO DO CONTRATO DE OUTORGA DE GARANTIA E CONTRAGARANTIA - FIRMADO ENTRE O BANCO DO BRASIL S.A. E SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ, NO VALOR DE USD 25.063,48 EM 09/01/2025.</b>	
E, de como assim o disseram, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito jurídico, juntamente com as testemunhas abaixo, a tudo presentes.	
São Paulo (SP), 08 de janeiro de 2025.	
<b>BANCO:</b> <b>BANCO DO BRASIL S.A.</b> Agência 2434, Corp Bank Faria Lima, São Paulo (SP) CNPJ/MF nº 00.000.000/4000-25	
Nelson Nogueira Junior GERENTE GERAL UN	Rubrica
<b>TOMADORA:</b> <b>SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ</b> Rua Santa Cruz 398, Vila Mariana, São Paulo, (SP) CNPJ/MF nº 60.552.098/0001-11	
Aurea Christine Tanaka Diretor(a)	Rubrica
Koshiro Nishikuni Diretor(a) Presidente(a)	Rubrica

\*\*\*





## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 9EGEN-L3E3M-C6QNS-FCGGJ

Documento assinado com o uso de certificado digital ICP Brasil, no Assinador Registro de Imóveis, pelos seguintes signatários:

NELSON NOGUEIRA JUNIOR (CPF 278.525.468-62)  
 Aurea Christine Tanaka (CPF 181.789.638-85)  
 KOSHIRO NISHIKUNI (CPF 074.411.298-26)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validar/9EGEN-L3E3M-C6QNS-FCGGJ>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validar/>

**(Trechos extraído dos docs. enviados pelo Credor)**

20. Ato contínuo, o Credor apresentou o competente extrato, demonstrando que a garantia objeto do referido contrato foi honrada em data posterior ao pedido de recuperação judicial, qual seja, em 03.06.2025, veja-se:

COPP9941	SISBB - Sistema de Informacoes do Banco do Brasil		24/07/2025
F1742456	Credito Rural e Comercial		18:13:40
Lancamentos da Variacao			FL. 01
Agencia :	2434 CORP BANK FARIA LIMA (SP)	Operacao:	0056/00002-7
Mutuario:	SOC BRAS E JAPON DE BENEF SANTA CRUZ EM RECUP	Var:	001
Enquad. Contabil :	28110.5652	Periodicidade :	129
Taxa de Correcao :	100,000	Dia Base :	0
Taxa de Juros :	1,000	Valor da Variacao :	400.302,02
Proagro :	2 SEM Proagro	Taxa de Proagro :	0,000
Situacao :	1 Cobranca Terceiri	Data Contratacao :	21.04.2025
Dt. Inicio Carencia:		Dt. Fim Carencia :	
Conta de Depositos:	1.500-8	Agencia da Conta :	2434-1
Cronograma			
Data	Tipo	Valor Previsto	A Realizar
21.04.2025	UTILZ	400.302,02	0,00
03.06.2025	AMORT	400.302,02	0,00

\*\*\*

	Saldo Anterior		0,00 D
03.06.2025	1511 ACE-IMPL.EMPRES	1462,62 D	
03.06.2025	285X SDO-IMPL.CL.DIV	389732,65 D	
03.06.2025	5258 ACE-TR.P/OT.VAR	1462,62 C	
03.06.2025	6300 CAP-TR.P/OUTRA	389732,65 C	
03.06.2025	285X SDO-IMPL.CL.DIV	10569,37 D	10569,37 D
04.06.2025	4154 JRS-ESCAL	41,57 D	
04.06.2025	6300 CAP-TR.P/OUTRA	10569,37 C	
04.06.2025	8265 JRS-TR.P/OUTRA	41,57 C	0,00 D COPP9941
F1742456	Credito Rural e Comercial		18-13-40
	Lançamentos da Variação		FL. 01

(Trechos extraído dos docs. enviados pelo Credor)

21. Posto isso, conforme dispõe o art. 49, *caput* da LFR<sup>1</sup>, estão sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial todos os créditos existentes na data do pedido de Recuperação Judicial **(09.04.2025)**, de modo que o crédito em questão, *a priori*, possui natureza concursal, uma vez que consubstanciado em contrato pactuado 08.01.2025.

22. No entanto, considerando a natureza da operação pactuada, é cediço que os créditos decorrentes de contratos de prestação de garantia somente passam a existir com a efetiva prestação da garantia, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nos contratos principais.

23. No caso em voga, conforme demonstrado acima, a efetiva prestação da garantia ocorreu em 03.06.2025, portanto, se não há a efetivação da prestação da garantia antes da apresentação do pedido de recuperação judicial, inexistente, então, o crédito.

24. E isto porque, conforme leciona Carlos Roberto Gonçalves, o contrato de fiança e de prestação de garantia internacional são celebrados acessória e subsidiariamente ao contrato principal garantido, de modo que dependem “*da existência do contrato principal e tem sua execução subordinada ao não cumprimento deste, pelo devedor.*” (in Direito Civil Brasileiro, v.3 Contratos e atos unilaterais, 14ª edição. Editora Saraiva).

25. Assim, o marco temporal que define a concursalidade do crédito é a data da efetivação da fiança ou da prestação da garantia, de modo que, ocorrendo após o pedido de recuperação judicial, o crédito é extraconcursal.

<sup>1</sup> Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.



26. Neste sentido, destaca-se o entendimento da jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo:

*RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Insurgência contra decisão que negou provimento a impugnação de crédito promovida pela recuperanda. Instituição financeira que, através de Contrato para prestação de garantias, tornou-se garantidora da recuperanda. Cumprimento da garantia ocorrido somente em data posterior ao pedido de recuperação judicial. **Banco que só adquiriu direito de regresso com o pagamento efetuado. Crédito que não se submete aos efeitos da recuperação judicial. Inteligência do artigo 49, caput, da Lei 11.101/2005.** Decisão Mantida. Recurso improvido.”<sup>2</sup> (original sem grifos)*

*“Recuperação judicial. Impugnação de crédito. Notas promissórias. Apontado Credor titular de direito de regresso vinculado a contrato de garantia de cumprimento de empreitada. Retrofiança. **Crédito que apenas se constituiu com o pagamento da cobertura primitiva. Fato posterior ao pedido de recuperação judicial. Dívida extraconcursal. Inteligência do artigo 49, "caput", da Lei 11.101/2005.** Precedente da Câmara. Recurso improvido.”<sup>3</sup> (original sem grifos)*

27. Desta forma, de rigor à exclusão dos créditos relativos ao Contrato de Outorga de Garantia e Contragarantia, da relação de credores, em razão da extraconcursalidade.

- **Somatória dos Créditos:**

28. Assim sendo, tem-se que a soma de todos os créditos do Credor perfaz a importância de **R\$ 9.094.445,40** (nove milhões e noventa e quatro mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos), sendo composto pelos seguintes valores:

<sup>2</sup> TJ-SP, Agravo de instrumento nº 2112161-94.2015.8.26.0000, Rel. Des. CAIO MARCELO MENDES DE OLIVEIRA, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Julgado em 17/02/2016

<sup>3</sup> TJ-SP, Agravo de instrumento nº 2125120-29.2017.8.26.0000, Rel. Des. AUGUSTO REZENDE, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Julgado em 26/03/2018

Descrição	Valores
Cédula de Crédito Bancário n.º 243.403.801	R\$ 7.756.887,78
Cédula de Crédito Bancário n.º 243.403.899	R\$ 1.337.288,55
Tarifa Agência 2434 / Conta 5948	R\$ 269,07
Contrato de Outorga de Garantia e Contragarantia	Exclusão
<b>Total</b>	<b>R\$ 9.094.445,40</b>

## CONCLUSÃO

29. Diante do exposto, a Administradora Judicial acolhe a divergência de crédito apresentada pelo credor Banco do Brasil S.A, para em harmonia com as disposições inseridas na LFR, retificar o crédito na relação de credores, para que passe a constar pela monta de R\$ **9.094.445,40** (nove milhões e noventa e quatro mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos), na classe quirografária.

**Titular do Crédito:** Banco do Brasil S.A

**Valor do Crédito:** R\$ 9.094.445,40

**Classificação do Crédito:** Quirografária

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP n° 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC n° 1SP-335648**

**Contadora**

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Akita Serviços Médicos Integrados Ltda
<b>CPF/CNPJ</b>	27.250.728/0001-28
<b>Tipo do Requerimento</b>	<b>DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO</b>

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pelas Recuperandas</b>	<b>Classificação do crédito declarado pelas Recuperandas</b>
R\$ 22.242,45	Subquirográfario

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 160.784,15	Quirográfario

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Petição de Divergência
ii	Cópias da Ação Monitória n.º 1010278-63.2025.8.26.0003

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de divergência de crédito, apresentado via *e-mail*, por meio do qual a Credora Akita Serviços Médicos Integrados Ltda, pugna pela retificação de seu crédito na relação de credores, para que passe a constar pela monta de R\$ 160.784,15 (cento e sessenta

mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quinze centavos), na classe quirografária.

2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém de contratos relacionados à prestação de serviços médicos, os quais são objeto da Ação Monitória n.º 1010278-63.2025.8.26.0003, que tramita perante à 3ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara, da Comarca da Capital, estado de São Paulo.

3. Para corroborar o seu pleito, dentre outros documentos, a Credora apresentou cópias da Ação Monitória n.º 1010278-63.2025.8.26.0003.

4. De proêmio, a Administradora Judicial diligenciou administrativamente junto aos autos da Ação Monitória n.º 1010278-63.2025.8.26.0003, sendo possível aferir que o crédito pleiteado é oriundo de “*Contrato de Cessão de Uso de Instalações e Equipamentos Hospitalares*” e seus termos aditivos, veja-se:

fil. 16

CCU 1384/22

**TERMO DE ADESÃO AO CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**

Pelo presente instrumento particular, as Partes, de um lado,

**SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ**, mantenedora do **HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 60.552.098/0001-11, com sede na Rua Santa Cruz, 398, Vila Mariana, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP: 04122-000, neste ato representado nos termos dos seus atos constitutivos, doravante denominada Cedente ou **Santa Cruz** e, de outro lado,

**AKITA SERVIÇOS MÉDICOS INTEGRADOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 27.250.728/0001-28, Rua Álvaro de Abreu, nº 52, bairro Jardim São Paulo, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP: 02039-000, neste ato representado por sua sócia, **Dra. Aline Mary Akita**, brasileira, solteira, médica, portadora do CRM nº 155.918, inscrita no CPF/MF sob o nº 369.933.458-97, portadora do RG nº 43.621.139-7 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua das Uvaías, nº 179, Apto. 74, bairro Saúde, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP: 04055-110, doravante denominada **Cessionária**;

\*\*\*

**CONTRATO DE CESSÃO DE USO  
DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - CCU**

Pelo presente instrumento particular, as Partes, de um lado,

**SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ**, pessoa jurídica de direito privado, mantenedora do **HOSPITAL SANTA CRUZ**, com sede à Rua Santa Cruz nº 398, Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP: 04122-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.552.098/0001-11, doravante denominado "**Santa Cruz**" ou "**Cedente**" e, de outro lado,

**CESSIONÁRIA**, sendo a pessoa física ou jurídica, que possui como objeto social a prestação de serviços médicos, e firmar, através de instrumento à parte com o **Santa Cruz**, um Termo de Adesão ao Contrato de Cessão de Uso de Instalações e Equipamentos Hospitalares ("Termo de Adesão"), doravante denominada "**Cessionária**";

Têm entre si justo e acordado firmar o presente Contrato de Cessão de Uso de Instalações e Equipamentos Hospitalares – CCU ("Contrato"), devidamente registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1. O presente Contrato tem como objeto estabelecer as condições gerais da cessão de uso, pela **Cessionária**, das instalações e equipamentos hospitalares, de propriedade ou posse do **Santa Cruz**, sem qualquer exclusividade, subordinação ou dependência.

*(Trechos extraídos dos autos n.º 1010278-63.2025.8.26.0003)*

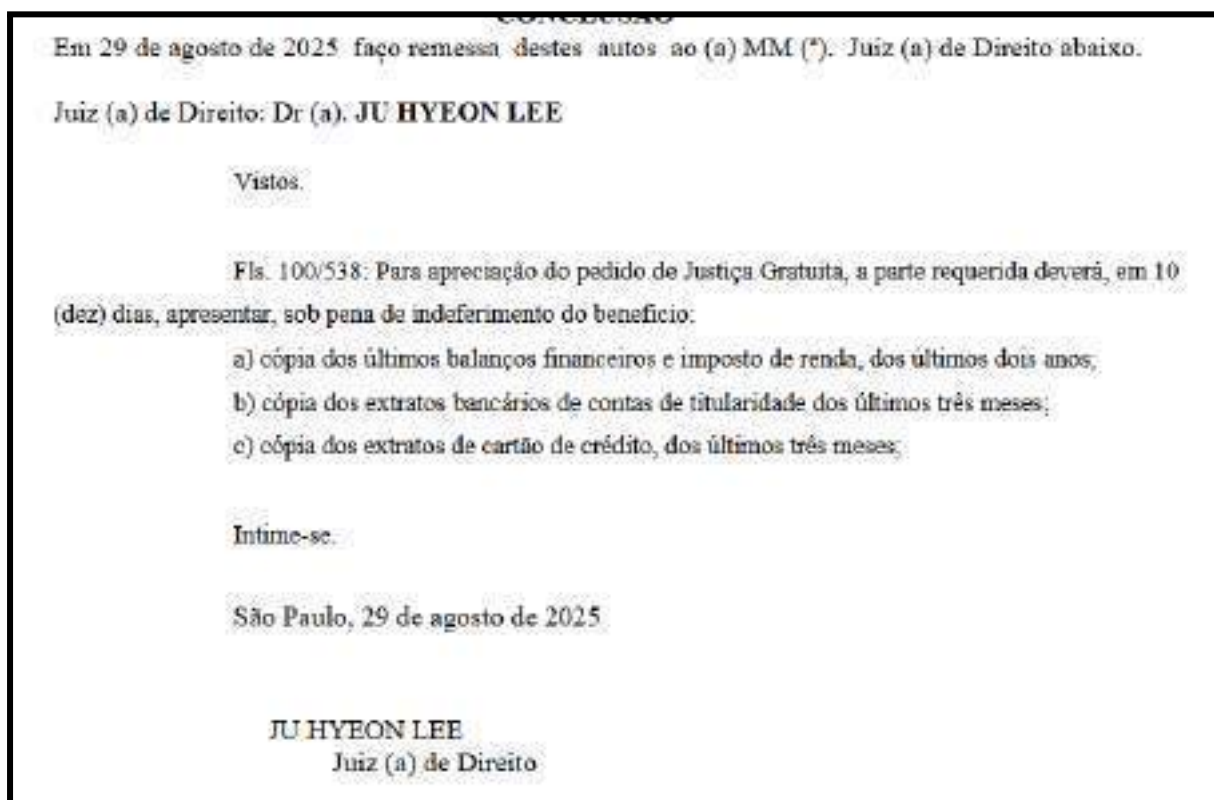
5. Nesta linha, após a efetiva prestação de serviço, a Credora informou que a Recuperanda deixou de adimplir os seus honorários relativos aos períodos de 10/2023 a 02/2024, confira-se:

ANEXO I – PLANILHA DE CÁLCULO		
CRÉDITOS VENCIDOS EM 2023 e 2024		
Período	Valor Original Devido	Valor Atualizado (IPCA) + juros
out/ 23	R\$ 38.400,00	R\$ 44.298,12
nov/ 23	R\$ 38.900,00	R\$ 44.363,94
dez/ 23	R\$ 26.200,00	R\$ 29.525,61
jan/ 24	R\$ 35.600,00	R\$ 39.529,13
fev/ 24	R\$ 2.800,00	R\$ 3.067,35
<b>Total</b>	<b>R\$ 141.900,00</b>	<b>R\$ 160.784,15</b>

*(Trechos extraídos dos autos n.º 1010278-63.2025.8.26.0003)*

6. Deste modo, em análise aos autos supramencionados, denota-se que o crédito pleiteado é concursal em sua totalidade, haja vista que consubstanciado em prestações de serviços ocorridas em datas anteriores à distribuição do pedido de recuperação judicial (09.04.2025).

7. Em prosseguimento, cumpre salientar que em 29.08.2025, foi proferida r. decisão pelo D. Juízo da 3ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara, determinando que a Recuperanda apresente documentos pertinentes ao pedido de justiça gratuita, no prazo de 10 dias, de modo que encontra-se em curso o prazo para manifestação da Recuperanda:



(Trechos extraídos dos autos n.º 1010278-63.2025.8.26.0003)

8. Destarte, urge mencionar que em análise pormenorizada dos autos supra indicados, foi possível constatar que **o feito pende de decisão definitiva**.

9. Desta feita, tendo em vista não haver crédito liquidado, a Administradora Judicial entende que o momento processual em que se encontra a Ação Monitória, não possibilita o acolhimento da presente divergência de crédito, visto que o valor devido, primeiramente,

deverá ser líquido e certo para que, posteriormente, seja habilitado, conforme inteligência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que firmou o seguinte entendimento acerca do assunto, veja-se:

*APELAÇÃO. Sentença que julgou extinta a execução, com fundamento no artigo 924, III, do CPC. Crédito da parte exequente é anterior à decretação da recuperação judicial, todavia, ilíquido. Recorrida reconheceu a quantia de R\$ 29.835,15 como devida e elencada na Lista de Credores da Recuperanda. Recorrente que, por sua vez, aduz que o crédito perseguido é de R\$ 97.818,78. Hipótese de incidência do artigo 6º, § 1º, da Lei 11.101/2005, segundo o qual "terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida". Em havendo controvérsia entre as partes em relação ao "quantum" devido, deverá, primeiramente, o crédito ser liquidado para correta apuração do valor a ser habilitado no processo de soerguimento. Sentença anulada. Recurso a que se dá parcial provimento.<sup>1</sup> (original sem grifos)*

\*\*\*

*APELAÇÃO - AÇÃO MONITÓRIA - Títulos de crédito - Cheques - Sentença de improcedência dos embargos - Constituição do título judicial - Insurgência recursal da embargante - Deferimento de processamento de pedido de recuperação judicial que não implica na extinção da ação monitória - Constituição de título executivo em favor do credor, para posterior submissão ao Juízo da Recuperação, se o caso - Sentença mantida - RECURSO DESPROVIDO.*<sup>2</sup> (original sem grifos)

<sup>1</sup> AP nº 10307171820138260100, TJSP, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. José Rubens Queiroz Gomes, j. 20.09.2019.

<sup>2</sup> TJ-SP - Apelação Cível: 10114217520218260020 São Paulo, Relator.: Ana Catarina Strauch, Data de Julgamento: 05/07/2024, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 05/07/2024



10. Portanto, conforme a documentação examinada, a Credora não demonstrou, de forma segura, a certeza inequívoca dos valores pretendidos, haja vista que ainda não houve a devida liquidação dos valores devidos pela Recuperanda em face da Credora na Ação Monitória em análise.

11. Não obstante, conforme petições acostados às fls. 2.440/2.442, 3.941/3.951 e 4.146/4.158, a Administradora Judicial realizou verificação prévia relativa aos créditos detidos pelos prestadores de serviço médico, com base na documentação apresentada pela Recuperanda, oportunidade em que se identificou o montante de R\$ 230.741,19 (duzentos e trinta mil, setecentos e quarenta e um reais e dezenove centavos), já devidamente atualizados até a data da recuperação judicial, veja-se:

AGMV SERVICOS MEDICOS	R\$ 1.318,47
AKITA SERVICOS MEDICOS	R\$ 230.741,19
ALL CARE SERVICOS MEDICOS E	R\$ 1.031,73

*(trecho extraído à fl. 3.943)*

12. Desta forma, em razão da ausência de decisão judicial de mérito na referida ação monitória, de rigor a rejeição do pleito de retificação de crédito, mantendo-se o valor apurado pela *Expert* na verificação prévia de fls. 4.146/4.158.

13. Por fim, destaca-se que credora foi arrolada na Relação de Credores apresentada pela Recuperanda às fls. 1.908/1.935 na classe subquirografária. No entanto, em razão da ausência de previsão legal para tal classe na recuperação judicial, a Administradora Judicial entende necessária a reclassificação do crédito.

14. Neste sentido, urge consignar que o crédito titularizado pela Credora possui natureza direta na prestação de serviço médico-hospitalar, tratando-se, portanto, de verba de natureza estritamente alimentar, correspondente à contraprestação dos serviços prestados.

15. Assim, em que pese a relação contratual tenha se dado por meio de pessoas jurídicas, assemelha-se à qualificação de profissional liberal, a quem a jurisprudência pátria confere aos seus honorários a mesma classificação, no âmbito da recuperação judicial, dos créditos

decorrentes da Justiça do Trabalho, tendo em vista sua natureza alimentar, confira-se:

*AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - HONORÁRIOS - CRÉDITO TRABALHISTA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, AMPARADA NA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO STJ, DEU PROVIMENTO AO RECLAMO. INCONFORMISMO DA RECUPERANDA. 1. O tratamento dispensado aos honorários devidos a profissionais liberais - no que se refere à sujeição ao plano de recuperação judicial - deve ser o mesmo conferido aos créditos de origem trabalhista, em virtude de ambos ostentarem natureza alimentar. Aplicação da Súmula 83 do STJ. 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, em se tratando de crédito trabalhista por equiparação, as Turmas de Direito Privado firmaram o entendimento de que é possível, por deliberação da AGC, a aplicação do limite previsto no art. 83, I, da Lei 11.101/2005 às empresas em recuperação judicial, desde que devida e expressamente previsto pelo plano de recuperação judicial, instrumento adequado para dispor sobre forma de pagamento das dívidas da empresa em soerguimento (princípio da preservação da empresa). Aplicação da Súmula 83 do STJ. 3. Agravo interno desprovido.<sup>3</sup>*

\*\*\*

*Agravo de instrumento – Recuperação judicial – Decisão que julgou improcedente impugnação de crédito – Inconformismo das recuperandas – Crédito decorrente de serviços prestados pelo habilitante na qualidade de médico – Crédito de natureza alimentar e, como tal, equiparável aos trabalhistas para fins de classificação em recuperação judicial – Precedentes jurisprudenciais – Decisão mantida – Recurso desprovido.<sup>4</sup>*

\*\*\*

<sup>3</sup>STJ - REsp n. 1.851.770/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 18/2/2020, DJe de 20/2/2020.

<sup>4</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 21770478720248260000 São Paulo, Relator.: Maurício Pessoa, Data de Julgamento: 17/10/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 17/10/2024

*Recuperação Judicial – Crédito referente a prestação de serviços médicos – Titularidade de sociedade simples composta por médico e cônjuge, atuante na administração de consultório - Verba de natureza alimentar análoga a salário, mesmo que atribuído a pessoa jurídica – Precedente do STJ – Inclusão na Classe I (Trabalhistas) – Decisão reformada – Recurso provido.*<sup>5</sup>

16. Desta forma, a Administradora Judicial **entende** que o crédito deverá ser reclassificado, para que passe a constar na classe trabalhista.

## CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado pela Akita Serviços Médicos Integrados Ltda, para em harmonia com as disposições inseridas na LFR, **manter** o crédito apurado na verificação prévia de fls. 4.146/4.158, pelo valor de R\$ 230.741,19 (duzentos e trinta mil, setecentos e quarenta e um reais e dezenove centavos).

**Titular do Crédito:** Akita Serviços Médicos Integrados Ltda

**Valor do Crédito:** R\$ 230.741,19

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

<sup>5</sup> TJ-SP - AI: 22401865220208260000 SP 2240186-52.2020.8 .26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 27/11/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 27/11/2020.

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Asgastro Medicina Especializada Ltda.
<b>CPF/CNPJ</b>	29.714.341/0001-00
<b>Tipo do Requerimento</b>	<b>DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO</b>

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pelas Recuperandas</b>	<b>Classificação do crédito declarado pelas Recuperandas</b>
R\$ 117.665,31	Subquirográfario

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 108.940,00 (Notas Fiscais) e Valor dos Repasses	-

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
<b>i</b>	Pedido de Divergência
<b>ii</b>	Contrato de Cessão de Uso de instalações e equipamentos hospitalares e seus aditivos
<b>iii</b>	Notas Fiscais em PDF e Word
<b>iv</b>	Documentos em Word descrevendo as notas fiscais e títulos
<b>v</b>	Notas Fiscais

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de divergência de crédito, apresentado via *e-mail*, por meio do qual a Credora *Asgastro Medicina Especializada Ltda.*, requer a retificação de seu crédito da relação de credores, para constar pela monta de R\$ 108.940,00 (cento e oito mil, novecentos e quarenta reais) referente às notas fiscais em aberto, além dos valores referentes a transplantes de medula óssea, os quais, informam que os valores não foram repassados por emissão de notas fiscais.
2. Assim, têm-se que, em síntese, o crédito em testilha advém da prestação de serviços de médicos à Recuperanda.
3. Para corroborar o seu pleito, a Credora apresentou diversas notas fiscais, trocas de e-mails com a devedora e entre outros.
4. Diante da origem diversa de lastros, a Administradora Judicial passa a se manifestar, individualmente, acerca de cada um desses créditos.

- **Notas Fiscais em aberto**

5. Aduz a Credora que as notas fiscais em aberto são 10 (dez), sendo elas: 202, 208, 217, 222, 230, 234, 237, 244, 247 e 255, as quais totalizam o valor de R\$ 108.940,00 (cento e oito mil, novecentos e quarenta reais), veja-se:

Até o mês de maio de 2022 as notas eram emitidas e pagas no mesmo mês. A partir de junho de 2022 os valores passaram a ser pagos com atraso, inicialmente divididos em 2 parcelas no mesmo mês e posteriormente em meses diferentes, sendo orientado pelo hospital a manter a emissão de notas mensais. Diante disso, seguindo uma ordem cronológica na emissão das notas e respectivos pagamentos, as notas que não foram pagas foram as seguintes: 202, 208, 217, 222, 230, 234, 237, 244, 247 e 255.

Valor total devido referente a notas já emitidas e pagas impostos, 9 de R\$ 12.000,00 + 1 de R\$ 940,00 = R\$ 108.940,00.

1) referente a notas já emitidas:

- No período de setembro de 2022 a fevereiro de 2025, foram emitidas 30 notas de R\$ 12.000,00 e 1 nota de R\$ 940,00, no total de R\$ 369.940,00.

Notas em anexo.

- Valores recebidos (muitas vezes divididos em meses diferentes, sem poder saber quais notas foram devidamente pagas) = R\$ 262.000,00

- Valor total devido = R\$ 108.940,00.

**(Trechos extraídos dos documentos encaminhados)**

Título	Emissão	Vencimento	Valor	Natureza
202	06.06.2024	Não informado	R\$ 12.000,00	Concursal
208	02.07.2024	Não informado	R\$ 12.000,00	Concursal
217	15.08.2024	Não informado	R\$ 12.000,00	Concursal
222	03.09.2024	Não informado	R\$ 12.000,00	Concursal
230	05.10.2024	Não informado	R\$ 12.000,00	Concursal
234	22.10.2024	Não informado	R\$ 940,00	Concursal
237	11.11.2024	Não informado	R\$ 12.000,00	Concursal
244	07.12.2024	Não informado	R\$ 12.000,00	Concursal
247	02.01.2025	Não informado	R\$ 12.000,00	Concursal
255	13.02.2025	Não informado	R\$ 12.000,00	Concursal
		TOTAL	R\$ 108.940,00	

6. Nesta senda, insta consignar que a credora encontra-se arrolada na Relação de Credores apresentada pela Recuperanda pelo valor de **R\$ 117.665,31 (cento e dezessete mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos)** veja-se:

17	ASGASTRO MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA	29.714.341/0001-00	RUA URANO, Nº 35 C
----	--------------------------------------	--------------------	--------------------

\*\*\*

<a href="mailto:pedro@asgastro.com">pedro@asgastro.com</a>	Prestação de Serviço	212.03.001	R\$	117.665,31
<a href="mailto:felemoura@yahoo.com.br">felemoura@yahoo.com.br</a>	Prestação de Serviço	212.03.001	R\$	117.665,31
<a href="mailto:assistencieneuocirurgica@hotmail.com">assistencieneuocirurgica@hotmail.com</a>	Prestação de Serviço	212.03.001	R\$	100.236,94

*(Trecho extraído à fl. 1.928)*

7. Pois bem. Ao analisar os documentos apresentados pela Credora, a Administradora Judicial pôde constatar que as notas fiscais não possuem assinaturas, não tendo sido encaminhado nenhum documento que comprove a prestação de serviço. Observe-se:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NFS-e		Número do NFS-e 00000234 Data e Hora de Emissão 22/10/2024 17:36:47 Código de Verificação JSLT-78NN										
<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b> CNPJ nº: 20.14.3410001-00 Inscrição Municipal: 5.901.817-4 Nome/Razão Social: ASBASTRO MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA Endereço: R. URUGUAI, 300 - JI - ADIMACAO - CEP: 04268-000 Município: São Paulo												
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b> Nome/Razão Social: SOC BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ CNPJ nº: 06.962.060001-71 Inscrição Municipal: 1.136.415-8 Endereço: R. SANTA CRUZ 390 - VILA MARINHA - CEP: 04120-000 Município: São Paulo												
<b>INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS</b> CNPJ nº: — Nome/Razão Social: —												
<b>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS</b> Prestação de serviços médicos, atendimento e consultoria de especialidade e TMS - SCS, FARMACIA (SNC) - RUA SCS - CEP: 04268-000. Declaração: este é uma cópia da NF, para fins de comprovação de entrega de mercadorias e prestações de serviços, de que trata o Art. 210 do Decreto nº 13.685, de 08/05/1993 e o Art. 129, inciso III do Estatuto da Receita Federal nº 97.912 de 12/11/2019, que os serviços são prestados por profissionais regulamentados por legislação Federal, sendo os serviços de saúde, com o objetivo de atendimento de saúde.												
<b>VALOR TOTAL DO SERVIÇO = R\$ 12.000,00</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th>SUBST.</th> <th>IMP. ST</th> <th>ICMS ST</th> <th>COTAC. ST</th> <th>PORCENT. ST</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0000 - Medicamento e material</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> </tr> </tbody> </table>			SUBST.	IMP. ST	ICMS ST	COTAC. ST	PORCENT. ST	0000 - Medicamento e material	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBST.	IMP. ST	ICMS ST	COTAC. ST	PORCENT. ST								
0000 - Medicamento e material	0,00	0,00	0,00	0,00								
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b> (1) Esta NF-e foi emitida com base no Art. 14, § 1º do Decreto nº 13.685/2019. (2) Documento emitido por NF-e em PDF assinado pelo Signatário.												

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NFS-e		Número do NFS-e 00000237 Data e Hora de Emissão 11/11/2024 21:18:47 Código de Verificação M99Q-4J2P										
<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b> CNPJ nº: 20.14.3410001-00 Inscrição Municipal: 5.901.817-4 Nome/Razão Social: ASBASTRO MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA Endereço: R. URUGUAI, 300 - JI - ADIMACAO - CEP: 04268-000 Município: São Paulo												
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b> Nome/Razão Social: SOC BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ CNPJ nº: 06.962.060001-71 Inscrição Municipal: 1.136.415-8 Endereço: R. SANTA CRUZ 390 - VILA MARINHA - CEP: 04120-000 Município: São Paulo												
<b>INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS</b> CNPJ nº: — Nome/Razão Social: —												
<b>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS</b> Prestação de serviços médicos, atendimento e consultoria de especialidade e TMS - SCS, FARMACIA (SNC) - RUA SCS - CEP: 04268-000. Declaração: este é uma cópia da NF, para fins de comprovação de entrega de mercadorias e prestações de serviços, de que trata o Art. 210 do Decreto nº 13.685, de 08/05/1993 e o Art. 129, inciso III do Estatuto da Receita Federal nº 97.912 de 12/11/2019, que os serviços são prestados por profissionais regulamentados por legislação Federal, sendo os serviços de saúde, com o objetivo de atendimento de saúde.												
<b>VALOR TOTAL DO SERVIÇO = R\$ 12.000,00</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th>SUBST.</th> <th>IMP. ST</th> <th>ICMS ST</th> <th>COTAC. ST</th> <th>PORCENT. ST</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0000 - Medicamento e material</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> </tr> </tbody> </table>			SUBST.	IMP. ST	ICMS ST	COTAC. ST	PORCENT. ST	0000 - Medicamento e material	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBST.	IMP. ST	ICMS ST	COTAC. ST	PORCENT. ST								
0000 - Medicamento e material	0,00	0,00	0,00	0,00								
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b> (1) Esta NF-e foi emitida com base no Art. 14, § 1º do Decreto nº 13.685/2019. (2) Documento emitido por NF-e em PDF assinado pelo Signatário.												



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		Número do Documento 00000252		
NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NFS-e		Data e Hora de Emissão 09/09/2025 08:12:31		
Código de Verificação R9H8-ZLGR				
<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b>				
CNPJ: 26.714.341/0001-00 Inscrição Municipal: 6.961.817-4				
Razão Social: ASSAETRO MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA Endereço: R. LUIZ JOSÉ DE SOUZA, 21 - ACIMACAO - CEP: 04528-010 Município: São Paulo UF: SP				
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b>				
Razão Social: SOC. OMBRELA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ CNPJ: 06.602.096/0001-11 Inscrição Municipal: 1.158.475-6				
Endereço: R. SANTA CRUZ 300 - VILA MARINA - CEP: 04123-000 Município: São Paulo UF: SP E-mail: FISCAL@HOSPITALSANTACRUZ.COM.BR				
<b>INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS</b>				
CNPJ: - Razão Social: -				
<b>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS</b>				
Prestação de Serviço Médico referente à Consultoria de Hematologia e TMO - Des. Fernando LARA MOTA GALLO - CRM 55.512.				
Declaração: sob a pena de lei, sob pena de suspensão de prestação de consultoria, por parte do prestador de serviços, de que trata o art. 113 do Decreto nº 1848, de 04/05/1999, o art. 123 do Lei nº 121 de 13/11/2019, que se declara não possuir vínculo empregatício com o tomador de serviços, nem a intenção de empregá-lo no futuro.				
<b>VALOR TOTAL DO SERVIÇO = R\$ 12.000,00</b>				
ISS (R\$)	IRPJ (R\$)	COS (R\$)	COTAX (R\$)	PORCENTO (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>				
(1) Esta NFS-e foi emitida com base no valor de R\$ 12.000,00. (2) Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.				

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		Número do Documento 00000208		
NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NFS-e		Data e Hora de Emissão 02/07/2024 20:48:55		
Código de Verificação OLVF-CHRO				
<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b>				
CNPJ: 26.714.341/0001-00 Inscrição Municipal: 6.961.817-4				
Razão Social: ASSAETRO MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA Endereço: R. LUIZ JOSÉ DE SOUZA, 21 - ACIMACAO - CEP: 04528-010 Município: São Paulo UF: SP				
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b>				
Razão Social: SOC. OMBRELA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ CNPJ: 06.602.096/0001-11 Inscrição Municipal: 1.158.475-6				
Endereço: R. SANTA CRUZ 300 - VILA MARINA - CEP: 04123-000 Município: São Paulo UF: SP E-mail: FISCAL@HOSPITALSANTACRUZ.COM.BR				
<b>INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS</b>				
CNPJ: - Razão Social: -				
<b>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS</b>				
Prestação de Serviço Médico referente à Consultoria de Hematologia e TMO - Des. Fernando LARA MOTA GALLO - CRM 55.512.				
Declaração: sob a pena de lei, sob pena de suspensão de prestação de consultoria, por parte do prestador de serviços, de que trata o art. 113 do Decreto nº 1848, de 04/05/1999, o art. 123 do Lei nº 121 de 13/11/2019, que se declara não possuir vínculo empregatício com o tomador de serviços, nem a intenção de empregá-lo no futuro.				
<b>VALOR TOTAL DO SERVIÇO = R\$ 12.000,00</b>				
ISS (R\$)	IRPJ (R\$)	COS (R\$)	COTAX (R\$)	PORCENTO (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>				
(1) Esta NFS-e foi emitida com base no valor de R\$ 12.000,00. (2) Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.				

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		Número do Documento 00000247		
NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NFS-e		Data e Hora de Emissão 02/01/2025 11:28:18		
Código de Verificação JWVJ-GRXA				
<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b>				
CNPJ: 26.714.341/0001-00 Inscrição Municipal: 6.961.817-4				
Razão Social: ASSAETRO MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA Endereço: R. LUIZ JOSÉ DE SOUZA, 21 - ACIMACAO - CEP: 04528-010 Município: São Paulo UF: SP				
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b>				
Razão Social: SOC. OMBRELA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ CNPJ: 06.602.096/0001-11 Inscrição Municipal: 1.158.475-6				
Endereço: R. SANTA CRUZ 300 - VILA MARINA - CEP: 04123-000 Município: São Paulo UF: SP E-mail: FISCAL@HOSPITALSANTACRUZ.COM.BR				
<b>INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS</b>				
CNPJ: - Razão Social: -				
<b>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS</b>				
Prestação de Serviço Médico referente à Consultoria de Hematologia e TMO - Des. Fernando LARA MOTA GALLO - CRM 55.512.				
Declaração: sob a pena de lei, sob pena de suspensão de prestação de consultoria, por parte do prestador de serviços, de que trata o art. 113 do Decreto nº 1848, de 04/05/1999, o art. 123 do Lei nº 121 de 13/11/2019, que se declara não possuir vínculo empregatício com o tomador de serviços, nem a intenção de empregá-lo no futuro.				
<b>VALOR TOTAL DO SERVIÇO = R\$ 12.000,00</b>				
ISS (R\$)	IRPJ (R\$)	COS (R\$)	COTAX (R\$)	PORCENTO (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>				
(1) Esta NFS-e foi emitida com base no valor de R\$ 12.000,00. (2) Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.				

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		Número do Documento 00000255		
NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NFS-e		Data e Hora de Emissão 13/02/2025 12:38:26		
Código de Verificação R9S2-AMYE				
<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b>				
CNPJ: 26.714.341/0001-00 Inscrição Municipal: 6.961.817-4				
Razão Social: ASSAETRO MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA Endereço: R. LUIZ JOSÉ DE SOUZA, 21 - ACIMACAO - CEP: 04528-010 Município: São Paulo UF: SP				
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b>				
Razão Social: SOC. OMBRELA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ CNPJ: 06.602.096/0001-11 Inscrição Municipal: 1.158.475-6				
Endereço: R. SANTA CRUZ 300 - VILA MARINA - CEP: 04123-000 Município: São Paulo UF: SP E-mail: FISCAL@HOSPITALSANTACRUZ.COM.BR				
<b>INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS</b>				
CNPJ: - Razão Social: -				
<b>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS</b>				
Prestação de Serviço Médico referente à Consultoria de Hematologia e TMO - Des. Fernando LARA MOTA GALLO - CRM 55.512.				
Declaração: sob a pena de lei, sob pena de suspensão de prestação de consultoria, por parte do prestador de serviços, de que trata o art. 113 do Decreto nº 1848, de 04/05/1999, o art. 123 do Lei nº 121 de 13/11/2019, que se declara não possuir vínculo empregatício com o tomador de serviços, nem a intenção de empregá-lo no futuro.				
<b>VALOR TOTAL DO SERVIÇO = R\$ 12.000,00</b>				
ISS (R\$)	IRPJ (R\$)	COS (R\$)	COTAX (R\$)	PORCENTO (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>				
(1) Esta NFS-e foi emitida com base no valor de R\$ 12.000,00. (2) Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.				

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

00000244

07/12/2024 19:22:19

NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NFS-e

**PRESTADOR DE SERVIÇOS**

EMPRESA: 08.114.341/0001-00  
RUA: ASSAÍDO MEDINA ESPECIALIZADA LTDA  
CNPJ: 08.114.341/0001-00  
Município: São Paulo

**TOMADOR DE SERVIÇOS**

EMPRESA: 006.580.000/01-11  
RUA: R. SANTA CRUZ 381 - VILA MARIANA - CEP: 04123-000  
Município: São Paulo

**INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS**

EMPRESA: 006.580.000/01-11  
RUA: R. SANTA CRUZ 381 - VILA MARIANA - CEP: 04123-000  
Município: São Paulo

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Descrição de serviços médicos, odontológicos e de diagnóstico por imagem, realizados em consultório particular, sob a forma de honorários, com a finalidade de diagnóstico e tratamento de doenças, conforme a legislação vigente.

**VALOR TOTAL DO SERVIÇO = R\$ 12.000,00**

CODIGO	DESCRICAO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
00000000	Serviço de diagnóstico e tratamento de doenças	1	12.000,00	12.000,00

**OUTRAS INFORMAÇÕES**

(1) Esta NFS-e foi emitida em conformidade com a Lei nº 12.000/2006. (2) Documento emitido por ME ou EPP, sujeito ao Simples Nacional.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

00000217

09/09/2024 14:57:48

NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NFS-e

**PRESTADOR DE SERVIÇOS**

EMPRESA: 08.114.341/0001-00  
RUA: ASSAÍDO MEDINA ESPECIALIZADA LTDA  
CNPJ: 08.114.341/0001-00  
Município: São Paulo

**TOMADOR DE SERVIÇOS**

EMPRESA: 006.580.000/01-11  
RUA: R. SANTA CRUZ 381 - VILA MARIANA - CEP: 04123-000  
Município: São Paulo

**INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS**

EMPRESA: 006.580.000/01-11  
RUA: R. SANTA CRUZ 381 - VILA MARIANA - CEP: 04123-000  
Município: São Paulo

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Descrição de serviços médicos, odontológicos e de diagnóstico por imagem, realizados em consultório particular, sob a forma de honorários, com a finalidade de diagnóstico e tratamento de doenças, conforme a legislação vigente.

**VALOR TOTAL DO SERVIÇO = R\$ 12.000,00**

CODIGO	DESCRICAO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
00000000	Serviço de diagnóstico e tratamento de doenças	1	12.000,00	12.000,00

**OUTRAS INFORMAÇÕES**

(1) Esta NFS-e foi emitida em conformidade com a Lei nº 12.000/2006. (2) Documento emitido por ME ou EPP, sujeito ao Simples Nacional.

8. Assim sendo, em que pese a credora não ter encaminhado nenhum documento que comprove a prestação de serviço, entende-se a *Expert* que o valor fora contemplado na relação creditícia, diante da proximidade da quantia, havendo então, confissão expressa pela própria Recuperanda referente às notas fiscais pleiteadas, desse modo a Administradora Judicial **entende** que houve a devida comprovação, ante a bilateralidade e por ser fato não controverso, estando em consonância com o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, veja-se:

*“Agravado de instrumento - Recuperação judicial - Impugnação de crédito - Decisão agravada que determinou que a credora apresentasse, no prazo de 10 dias, os documentos solicitados pelo administrador judicial, a fim de demonstrar o inadimplemento das recuperandas, em relação aos instrumentos de confissão de dívida - Inconformismo - Acolhimento - Inexistência de controvérsia quanto ao inadimplemento dos valores previstos nos instrumentos de confissão de dívida*

celebrado entre as partes - Recuperandas que reconhecem, tanto nos autos de origem, como em contraminuta, a pretensão da credora - Notas fiscais e instrumentos de confissão de dívida que lastreiam o presente incidente que foram devidamente juntados pela credora nos autos de origem - Comunicação eletrônica entre as partes, em que o departamento financeiro das recuperandas reconhecem o inadimplementos das mencionadas notas fiscais, assim como dos contratos de confissão de dívida - Documentos apresentados que são aptos a demonstrar tanto a existência do crédito, como a sua origem - Desnecessidade de juntada de novos documentos - Decisão reformada - Recurso provido.”  
<sup>1</sup>(original sem grifos).

9. Nesse sentido, conforme se verifica, a emissão dos títulos retromencionadas se deram todas em data anterior à distribuição da Recuperação Judicial (**09.04.2025**), têm-se que os créditos atinentes são concursal.

10. Desta forma, a Administradora Judicial procedeu à adequação do valor, a fim de apurar o *quantum* efetivamente devido, a contar da data de emissão de cada título, ante a ausência de informação quanto aos vencimentos em cada Nota Fiscal, oportunidade em que identificou a seguinte quantia:

Termo Final Atualiz.	09/04/2025			
Atualização	TJSP SELIC			
SALDO DEVEDOR EM 09/04/2025				R\$ 63.370,24
Observação	Data Base Atualiz.	Valor Principal	Atualiz. TJSP SELIC	Saldo devedor Atualiz.
230	05.10.2024	R\$ 12.000,00	5,918086%	R\$ 12.710,17
234	22.10.2024	R\$ 940,00	5,382932%	R\$ 990,60
237	11.11.2024	R\$ 12.000,00	4,793128%	R\$ 12.575,18
244	07.12.2024	R\$ 12.000,00	4,055876%	R\$ 12.486,71
247	02.01.2025	R\$ 12.000,00	3,247194%	R\$ 12.389,66

<sup>1</sup> TJ-SP - AI: 22935258620218260000 SP 2293525-86.2021.8.26.0000, Relator: Grava Brazil, Data de Julgamento: 31/03/2022, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 31/03/2022.

255	13.02.2025	R\$ 12.000,00	1,816084%	R\$ 12.217,93
-----	------------	---------------	-----------	---------------

DESCRIÇÃO	PRIMEIRO PERÍODO	SEGUNDO PERÍODO
Termo Final Atualiz.	01/10/2024	09/04/2025
Termo Final Mora	01/10/2024	01/10/2024
Atualização	TJSP	TJSP SELIC
Juros Mora a.m	LEGAIS	

SALDO DEVEDOR EM 09/04/2025							R\$ 52.324,74
Observação	Data Base Atualiz.	Data Base Mora	Valor Principal	Atualiz. TJSP	Atualiz. TJSP SELIC	Juros Mora LEGAIS a.m	Saldo devedor Atualiz.
202	06.06.2024	06.06.2024	R\$ 12.000,00	0,832530%	6,04%	3,833333%	R\$ 13.323,14
208	02.07.2024	02.07.2024	R\$ 12.000,00	0,581078%	6,04%	2,96667%	R\$ 13.178,98
217	15.08.2024	15.08.2024	R\$ 12.000,00	0,320246%	6,04%	1,533333%	R\$ 12.961,83
222	03.09.2024	03.09.2024	R\$ 12.000,00	0,130000%	6,04%	0,933333%	R\$ 12.860,79

SOMATÓRIA	R\$ 63.370,24
	R\$ 52.324,74
	<b>R\$ 115.694,98</b>

11. Deste modo, os valores atinentes às notas fiscais alhures, perfaz o montante de **R\$ 115.694,98** (cento e quinze mil, seiscientos e noventa e quatro reais e noventa e oito centavos).

**- Valores referentes a transplantes de medula óssea**

12. Dando-se seguimento, ainda alega a credora que, além dos valores que foram objeto de cobrança através das Notas Fiscais, ainda há em aberto os valores derivados de 02 (dois) transplantes de médula óssea, sendo: **(i)** Agosto 2023 - n. at. 4411149 e **(ii)** Maio 2024 - n. at. 4584038, veja-se:

2) referente a cobranças sem nota:  
 - Foram realizados 2 transplantes de medula óssea, cujos valores não foram repassados para emissão de nota fiscal, conforme discriminado abaixo:  
 - Agosto 2023 - n. at. 4411149 (Cruz Azul)  
 - Maio 2024 - n. at. 4584038 - paciente José Ricardo Mauf (Prevent Senior).



13. Pois bem. Neste ínterim, cumpre salientar que, embora a credora tenha encaminhado as notas fiscais, bem como o contrato de cessão de uso de instalação e equipamento hospitalares n.º 12542/21, firmado em 2022, no qual constam os valores a serem repassados, **não** foi apresentado nenhum documento apto a demonstrar as horas efetivamente trabalhadas ou, eventualmente, a quantidade de coletas realizadas, veja-se:

**TERMO DE ADITIVO Nº 1 AO  
CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE INSTALAÇÕES E  
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES Nº 1254/21**

Pelo presente instrumento, de um lado,

**SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ**, mantenedora do **HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 60.552.098/0001-11, com sede na Rua Santa Cruz, nº 398, Vila Mariana, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, neste ato representada nos termos dos seus atos constitutivos, doravante denominada "**SANTA CRUZ**", e do outro lado:

**ASGASTRO MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 29.714.341/0001-00, com sede na Rua Urano, nº 35, conj. 21, Aclimação, São Paulo/SP, CEP 01529-010, neste ato representada por sua sócia **Dra. Fernanda Lemos Moura Gallo**, brasileira, casada, médica, inscrito no CRM/SP 96572, portadora do RG nº 532852515 SSP/SP, CPF sob nº 043.659.247-96, residente e domiciliada nesta Capital, na sede social acima mencionada, doravante denominada "**ASGASTRO**".

\*\*\*

**CLÁUSULA 1ª** – Considerando a negociação das partes referente aos honorários médicos do repasse, altera-se a **CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO DO SANTA CRUZ**, que passará a vigorar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE**

**6.1.** O **SANTA CRUZ** pagará a **ASGASTRO** o valor de **R\$ 120,00** (cento e vinte reais), pelos honorários médicos de consultas ambulatoriais onco-hematológicas e interconsultas em onco-hematologia.

**6.2.** O **SANTA CRUZ** pagará a **ASGASTRO** pela coleta do material para os exames de Mielograma e Biópsia de Medula Óssea o valor de **R\$ 150,00** (cento e cinquenta reais)

\*\*\*

**CLÁUSULA 2ª** Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato não expressamente alteradas pelo presente aditivo, passando este a fazer parte integrante do contrato, para todos os fins e efeitos de direito.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, com duas testemunhas.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2022.

 DocuSigned by <b>Mario Sato</b> SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ Mario Sato Diretor Presidente	 DocuSigned by <b>Marcelo Tsuji</b> SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ Marcelo Tsuji Diretor Executivo
 DocuSigned by <b>Fernanda Lemos Moura Gallo</b> ASGASTRO MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA Fernanda Lemos Moura Gallo	

**(Trechos extraídos dos contratos)**

14. Sendo assim, denota-se que os documentos apresentados pela Credora, **não** possuem o condão de demonstrar, efetivamente, os valores em aberto junto à Recuperanda, referente à tais procedimentos.

15. Urge salientar que cabe ao habilitante apresentar todos os documentos necessários para a validação do crédito que se busca habilitar e/ou retificar, sendo este o entendimento da jurisprudência do E. Tribunal e Justiça de São Paulo, *in verbis*:

*Recuperação Judicial – Habilitação de crédito retardatária – Decreto de extinção sem apreciação de mérito – Gratuidade processual requerida em segunda instância – Deferimento para processamento deste recurso, diante da presunção prevista no artigo 99, § 3º do CPC/2015 – Afirmada atuação como representante comercial, a partir de ajuste verbal – Apresentação de mensagens eletrônicas e planilha – **Ausência de uma base documental mínima, não se prestando o ajuizamento de uma habilitação para que seja obtida uma condenação apta a dotar um crédito de certeza e liquidez** – Inviabilidade de ser promovido um arbitramento da remuneração do recorrente, dados os limites de cognição e a finalidade deste incidente - Deficiência grave do pleito formulado – Inadequação – Falta de*

*interesse de agir - Extinção confirmada – Recurso desprovido.*<sup>2</sup>

*HABILITAÇÃO DE CRÉDITO (RECUPERAÇÃO JUDICIAL) – Decisão judicial que rejeitou o incidente de habilitação de crédito, ponderando que a falta de título executivo líquido e certo impede a habilitação pretendida, e que o incidente em questão não goza de atributos amplos instrutórios de modo a permitir a comprovação do crédito – Alegação de que constou na lista de credores desde a propositura da demanda recuperacional, de forma que a própria recorrida já declarou o recorrente como credor; e que os documentos que apresentou constando a relação completa, é suficiente para atestar o seu crédito, nos termos do art. 9º, inc. III da Lei n. 11.101/05 – Descabimento – Crédito do agravante oriundo de demanda de rescisão contratual, que ainda não é dotado de liquidez, certeza e exigibilidade, devendo permanecer no juízo comum até a liquidação – Inteligência do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/05 – Demanda não finalizada – Necessidade de preenchimento dos requisitos previstos no inc. II e II o art. 9º da Lei n. 11.101/05, ainda que o crédito tenha sido indicado também pela recuperanda – Cabia ao agravante buscar a reserva do crédito nos termos do § 3º do art. 6º da Lei n. 11.101/05, ou aguardar a liquidez de seu crédito para buscar a habilitação – Decisão mantida – Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Negam provimento ao recurso*<sup>3</sup>.

16. Todavia, conforme petições acostados às fls. 2.440/2.442, 3.941/3.951 e 4.146/4.158, a Administração Judicial realizou verificação prévia relativa aos créditos detidos pelos prestadores de serviço médico, com base em documentação apresentada pela Recuperanda, oportunidade em que se identificou a existência do montante de **R\$ 51.552,46** (cinquenta e um mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e quarenta e seis centavos) referente aos **repasses em aberto** que não foram objeto de cobranças por meio de NFs, já devidamente atualizados

<sup>2</sup> TJ-SP - AI: 20351857020208260000 SP 2035185-70.2020.8 .26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 11/05/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 11/05/2020

<sup>3</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 2111648-14.2024.8.26 .0000 Bauru, Relator.: Ricardo Negrão, Data de Julgamento: 16/05/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 16/05/2024



até a data da recuperação judicial, veja-se:

ASGASTRO MEDICINA	R\$ 51.552,46
-------------------	---------------

*(trecho extraído à fl. 4.148)*

17. Desta forma, em razão da ausência de comprovação do crédito referente às operações de medula óssea, é de rigor a rejeição do pleito de retificação dos valores, mantendo-se os valores previstos na verificação prévia de fls. 4.146/4.158.

18. Assim, o valor total perfaz:

<b>SOMATÓRIA</b>	R\$ 115.694,98
	R\$ 51.552,46
	<b>R\$ 167.247,44</b>

**- Da reclassificação do crédito**

19. Por fim, destaca-se que credora foi arrolada na Relação de Credores apresentada pela Recuperanda às fls. 1.908/1.935 na classe subquirografária. No entanto, em razão da ausência de previsão legal para tal classe na recuperação judicial, a Administradora Judicial entende necessária a reclassificação do crédito.

20. Neste sentido, urge consignar que o crédito titularizado pela Credora possui natureza direta na prestação de serviço médico-hospitalar, tratando-se, portanto, de verba de natureza estritamente alimentar, correspondente à contraprestação dos serviços prestados.

21. Assim, em que pese a relação contratual tenha se dado por meio de pessoas jurídicas, assemelha-se à qualificação de profissional liberal, a quem a jurisprudência pátria confere aos seus honorários a mesma classificação, no âmbito da recuperação judicial, dos créditos decorrentes da Justiça do Trabalho, tendo em vista sua natureza alimentar, confira-se:

*AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO  
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE*

*INSTRUMENTO NA ORIGEM - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - HONORÁRIOS - CRÉDITO TRABALHISTA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, AMPARADA NA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO STJ, DEU PROVIMENTO AO RECLAMO. INCONFORMISMO DA RECUPERANDA. 1. O tratamento dispensado aos honorários devidos a profissionais liberais - no que se refere à sujeição ao plano de recuperação judicial - deve ser o mesmo conferido aos créditos de origem trabalhista, em virtude de ambos ostentarem natureza alimentar. Aplicação da Súmula 83 do STJ. 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, em se tratando de crédito trabalhista por equiparação, as Turmas de Direito Privado firmaram o entendimento de que é possível, por deliberação da AGC, a aplicação do limite previsto no art. 83, I, da Lei 11.101/2005 às empresas em recuperação judicial, desde que devida e expressamente previsto pelo plano de recuperação judicial, instrumento adequado para dispor sobre forma de pagamento das dívidas da empresa em soerguimento (princípio da preservação da empresa). Aplicação da Súmula 83 do STJ. 3. Agravo interno desprovido.<sup>4</sup>*

\*\*\*

*Agravo de instrumento – Recuperação judicial – Decisão que julgou improcedente impugnação de crédito – Inconformismo das recuperandas – Crédito decorrente de serviços prestados pelo habilitante na qualidade de médico – Crédito de natureza alimentar e, como tal, equiparável aos trabalhistas para fins de classificação em recuperação judicial – Precedentes jurisprudenciais – Decisão mantida – Recurso desprovido.<sup>5</sup>*

\*\*\*

*Recuperação Judicial – Crédito referente a prestação de serviços médicos – Titularidade de sociedade simples composta por médico e cônjuge, atuante na administração de consultório - Verba de natureza*

<sup>4</sup>STJ - REsp n. 1.851.770/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 18/2/2020, DJe de 20/2/2020.

<sup>5</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 21770478720248260000 São Paulo, Relator.: Maurício Pessoa, Data de Julgamento: 17/10/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 17/10/2024

*alimentar análoga a salário, mesmo que atribuído a pessoa jurídica –  
Precedente do STJ – Inclusão na Classe I (Trabalhistas) – Decisão  
reformada – Recurso provido.*<sup>6</sup>

22. Desta forma, a Administradora Judicial **entende** que o crédito deverá ser reclassificado, para que passe a constar na classe trabalhista.

## CONCLUSÃO

23. Diante do exposto, a Administradora Judicial **acolhe parcialmente** o pedido de divergência de crédito apresentado por *Asgastro Medicina Especializada Ltda.*, para em harmonia com as disposições inseridas na LFR, **retificar** o crédito na relação de credores, para passar a constar pelo montante previsto na verificação prévia de fls. 4.146/4.158 (R\$ 51.552,46), além do valor apurado nesta análise (R\$ 115.694,98), totalizando a importância de **R\$ 167.247,44** (centos e sessenta e sete mil, duzentos e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), na classe trabalhista.

**Titular do Crédito:** Asgastro Medicina Especializada Ltda

**Valor do Crédito:** R\$ 167.247,44

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

<sup>6</sup> TJ-SP - AI: 22401865220208260000 SP 2240186-52.2020.8 .26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 27/11/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 27/11/2020.

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Fresenius Medical Care
<b>CPF/CNPJ</b>	01.440.590/0001-36
<b>Tipo do Requerimento</b>	DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pelas Recuperandas</b>	<b>Classificação do crédito declarado pelas Recuperandas</b>
R\$ 95.252,37	Quirografário

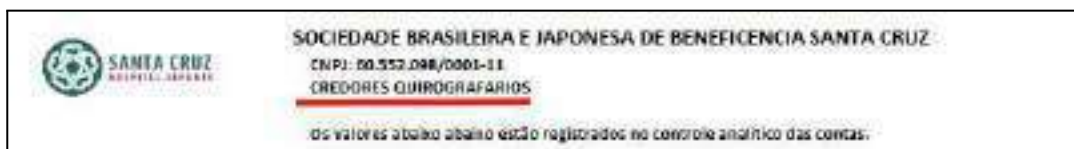
<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 114.440,15	Quirografário

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Termo de Confissão de Dívida
ii	Procuração
iii	Contrato Social
iv	Instrumento de Protesto
v	Planilha de Cálculo
vi	E-mails de Cobrança

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de divergência de crédito, apresentado via *e-mail*, por meio do qual a Credora Fresenius Medical Care requer a retificação da relação de credores, para que passe a constar a monta de R\$ 114.440,15 (cento e quatorze mil, quatrocentos e quarenta reais e quinze centavos).
2. Assim, aduz a Credora que o crédito em testilha advém do Contrato de Confissão de Dívida, em razão do inadimplemento relativo aos pagamentos referentes aos produtos fornecidos pela Credora.
3. Para corroborar o seu pleito, dentre outros documentos, a Credora apresentou o Contrato de Confissão de Dívida e os Instrumentos de Protestos.
4. Nesta senda, insta consignar que a credora encontra-se arrolada na Relação de Credores apresentada pela Recuperanda às fls. 1.908/1.935, pelo montante de R\$ 95.252,37 (noventa e cinco mil, duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos), na classe quirografária, veja-se:



\*\*\*

169	FRESENIUS KABI BRASIL LTDA	40.324.121/0016-90	RUA ANCIENNA, Nº 890
170	FRESENIUS MEDICAL CARE	01.440.590/0001-36	AVENIDA ISRAELI, Nº 2315 ANDAR: 14º J
171	FUJIFIM DO BRASIL LTDA	00.397.874/0001-56	

\*\*\*

tributario@grupofarm.com.br	Fornecedor	212.01.013	R\$	23.576,37
ricardo.assis@fresenius-kabi.com	Fornecedor	212.01.001	R\$	62.756,14
andrea.leso@fmc-ag.com	Fornecedor	212.01.002	R\$	95.252,37
luz.sala@fujifilm.com	Fornecedor	212.01.010	R\$	17.200,00

(Trecho extraído do Processo Nº 1047518-86.2025.8.26.0100)

5. De proêmio, constata-se que as partes formalizaram o “Termo de Confissão de Dívida”, pactuado em 21.08.2024, por meio do qual a Recuperanda declarou ser devedora do montante de R\$ 192.792,42 (cento e noventa e dois mil, setecentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos), cujo pagamento seria realizado em 09 (nove) parcelas mensais e

sucessivas, referente a débito proveniente do inadimplemento do produtos fornecidos pela Credora, confira-se:

APTTUS Nº 00045591.0

**CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA QUE  
ENTRE SI CELEBRAM SOC. BRASILEIRA E  
JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ E  
FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA.**

Por este instrumento particular e na melhor forma de direito,

De um lado e na qualidade de **DEVEDORA(S)**:

**SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ**, pessoa jurídica de direito privado, matriz inscrita no CNPJ sob o nº 60552098000111, com sede na Cidade de SÃO PAULO, Estado de SP, localizado à R. SANTA CRUZ, 398 - VILA MARIANA, Cep.: 04122-000, devidamente representada na forma de seu ato constitutivo em vigor, doravante denominada simplesmente "**DEVEDORA**".

E de outro lado, na qualidade de **CREDORA**:

**FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua Amoreira, 891, Jardim Roseira, Jaguariúna, SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.440.590/0001-36, neste ato representado, na forma de seus atos constitutivos em vigor, por seu representante legal e/ou dois de seus procuradores, doravante denominada simplesmente de "**FME**" ou ainda "**CREDORA**".

\*\*\*

Considerando que **CREDORA** fornece produtos para **CREDORA** desde dez/2020, estando os respectivos pagamento em atraso.

Considerando que a(s) **DEVEDORA(S)** reconhece(m) seu débito e possui(m) o legítimo interesse em quitar suas obrigações perante a **CREDORA**.

\*\*\*

1.2 Sobre a Dívida, as **PARTES** aplicam a devida correção monetária, considerando como o valor do débito certo, líquido e exigido, calculado no dia da assinatura deste contrato a importância

\*\*\*

de R\$ 192.792,42 (cento e noventa e dois mil, setecentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos), a qual o **DEVEDORA** confessa e reconhece ("Dívida Confessada").

\*\*\*

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1 A dívida total, descrita no item 1.2 deverá ser paga na praça da Cidade do Rio de Janeiro, através de 9 (nove) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$21.421,38 (vinte e um mil, quatrocentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos) cada, com vencimentos nas datas indicadas na planilha a seguir:

Parcela	Vencimento	Valor
1	30/08/2024	R\$ 21.421,38
2	30/09/2024	R\$ 21.421,38
3	30/10/2024	R\$ 21.421,38
4	30/11/2024	R\$ 21.421,38
5	30/12/2024	R\$ 21.421,38
6	30/01/2025	R\$ 21.421,38
7	02/03/2025	R\$ 21.421,38
8	30/03/2025	R\$ 21.421,38
9	30/04/2025	R\$ 21.421,38
		R\$ 192.792,42

\*\*\*

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente CONTRATO em 02 (duas) vias de igual teor, com 02 (duas) testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 2024

Assinado por:

DEVEDORA

Assinado por:

FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA

CREDORA

Representante Legal e/ou dois procuradores

Testemunhas:

Assinado por:

Nome: Edson Martins Vicente

CPF: 011.725.238-78

Assinado por:

Nome: Fabiana Botelho da Silva

CPF: 08197019711

CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÉVIDA CELEBRADO ENTRE FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA E SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ

(Trechos extraídos dos documentos apresentados pela Credora)

6. Ocorre que a Recuperanda realizou o pagamento da 1ª a 4º parcela, restando inadimplente a partir da 5º parcela, restando o saldo de R\$ 107.106,90 (cento e sete mil, cento e seis reais e noventa centavos):

Parcelas	Data de Emissão	Data de Vencimento	Valor
5	21.08.2024	30.12.2024	R\$ 21.421,38
6	21.08.2024	30.1.2025	R\$ 21.421,38
7	21.08.2024	5.3.2025	R\$ 21.421,38
8	21.08.2024	31.3.2025	R\$ 21.421,38
9	21.08.2024	30.4.2025	R\$ 21.421,38
Total			R\$ 107.106,90

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIA VIVIANA SANTOS DE OLIVEIRA CAVALCANTE e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 09/09/2025 às 19:58 , sob o número WJMJ25421158292. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1047518-86.2025.8.26.0100 e código DHn8MWPd.



7. Nesta linha, o crédito é concursal em sua totalidade, nos termos do art. 49, *caput*, da LFR, haja vista que o Termo de Confissão de Dívida, foi pactuado em data anterior ao pedido de Recuperação Judicial (**09.04.2025**).

8. Diante disso, a Credora apresentou planilha de cálculo atualizada até a data de **25.07.2025**. Veja-se:

FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA X SOC. BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICENCIA SANTA CRUZ									
							Atualização da dívida em:		
							25/07/2025		
							Multa	Mora diária	
EMPRESA	ACORDO	PARCELA	EMIÇÃO	VENCIMENTO	ATRASO	VALOR	2%	1%	VALOR ATUALIZADO
FRESENIUS	Confissão	5	21/08/2024	30/12/2024	107	21.421,38	428,43	1.478,08	23.327,88
FRESENIUS	Confissão	6	21/08/2024	30/01/2025	176	21.421,38	428,43	1.256,72	23.106,51
FRESENIUS	Confissão	7	21/08/2024	05/03/2025	143	21.421,38	428,43	1.011,95	22.864,75
FRESENIUS	Confissão	8	21/08/2024	31/03/2025	118	21.421,38	428,43	828,20	22.678,19
FRESENIUS	Confissão	9	21/08/2024	30/04/2025	86	21.421,38	428,43	614,98	22.463,84
TOTAL FRESENIUS						107.106,90	2.141,14	5.191,11	114.440,15

(Trechos extraídos dos documentos apresentados pela Credora)

9. Não obstante, tem-se que os valores pleiteados encontram-se em dissonância ao artigo 9º, II, da LFR, que limita aplicação de juros e correção monetária até a data do pedido de recuperação judicial.

10. Assim sendo, visando conferir os valores devidos, à Administradora Judicial procedeu à adequação do valor, a fim de apurar o *quantum* efetivamente devido à Credora, aplicando-se a atualização do cálculo até a data da recuperação judicial (**09.04.2025**), considerando os encargos previstos no instrumento contratual, oportunidade em que identificou a seguinte quantia:

4.1.2: Aplicar juros de mora de 1% (um por cento) ao mês <i>pro rata die</i> , bem como multa, não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o referido valor, correção monetária segundo a variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas disponível, calculados <i>pro rata die</i> , sem prejuízo dos demais direitos da FME previstos neste CONTRATO ou em lei.
---

(Trechos extraídos dos documentos apresentados pela Credora)

Termo Final Atualiz.	09.04.2025
Termo Final Mora	09/04/2025

Atualização	IGPM					
Juros Mora a.m	1%					
Multa	2,00%					
Aplicar Multa sobre	VALOR ATUALIZADO					
SALDO DEVEDOR EM 09/04/2025					R\$ 108.297,94	
SALDO DEVEDOR EM 09/04/2025 COM MULTA APLICADA SOBRE O VALOR ATUALIZADO					R\$ 110.463,90	
Observação	Data Base Atualiz.	Data Base Mora	Valor Principal	Atualiz. IGPM	Juros Mora 1,0% a.m	Saldo devedor Atualiz.
Confissão de Dívida (Principal e Juros)	25/07/2025	25/07/2025	R\$ 109.249,04	2,631994%	-3,533333%	R\$ 108.297,94

11. Salienta-se que a *Expert* procedeu com os cálculos sobre o valor principal, acrescido dos juros, apurando-se em apartado o *quantum* de multa, conforme demonstrado alhures, evitando-se *bis in idem*.

12. Assim sendo, havendo crédito líquido e certo, de rigor a retificação do crédito, na classe quirografária.

## CONCLUSÃO

13. Diante do exposto, a Administradora Judicial **acolhe parcialmente** o pedido de divergência de crédito apresentado pela Credora Fresenius Medical Care, para em harmonia com as disposições inseridas na LFR, **retificar** o crédito na relação de credores, para constar pelo montante de R\$ 110.463,90 (cento e dez mil, quatrocentos e sessenta e três reais e noventa centavos) na classe quirografária.

**Titular do Crédito:** Fresenius Medical Care

**Valor do Crédito:** R\$ 110.463,90

**Classificação do Crédito:** Quirografário

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.

Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante

OAB/SP nº 303.042

ANDREA DE OLIVEIRA COSTA

CRC nº 1SP-335648

Contadora

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Kishimoto Médicos Associados Ltda.
<b>CPF/CNPJ</b>	15.502.905/0001-37
<b>Tipo do Requerimento</b>	<b>DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO</b>

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pelas Recuperandas</b>	<b>Classificação do crédito declarado pelas Recuperandas</b>
R\$ 18.863,85	Subquirográfario

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 194.000,00	Quirográfario

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Petição de Divergência
ii	Cópias da Ação Monitória n.º 1010325-37.2025.8.26.0003

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de divergência de crédito, apresentado via *e-mail*, por meio do qual a Credora Kishimoto Medicos Associados Ltda, pugna pela retificação de seu crédito na relação de credores, para que passe a constar pela monta de R\$ 194.000,00 (cento e noventa e

quatro mil), na classe quirografária.

2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém de contratos relacionados à prestação de serviços médicos, os quais são objeto da Ação Monitória n.º 1010325-37.2025.8.26.0003, que tramita perante à 2ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara, da Comarca da Capital, estado de São Paulo.

3. Para corroborar o seu pleito, dentre outros documentos, a Credora apresentou cópias da Ação Monitória n.º 1010325-37.2025.8.26.0003.

4. De proêmio, a Administradora Judicial diligenciou administrativamente junto aos autos da Ação Monitória n.º 1010325-37.2025.8.26.0003, sendo possível aferir que o crédito pleiteado é oriundo de “*Contrato de Cessão de Uso de Instalações e Equipamentos Hospitalares*” e seus termos aditivos, veja-se:

**CCU 1218/21**

**TERMO DE ADESÃO AO CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**

Pelo presente instrumento particular, as Partes, de um lado,

**SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ**, mantenedora do **HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 60.552.098/0001-11, com sede na Rua Santa Cruz, 398, Vila Mariana, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP: 04122-000, neste ato representado nos termos dos seus atos constitutivos, doravante denominada Cedente ou **Santa Cruz** e, de outro lado,

**KISHIMOTO MÉDICOS ASSOCIADOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.502.905/0001-37, com sede na Rua Dr. José Aureo Bustamante, 183, Ap. 171-A, Santo Amaro, São Paulo/SP, CEP 04710-090, neste ato representada pela sócia **Dra. Carolina Sasaki Kishimoto**, brasileira, casada, médica, inscrita no CRM/SP 120.235, inscrita no CPF sob nº 224.977.978-38, RG nº 30.717.501-7 SSP/SP, com endereço profissional acima onde pode ser encontrado, denominada de Cessionária;

\*\*\*

E, por estarem justos e contratados, firmam as Partes o presente Termo de Adesão por meio eletrônico via DocuSign, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo elencadas.

São Paulo/SP, 07 de julho de 2021.

<p>Assinado por:</p>  <p>SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ</p> <p>Maria Sato</p> <p>Diretor Presidente</p>	<p>Assinado por:</p>  <p>SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ</p> <p>Marcelo Tsuji</p> <p>Diretor Executivo</p>
<p>Assinado por:</p>  <p>KISHIMOTO MÉDICOS ASSOCIADOS LTDA</p> <p>Carolina Sasaki Kishimoto</p>	

**TESTEMUNHAS:**

<p>Assinado por:</p>  <p>Nome: Elaine Domingues</p> <p>RG nº: 12.130.132-1</p>	<p>Assinado por:</p>  <p>Nome: Jasiene de Oliveira Souza</p> <p>RG nº: 47.919.597-3</p>
---	---

\*\*\*

**CONTRATO DE CESSÃO DE USO  
DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - CCU**

Pelo presente instrumento particular, as Partes, de um lado,

**SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ**, pessoa jurídica de direito privado, mantenedora do **HOSPITAL SANTA CRUZ**, com sede à Rua Santa Cruz nº 398, Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP: 04122-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.552.098/0001-11, doravante denominado "**Santa Cruz**" ou "**Cedente**" e, de outro lado,

**CESSIONÁRIA**, sendo a pessoa física ou jurídica, que possui como objeto social a prestação de serviços médicos, e firmar, através de instrumento à parte com o **Santa Cruz**, um Termo de Adesão ao Contrato de Cessão de Uso de Instalações e Equipamentos Hospitalares ("Termo de Adesão"), doravante denominada "**Cessionária**";

Têm entre si justo e acordado firmar o presente Contrato de Cessão de Uso de Instalações e Equipamentos Hospitalares – CCU ("Contrato"), devidamente registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1. O presente Contrato tem como objeto estabelecer as condições gerais da cessão de uso, pela **Cessionária**, das instalações e equipamentos hospitalares, de propriedade ou posse do **Santa Cruz**, sem qualquer exclusividade, subordinação ou dependência.

(Trechos extraídos dos autos n.º 1010325-37.2025.8.26.0003)



5. Nesta linha, após a efetiva prestação de serviço, a Credora informou que a Recuperanda deixou de adimplir os seus honorários relativos aos períodos de 02/2023 a 01/2024, confira-se:

ANEXO I – PLANILHA DE CÁLCULO		
CRÉDITOS VENCIDOS EM 2023 e 2024		
Período	Valor Original Devido	Valor Atualizado (IPCA)
fev/23	R\$ 23.300,00	R\$ 24.850,50
mar/23	R\$ 33.400,00	R\$ 35.325,88
abr/23	R\$ 29.200,00	R\$ 24.049,69
mai/23	R\$ 37.100,00	R\$ 38.726,35
jun/23	R\$ 36.300,00	R\$ 37.804,34
jul/23	R\$ 32.600,00	R\$ 33.978,20
ago/23	R\$ 32.644,00	R\$ 33.983,29
set/23	R\$ 37.400,00	R\$ 38.845,06
out/23	R\$ 35.500,00	R\$ 36.776,01
nov/23	R\$ 36.800,00	R\$ 38.031,36
dez/23	R\$ 31.400,00	R\$ 32.360,15
jan/24	R\$ 11.300,00	R\$ 11.580,68
<b>Total</b>	<b>R\$ 376.944,00</b>	<b>R\$ 386.311,51</b>

*(Trechos extraídos dos autos n.º 1010325-37.2025.8.26.0003)*

6. Deste modo, em análise aos autos supramencionados, denota-se que o crédito pleiteado é concursal em sua totalidade, haja vista que consubstanciado em prestações de serviços ocorridas em datas anteriores à distribuição do pedido de recuperação judicial (09.04.2025).

7. Em prosseguimento, cumpre salientar que em 26.05.2025, foi proferida r. decisão pelo D. Juízo da 2ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara, deferindo a suspensão do feito em face da tutela antecipada concedida nos autos da recuperação judicial. Veja-se:

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel D Emídio Martins**

Vistos.

Fls. 75/78: Defiro a suspensão do feito em face da tutela antecipada concedida nos autos da Recuperação Judicial 1047518-86.2025.8.26.0100, que tramita na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais.

Intime-se.

São Paulo, 19 de maio de 2025.

(Trechos extraídos dos autos n.º 1010325-37.2025.8.26.0003)

8. Destarte, urge mencionar que em análise pormenorizada dos autos supra indicados, foi possível constatar que o feito pende de decisão definitiva quanto ao seu mérito.

9. Desta feita, tendo em vista não haver crédito liquidado, a Administradora Judicial entende que o momento processual em que se encontra a Ação Monitória, não possibilita o acolhimento da presente divergência de crédito, visto que o valor devido, primeiramente, deverá ser líquido e certo para que, posteriormente, seja habilitado, conforme inteligência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que firmou o seguinte entendimento acerca do assunto, veja-se:

*APELAÇÃO. Sentença que julgou extinta a execução, com fundamento no artigo 924, III, do CPC. Crédito da parte exequente é anterior à decretação da recuperação judicial, todavia, ilíquido. Recorrida reconheceu a quantia de R\$ 29.835,15 como devida e elencada na Lista de Credores da Recuperanda. Recorrente que, por sua vez, aduz que o crédito perseguido é de R\$ 97.818,78. Hipótese de incidência do artigo 6º, § 1º, da Lei 11.101/2005, segundo o qual "terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida". Em havendo controvérsia entre as partes em relação ao "quantum" devido, deverá, primeiramente, o crédito ser liquidado para correta apuração*



do valor a ser habilitado no processo de soerguimento.  
*Sentença anulada. Recurso a que se dá parcial provimento.<sup>1</sup>*  
(original sem grifos)

\*\*\*

*APELAÇÃO - AÇÃO MONITÓRIA - Títulos de crédito - Cheques - Sentença de improcedência dos embargos - Constituição do título judicial - Insurgência recursal da embargante - Deferimento de processamento de pedido de recuperação judicial que não implica na extinção da ação monitória - Constituição de título executivo em favor do credor, para posterior submissão ao Juízo da Recuperação, se o caso - Sentença mantida - RECURSO DESPROVIDO.<sup>2</sup> [...]*  
(original sem grifos)

10. Portanto, conforme a documentação examinada, a Credora não demonstrou, de forma segura, a certeza inequívoca dos valores pretendidos, haja vista que ainda não houve a devida liquidação dos valores devidos pela Recuperanda em face da Credora na Ação Monitória em análise.

11. Não obstante, conforme petições acostados às fls. 2.440/2.442, 3.941/3.951 e 4.146/4.158, a Administradora Judicial realizou verificação prévia relativa aos créditos detidos pelos prestadores de serviço médico, com base na documentação apresentada pela Recuperanda, oportunidade em que se identificou o montante de R\$ 250.451,29 (duzentos e cinquenta mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e nove centavos), já devidamente atualizados até a data da recuperação judicial, veja-se:

<sup>1</sup> AP nº 10307171820138260100, TJSP, 7ª Câmara de Direito Privado, Rel. José Rubens Queiroz Gomes, j. 20.09.2019.

<sup>2</sup> TJ-SP - Apelação Cível: 10114217520218260020 São Paulo, Relator.: Ana Catarina Strauch, Data de Julgamento: 05/07/2024, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 05/07/2024

KIM KAYAT OFTALMOLOGIA	R\$ 1.821,96
KISHIMOTO MEDICOS ASSOCIADOS	R\$ 250.451,29
KMG SERVICOS MEDICOS LTDA	R\$ 2.448,27

*(trecho extraído à fl. 3.947)*

12. Desta forma, em razão da ausência de decisão judicial na referida ação monitória, de rigor a rejeição do pleito de retificação de crédito, mantendo-se o valor apurado pela *Expert* na verificação prévia de fls. 4.146/4.158.

13. Por fim, destaca-se que credora foi arrolada na Relação de Credores apresentada pela Recuperanda às fls. 1.908/1.935 na classe subquirografária. No entanto, em razão da ausência de previsão legal para tal classe na recuperação judicial, a Administradora Judicial entende necessária a reclassificação do crédito.

14. Neste sentido, urge consignar que o crédito titularizado pela Credora possui natureza direta na prestação de serviço médico-hospitalar, tratando-se, portanto, de verba de natureza estritamente alimentar, correspondente à contraprestação dos serviços prestados.

15. Assim, em que pese a relação contratual tenha se dado por meio de pessoas jurídicas, assemelha-se à qualificação de profissional liberal, a quem a jurisprudência pátria confere aos seus honorários a mesma classificação, no âmbito da recuperação judicial, dos créditos decorrentes da Justiça do Trabalho, tendo em vista sua natureza alimentar, confira-se:

*AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - HONORÁRIOS - CRÉDITO TRABALHISTA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, AMPARADA NA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO STJ, DEU PROVIMENTO AO RECLAMO. INCONFORMISMO DA RECUPERANDA. 1. O tratamento dispensado aos honorários devidos a profissionais liberais - no que se refere à sujeição ao plano de recuperação judicial - deve ser o mesmo conferido aos créditos de origem trabalhista, em virtude de ambos ostentarem natureza alimentar. Aplicação da Súmula 83 do STJ. 2. Nos*

*termos da jurisprudência do STJ, em se tratando de crédito trabalhista por equiparação, as Turmas de Direito Privado firmaram o entendimento de que é possível, por deliberação da AGC, a aplicação do limite previsto no art. 83, I, da Lei 11.101/2005 às empresas em recuperação judicial, desde que devida e expressamente previsto pelo plano de recuperação judicial, instrumento adequado para dispor sobre forma de pagamento das dívidas da empresa em soerguimento (princípio da preservação da empresa). Aplicação da Súmula 83 do STJ. 3. Agravo interno desprovido.<sup>3</sup>*

\*\*\*

*Agravo de instrumento – Recuperação judicial – Decisão que julgou improcedente impugnação de crédito – Inconformismo das recuperandas – Crédito decorrente de serviços prestados pelo habilitante na qualidade de médico – Crédito de natureza alimentar e, como tal, equiparável aos trabalhistas para fins de classificação em recuperação judicial – Precedentes jurisprudenciais – Decisão mantida – Recurso desprovido.<sup>4</sup>*

\*\*\*

*Recuperação Judicial – Crédito referente a prestação de serviços médicos – Titularidade de sociedade simples composta por médico e cônjuge, atuante na administração de consultório - Verba de natureza alimentar análoga a salário, mesmo que atribuído a pessoa jurídica – Precedente do STJ – Inclusão na Classe I (Trabalhistas) – Decisão reformada – Recurso provido.<sup>5</sup>*

16. Desta forma, a Administradora Judicial **entende** que o crédito deverá ser reclassificado, para que passe a constar na classe trabalhista.

## CONCLUSÃO

<sup>3</sup>STJ - REsp n. 1.851.770/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 18/2/2020, DJe de 20/2/2020.

<sup>4</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 21770478720248260000 São Paulo, Relator.: Maurício Pessoa, Data de Julgamento: 17/10/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 17/10/2024

<sup>5</sup> TJ-SP - AI: 22401865220208260000 SP 2240186-52.2020.8 .26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 27/11/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 27/11/2020.

17. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado pela Kishimoto Medicos Associados Ltda., para, em harmonia com as disposições inseridas na LFR, **manter** o crédito apurado na verificação prévia de fls. 4.146/4.158, pelo valor de R\$ 250.451,29 (duzentos e cinquenta mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e nove centavos).

**Titular do Crédito:** Kishimoto Médicos Associados Ltda

**Valor do Crédito:** R\$ 250.451,29

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Lister - Médicos Associados Ltda.
<b>CPF/CNPJ</b>	08.338.603/0001-00
<b>Tipo do Requerimento</b>	<b>DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO</b>

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pelas Recuperandas</b>	<b>Classificação do crédito declarado pelas Recuperandas</b>
R\$ 7.620,99	Subquirografário

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 132.313,54	Quirografário

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Petição de Divergência - fls. 3.295/3.297
ii	Contrato Social - fls. 3.298/3.302
iii	Extrato de repasse - fls. 3.303/3.357
iv	Procuração - fl. 3.358

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de divergência de crédito, apresentado via *e-mail*, bem como as fls. 3.295/3.358, por meio do qual a Credora Lister - Médicos Associados Ltda., pugna pela retificação de seu crédito na relação de credores, para passar a constar pela monta de R\$ 132.313,54 (cento e trinta e dois mil, trezentos e treze reais e cinquenta e quatro centavos), na classe quirografária.
2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém de serviços médicos prestados em favor da Recuperanda.
3. Para corroborar o seu pleito, dentre outros documentos, a Credora apresentou cópia dos extratos de repasses inadimplidos.
4. De proêmio, a Administradora Judicial procedeu à análise dos documentos apresentados pela Credora, sendo possível aferir que o crédito é oriundo dos extratos de repasses inadimplidos, referente à prestação de serviço médico nos períodos de 09/2023, 01/2024 a 06/2025, conforme tabela elucidativa a seguir:

Repassê N.º	Fls.	Período	Valor (R\$)	Natureza
114658	3.341/3.344	01/11/2023 até 30/11/2024	6.553,39	Concursal
114474	3.337/3.340	01/10/2023 até 31/10/2024	6.768,40	Concursal
91807	3.303/3.306	01/08/2022 até 31/08/2023	6.161,70	Concursal
101594	3.333/3.336	01/07/2023 até 31/07/2024	7.399,23	Concursal
101336	3.329/3.332	01/06/2023 até 30/06/2024	7.638,44	Concursal
100765	3.324/3.328	01/05/2023 até 31/05/2024	8.662,59	Concursal
115826	3.353/3.354	01/03/2024 até 31/03/2025	3.214,27	Concursal
100147	3.321/3.323	01/03/2023 até 31/03/2024	4.447,40	Concursal
115499	3.350/3.352	01/02/2024 até 28/02/2025	3.655,35	Concursal
99757	3.316/3.320	01/02/2023 até 29/02/2024	10.175,63	Concursal

115310	3.347/3.349	01/01/2024 até 31/01/2025	5.852,22	Concursal
99444	3.311/3.315	01/01/2023 até 31/01/2024	8.199,43	Concursal
114957	3.345/3.346	01/12/2023 até 31/12/2024	2.733,02	Concursal
93360	3.307/3.310	01/12/2023 até 31/12/2023	6.136,60	Concursal
115985	3.355	01/05/2025	854,02	Extraconcursal
116175	3.356/3.357	01/06/2025	1.741,14	Extraconcursal
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 98.313,23</b>	<b>-</b>

5. Deste modo, conforme se verifica acima o crédito pleiteado é parte concursal e parte extraconcursal, nos termos do art. 49, da LFR, haja vista que consubstanciado na prestação de serviço médico que se deu em período anterior e posterior ao pedido de recuperação judicial (09.04.2025).

6. Nesta linha, denota-se que, no que tange aos repasses de n.º 114658, 114474, 91807, 101594, 101336, 100765, 115826, 100147, 115499, 99757, 115310, 99444, 114957 e 93360, referem-se a créditos inteiramente concursais, relativos à prestação de serviço em datas **anteriores** ao pedido de recuperação judicial (09.04.2025), conforme Demonstrativo de Repasse à Terceiros abaixo, de modo que os títulos serão contemplados inteiramente na presente análise, a exemplo, veja o repasse 91807:

Extrato de Repasse a Terceiros - Médicos									
Nº Atend. Paciente	Convênio	Aconselhamento	Data	Código	Procedimento/Material	Setor	Qtd.	VL Serviço	VL Repasse
Repasse: 91807									
LIDER - MEDICOS ASSOCIADOS LTDA - ME - Classica Tami Noroeste									
4367384	Lamisa Chimento Soares	AMBIL	APARTAMEN	01/05/23	10101012	Em Consultório (No Horário Normal Ou Presencial)	1	75,00	69,75
4370313	Vitor Campos Lima	AMBIL	APARTAMEN	15/05/23	10101012	Em Consultório (No Horário Normal Ou Presencial)	1	75,00	69,75
4370721	Claudia Livia Antônia	AMBIL	APARTAMEN	20/05/23	10101012	Em Consultório (No Horário Normal Ou Presencial)	1	75,00	69,75
4370951	Ana Beatriz Szyari Seki	AMBIL	ENFERMAR	20/05/23	10101012	Em Consultório (No Horário Normal Ou Presencial)	1	75,00	69,75
4382977	Ronald Kelane Barbosa de	AMBIL	APARTAMEN	22/05/23	10101012	Em Consultório (No Horário Normal Ou Presencial)	1	75,00	69,75
4382106	Carolina Tassi Buda	AMBIL	APARTAMEN	22/05/23	10101012	Em Consultório (No Horário Normal Ou Presencial)	1	75,00	69,75
4381753	Julia Simano Salviati	AMBIL	APARTAMEN	27/05/23	10101012	Em Consultório (No Horário Normal Ou Presencial)	1	75,00	69,75
4387170	Ana Maria Castro Agrossa	AMBIL	APARTAMEN	29/05/23	10101012	Em Consultório (No Horário Normal Ou Presencial)	1	75,00	69,75
4374989	Lisake Tokkingawa Camargo	GRADESCO	APARTAMEN	15/05/23	10101012	Em Consultório (No Horário Normal Ou Presencial)	1	107,00	100,51

\*\*\*





SANTA CRUZ

SAÚDE E BEM-ESTAR

Extrato de Repasse a Terceiros - Médicos

Ref: 09/05

Nº Atend	Paciente	Convênio	Acomodação	Data	Código	Procedimento/Material	Sector	Qtd	VL Bruto	VL Repasse	% Repasse
432825	Marilo Agnello Grande	VIVEST	APARTAMEN	23/05/25	10101012	Em Consultório (No Horário Normal Ou Prestado)	Ambulatório Geral	1	75,00	66,75	90,0
432825	Milton de Oliveira	VIVEST	APARTAMEN	23/05/25	10101012	Em Consultório (No Horário Normal Ou Prestado)	Ambulatório Geral	1	75,00	66,75	90,0
Total(15)									7.257,50	5.351,75	

(Trechos extraídos das fls. 3.303/3.306)

7. Já com relação aos repasses n.º 115985 e 116175, a Credora apresentou Demonstrativos de Repasses referente aos meses de maio e junho de 2025, confira-se:

Extrato de Repasse a Terceiros - Médicos												Ref: 05/05/2025
Nº Atend	Paciente	Convênio	Acomodação	Data	Código	Procedimento/Material	Sector	Qtd	VL Bruto	VL Repasse	% Repasse	
		Repasse: 115985	USFMS - MEDICOS ASSOCIADOS LTDA - BR - Cariacica Tassi Kozaki					Ref: 05/05/2025				
4894870	Araci Melo Huguênia Tamariz	ASSEFAZ	APARTAMEN	11/10/24	10101107	Cirurgia de Quimica (Por Grupo De At. 5 Leitos)	Ambulatório Geral	1	40,30	40,27	99,9	
4705272	Fabio Faria Sasaki	ASSEFAZ	APARTAMEN	24/03/25	10101012	Consulta Em Consultório No Horário Normal Ou Prestado	Ambulatório Geral	1	38,32	34,14	89,0	
4607185	Fabiano de Campos Coelho	BRADISCO	APARTAMEN	21/01/25	10102022	Biopsia De Pele	Ambulatório Geral	1	76,97	71,58	93,0	
4704830	Glória Severina de Andrade	BRADISCO	APARTAMEN	21/03/25	10101468	Exatase De Lesão Tumor De Pele E Mucosa	Ambulatório Geral	1	112,94	112,51	99,6	
4704821	Sydney Aires Samaro	CAIXA	APARTAMEN	24/03/25	10101012	Consulta Em Consultório No Horário Normal Ou Prestado	Ambulatório Geral	1	65,66	78,05	93,0	
4705280	Regina Koga	CAIXA	APARTAMEN	10/03/25	10101012	Consulta Em Consultório No Horário Normal Ou Prestado	Ambulatório Geral	1	68,90	78,05	93,0	
4711090	Rosana Maria Barbosa Pires	CAIXA	APARTAMEN	17/03/25	10101012	Consulta Em Consultório No Horário Normal Ou Prestado	Ambulatório Geral	1	68,90	78,05	93,0	
4894880	Rosana Riquelme Chaves	CAIXA	INFERMARI	20/01/24	10101012	Consulta Em Consultório No Horário Normal Ou Prestado	Ambulatório Geral	1	68,91	60,00	87,0	
4894888	Francisco Helenildo de Sousa	MEDICVACE	INFERMARI	24/01/25	10102022	Biopsia De Pele	Ambulatório Geral	1	76,97	71,58	93,0	
4705281	Francisco Helenildo de Sousa	MEDICVACE	INFERMARI	10/03/25	10101012	Consulta Em Consultório No Horário Normal Ou Prestado	Ambulatório Geral	1	117,90	106,51	90,3	
4878820	Adriana Melo Tavares	VIVEST	APARTAMEN	22/11/24	10101205	Cirurgia De Lesão De Pele (Por Grupo De At. 5 Leitos)	Ambulatório Geral	1	32,90	29,70	90,3	
Total(11)									918,31	804,32		

\*\*\*

Extrato de Repasse a Terceiros - Médicos												Ref: 05/05
Nº Atend	Paciente	Convênio	Acomodação	Data	Código	Procedimento/Material	Sector	Qtd	VL Bruto	VL Repasse	% Repasse	
Repasse: 116175		LISTER - REDECOS ASSOCIAÇÔES LTDA - ME - CASCARIA TAMBORÊ						Ref: 05/05/2025				
4185008	Rosana Celia Nakamoto	APIL	APARTAMEN	10/03/25	10101012	Consulta Em Consultório No Horário Normal Ou Prestado	Ambulatório Geral	1	75,00	69,75	93,0	
4185029	Jana Eliane Ribeiro	APIL	APARTAMEN	10/03/25	10101012	Consulta Em Consultório No Horário Normal Ou Prestado	Ambulatório Geral	1	75,00	69,75	93,0	
4185040	Glória Maria Yoshida	APIL	APARTAMEN	10/03/25	10101012	Consulta Em Consultório No Horário Normal Ou Prestado	Ambulatório Geral	1	75,00	69,75	93,0	
4185050	Maria Cristina Coelho da Silva	APIL	APARTAMEN	10/03/25	10101012	Consulta Em Consultório No Horário Normal Ou Prestado	Ambulatório Geral	1	75,00	69,75	93,0	
4111508	Carmelo de Oliveira Serafin	APIL	APARTAMEN	17/03/25	10101012	Consulta Em Consultório No Horário Normal Ou Prestado	Ambulatório Geral	1	75,00	69,75	93,0	
4111509	Nelson Tadeu Maciel	APIL	APARTAMEN	17/03/25	10101012	Consulta Em Consultório No Horário Normal Ou Prestado	Ambulatório Geral	1	75,00	69,75	93,0	
4104802	Fernando Marques da Silva	APIL	INFERMARI	07/04/25	10101012	Consulta Em Consultório No Horário Normal Ou Prestado	Ambulatório Geral	1	75,00	69,75	93,0	
4103014	Fabio Faria Sasaki	ASSEFAZ	APARTAMEN	21/03/25	10101468	Exatase De Lesão Tumor De Pele E Mucosa	Ambulatório Geral	1	118,98	105,95	90,0	
4103014	Fabio Faria Sasaki	ASSEFAZ	APARTAMEN	21/03/25	10101205	Cirurgia De Lesão De Pele E Mucosa	Ambulatório Geral	1	69,27	64,42	93,0	

(Trechos extraídos das fls. 3.355/3.357)

8. Deste modo, constata-se que o crédito em questão é extraconcursal, haja vista que a prestação de serviço possui competência em data posterior ao pedido de recuperação judicial (09.04.2025), não se submetendo aos seus efeitos, nos termos do art. 49, da LFR, de modo que a Credora poderá perseguir tais valores pelas vias próprias. Assim, a Administradora

Judicial esclarece que seus valores não serão contemplados na presente análise.

9. Em prosseguimento, em que pese os demonstrativos de repasses encontrarem-se sem assinatura, atestando a competente prestação de serviço, urge consignar que, conforme petítórios acostados às fls. 2.440/2.442, 3.941/3.951 e 4.146/4.158, a Administração Judicial realizou verificação prévia relativa aos créditos detidos pelos prestadores de serviço médico, oportunidade em que a Recuperanda apresentou documentos comprobatórios do crédito relacionado aos referidos repasses.

10. Dessa forma, destaca-se que a Recuperanda apresentou exatamente os mesmos repasses indicados pela Credora, excetuando-se apenas aqueles referentes ao período extraconcursal, os quais não foram objeto da presente análise. Ademais, apresentou também o repasse n.º 102303, correspondente ao período de 01/09/2023 a 30/09/2024, no valor nominal de R\$ 8.120,40, o qual será devidamente inserido no pleito da Credora, visto que confessado pela própria Recuperanda.

11. Assim sendo, considerando que houve confissão expressa acerca do crédito pela própria Recuperanda referente aos repasses pleiteada, a Administradora Judicial **entende** que houve a devida comprovação, ante a bilateralidade e por ser fato não controverso, estando em consonância com o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, veja-se:

*“Agravado de instrumento - Recuperação judicial - Impugnação de crédito - Decisão agravada que determinou que a credora apresentasse, no prazo de 10 dias, os documentos solicitados pelo administrador judicial, a fim de demonstrar o inadimplemento das recuperandas, em relação aos instrumentos de confissão de dívida - Inconformismo - Acolhimento - **Inexistência de controvérsia quanto ao inadimplemento dos valores previstos nos instrumentos de confissão de dívida celebrado entre as partes - Recuperandas que reconhecem, tanto nos autos de origem, como em contraminuta, a pretensão da credora - Notas fiscais e instrumentos de confissão de dívida que lastreiam o presente incidente que foram devidamente juntados pela credora nos autos de origem - Comunicação eletrônica entre as partes, em que o departamento financeiro das recuperandas***

reconhecem o inadimplemento das mencionadas notas fiscais, assim como dos contratos de confissão de dívida - Documentos apresentados que são aptos a demonstrar tanto a existência do crédito, como a sua origem - Desnecessidade de juntada de novos documentos - Decisão reformada - Recurso provido.”<sup>1</sup>(original sem grifos).

12. Por oportuno, ressalta-se que os valores previstos na referida verificação prévia já se encontram devidamente atualizados até a data da recuperação judicial, tendo-se constatado à existência de crédito no montante de R\$ 105.901,08 (cento e cinco mil, novecentos e um reais e oito centavos), veja-se:

LILIAN KANDA MORIMITSU SERVICOS	R\$ 16.687,04
LISTER - MEDICOS ASSOCIADOS LTDA- ME	R\$ 105.901,08
LITHY PRESTACAO DE SERVICOS EM SAUDE LTDA	R\$ 26.413,68

(trecho extraído à fl. 4.153)

13. Por fim, destaca-se que credora foi arrolada na Relação de Credores apresentada pela Recuperanda às fls. 1.908/1.935 na classe subquirografária. No entanto, em razão da ausência de previsão legal para tal classe na recuperação judicial, a Administradora Judicial entende necessária a reclassificação do crédito.

14. Neste sentido, urge consignar que o crédito titularizado pela Credora possui natureza direta na prestação de serviço médico-hospitalar, tratando-se, portanto, de verba de natureza estritamente alimentar, correspondente à contraprestação dos serviços prestados.

15. Assim, em que pese a relação contratual tenha se dado por meio de pessoas jurídicas, assemelha-se à qualificação de profissional liberal, a quem a jurisprudência pátria confere aos seus honorários a mesma classificação, no âmbito da recuperação judicial, dos créditos decorrentes da Justiça do Trabalho, tendo em vista sua natureza alimentar, confira-se:

*AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO*

<sup>1</sup> TJ-SP - AI: 22935258620218260000 SP 2293525-86.2021.8.26.0000, Relator: Grava Brazil, Data de Julgamento: 31/03/2022, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 31/03/2022.

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - HONORÁRIOS - CRÉDITO TRABALHISTA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, AMPARADA NA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO STJ, DEU PROVIMENTO AO RECLAMO. INCONFORMISMO DA RECUPERANDA. 1. O tratamento dispensado aos honorários devidos a profissionais liberais - no que se refere à sujeição ao plano de recuperação judicial - deve ser o mesmo conferido aos créditos de origem trabalhista, em virtude de ambos ostentarem natureza alimentar. Aplicação da Súmula 83 do STJ. 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, em se tratando de crédito trabalhista por equiparação, as Turmas de Direito Privado firmaram o entendimento de que é possível, por deliberação da AGC, a aplicação do limite previsto no art. 83, I, da Lei 11.101/2005 às empresas em recuperação judicial, desde que devida e expressamente previsto pelo plano de recuperação judicial, instrumento adequado para dispor sobre forma de pagamento das dívidas da empresa em soerguimento (princípio da preservação da empresa). Aplicação da Súmula 83 do STJ. 3. Agravo interno desprovido.<sup>2</sup>*

\*\*\*

*Agravo de instrumento – Recuperação judicial – Decisão que julgou improcedente impugnação de crédito – Inconformismo das recuperandas – Crédito decorrente de serviços prestados pelo habilitante na qualidade de médico – Crédito de natureza alimentar e, como tal, equiparável aos trabalhistas para fins de classificação em recuperação judicial – Precedentes jurisprudenciais – Decisão mantida – Recurso desprovido.<sup>3</sup>*

\*\*\*

*Recuperação Judicial – Crédito referente a prestação de serviços médicos – Titularidade de sociedade simples composta por médico e cônjuge, atuante na administração de consultório - Verba de natureza*

<sup>2</sup>STJ - REsp n. 1.851.770/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 18/2/2020, DJe de 20/2/2020.

<sup>3</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 21770478720248260000 São Paulo, Relator.: Maurício Pessoa, Data de Julgamento: 17/10/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 17/10/2024

*alimentar análoga a salário, mesmo que atribuído a pessoa jurídica –  
Precedente do STJ – Inclusão na Classe I (Trabalhistas) – Decisão  
reformada – Recurso provido.*<sup>4</sup>

16. Desta forma, a Administradora Judicial **entende** que o crédito deverá ser reclassificado, para que passe a constar na classe trabalhista.

## CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado pela Lister - Médicos Associados Ltda- Me, para em harmonia com as disposições inseridas na LFR, **manter** o crédito apurado na verificação prévia de fls. 4.146/4.158, pelo valor de R\$ 105.901,08 (cento e cinco mil, novecentos e um reais e oito centavos).

**Titular do Crédito:** Lister - Médicos Associados Ltda.

**Valor do Crédito:** R\$ 105.901,08

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

<sup>4</sup> TJ-SP - AI: 22401865220208260000 SP 2240186-52.2020.8 .26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 27/11/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 27/11/2020.

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Medical Euro Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.
<b>CPF/CNPJ</b>	17.732.182/0001-98
<b>Tipo do Requerimento</b>	<b>HABILITAÇÃO DE CRÉDITO</b>

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pelas Recuperandas</b>	<b>Classificação do crédito declarado pelas Recuperandas</b>
R\$ 703.119,48	Subquirografia

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
-	-

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Habilitação
ii	Instrumento de Procuração

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de habilitação de crédito, apresentado às **fls. 3.812/3.813**, sem indicação do valor, da classe e tampouco da origem do crédito que pretende habilitar.

2. Ademais, denota-se que não foram juntados documentos comprobatórios da higidez, da natureza, ou do valor do crédito que se pretende habilitar nestes autos.
3. Desse modo, não é possível averiguar, efetivamente, os valores em aberto junto à Recuperanda, haja vista que desacompanhados de eventuais demonstrativos de repasses ou notas fiscais.
4. Nesta linha, impõe destacar que o art. 9º, incisos II e III da Lei n.º 11.101/2005, dispõe que os pedidos de habilitação deverão ser acompanhados da indicação do valor do crédito, sua origem e classificação, bem como os documentos comprobatórios do crédito.
5. Nesta linha, tal questão esbarra no requisito de **certeza e liquidez** do crédito pleiteado, de modo que a Administradora Judicial entende que a celeuma deverá ser objeto de ação própria, visando a competente constituição do crédito.
6. Neste sentido, ressalta-se o entendimento de jurisprudência do E. Tribunal e Justiça de São Paulo, *in verbis*:

*Recuperação Judicial – Habilitação de crédito retardatária – Decreto de extinção sem apreciação de mérito – Gratuidade processual requerida em segunda instância – Deferimento para processamento deste recurso, diante da presunção prevista no artigo 99, § 3º do CPC/2015 – Afirmada atuação como representante comercial, a partir de ajuste verbal – Apresentação de mensagens eletrônicas e planilha – **Ausência de uma base documental mínima, não se prestando o ajuizamento de uma habilitação para que seja obtida uma condenação apta a dotar um crédito de certeza e liquidez** – Inviabilidade de ser promovido um arbitramento da remuneração do recorrente, dados os limites de cognição e a finalidade deste incidente - Deficiência grave do pleito formulado – Inadequação – Falta de interesse de agir -*



*Extinção confirmada – Recurso desprovido.<sup>1</sup>*

\*\*\*

*HABILITAÇÃO DE CRÉDITO (RECUPERAÇÃO JUDICIAL) – Decisão judicial que rejeitou o incidente de habilitação de crédito, ponderando que a falta de título executivo líquido e certo impede a habilitação pretendida, e que o incidente em questão não goza de atributos amplos instrutórios de modo a permitir a comprovação do crédito – Alegação de que constou na lista de credores desde a propositura da demanda recuperacional, de forma que a própria recorrida já declarou o recorrente como credor, e que os documentos que apresentou constando a relação completa, é suficiente para atestar o seu crédito, nos termos do art. 9º, inc. III da Lei n. 11.101/05 – Descabimento – Crédito do agravante oriundo de demanda de rescisão contratual, que ainda não é dotado de liquidez, certeza e exigibilidade, devendo permanecer no juízo comum até a liquidação – Inteligência do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/05 – Demanda não finalizada – Necessidade de preenchimento dos requisitos previstos no inc. II e II o art. 9º da Lei n. 11.101/05, ainda que o crédito tenha sido indicado também pela recuperanda – Cabia ao agravante buscar a reserva do crédito nos termos do § 3º do art. 6º da Lei n. 11.101/05, ou aguardar a liquidez de seu crédito para buscar a habilitação – Decisão mantida – Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Negam provimento ao recurso<sup>2</sup>.*

7. Desta forma, em razão da ausência de crédito líquido e certo, é de rigor a rejeição do pleito de habilitação de crédito.

<sup>1</sup> TJ-SP - AI: 20351857020208260000 SP 2035185-70.2020.8.26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 11/05/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 11/05/2020

<sup>2</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 2111648-14.2024.8.26.0000 Bauru, Relator.: Ricardo Negrão, Data de Julgamento: 16/05/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 16/05/2024

8. Sem prejuízo, a Auxiliar do Juízo destaca que foi apresentada pela Recuperanda a competente Composição Analítica, que integra o Balancete Especial, relativa à “Conta Contábil n.º 2.1.2.01.002 - Fornecedor - Material Hospitalar”, devidamente posicionada para a data da distribuição do pedido de recuperação judicial (**09.04.2025**), demonstrando a existência do crédito arrolado na relação de credores.

9. Ressalta-se, todavia, que o crédito indicado pela Recuperanda foi incluído na classe sub-quirolgrafia. No entanto, em razão da ausência de previsão legal para tal classe na recuperação judicial, a Administradora Judicial entende necessária a reclassificação do crédito, para que conste na **classe quirolgrafia**.

## CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de habilitação de crédito apresentado por Nisimoto Serviços Médicos Ltda, para em harmonia com as disposições inseridas na LFR, **sendo mantido** o valor de R\$ 703.119,48 (setecentos e três mil, cento e dezenove reais e quarenta e oito centavos), na classe quirolgrafia.

**Titular do Crédito:** Medical Euro Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

**Valor do Crédito:** R\$ 703.119,48

**Classificação do Crédito:** Quirolgrafia

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.

Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante

OAB/SP nº 303.042

ANDREA DE OLIVEIRA COSTA

CRC nº 1SP-335648

Contadora

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Nisimoto Serviços Médicos Ltda
<b>CPF/CNPJ</b>	24.572.007/0001-46
<b>Tipo do Requerimento</b>	DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pelas Recuperandas</b>	<b>Classificação do crédito declarado pelas Recuperandas</b>
R\$ 37.104,66	Subquirográfario

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 116.141,47	Quirografária

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Divergência
ii	Troca de <i>e-mail</i> junto à preposto da Recuperanda

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de divergência de crédito, apresentado via *e-mail*, por meio do qual a Credora Nisimoto Serviços Médicos Ltda., requer a retificação de seu crédito da relação de credores, para que passe a constar pela monta de R\$ 116.141,47 (cento e dezesseis mil cento e

quarenta e um reais e quarenta e sete centavos), na classe quirografária.

2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém da prestação de serviços de médicos à Recuperanda.
3. Para corroborar o seu pleito, a Credora apresentou cópia dos instrumentos contratuais e troca de *e-mails* junto ao preposto da Recuperanda.
4. De proêmio, a Administradora Judicial procedeu à análise dos documentos apresentados pela Credora, sendo possível aferir que no dia 24.03.2010, as partes formalizaram *Contrato de Cessão de Uso de Instalações e Equipamentos Hospitalares*, cujo objeto consiste na prestação de serviços médicos à Recuperanda, veja-se:

CCU 45218

**CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**

**Cedente:** SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ, entidade filantrópica e de utilidade pública, de direito privado, mantenedora do Hospital Santa Cruz, com sede à Rua Santa Cruz, nº 385, Vila Mariana, São Paulo, Capital, inscrita no CNPJ/MF nº 00.552.096/0001-11, a seguir designada **Santa Cruz**.

**Cessionária:** NISIMOTO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA com sede à Rua Apicaká, nº 600, Apto 111, Perdizes - Cep 05.017-020 - São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 06.281.885/0001-15, neste ato representada por seu sócio, Dr. Adilson Tomohiro Nisimoto, brasileiro, casado, médico, CRM 101.335, CPF/MF nº 072.607788-44, RG 20.502.340-X, SSP/SP residente e domiciliado à Rua Apicaká, 800 Apto 111 Perdizes - São Paulo, Estado de São Paulo.

Entre as partes acima, em caráter irrevogável e irretroativo, fica justo e contratado o presente **CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**, que se regerá pelas **CONDIÇÕES GERAIS** registradas, por microfilme sob nº 3729787, no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos desta Capital, em 28 de novembro de 2001.

§ Único - Nos termos do estabelecido no preâmbulo das **Condições Gerais**, fica estipulado entre as partes que a remuneração do Santa Cruz prevista na cláusula 01, letra a, para as consultas ambulatoriais (particulares e convênios em geral) é de 7% (sete por cento).

2) Neste ato, as partes ratificam as demais **Condições Gerais**, não expressamente alteradas pelo presente, que ficam ficando parte integrante do presente, como se aqui estivessem transcritas, e acompanham o presente instrumento abaixo das cópias anexas, uma das quais a Cessionária neste ato recebe.

É por estarem justos e contratados, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das duas testemunhas, abaixo assinadas.

São Paulo, 24 de Março de 2010

**TESTEMUNHAS:**

  
Nome: Adilson Tomohiro Nisimoto - Presidente  
R.G. nº 20.502.340-X

  
Dr. Adilson Tomohiro Nisimoto  
Presidente

  
**NISIMOTO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**  
Dr. Adilson Tomohiro Nisimoto  
Sócio

  
Nome: Dr. Adilson Tomohiro Nisimoto  
R.G. nº 20.502.340-X

  
Nome: Dr. Adilson Tomohiro Nisimoto  
R.G. nº 20.502.340-X





\*\*\*

**CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (CCU)**

**Finalidade:** Este instrumento estabelece as **CONDIÇÕES GERAIS** do **Contrato de Cessão de Uso de Instalações e Equipamento Hospitalares (CCU)**, de propriedade ou de posse da Cedente, condições estas a vigorarem em todos os contratos firmados a partir do registro deste instrumento no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo.

Os percentuais da remuneração do Santa Cruz, previstos na Cláusula 6ª bem como o prazo de repasse previsto na Cláusula 7ª, poderão ser modificados, em relação a cada Cessionário, conforme for ajustado por ocasião da formalização de cada Contrato.

**CONDIÇÕES GERAIS**

**Cedente:** **SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ**, entidade de direito privado, mantenedora do Hospital Santa Cruz, com sede à Rua Santa Cruz nº 398, Vila Mariana, São Paulo, Capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.552.098/0001-11, a seguir designada o **Santa Cruz**.

**Cessionária:** a pessoa física ou jurídica que, através de instrumento à parte, ajustar com o Santa Cruz, um Contrato de Cessão acima nominado.

\*\*\*

**Cláusula 9ª - Disposições Finais**

O presente contrato obriga as partes, seus herdeiros e sucessores, a qualquer título, ficando eleito o foro da Comarca de São Paulo, Capital, para dirimir eventuais pendências dele oriundas, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, 20 de Novembro de 2001.

**(Trechos extraídos de documentos apresentados pela Credora)**

5. Em prosseguimento, a Credora apresentou troca de *e-mails* com preposto da Recuperanda, oportunidade no qual o setor de Contas Médicas indicou o saldo devedor existente:

De: "Kelly Martinez Coradini Villela" <kmvillela@hjsc.com.br>  
 Enviada: 2025/07/17 15:31:52  
 Para: chinatr@uol.com.br  
 Assunto: Re: Repasse medico dr Adilson (Nisimoto Serviços Medicos)

Boa tarde

segue valor liquido pendente até 03/25, antes do pedido de recuperação judicial

Em anexo demonstrativos com valor bruto

mês ref	liquido
mai/23	8.228,04
jun/23	9.871,00
jul/23	8.806,66

\*\*\*

De: "Kelly Martinez Coradini Villela" <kmvillela@hjsc.com.br>  
 Enviada: 2025/07/17 15:31:52  
 Para: chinatr@uol.com.br  
 Assunto: Re: Repasse medico dr Adilson (Nisimoto Serviços Medicos)

Boa tarde

segue valor liquido pendente até 03/25, antes do pedido de recuperação judicial

Em anexo demonstrativos com valor bruto

mês ref	liquido
mai/23	8.228,04
jun/23	9.871,00
jul/23	8.806,66

(Trechos extraídos de documentos apresentados pela Credora)

6. Nesta linha, denota-se que os documentos apresentados pela Credora, não possuem o condão de demonstrar, efetivamente, os valores em aberto junto à Recuperanda, haja vista que desacompanhados de eventuais demonstrativos de repasses ou notas fiscais que pudessem dar lastro aos valores pleiteados.
  
7. Nesta linha, tal questão esbarra no requisito de **certeza** do crédito pleiteado, de modo que a Administradora Judicial entende que a celeuma deverá ser objeto de ação própria, visando a competente constituição do crédito.

8. Neste sentido, ressalta-se o entendimento de jurisprudência do E. Tribunal e Justiça de São Paulo, *in verbis*:

*Recuperação Judicial – Habilitação de crédito retardatária – Decreto de extinção sem apreciação de mérito – Gratuidade processual requerida em segunda instância – Deferimento para processamento deste recurso, diante da presunção prevista no artigo 99, § 3º do CPC/2015 – Afirmada atuação como representante comercial, a partir de ajuste verbal – Apresentação de mensagens eletrônicas e planilha – Ausência de uma base documental mínima, não se prestando o ajuizamento de uma habilitação para que seja obtida uma condenação apta a dotar um crédito de certeza e liquidez – Inviabilidade de ser promovido um arbitramento da remuneração do recorrente, dados os limites de cognição e a finalidade deste incidente - Deficiência grave do pleito formulado – Inadequação – Falta de interesse de agir - Extinção confirmada – Recurso desprovido.<sup>1</sup>*

*HABILITAÇÃO DE CRÉDITO (RECUPERAÇÃO JUDICIAL) – Decisão judicial que rejeitou o incidente de habilitação de crédito, ponderando que a falta de título executivo líquido e certo impede a habilitação pretendida, e que o incidente em questão não goza de atributos amplos instrutórios de modo a permitir a comprovação do crédito – Alegação de que constou na lista de credores desde a propositura da demanda recuperacional, de forma que a própria recorrida já declarou o recorrente como credor, e que os documentos que apresentou constando a relação completa, é suficiente para atestar o seu crédito, nos termos do art. 9º, inc. III da Lei n. 11.101/05 – Descabimento – Crédito do agravante oriundo de demanda de rescisão contratual, que ainda não é dotado de liquidez, certeza e exigibilidade, devendo permanecer no juízo comum até a liquidação – Inteligência do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/05 – Demanda não finalizada – Necessidade de preenchimento dos requisitos previstos*

<sup>1</sup> TJ-SP - AI: 20351857020208260000 SP 2035185-70.2020.8 .26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 11/05/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 11/05/2020



no inc . II e II o art. 9º da Lei n. 11.101/05, ainda que o crédito tenha sido indicado também pela recuperanda – Cabia ao agravante buscar a reserva do crédito nos termos do § 3º do art . 6º da Lei n. 11.101/05, ou aguardar a liquidez de seu crédito para buscar a habilitação – Decisão mantida – Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Negam provimento ao recurso <sup>2</sup>.

9. Por seu turno, conforme petições acostados às fls. 2.440/2.442, 3.941/3.951 e 4.146/4.158, a Administração Judicial realizou verificação prévia relativa aos créditos detidos pelos prestadores de serviço médico, com base em documentação apresentada pela Recuperanda, oportunidade em que se identificou a existência do montante de R\$ 130.087,63 (cento e trinta mil e oitenta e sete reais e sessenta e três centavos), já devidamente atualizados até a data da recuperação judicial, veja-se:

NISHIMURA SERVICOS MEDICOS LTDA	R\$ 4.209,01
NISI MORAES SERVICOS MEDICOS	R\$ 894,17
NISIMOTO SERVIÇOS MEDICOS LTDA	R\$ 130.087,63
NOGUEIRA FERREIRA SERVICOS	R\$ 1.130,32
NOGUEIRA GAUDIO CLINICA E	R\$ 36.121,11

(trecho extraído à fl. 4.154)

10. Desta forma, em razão da ausência de crédito líquido e certo, é de rigor a rejeição do pleito de retificação dos valores já apurados pela Administradora Judicial, mantendo-se os valores previstos na verificação prévia de fls. 4.146/4.158.

11. Por fim, destaca-se que credora foi arrolada na Relação de Credores apresentada pela Recuperanda às fls. 1.908/1.935 na classe subquirográfaria. No entanto, em razão da ausência de previsão legal para tal classe na recuperação judicial, a Administradora Judicial entende necessária a reclassificação do crédito.

12. Neste sentido, urge consignar que o crédito titularizado pela Credora possui natureza direta na prestação de serviço médico-hospitalar, tratando-se, portanto, de verba de natureza estritamente alimentar, correspondente à contraprestação dos serviços prestados.

<sup>2</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 2111648-14.2024.8.26 .0000 Bauru, Relator.: Ricardo Negrão, Data de Julgamento: 16/05/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 16/05/2024

13. Assim, em que pese a relação contratual tenha se dado por meio de pessoas jurídicas, assemelha-se à qualificação de profissional liberal, a quem a jurisprudência pátria confere aos seus honorários a mesma classificação, no âmbito da recuperação judicial, dos créditos decorrentes da Justiça do Trabalho, tendo em vista sua natureza alimentar, confira-se:

*AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - HONORÁRIOS - CRÉDITO TRABALHISTA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, AMPARADA NA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO STJ, DEU PROVIMENTO AO RECLAMO. INCONFORMISMO DA RECUPERANDA. 1. O tratamento dispensado aos honorários devidos a profissionais liberais - no que se refere à sujeição ao plano de recuperação judicial - deve ser o mesmo conferido aos créditos de origem trabalhista, em virtude de ambos ostentarem natureza alimentar. Aplicação da Súmula 83 do STJ. 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, em se tratando de crédito trabalhista por equiparação, as Turmas de Direito Privado firmaram o entendimento de que é possível, por deliberação da AGC, a aplicação do limite previsto no art. 83, I, da Lei 11.101/2005 às empresas em recuperação judicial, desde que devida e expressamente previsto pelo plano de recuperação judicial, instrumento adequado para dispor sobre forma de pagamento das dívidas da empresa em soerguimento (princípio da preservação da empresa). Aplicação da Súmula 83 do STJ. 3. Agravo interno desprovido.<sup>3</sup>*

\*\*\*

*Agravo de instrumento – Recuperação judicial – Decisão que julgou improcedente impugnação de crédito – Inconformismo das recuperandas – Crédito decorrente de serviços prestados pelo habilitante na qualidade de médico – Crédito de natureza alimentar e, como tal, equiparável aos trabalhistas para fins de classificação em*

<sup>3</sup>STJ - REsp n. 1.851.770/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 18/2/2020, DJe de 20/2/2020.

*recuperação judicial – Precedentes jurisprudenciais – Decisão mantida – Recurso desprovido.*<sup>4</sup>

\*\*\*

*Recuperação Judicial – Crédito referente a prestação de serviços médicos – Titularidade de sociedade simples composta por médico e cônjuge, atuante na administração de consultório - Verba de natureza alimentar análoga a salário, mesmo que atribuído a pessoa jurídica – Precedente do STJ – Inclusão na Classe I (Trabalhistas) – Decisão reformada – Recurso provido.*<sup>5</sup>

14. Desta forma, a Administradora Judicial **entende** que o crédito deverá ser reclassificado, para que passe a constar na classe trabalhista.

## CONCLUSÃO

15. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado por Nisimoto Serviços Médicos Ltda, para em harmonia com as disposições inseridas na LFR, **manter** o crédito da relação de credores, para que passe a constar pelo montante previsto na verificação prévia de fls. 4.146/4.158, de R\$ 130.087,63 (cento e trinta mil e oitenta e sete reais e sessenta e três centavos).

**Titular do Crédito:** Nisimoto Serviços Médicos Ltda

**Valor do Crédito:** R\$ 130.087,63

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

<sup>4</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 21770478720248260000 São Paulo, Relator.: Maurício Pessoa, Data de Julgamento: 17/10/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 17/10/2024

<sup>5</sup> TJ-SP - AI: 22401865220208260000 SP 2240186-52.2020.8 .26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 27/11/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 27/11/2020.

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Oma Serviços Médicos e Cirurgicos S/S Ltda
<b>CPF/CNPJ</b>	19.329.042/0001-07
<b>Tipo do Requerimento</b>	DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pelas Recuperandas</b>	<b>Classificação do crédito declarado pelas Recuperandas</b>
R\$ 49.933,38	Subquirografário

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 55.983,32	Quirografário

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Divergência
ii	Documentos Constitutivos e de Representação
iii	Troca de <i>e-mails</i> indicando a pactuação de acordo
iv	Demonstrativos de Repasses dos meses de março a dezembro de 2023

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de divergência de crédito, apresentado via *e-mail*, por meio do qual a Credora Oma Serviços Médicos e Cirurgicos S/S Ltda, requer a retificação de seu crédito da relação de credores, para que passe a constar pelo montante de R\$ 55.983,32 (cinquenta e cinco mil novecentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos).
2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém da prestação de serviços de médicos à Recuperanda.
3. Para corroborar o seu pleito, a Credora apresentou demonstrativos de repasses médicos relativos aos meses de março a dezembro de 2023, acompanhados de troca de *e-mails*.
4. De proêmio, a Administradora Judicial procedeu à análise dos documentos apresentados pela Credora, sendo possível aferir que a relação jurídica entabulada entre as partes consiste na prestação de serviços médicos à Recuperanda. Isto porque, a Credora apresentou troca de *e-mails*, demonstrando que em razão da inadimplência da Recuperanda, no dia **14.08.2024**, foi proposto a competente formalização de acordo de parcelamento, sendo reconhecido o débito no montante atualizado de R\$ 109.283,95, a ser pago em 4 parcelas sucessivas de R\$ 27.320,09, confira-se:

— Mensagem encaminhada —  
 De: "thiago.otsuzi@cpod.net.br" <thiago.otsuzi@cpod.net.br>  
 Para: "thiagootsuzi@yahoo.com.br" <thiagootsuzi@yahoo.com.br>  
 Cc:  
 Enviada: qua, 14 de ago. de 2024 às 16:03  
 Assunto: Fwd: PAGAMENTO DE REPASSES ATRASADOS - Comunicado da Diretoria

----- Mensagem encaminhada -----  
 De: Elaine Domingues <eladomingues@hjpc.com.br>  
 Data: 23 de out. de 2023 10:10  
 Assunto: PAGAMENTO DE REPASSES ATRASADOS - Comunicado da Diretoria  
 Para: thiago.otsuzi@cpod.net.br  
 Cc:

Prezados Doutores da OMA SERVIÇOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS,

Agradecemos a colaboração com o hospital e seus pacientes, e por meio desta, gostaríamos de lhe apresentar o plano de pagamento dos valores atrasados, computados até setembro do corrente ano.

A proposta é para o pagamento do saldo atrasado em 4 (quatro) parcelas iguais, conforme o demonstrativo abaixo:

Total devido entre março e setembro de 2023	R\$100.283,95
---	---------------

Valor da parcela mensal	R\$ 27.320,09
-------------------------	---------------

Para o pagamento, precisaremos solicitar a emissão das notas conforme os valores apurados no respectivo mês de competência. Note, entretanto, que o pagamento seguirá o valor da parcela e, portanto, será diferente do valor da nota fiscal emitida. Assim, caso haja um saldo da nota fiscal emitida em relação à parcela, o valor será computado para o pagamento da parcela no mês subsequente, até que o saldo fique zerado.

Fique à vontade para contactar o setor de contas médicas, que irá encaminhar os demonstrativos referentes à parcela do atrasado, para emissão das respectivas NFs.

Reiteramos nossos agradecimentos pela contínua colaboração.

Atenciosamente,

Diretoria do HJSC

(Trechos extraídos de documentos apresentados pela Credora)

5. Nesta linha, a Credora informou que a Recuperanda não cumpriu com os valores e prazos pactuados, procedendo pagamentos fracionados em datas diversas, sendo efetivamente pago o montante de R\$ 57.209,13, relativos aos repasses dos meses de março, abril, maio, agosto, outubro e dezembro de 2023, confira-se:

8. Entretanto, além de não terem sido respeitadas as datas previstas no plano de pagamento, a OMA recebeu apenas o pagamento do montante de R\$ 57.209,13, conforme detalhado abaixo e nos comprovantes de repasse anexos (**doc. 04**):

Mês 2023	Data vencimento	Valores pagos
Março	15/03/2023	R\$ 7.663,74
Abril	25/04/2023	R\$ 21.986,31
Maio	18/05/2023	R\$ 13.786,98
Agosto	14/08/2023	R\$ 7.982,24
Outubro	17/10/2023	R\$ 1.283,20
Dezembro	14/12/2023	R\$ 4.506,66
<b>Total</b>		<b>R\$ 57.209,13</b>

**(Trechos extraídos de documentos apresentados pela Credora)**

6. Neste giro, denota-se que os documentos apresentados pela Credora, não possuem o condão de demonstrar, efetivamente, os valores em aberto junto à Recuperanda, haja vista que desacompanhados de eventuais demonstrativos de repasses, notas fiscais ou contratos assinados que pudessem dar lastro aos valores pleiteados.

7. Isto porque, a troca de *e-mails* apresentada não possui o condão de confirmar eventual acordo pactuado entre as partes, com o competente aceite pela credora, assim como os demonstrativos de repasses apresentados dizem respeito somente aos valores efetivamente pagos, e não ao crédito em aberto, conforme tabela elucidativa a seguir:

Repasse	Data de Emissão	Referência	Valor Bruto	Valor Líquido	Vencimento
83707	14.03.2023	03/2023	R\$ 8.165,98	R\$ 7.663,74	15.03.2023
84110	24.04.2023	04/2023	R\$ 23.427,08	R\$ 21.986,31	25.04.2023
84524	17.05.2023	05/2023	R\$ 14.690,45	R\$ 13.786,98	18.05.2023
91441	22.08.2023	08/2023	R\$ 8.505,32	R\$ 7.982,24	14.08.2023
92215	16.10.2023	10/2023	R\$ 1.367,29	R\$ 1.283,20	17.10.2023
93220	08.12.2023	12/2023	R\$ 4.801,98	R\$ 4.506,66	14.12.2023
<b>Total</b>			<b>R\$ 60.958,10</b>	<b>R\$ 57.209,13</b>	<b>-</b>

8. Nesta linha, tal questão esbarra no requisito de **certeza** do crédito pleiteado, de modo que a Administradora Judicial entende que a celeuma deverá ser objeto de ação própria, visando a competente constituição do crédito.

9. Neste sentido, ressalta-se o entendimento de jurisprudência do E. Tribunal e Justiça de São Paulo, *in verbis*:



*Recuperação Judicial – Habilitação de crédito retardatária – Decreto de extinção sem apreciação de mérito – Gratuidade processual requerida em segunda instância – Deferimento para processamento deste recurso, diante da presunção prevista no artigo 99, § 3º do CPC/2015 – Afirmada atuação como representante comercial, a partir de ajuste verbal – Apresentação de mensagens eletrônicas e planilha – Ausência de uma base documental mínima, não se prestando o ajuizamento de uma habilitação para que seja obtida uma condenação apta a dotar um crédito de certeza e liquidez – Inviabilidade de ser promovido um arbitramento da remuneração do recorrente, dados os limites de cognição e a finalidade deste incidente - Deficiência grave do pleito formulado – Inadequação – Falta de interesse de agir - Extinção confirmada – Recurso desprovido.<sup>1</sup>*

*HABILITAÇÃO DE CRÉDITO (RECUPERAÇÃO JUDICIAL) – Decisão judicial que rejeitou o incidente de habilitação de crédito, ponderando que a falta de título executivo líquido e certo impede a habilitação pretendida, e que o incidente em questão não goza de atributos amplos instrutórios de modo a permitir a comprovação do crédito – Alegação de que constou na lista de credores desde a propositura da demanda recuperacional, de forma que a própria recorrida já declarou o recorrente como credor; e que os documentos que apresentou constando a relação completa, é suficiente para atestar o seu crédito, nos termos do art. 9º, inc. III da Lei n. 11.101/05 – Descabimento – Crédito do agravante oriundo de demanda de rescisão contratual, que ainda não é dotado de liquidez, certeza e exigibilidade, devendo permanecer no juízo comum até a liquidação – Inteligência do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/05 – Demanda não finalizada – Necessidade de preenchimento dos requisitos previstos no inc . II e II o art. 9º da Lei n. 11.101/05, ainda que o crédito tenha sido indicado também pela recuperanda – Cabia ao agravante*

<sup>1</sup> TJ-SP - AI: 20351857020208260000 SP 2035185-70.2020.8 .26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 11/05/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 11/05/2020

*buscar a reserva do crédito nos termos do § 3º do art . 6º da Lei n. 11.101/05, ou aguardar a liquidez de seu crédito para buscar a habilitação – Decisão mantida – Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Negam provimento ao recurso <sup>2</sup>.*

10. Por seu turno, conforme petições acostados às fls. 2.440/2.442, 3.941/3.951 e 4.146/4.158, a Administração Judicial realizou verificação prévia relativa aos créditos detidos pelos prestadores de serviço médico, com base em documentação apresentada pela Recuperanda, oportunidade em que se identificou a existência do montante de R\$ 69.554,97 (sessenta e nove mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e noventa e sete centavos), já devidamente atualizados até a data da recuperação judicial, veja-se:

OFTALMOLOGIA SANTA ANNA LTDA	R\$ 1.472,63
OFTCON CONSULTORIO	R\$ 2.922,77
OMA SERVICOS MEDICOS E	R\$ 69.554,97
OMVP SERVICOS MEDICOS LTDA	R\$ 1.496,33

*(Trechos extraídos de documentos apresentados pela Credora)*

11. Desta forma, em razão da ausência de crédito líquido e certo, é de rigor a rejeição do pleito de retificação dos valores já apurados pela Administradora Judicial, mantendo-se os valores previstos na verificação prévia de fls. 4.146/4.158.

12. Por fim, destaca-se que credora foi arrolada na Relação de Credores apresentada pela Recuperanda às fls. 1.908/1.935 na classe subquirografária. No entanto, em razão da ausência de previsão legal para tal classe na recuperação judicial, a Administradora Judicial entende necessária a reclassificação do crédito.

13. Neste sentido, urge consignar que o crédito titularizado pela Credora possui natureza direta na prestação de serviço médico-hospitalar, tratando-se, portanto, de verba de natureza estritamente alimentar, correspondente à contraprestação dos serviços prestados.

14. Assim, em que pese a relação contratual tenha se dado por meio de pessoas jurídicas, assemelha-se à qualificação de profissional liberal, a quem a jurisprudência pátria confere aos

<sup>2</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 2111648-14.2024.8.26 .0000 Bauru, Relator.: Ricardo Negrão, Data de Julgamento: 16/05/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 16/05/2024

seus honorários a mesma classificação, no âmbito da recuperação judicial, dos créditos decorrentes da Justiça do Trabalho, tendo em vista sua natureza alimentar, confira-se:

*AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - HONORÁRIOS - CRÉDITO TRABALHISTA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, AMPARADA NA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO STJ, DEU PROVIMENTO AO RECLAMO. INCONFORMISMO DA RECUPERANDA. 1. O tratamento dispensado aos honorários devidos a profissionais liberais - no que se refere à sujeição ao plano de recuperação judicial - deve ser o mesmo conferido aos créditos de origem trabalhista, em virtude de ambos ostentarem natureza alimentar. Aplicação da Súmula 83 do STJ. 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, em se tratando de crédito trabalhista por equiparação, as Turmas de Direito Privado firmaram o entendimento de que é possível, por deliberação da AGC, a aplicação do limite previsto no art. 83, I, da Lei 11.101/2005 às empresas em recuperação judicial, desde que devida e expressamente previsto pelo plano de recuperação judicial, instrumento adequado para dispor sobre forma de pagamento das dívidas da empresa em soerguimento (princípio da preservação da empresa). Aplicação da Súmula 83 do STJ. 3. Agravo interno desprovido.<sup>3</sup>*

\*\*\*

*Agravo de instrumento – Recuperação judicial – Decisão que julgou improcedente impugnação de crédito – Inconformismo das recuperandas – Crédito decorrente de serviços prestados pelo habilitante na qualidade de médico – Crédito de natureza alimentar e, como tal, equiparável aos trabalhistas para fins de classificação em recuperação judicial – Precedentes jurisprudenciais – Decisão mantida – Recurso desprovido.<sup>4</sup>*

<sup>3</sup>STJ - REsp n. 1.851.770/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 18/2/2020, DJe de 20/2/2020.

<sup>4</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 21770478720248260000 São Paulo, Relator.: Maurício Pessoa, Data de Julgamento: 17/10/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 17/10/2024

\*\*\*

*Recuperação Judicial – Crédito referente a prestação de serviços médicos – Titularidade de sociedade simples composta por médico e cônjuge, atuante na administração de consultório - Verba de natureza alimentar análoga a salário, mesmo que atribuído a pessoa jurídica – Precedente do STJ – Inclusão na Classe I (Trabalhistas) – Decisão reformada – Recurso provido.<sup>5</sup>*

15. Desta forma, a Administradora Judicial **entende** que o crédito deverá ser reclassificado, para que passe a constar na classe trabalhista.

## CONCLUSÃO

16. Diante do exposto, a Administradora Judicial **acolhe** o pedido de divergência de crédito apresentado por OMA Serviços Médicos e Cirúrgicos S/S Ltda, para em harmonia com as disposições inseridas na LFR, **retificar** o crédito da relação de credores, para que passe a constar pelo montante de R\$ 69.554,97 (sessenta e nove mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e noventa e sete centavos).

**Titular do Crédito:** OMA Serviços Médicos e Cirúrgicos S/S Ltda

**Valor do Crédito:** R\$ 69.554,97

**Classificação do Crédito:** Trabalhista.

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

<sup>5</sup> TJ-SP - AI: 22401865220208260000 SP 2240186-52.2020.8 .26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 27/11/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 27/11/2020.

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Ricardo Carriel Amary e César Elias Ortolan
<b>CPF/CNPJ</b>	212.483.958-67 e 223.790.188-04
<b>Tipo do Requerimento</b>	<b>HABILITAÇÃO DE CRÉDITO</b>

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pelas Recuperandas</b>	<b>Classificação do crédito declarado pelas Recuperandas</b>
-	-

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 36.346,24	Trabalhista

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

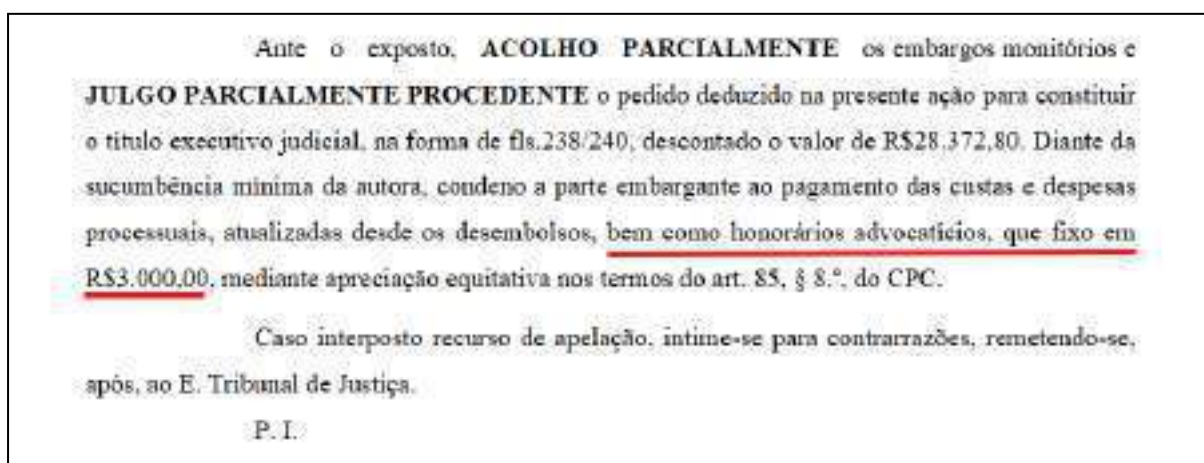
<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
<b>i</b>	Petição de Habilitação de Crédito n.º 1102358-46.2025.8.26.0100

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de Habilitação de Crédito, intentado pelos Credores Ricardo Carriel Amary e César Elias Ortolan, através do incidente de habilitação de crédito n.º 1102358-46.2025.8.26.0100, via *e-mail* e das fls. 3.898/3929, por meio do qual pugna pela

habilitação de seu crédito na relação de credores, pela monta de R\$ 36.346,24 (trinta e seis mil, trezentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), na classe trabalhista.

2. Aduzem os Credores que o crédito em testilha advém da ação de monitória nº 1021154-48.2023.8.26.0003 e do cumprimento de sentença nº 0003732-09.2025.8.26.0003 que tramitou perante a 6ª Vara Cível do Foro Regional III - Jabaquara/SP, movida pela empresa Clínica Nakano Oftalmologia Ltda., em face da Recuperanda, em que foi fixado o do valor de R\$ 3.000,00 a título de honorários advocatícios, e posteriormente os Credores interpuuseram recurso de apelação, em razão do baixo valor arbitrado, dessa forma o acórdão deu provimento ao recurso majorando os honorários em 10% sobre o valor da condenação.
3. Para corroborar o seu pleito, dentre outros documentos, os Credores apresentaram as cópias das principais peças processuais da ação de monitória.
4. Assim sendo, em análise aos autos da Ação Monitória do qual o crédito em testilha é oriundo, é possível aferir que no dia **18.03.2024**, fora proferida r. sentença, determinando o pagamento de honorários advocatícios no montante de R\$3.000,00. Veja-se:



\*\*\*



*(Trechos extraídos dos autos n.º 1021154-48.2023.8.26.0003)*

5. Em prosseguimento, no dia 04.02.2025, foi proferido r. acórdão, que deu provimento ao recurso de apelação interposto pelos credores para majorar os valores referentes a honorários. Veja-se:

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1021154-48.2023.8.26.0003, da Comarca de São Paulo, em que é apelante NAKANO OFTALMOLOGIA LTDA., é apelado SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores LUIZ EURICO (Presidente) E SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2025.

\*\*\*

Na espécie, o proveito econômico obtido pela autora/embargada corresponde ao valor de R\$ 254.720,57. Tal montante não pode ser considerado pequeno, de sorte que deve servir de base de cálculo dos honorários dos apelantes.

Logo, de rigor a fixação dos honorários dos apelantes em 10% do valor do proveito econômico obtido, conforme acima explicitado.

Isto posto, voto pelo provimento do apelo para o fim explicitado.

(Trechos extraídos dos autos n.º 1021154-48.2023.8.26.0003)



6. Desta forma, no dia 15.05.2025 a Recuperanda apresentou manifestação nos autos do Cumprimento de Sentença nº 0003732-09.2025.8.26.0003, comunicando a distribuição do pedido de recuperação judicial, pugnando pela suspensão do processo, assim o D. Juízo proferiu r. despacho dando ciência às partes, as quais não se manifestaram. Confira-se:

## 2. DA CONCLUSÃO E REQUERIMENTOS

Diante do exposto, requer digno-se Vossa Excelência:

- a) Determinar a imediata suspensão do presente processo em sua fase de cumprimento de sentença, em conformidade com o artigo 6º, §4º, da Lei nº 11.101/2005;

\*\*\*

Juiza de Direito: Dra. MICHELLE FABIOLA DITTERT PUPULIM

Vistos.

Fls.22/30: Ciência à parte exequente para manifestação, no prazo de 05 dias.

Após, tornem conclusos.

Int.

São Paulo, 16 de maio de 2025.

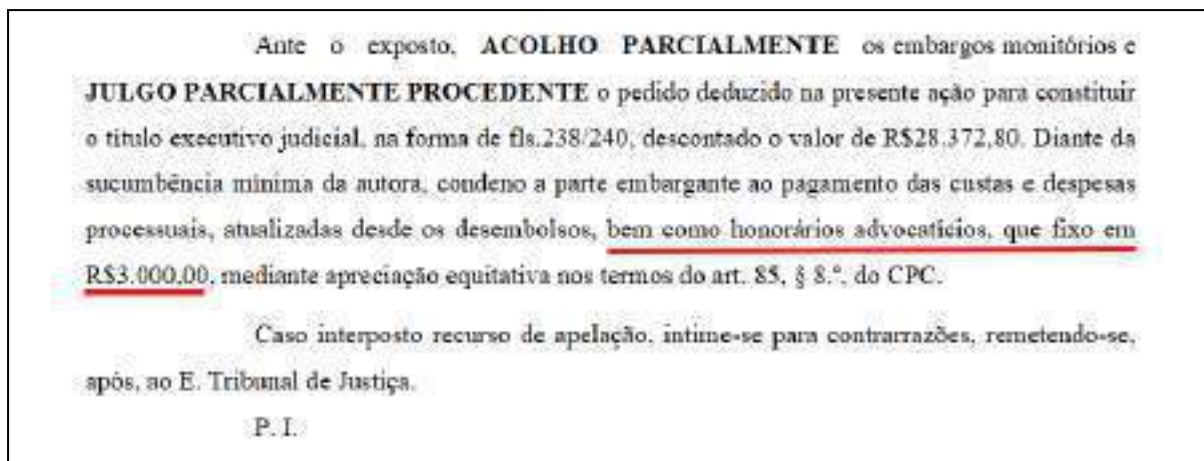
\*\*\*

## CERTIDÃO

Certifico e dou fê que decorreu o prazo sem manifestação da parte exequente. Nada mais. São Paulo, 25 de agosto de 2025. Eu, GABRIEL YAMAMOTO NANBU, Escrevente Técnico Judiciário.

*(Trechos extraídos dos autos do Cumprimento de Sentença n.º 0003732-09.2025.8.26.0003)*

7. Desta feita, cabe destacar que a r. sentença que determinou o pagamento de honorários advocatícios foi proferida em **18.03.2024**, ou seja, em data anterior ao pedido de Recuperação Judicial, ocorrido aos **09.04.2025**, de forma que o crédito pleiteado possui natureza **concurisal**, veja-se:



\*\*\*



*(Trechos extraídos dos autos n.º 1021154-48.2023.8.26.0003)*

8. Neste passo, consigna-se que o Credor apresentou planilha de cálculo, contendo os valores a serem habilitados a título de honorários, a qual se encontra atualizada até a data do pedido de Recuperação Judicial (**09.04.2025**), ou seja, em consonância com as regras impostas pelo art. 9º, II, da LFR, veja-se:

Correção monetária			
Valores atualizados até 09/04/2025 utilizando TJ/SP: Tabela Prática Oficial - Lei nº 14.905/2024 - Cálculos Cíveis em geral			
Valor Orig.	valor em 02/04/2025		30.038,22
Corr. Mon.	de 02/04/2025 a 09/04/2025	R\$ 30.038,22 x 99,613514	30.038,22
Multa		R\$ 30.038,22 x 10,00%	3.003,82
Honorários		R\$ 33.042,04 x 10,00%	3.304,20
Subtotal			36.346,24

Resumo			
	Valores	Custas	Total
Valores sem atualização	R\$ 30.038,22		
Valores atualizados	30.038,22	0,00	30.038,22
Multa	3.003,82	0,00	3.003,82
Honorários	3.304,20	0,00	3.304,20
Total	36.346,24	0,00	36.346,24

(Trechos extraídos dos autos n.º 1021154-48.2023.8.26.0003)

9. Deste modo, havendo crédito líquido e certo, de rigor a habilitação do montante de R\$ 36.346,24 (trinta e seis mil, trezentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos) em favor dos Credores Drs. Ricardo Carriel Amary e César Elias Ortolan, na classe trabalhista.

## CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, a Administradora Judicial **opina** pelo acolhimento do pedido de habilitação apresentado, para **incluir** o crédito em favor dos Credores Drs. Ricardo Carriel Amary e César Elias Ortolan, na relação creditícia da Recuperanda, pelo montante de R\$ 36.346,24 (trinta e seis mil, trezentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), na classe trabalhista.

**Titular do Crédito:** Ricardo Carriel Amary e César Elias Ortolan

**Valor do Crédito:** R\$ 36.346,24

**Classificação do Crédito:** Trabalhista

ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.  
 Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante  
 OAB/SP nº 303.042

ANDREA DE OLIVEIRA COSTA  
 CRC nº 1SP-335648  
 Contadora

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Sepaci Serviços Médicos Ltda
<b>CPF/CNPJ</b>	09.255.214/0001-83
<b>Tipo do Requerimento</b>	<b>DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO</b>

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pelas Recuperandas</b>	<b>Classificação do crédito declarado pelas Recuperandas</b>
R\$ 70.595,87	Subquirográfico

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 269.036,82	-

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Divergência
ii	Demonstrativo de repasse à terceiro

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de divergência de crédito, apresentado via *e-mail*, por meio do qual a Credora Sepaci Serviços Médicos Ltda, requer a retificação de seu crédito da relação de

credores, para passar a constar pela monta de R\$ 269.036,82 (duzentos e sessenta e nove mil, trinta e seis reais e oitenta e dois centavos).

2. Aduz a Credora que o crédito em testilha advém da prestação de serviços de médicos à Recuperanda.

3. Para corroborar o seu pleito, a Credora apresentou os competentes “Demonstrativos de Repasse à Terceiros”, acompanhado de troca de e-mails.

4. De proêmio, a Administradora Judicial procedeu à análise dos documentos apresentados pela Credora, sendo possível aferir a relação jurídica entabulada entre as partes, consistente na prestação de serviços médicos à Recuperanda.

5. Isto porque, a Credora apresentou e-mails enviados pela Recuperanda, por meio do qual informa o valor pendente antes do pedido de recuperação judicial. Além disso, apresentou extratos de repasse a terceiros emitido por sistema interno da Recuperanda, à exemplo:

De: "Kelly Martins Condes Vilela" <koncelita@tjpc.com.br>  
 Enviada: 2025/08/08 08:49:49  
 Para: sepec@tjpc.com.br  
 Cc: credcos@tjpc.com.br, yvianahara@yahoo.com.br  
 Assunto: Re: RELATORIO- REF VALORES PENDENTES

Bom dia Dr Yawa

segue conforme solicitado

Até o mês de Março refere-se ao valor enviado à administradora referente ao valor pendente antes do pedido de recuperação judicial

Mês	Valor
mar/23	26.546,89
abr/23	25.586,59
ma/23	25.189,59
ago/23	21.245,84
jun/23	17.270,33
fev/24	25.681,77
ma/24	21.722,87
abr/24	27.481,31
jun/24	28.984,33
ju/24	23.397,51
ago/24	27.206,71
set/24	23.743,89
dez/24	23.637,88
jan/25	21.251,77
fev/25	21.209,98
mar/25	8.542,25
<b>Total</b>	<b>269.036,82</b>

\*\*\*

*(Trechos extraídos de documentos apresentados pela Credora)*

8. Nesta linha, tal questão esbarra no requisito de **certeza** do crédito pleiteado, de modo que a Administradora Judicial entende que a celeuma deverá ser objeto de ação própria, visando a competente constituição do crédito.

*Recuperação Judicial – Habilitação de crédito retardatária – Decreto de extinção sem apreciação de mérito – Gratuidade processual*



*requerida em segunda instância – Deferimento para processamento deste recurso, diante da presunção prevista no artigo 99, § 3º do CPC/2015 – Afirmada atuação como representante comercial, a partir de ajuste verbal – Apresentação de mensagens eletrônicas e planilha – Ausência de uma base documental mínima, não se prestando o ajuizamento de uma habilitação para que seja obtida uma condenação apta a dotar um crédito de certeza e liquidez – Inviabilidade de ser promovido um arbitramento da remuneração do recorrente, dados os limites de cognição e a finalidade deste incidente - Deficiência grave do pleito formulado – Inadequação – Falta de interesse de agir - Extinção confirmada – Recurso desprovido.<sup>1</sup>*

*HABILITAÇÃO DE CRÉDITO (RECUPERAÇÃO JUDICIAL) – Decisão judicial que rejeitou o incidente de habilitação de crédito, ponderando que a falta de título executivo líquido e certo impede a habilitação pretendida, e que o incidente em questão não goza de atributos amplos instrutórios de modo a permitir a comprovação do crédito – Alegação de que constou na lista de credores desde a propositura da demanda recuperacional, de forma que a própria recorrida já declarou o recorrente como credor, e que os documentos que apresentou constando a relação completa, é suficiente para atestar o seu crédito, nos termos do art. 9º, inc. III da Lei n. 11.101/05 – Descabimento – Crédito do agravante oriundo de demanda de rescisão contratual, que ainda não é dotado de liquidez, certeza e exigibilidade, devendo permanecer no juízo comum até a liquidação – Inteligência do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/05 – Demanda não finalizada – Necessidade de preenchimento dos requisitos previstos no inc. II e II o art. 9º da Lei n. 11.101/05, ainda que o crédito tenha sido indicado também pela recuperanda – Cabia ao agravante buscar a reserva do crédito nos termos do § 3º do art. 6º da Lei n. 11.101/05, ou aguardar a liquidez de seu crédito para buscar a habilitação – Decisão mantida – Agravo de instrumento não provido.*

<sup>1</sup> TJ-SP - AI: 20351857020208260000 SP 2035185-70.2020.8 .26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 11/05/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 11/05/2020



*Dispositivo: Negam provimento ao recurso* <sup>2</sup>.

10. Por seu turno, conforme petições acostados às fls. 2.440/2.442, 3.941/3.951 e 4.146/4.158, a Administração Judicial realizou verificação prévia relativa aos créditos detidos pelos prestadores de serviço médico, com base em documentação apresentada pela Recuperanda, oportunidade em que se identificou a existência do montante de R\$ 306.795,08 (trezentos e seis mil, setecentos e noventa e cinco reais e oito centavos), já devidamente atualizados até a data da recuperação judicial, veja-se:

SEOFT SERVICOS ESPECIALIZADOS	R\$ 4.550,14
SEPACI - SERVIÇOS MEDICOS LTDA	R\$ 306.795,08
SERACOR SERVIÇOS DE ANESTESIA	R\$ 36.945,54

*(trecho extraído à fl. 3.950)*

11. Desta forma, em razão da ausência de crédito líquido e certo, é de rigor a rejeição da presente divergência, mantendo-se, todavia, pelo *quantum* já apurado pela Administradora Judicial, conforme demonstrado na verificação prévia de fls. 4.146/4.158.

12. Por fim, destaca-se que credora foi arrolada na Relação de Credores apresentada pela Recuperanda às fls. 1.908/1.935 na classe subquirografária. No entanto, em razão da ausência de previsão legal para tal classe na recuperação judicial, a Administradora Judicial entende necessária a reclassificação do crédito.

13. Neste sentido, urge consignar que o crédito titularizado pela Credora possui natureza direta na prestação de serviço médico-hospitalar, tratando-se, portanto, de verba de natureza estritamente alimentar, correspondente à contraprestação dos serviços prestados.

14. Assim, em que pese a relação contratual tenha se dado por meio de pessoas jurídicas, assemelha-se à qualificação de profissional liberal, a quem a jurisprudência pátria confere aos seus honorários a mesma classificação, no âmbito da recuperação judicial, dos créditos decorrentes da Justiça do Trabalho, tendo em vista sua natureza alimentar, confira-se:

<sup>2</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 2111648-14.2024.8.26 .0000 Bauru, Relator.: Ricardo Negrão, Data de Julgamento: 16/05/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 16/05/2024

*AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - HONORÁRIOS - CRÉDITO TRABALHISTA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, AMPARADA NA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO STJ, DEU PROVIMENTO AO RECLAMO. INCONFORMISMO DA RECUPERANDA. 1. O tratamento dispensado aos honorários devidos a profissionais liberais - no que se refere à sujeição ao plano de recuperação judicial - deve ser o mesmo conferido aos créditos de origem trabalhista, em virtude de ambos ostentarem natureza alimentar. Aplicação da Súmula 83 do STJ. 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, em se tratando de crédito trabalhista por equiparação, as Turmas de Direito Privado firmaram o entendimento de que é possível, por deliberação da AGC, a aplicação do limite previsto no art. 83, I, da Lei 11.101/2005 às empresas em recuperação judicial, desde que devida e expressamente previsto pelo plano de recuperação judicial, instrumento adequado para dispor sobre forma de pagamento das dívidas da empresa em soerguimento (princípio da preservação da empresa). Aplicação da Súmula 83 do STJ. 3. Agravo interno desprovido.<sup>3</sup>*

\*\*\*

*Agravo de instrumento – Recuperação judicial – Decisão que julgou improcedente impugnação de crédito – Inconformismo das recuperandas – Crédito decorrente de serviços prestados pelo habilitante na qualidade de médico – Crédito de natureza alimentar e, como tal, equiparável aos trabalhistas para fins de classificação em recuperação judicial – Precedentes jurisprudenciais – Decisão mantida – Recurso desprovido.<sup>4</sup>*

\*\*\*

*Recuperação Judicial – Crédito referente a prestação de serviços médicos – Titularidade de sociedade simples composta por médico e*

<sup>3</sup>STJ - REsp n. 1.851.770/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 18/2/2020, DJe de 20/2/2020.

<sup>4</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 21770478720248260000 São Paulo, Relator.: Maurício Pessoa, Data de Julgamento: 17/10/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 17/10/2024

*cônjuge, atuante na administração de consultório - Verba de natureza alimentar análoga a salário, mesmo que atribuído a pessoa jurídica – Precedente do STJ – Inclusão na Classe I (Trabalhistas) – Decisão reformada – Recurso provido.*<sup>5</sup>

15. Desta forma, a Administradora Judicial **entende** que o crédito deverá ser reclassificado, para que passe a constar na classe trabalhista.

## CONCLUSÃO

16. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado por *Sepaci Serviços Médicos Ltda*, para em harmonia com as disposições inseridas na LFR, **manter** o crédito da relação de credores, para constar pelo montante previsto na verificação prévia de fls. 4.146/4.158, de **R\$ 306.795,08 (trezentos e seis mil, setecentos e noventa e cinco reais e oito centavos)**, na classe trabalhista

**Titular do Crédito:** Romaremed Serviços Médicos Ltda

**Valor do Crédito:** R\$ 306.795,08

**Classificação do Crédito:** trabalhista

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

<sup>5</sup> TJ-SP - AI: 22401865220208260000 SP 2240186-52.2020.8 .26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 27/11/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 27/11/2020.

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Aesfera Comércio de Materiais Médicos e Hospitalares Ltda.
<b>CPF/CNPJ</b>	38.376.832/0001-80
<b>Tipo do Requerimento</b>	DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pela Recuperanda</b>	<b>Classificação do crédito declarado pela Recuperanda</b>
R\$ 114.436,40	Quirografário

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 85.138,93	Quirografário

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	E-mail com Divergência de Crédito

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de pedido de divergência de crédito, apresentado via *e-mail*, por meio do qual a Credora Aesfera Comércio de Materiais Médicos e Hospitalares Ltda., pugna pela retificação de seu crédito na relação creditícia da Recuperanda, para que passe a constar pela monta de R\$ 85.138,93 (oitenta e cinco mil, cento e trinta e oito reais e noventa e três

centavos), na classe quirografária.

2. Aduz a Credora que o crédito pleiteado advém das notas fiscais n.º 1.863 e 2.046.

3. Para corroborar o seu pleito, a Credora apresentou cópia das notas fiscais supramencionadas.

4. De proêmio, a Administradora Judicial procedeu à análise dos documentos apresentados pela Credora, podendo aferir que o crédito em questão é oriundo da emissão de notas fiscais, relativas ao fornecimento de material médico-hospitalar, conforme tabela elucidativa a seguir:

Nota Fiscal	Data de Emissão	Duplicata	Data de Vencimento/ Parcela	Valor
1.863	26.11.2024	01	20.01.2025	R\$ 17.673,33
		02	09.02.2025	R\$ 17.673,33
		03	24.02.2025	R\$ 17.673,34
2.046	03.01.2025	01	04.03.2025	R\$ 10.600,00
Total				R\$ 63.620

5. Não obstante, em que pese apresentado pela Credora cópias das notas fiscais eletrônicas, denota-se que as mesmos não possuem **nenhuma assinatura atestando a entrega dos produtos fornecidos, e restaram desacompanhadas de eventual Contrato de Prestação de Serviços entabulados entre as partes**, impossibilitando, assim, a escorreita análise do débito, especialmente no que pertine à sua concursabilidade e a extraconcursabilidade e a sua origem, o que impacta diretamente em sua classificação.

6. Consequentemente, saliente-se que o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo segue neste sentido e, é clara **quanto ao fato de que é a Credora que deve apresentar os documentos suficientes para demonstrar a origem do crédito que pretende a habilitação**, veja-se:

*Agravo de Instrumento – Falência – **Impugnação de crédito – Improcedência** – Inconformismo – Não acolhimento – **Credor***

*impugnante que não apresentou documentos indispensáveis à verificação da procedência da majoração de crédito pretendida, mesmo depois de apontados os documentos faltantes, de forma detalhada, pela administradora judicial – Ônus probatório que cabia ao impugnante (arts. 9º, III, e 13, da Lei n. 11.101/05, e art. 373, I, do CPC), do qual não se desincumbiu – Comportamento processual contraditório do impugnante, a configurar ofensa ao art. 5º, do CPC – Decisão agravada mantida – Recurso desprovido.<sup>1</sup> (original sem grifos).*

7. Diante disso, tem-se que **não foram apresentados os lastros documentais do débito pleiteado, haja vista que não fora apresentado eventual contrato de prestação de serviço que deu origem aos créditos apresentados**, não permitindo apurar, com certeza, os débitos existentes em desfavor da Massa Falida.

8. Noutro giro, insta consignar que o crédito da interessada foi arrolada no edital a que alude o §1º, do art. 52, da Lei 11.101/2005, pelo montante de R\$ 114.436,47 (cento e quatorze mil, quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos), na classe quirografária.

9. Desta forma, a Administradora Judicial solicitou à Recuperanda o lastro documental do crédito, visando confirmar os valores arrolados, de modo que fora encaminhada a Composição Analítica, relativa à “Conta Contábil n.º 2.1.2.01.002 - Fornecedor”, devidamente posicionada para a data da distribuição do pedido de recuperação judicial (09.04.2025), demonstrando a existência de crédito no montante de R\$ 114.436,47, confira-se:

---

<sup>1</sup> (TJSP; Agravo de Instrumento 2241568-80.2020.8.26.0000; Relator (a): Grava Brazil; Órgão Julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro de Araraquara - 4ª Vara Cível; Data do Julgamento: 09/03/2021; Data de Registro: 04/03/2021)

 <b>SANTA CRUZ</b> <small>1913</small>									
SOCIEDADE NASCIDA E INSCRITA EM 15 DE ABRIL DE 1913									
ORDENES QUÍROGRAFADAS - FORNECEDORES - COMPOSIÇÃO ANALÍTICA - POSIÇÃO EM 09/04/2025									
Conta Contabil	Descrição	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
11.1.01.001 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.001	11.1.01.001	11.1.01.001	11.1.01.001	11.1.01.001	11.1.01.001	11.1.01.001	11.1.01.001
11.1.01.002 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.002	11.1.01.002	11.1.01.002	11.1.01.002	11.1.01.002	11.1.01.002	11.1.01.002	11.1.01.002
11.1.01.003 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.003	11.1.01.003	11.1.01.003	11.1.01.003	11.1.01.003	11.1.01.003	11.1.01.003	11.1.01.003
11.1.01.004 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.004	11.1.01.004	11.1.01.004	11.1.01.004	11.1.01.004	11.1.01.004	11.1.01.004	11.1.01.004
11.1.01.005 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.005	11.1.01.005	11.1.01.005	11.1.01.005	11.1.01.005	11.1.01.005	11.1.01.005	11.1.01.005
11.1.01.006 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.006	11.1.01.006	11.1.01.006	11.1.01.006	11.1.01.006	11.1.01.006	11.1.01.006	11.1.01.006
11.1.01.007 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.007	11.1.01.007	11.1.01.007	11.1.01.007	11.1.01.007	11.1.01.007	11.1.01.007	11.1.01.007
11.1.01.008 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.008	11.1.01.008	11.1.01.008	11.1.01.008	11.1.01.008	11.1.01.008	11.1.01.008	11.1.01.008
11.1.01.009 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.009	11.1.01.009	11.1.01.009	11.1.01.009	11.1.01.009	11.1.01.009	11.1.01.009	11.1.01.009
11.1.01.010 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.010	11.1.01.010	11.1.01.010	11.1.01.010	11.1.01.010	11.1.01.010	11.1.01.010	11.1.01.010
11.1.01.011 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.011	11.1.01.011	11.1.01.011	11.1.01.011	11.1.01.011	11.1.01.011	11.1.01.011	11.1.01.011
11.1.01.012 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.012	11.1.01.012	11.1.01.012	11.1.01.012	11.1.01.012	11.1.01.012	11.1.01.012	11.1.01.012
11.1.01.013 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.013	11.1.01.013	11.1.01.013	11.1.01.013	11.1.01.013	11.1.01.013	11.1.01.013	11.1.01.013
11.1.01.014 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.014	11.1.01.014	11.1.01.014	11.1.01.014	11.1.01.014	11.1.01.014	11.1.01.014	11.1.01.014
11.1.01.015 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.015	11.1.01.015	11.1.01.015	11.1.01.015	11.1.01.015	11.1.01.015	11.1.01.015	11.1.01.015
11.1.01.016 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.016	11.1.01.016	11.1.01.016	11.1.01.016	11.1.01.016	11.1.01.016	11.1.01.016	11.1.01.016
11.1.01.017 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.017	11.1.01.017	11.1.01.017	11.1.01.017	11.1.01.017	11.1.01.017	11.1.01.017	11.1.01.017
11.1.01.018 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.018	11.1.01.018	11.1.01.018	11.1.01.018	11.1.01.018	11.1.01.018	11.1.01.018	11.1.01.018
11.1.01.019 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.019	11.1.01.019	11.1.01.019	11.1.01.019	11.1.01.019	11.1.01.019	11.1.01.019	11.1.01.019
11.1.01.020 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.020	11.1.01.020	11.1.01.020	11.1.01.020	11.1.01.020	11.1.01.020	11.1.01.020	11.1.01.020
11.1.01.021 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.021	11.1.01.021	11.1.01.021	11.1.01.021	11.1.01.021	11.1.01.021	11.1.01.021	11.1.01.021
11.1.01.022 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.022	11.1.01.022	11.1.01.022	11.1.01.022	11.1.01.022	11.1.01.022	11.1.01.022	11.1.01.022
11.1.01.023 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.023	11.1.01.023	11.1.01.023	11.1.01.023	11.1.01.023	11.1.01.023	11.1.01.023	11.1.01.023
11.1.01.024 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.024	11.1.01.024	11.1.01.024	11.1.01.024	11.1.01.024	11.1.01.024	11.1.01.024	11.1.01.024
11.1.01.025 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.025	11.1.01.025	11.1.01.025	11.1.01.025	11.1.01.025	11.1.01.025	11.1.01.025	11.1.01.025
11.1.01.026 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.026	11.1.01.026	11.1.01.026	11.1.01.026	11.1.01.026	11.1.01.026	11.1.01.026	11.1.01.026
11.1.01.027 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.027	11.1.01.027	11.1.01.027	11.1.01.027	11.1.01.027	11.1.01.027	11.1.01.027	11.1.01.027
11.1.01.028 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.028	11.1.01.028	11.1.01.028	11.1.01.028	11.1.01.028	11.1.01.028	11.1.01.028	11.1.01.028
11.1.01.029 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.029	11.1.01.029	11.1.01.029	11.1.01.029	11.1.01.029	11.1.01.029	11.1.01.029	11.1.01.029
11.1.01.030 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.030	11.1.01.030	11.1.01.030	11.1.01.030	11.1.01.030	11.1.01.030	11.1.01.030	11.1.01.030
11.1.01.031 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.031	11.1.01.031	11.1.01.031	11.1.01.031	11.1.01.031	11.1.01.031	11.1.01.031	11.1.01.031
11.1.01.032 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.032	11.1.01.032	11.1.01.032	11.1.01.032	11.1.01.032	11.1.01.032	11.1.01.032	11.1.01.032
11.1.01.033 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.033	11.1.01.033	11.1.01.033	11.1.01.033	11.1.01.033	11.1.01.033	11.1.01.033	11.1.01.033
11.1.01.034 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.034	11.1.01.034	11.1.01.034	11.1.01.034	11.1.01.034	11.1.01.034	11.1.01.034	11.1.01.034
11.1.01.035 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.035	11.1.01.035	11.1.01.035	11.1.01.035	11.1.01.035	11.1.01.035	11.1.01.035	11.1.01.035
11.1.01.036 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.036	11.1.01.036	11.1.01.036	11.1.01.036	11.1.01.036	11.1.01.036	11.1.01.036	11.1.01.036
11.1.01.037 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.037	11.1.01.037	11.1.01.037	11.1.01.037	11.1.01.037	11.1.01.037	11.1.01.037	11.1.01.037
11.1.01.038 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.038	11.1.01.038	11.1.01.038	11.1.01.038	11.1.01.038	11.1.01.038	11.1.01.038	11.1.01.038
11.1.01.039 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.039	11.1.01.039	11.1.01.039	11.1.01.039	11.1.01.039	11.1.01.039	11.1.01.039	11.1.01.039
11.1.01.040 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.040	11.1.01.040	11.1.01.040	11.1.01.040	11.1.01.040	11.1.01.040	11.1.01.040	11.1.01.040
11.1.01.041 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.041	11.1.01.041	11.1.01.041	11.1.01.041	11.1.01.041	11.1.01.041	11.1.01.041	11.1.01.041
11.1.01.042 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.042	11.1.01.042	11.1.01.042	11.1.01.042	11.1.01.042	11.1.01.042	11.1.01.042	11.1.01.042
11.1.01.043 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.043	11.1.01.043	11.1.01.043	11.1.01.043	11.1.01.043	11.1.01.043	11.1.01.043	11.1.01.043
11.1.01.044 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.044	11.1.01.044	11.1.01.044	11.1.01.044	11.1.01.044	11.1.01.044	11.1.01.044	11.1.01.044
11.1.01.045 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.045	11.1.01.045	11.1.01.045	11.1.01.045	11.1.01.045	11.1.01.045	11.1.01.045	11.1.01.045
11.1.01.046 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.046	11.1.01.046	11.1.01.046	11.1.01.046	11.1.01.046	11.1.01.046	11.1.01.046	11.1.01.046
11.1.01.047 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.047	11.1.01.047	11.1.01.047	11.1.01.047	11.1.01.047	11.1.01.047	11.1.01.047	11.1.01.047
11.1.01.048 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.048	11.1.01.048	11.1.01.048	11.1.01.048	11.1.01.048	11.1.01.048	11.1.01.048	11.1.01.048
11.1.01.049 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.049	11.1.01.049	11.1.01.049	11.1.01.049	11.1.01.049	11.1.01.049	11.1.01.049	11.1.01.049
11.1.01.050 Fornecedores - Material Esportivo	Material Esportivo	11.1.01.050	11.1.01.050	11.1.01.050	11.1.01.050	11.1.01.050	11.1.01.050	11.1.01.050	11.1.01.050

*(Trecho extraído do documento apresentado pela Recuperanda)*

10. Ato contínuo, ressalta-se que a credora foi arrolada na Relação de Credores apresentada pela Recuperanda às fls. 1.908/1.935 na classe quirografária. No entanto, a *Expert* realizou pesquisa junto ao sítio eletrônico da Receita Federal, podendo constatar que a Credora enquadra-se no porte “ME”.



 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> <b>38.376.832/0001-80</b> <b>MATRIZ</b>		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	
		<b>DATA DE ABERTURA</b> <b>08/09/2020</b>	
<b>NOME EMPRESARIAL</b> <b>AESFERA COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA</b>			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> <b>AESFERA</b>			<b>PORTE</b> <b>ME</b>
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> <b>46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios</b>			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> <b>33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente</b> <b>33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais</b> <b>74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários</b> <b>77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador</b>			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>			
<b>LOGRADOURO</b> <b>R MAEST CARDIM</b>		<b>NÚMERO</b> <b>354</b>	<b>COMPLEMENTO</b> <b>CONJ 91 E 92</b>
<b>CEP</b> <b>01.323-000</b>	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> <b>LIBERDADE</b>	<b>MUNICÍPIO</b> <b>SAO PAULO</b>	<b>UF</b> <b>SP</b>
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b> <b>RAFAELA@AESFERAMED.COM.BR</b>		<b>TELEFONE</b> <b>(11) 5990-2207</b>	
<b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b> <b>*****</b>			
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> <b>ATIVA</b>		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> <b>08/09/2020</b>	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>  			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> <b>*****</b>		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> <b>*****</b>	

*(trecho extraído de consulta junto à Receita Federal)*

11. Assim, de rigor a reclassificação, para que conste na classe EPP/ME.
12. Por fim, de rigor a rejeição da divergência de crédito apresentada pela credora Aesfera Comércio de Materiais Médicos e Hospitalares Ltda., devendo ser mantido o montante de R\$ 114.436,47 (cento e quatorze mil, quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos), alterando-se somente a classe para EPP/ME.

## CONCLUSÃO

13. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência da credora Aesfera Comércio de Materiais Médicos e Hospitalares Ltda., **mantendo-se** o crédito na relação de credores no montante de R\$ 114.436,47 (cento e quatorze mil, quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos), na classe quirografária.

**Titular do Crédito:** Aesfera Comércio de Materiais Médicos e Hospitalares Ltda

**Valor do Crédito:** R\$ 114.436,47

**Classificação do Crédito:** EPP/ME

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Baxter Hospitalar Ltda
<b>CPF/CNPJ</b>	49.351.786/0011-52
<b>Tipo do Requerimento</b>	CONCORDÂNCIA DE CRÉDITO

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pela Recuperanda</b>	<b>Classificação do crédito declarado pela Recuperanda</b>
R\$ 747.424,53	Quirografário

<b>Valor do crédito pretendido pelo Credor</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pelo Credor</b>
R\$ 747.424,53	Quirografário

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Petição de Concordância de Crédito
ii	Documentos Constitutivos e Procuração

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de concordância de crédito, apresentada às fls. 3.980/4.018 pela credora Baxter Hospitalar Ltda, pelos valores apresentados pela Recuperanda.

2. Nesta senda, insta consignar que o crédito da interessada foi arrolada no edital a que alude o §1º, do art. 52, da Lei 11.101/2005, pelo montante de R\$ 747.424,53 (setecentos e quarenta e sete mil quatrocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e três centavos), na classe quirografária.

3. Nesta linha, a Credora apresentou petítório nos autos, indicando à sua concordância ao crédito listado, veja-se:

*1. DA CONCORDÂNCIA COM O VALOR APONTADO NO ROL DE CREDORES:*

A ora peticionária, na qualidade de credora quirografária, na **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, **CONCORDAR** com o valor declarado pela Recuperanda, no importe de R\$ 747.424,53 (setecentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e três centavos).

*(Trecho extraído à fl. 3.980 dos autos)*

4. Dessa forma, a Administradora Judicial **manifesta ciência** acerca da concordância da Habilitante quanto ao valor do crédito e sua classificação.

5. Nesta linha, a Administradora Judicial **informa** que o crédito será mantido na relação de credores.

## CONCLUSÃO

15. Diante do exposto, a Administradora Judicial **manifesta ciência** acerca da concordância de crédito referente à Credora Baxter Hospitalar Ltda e, em harmonia com as disposições inseridas na LFR, **informa** que o crédito será mantido na relação de credores.

**Titular do Crédito:** Baxter Hospitalar Ltda

**Valor do Crédito:** R\$ 747.424,53

**Classificação do Crédito:** Quirografário

**Recuperanda:** Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência Santa Cruz

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**ANDREA DE OLIVEIRA COSTA**

**CRC nº 1SP-335648**

**Contadora**

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ,**  
**MANTENEDORA DO HOSPITAL JAPONÊS SANTA CRUZ**  
**PROCESSO Nº 1047518-86.2025.8.26.0100**

**2ª VARA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL,**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**DADOS DO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Nome/Razão Social</b>	Camila Castro Telles
<b>CPF/CNPJ</b>	368.343.388-45
<b>Tipo do Requerimento</b>	Divergência de Crédito

**INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO:**

<b>Valor do crédito declarado pela Recuperanda</b>	<b>Classificação do crédito declarado pela Recuperanda</b>
R\$ 44.807,59	Trabalhista

<b>Valor do crédito pretendido pela Credora</b>	<b>Classificação do crédito pretendido pela Credora</b>
R\$ 101.252,78	Trabalhista

**DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HABILITANTE/IMPUGNANTE:**

<b>Item</b>	<b>Descrição do Documento</b>
i	Pedido de Divergência

**PARECER DO ADMINISTRADOR JUDICIAL – ASSISTENTE FINANCEIRO.**

1. Trata-se de divergência apresentada via *e-mail*, pela credora Camila Castro Telles, por meio da qual pleiteia pela retificação do seu crédito listado na relação de credores, para que passe a constar pelo montante de R\$ 101.252,78 (cento e um mil e duzentos e cinquenta e

dois reais e setenta e oito centavos), na classe trabalhista.

2. Aduz a Credora que há demanda em trâmite perante a 87ª Vara do Trabalho de São Paulo, Ação Trabalhista nº 1000389-45.2025.5.02.0087, que discute os pedidos e valores incontroversos/controversos.

3. Nessa senda, a Administradora Judicial procedeu à análise da Reclamação Trabalhista, sendo possível verificar que a relação de emprego se deu no período compreendido entre os dias **10.05.2021 a 20.01.2025**. Veja-se:

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
Requerimento de Seguro-Desemprego - SD

1 7820722354

2 NOME: CAMILA CASTRO TELES

3 NOME DA MÃE: SILVIA GOMES DE CASTRO

4 LOGRADOURO: RUA JOÃO MOURA

5 NÚMERO: 1119

6 CONTATO DO EMPREGADOR: FONE: 368.342.385-45

7 CÉP: 09412-902

8 DATA DE NASCIMENTO: 12/09/1986

9 SEXO: F

10 GRAU DE INSTRUÇÃO: 4 - SUPERIOR COMPLETO

11 ANOS DE TRABALHO: 45

12 PROFISSÃO: CNPJ

13 NÚMERO DA RESOLUÇÃO: 60.952.095/0301-11

14 DATA DE INÍCIO: 10/05/2021

15 DATA DE FIM: 20/01/2025

16 ANEXO DE INSCRIÇÃO: Sim

17 NÚMERO DE INSCRIÇÃO: 45

18 SALÁRIO: R\$ 7.636,70

19 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

20 NOME DO EMPREGADOR: Falcão Pereira geral

21 DATA DE INSCRIÇÃO: 22/01/2025

22 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

23 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

24 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

25 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

26 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

27 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

28 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

29 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

30 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

31 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

32 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

33 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

34 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

35 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

36 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

37 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

38 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

39 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

40 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

41 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

42 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

43 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

44 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

45 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

46 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

47 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

48 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

49 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

50 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

51 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

52 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

53 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

54 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

55 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

56 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

57 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

58 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

59 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

60 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

61 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

62 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

63 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

64 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

65 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

66 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

67 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

68 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

69 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

70 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

71 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

72 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

73 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

74 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

75 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

76 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

77 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

78 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

79 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

80 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

81 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

82 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

83 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

84 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

85 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

86 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

87 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

88 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

89 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

90 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

91 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

92 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

93 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

94 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

95 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

96 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

97 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

98 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

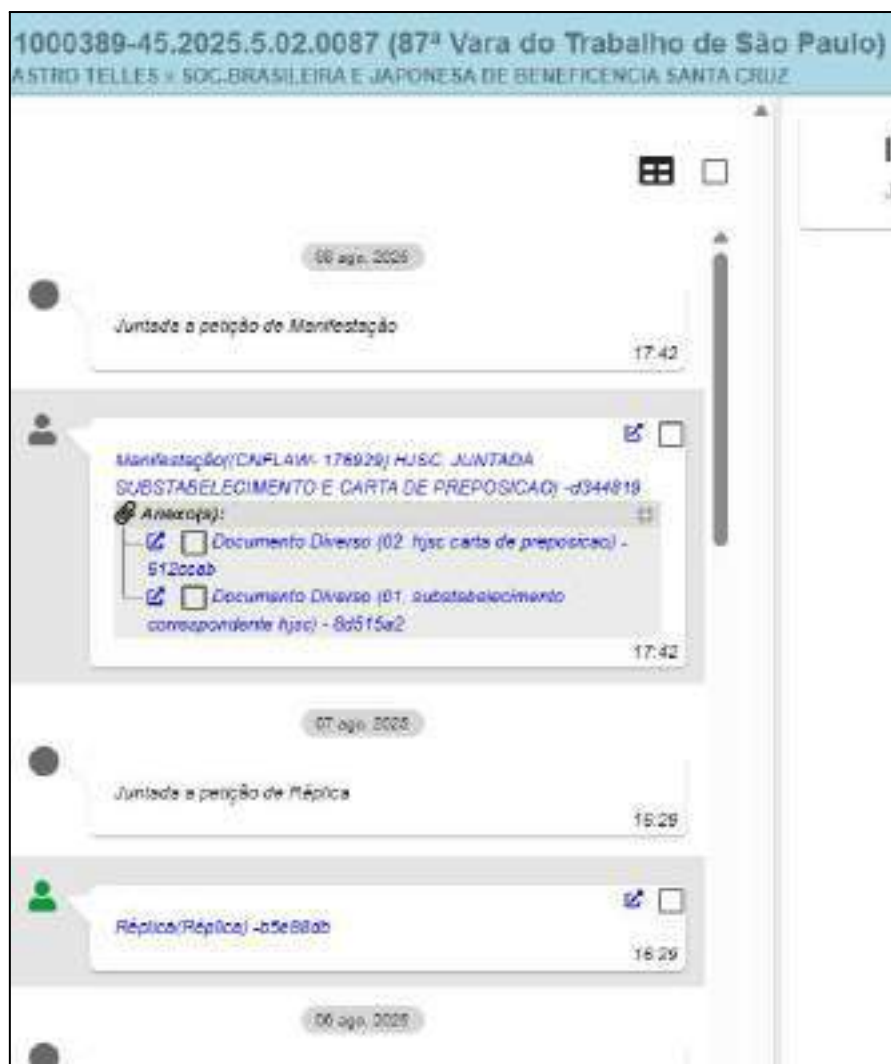
99 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

100 VALOR DO SEGURO-DESEMPREGO: R\$ 22.910,90

(trecho extraído da RT n.º 1000389-45.2025.5.02.0087)

4. Nesse passo, a Administradora Judicial diligenciou administrativamente junto ao sítio do Tribunal Eletrônico da 2ª Região, tendo constatado que não houve liquidação do crédito pleiteado, visto que o feito encontra-se em **fase inicial**, e até o presente momento não houve o julgamento por meio de sentença. Veja-se:





(trecho extraído da RT n.º 1000389-45.2025.5.02.0087)

5. Assim, urge destacar que a Administradora Judicial analisou detalhadamente os autos da Reclamação Trabalhista em questão e constatou que **a demanda não contempla ainda qualquer sentença de liquidação de eventuais valores devidos a Credora, tampouco, Certidão de Habilitação de Crédito, o que obsta, por ora, a retificação de crédito pretendido.**

6. Nesta linha, tal questão esbarra no requisito de **certeza** do crédito pleiteado, de modo que a Administradora Judicial entende que a celeuma deverá ser objeto de ação própria, visando a competente constituição do crédito.

7. Corroborando, ressalta-se o entendimento de jurisprudência do E. Tribunal e Justiça de São Paulo, *in verbis*:

*Recuperação Judicial – Habilitação de crédito retardatária – Decreto de extinção sem apreciação de mérito – Gratuidade processual requerida em segunda instância – Deferimento para processamento deste recurso, diante da presunção prevista no artigo 99, § 3º do CPC/2015 – Afirmada atuação como representante comercial, a partir de ajuste verbal – Apresentação de mensagens eletrônicas e planilha – Ausência de uma base documental mínima, não se prestando o ajuizamento de uma habilitação para que seja obtida uma condenação apta a dotar um crédito de certeza e liquidez – Inviabilidade de ser promovido um arbitramento da remuneração do recorrente, dados os limites de cognição e a finalidade deste incidente - Deficiência grave do pleito formulado – Inadequação – Falta de interesse de agir - Extinção confirmada – Recurso desprovido.<sup>1</sup>*

\*\*\*

*HABILITAÇÃO DE CRÉDITO (RECUPERAÇÃO JUDICIAL) – Decisão judicial que rejeitou o incidente de habilitação de crédito, ponderando que a falta de título executivo líquido e certo impede a habilitação pretendida, e que o incidente em questão não goza de atributos amplos instrutórios de modo a permitir a comprovação do crédito – Alegação de que constou na lista de credores desde a propositura da demanda recuperacional, de forma que a própria recorrida já declarou o recorrente como credor, e que os documentos que apresentou constando a relação completa, é suficiente para atestar o seu crédito, nos termos do art. 9º, inc. III da Lei n. 11.101/05 – Descabimento – Crédito do agravante oriundo de demanda de rescisão contratual, que ainda não é dotado de liquidez, certeza*

<sup>1</sup> TJ-SP - AI: 20351857020208260000 SP 2035185-70.2020.8.26.0000, Relator.: Fortes Barbosa, Data de Julgamento: 11/05/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 11/05/2020

*e exigibilidade, devendo permanecer no juízo comum até a liquidação – Inteligência do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/05 – Demanda não finalizada – **Necessidade de preenchimento dos requisitos previstos no inc . II e II o art. 9º da Lei n. 11.101/05, ainda que o crédito tenha sido indicado também pela recuperanda** – Cabia ao agravante buscar a reserva do crédito nos termos do § 3º do art . 6º da Lei n. 11.101/05, ou aguardar a liquidez de seu crédito para buscar a habilitação – Decisão mantida – Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Negam provimento ao recurso <sup>2</sup>.*

8. Por seu turno, a Administradora Judicial realizou, de forma prévia, verificação dos créditos com fundamento no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho e nas folhas de pagamento apresentadas, de modo que se viabilizou a constatação de créditos relativos à rescisão, ao décimo terceiro salário e aos salários vencidos, bem como a multa incidente sobre o FGTS.

9. Assim, a *Expert* apurou a existência do montante de R\$ 45.992,57 (quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e sete centavos), já integralmente atualizado até a data da recuperação judicial.

10. Dessa forma, em razão da ausência de crédito líquido e certo, é de rigor a rejeição do pleito, retificando-se, contudo, para os valores já apurados pela Administradora Judicial na verificação administrativa com base nos documentos fornecidos pela Recuperanda.

## DA CONCLUSÃO

11. Diante do exposto, a Administradora Judicial **rejeita** o pedido de divergência de crédito apresentado pela Credora Camila Castro Telles, contudo, **retificando-se para o montante de R\$ 45.992,57** (quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e sete centavos) na classe trabalhista, conforme metodologia do relatório explicativo.

---

<sup>2</sup> TJ-SP - Agravo de Instrumento: 2111648-14.2024.8.26.0000 Bauru, Relator.: Ricardo Negrão, Data de Julgamento: 16/05/2024, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 16/05/2024